

**CONHECIMENTO ALÉM DAS  
FRONTEIRAS: DIÁLOGOS  
INTERDISCIPLINARES PARA  
O SÉCULO XXI**

**HELENA PORTES SAVA DE FARIAS**



**Leontaya**  
Editora

Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

CONHECIMENTO ALÉM DAS FRONTEIRAS: DIÁLOGOS  
INTERDISCIPLINARES PARA O SÉCULO XXI

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F224c Farias, Helena Portes Sava de.  
Conhecimento além das fronteiras [livro eletrônico] : diálogos  
interdisciplinares para o século XXI / Helena Portes Sava de  
Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87809-89-2

1. . Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento.  
3. Prática de ensino. I. Título

CDD370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda  
Rio de Janeiro / RJ  
contato@epitaya.com.br  
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

CONHECIMENTO ALÉM DAS FRONTEIRAS: DIÁLOGOS  
INTERDISCIPLINARES PARA O SÉCULO XXI



Rio de Janeiro – RJ  
2023

## **CONSELHO EDITORIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

---

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a obra "Conhecimento Além das Fronteiras: Diálogos Interdisciplinares para o Século XXI". Este livro reúne capítulos que exploram uma ampla gama de temas interdisciplinares, refletindo a natureza complexa e interconectada do conhecimento contemporâneo.

Em um mundo cada vez mais globalizado e dinâmico, as fronteiras tradicionais entre disciplinas estão sendo constantemente desafiadas e ultrapassadas. Nesse contexto, a interdisciplinaridade surge como um caminho vital para a compreensão abrangente e holística dos desafios e oportunidades que uma sociedade enfrenta no século XXI.

O Capítulo 1 nos convida a uma reflexão sobre os Fundamentos Históricos dos Regimes Democráticos Contemporâneos por meio das contribuições do renomado cientista político Charles Tilly. Explorando a evolução da democracia e as redes de confiança que a sustentam, o capítulo destaca a importância das consultas amplas e protegidas entre o Estado e os cidadãos como indicador da natureza democrática de um regime.

No Capítulo 2, somos levados a explorar a Análise da Manchete e sua Influência na Eficiência da Recepção no voleibol, demonstrando como o esporte pode ser um campo de estudo intrinsecamente interdisciplinar. O estudo examina como a técnica da manchete influencia a eficácia da recepção, enfatizando a importância da cooperação e adaptação dos jogadores.

Já o Capítulo 3 nos conduz ao campo da saúde e enfermagem, onde a Humanização do Enfermeiro no Serviço de Neonatologia é discutida com sensibilidade e profundidade. Explorando a relação entre enfermeiros, pacientes e famílias em unidades neonatais, o capítulo ressalta a importância de uma abordagem humanizada no cuidado.

O Capítulo 4 explora as Implicações das Funções Executivas no Relacionamento Interpessoal de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O autor investiga como as funções executivas relacionadas ao relacionamento social de indivíduos com TEA, destacando a relevância dessa compreensão para o apoio e desenvolvimento de indivíduos autistas.

No Capítulo 5, somos guiados por um Percurso Turístico-Cultural no Museu Vivo do São Bento (RJ). O autor nos leva a uma experiência envolvente, explorando as potencialidades de um museu como turístico e enfatizando a importância da valorização do patrimônio cultural.

O Capítulo 6 nos conduz a uma exploração profunda das ideias de Nietzsche e a Problemática da Morte de Deus em seu pensamento. A análise das mudanças na concepção da divindade e seu impacto nas esferas literárias, científicas e teológicas ressalta a influência rigorosa de sua filosofia.

Já o Capítulo 7 abordou a relação entre Tecnologias e Musicoterapia para Transtornos de Neurodesenvolvimento , destacando a eficácia da musicoterapia reforçada por tecnologias emergentes na promoção do desenvolvimento infantil.

O Capítulo 8 nos coloca diante dos Desafios do Enfermeiro na Execução da Liderança no Âmbito Hospitalar . A liderança na área da saúde é discutida com foco em estratégias para superar os obstáculos e promover a qualidade do gerenciamento de equipes.

No Capítulo 9 , a questão da Humanização na Hora do Diagnóstico de Malformação Congênita é abordada, ressaltando a importância do cuidado psicológico e empático no momento delicado do diagnóstico.

Por fim, o Capítulo 10 explora a Evasão nos Cursos de Engenharia da Universidade do Estado do Amazonas , identificando desafios e propondo estratégias para enfrentar esse cenário.

Nesta jornada pelos diálogos interdisciplinares, convidamos você, leitor, a mergulhar nas páginas deste livro e a se deixar envolver por uma ampla gama de conhecimentos que transcendem fronteiras disciplinares. Que essa obra inspira reflexões profundas e enriquece a compreensão dos desafios e possibilidades do mundo contemporâneo.

Boa leitura!

**Profa. MSc. Helena Portes Sava de Farias**

Mestre em Desenvolvimento Local

Assessora Editorial Epitaya

## SUMÁRIO

Capítulo 1.....	09
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE CHARLES TILLY	
<i>Antonio Kevan Brandão Pereira</i>	
Capítulo 2.....	25
ANÁLISE DA MANCHETE E SUA INFLUÊNCIA NA EFICIÊNCIA DA RECEPÇÃO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Vinicius de Oliveira Scatula, Zilá Gomes de Moraes Flores</i>	
Capítulo 3.....	47
ACOLHIMENTO HUMANIZADO DO ENFERMEIRO NO SERVIÇO DE NEONATOLOGIA	
<i>Evelyn Oliveira Rossino de França, Julia Magalhães Oliveira, Juliana dos Prazeres Gonçalves Fazenda da Silva, Karine de Lima Lopes Machado, Alcilea Barbosa de Andrade Vila Flor, Roberta Kele Ribeiro Ferreira</i>	
Capítulo 4.....	69
AS IMPLICAÇÕES DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS NO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
<i>Rebeca Collyer dos Santos, Everton Adriano de Moraes</i>	
Capítulo 5.....	83
PERCURSO TURÍSTICO-CULTURAL NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO (RJ): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Robson William Felipe</i>	
Capítulo 6.....	97
O PROBLEMA DA MORTE DE DEUS EM NIETZSCHE: UMA INTRODUÇÃO A GAIA CIÊNCIA	
<i>Rodrigo Nonato do Socorro Lopes, Edson Antônio dos Santos</i>	
Capítulo 7.....	113
USO DAS TECNOLOGIAS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS NA MUSICOTERAPIA PARA TRANSTORNOS DE NEURODESENVOLVIMENTO	
<i>Valéria de Souza da Cunha Prates</i>	



<i>Capítulo 8.....</i>	<i>143</i>
DESAFIOS DO ENFERMEIRO NA EXECUÇÃO DA LIDERANÇA NO ÂMBITO HOSPITALAR	
<i>Aline Farias Figueiredo, Anna Gabriela Souza de Carvalho, Leila Barroso da Silva Oliveira</i>	
<i>Capítulo 9.....</i>	<i>173</i>
PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO E HUMANIZAÇÃO NA HORA DO DIAGNÓSTICO DE MALFORMAÇÃO CONGÊNITA	
<i>Juanuz da Cruz Wanderley, Rômulo Terminelis da Silva</i>	
<i>Capítulo 10.....</i>	<i>185</i>
EVASÃO NOS CURSOS DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS	
<i>Nataliana da Souza Paiva, Kelly Christiane Silva de Souza, Felicien Gonçalves Vasquez</i>	
<i>Capítulo 11.....</i>	<i>199</i>
LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE AS FAKE NEWS E O HATE SPEECH	
<i>Rafael Martins Santos</i>	

## CAPÍTULO 1

# FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE CHARLES TILLY

**Antonio Kevan Brandão Pereira**

Professor universitário  
Doutor em ciência política  
Centro Universitário Christus  
Fortaleza-CE

---

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições do cientista político, historiador e sociólogo estadunidense Charles Tilly para o estudo da democracia. O autor desenvolve uma pesquisa que articula os fundamentos históricos da democracia contemporânea a uma investigação sobre as redes de confiança que se estabelecem em processos democráticos. O processo fundamental que promove a democracia em todas as épocas e lugares pode ser explicado a partir de uma crescente integração de redes de confiança na política pública, juntamente com a diminuição de desigualdades fundamentais, e também com a decrescente autonomia de grandes centros de poder. De acordo com Tilly, um regime é democrático no grau de que as relações políticas entre Estado e cidadãos formam amplas, iguais e protegidas consultas. A democratização nada mais é do que um movimento na direção da mais ampla e mais protegida consulta. Por sua vez, a “desdemocratização” significa o movimento no sentido da mais restrita e mais desprotegida consulta.

**Palavras-chave:** Democracia; Democratização; História; Charles Tilly.

### INTRODUÇÃO

Da Grécia Antiga até os dias atuais, a democracia tem sido objeto de investigação e de estudo. Diante do imenso e variado número de trabalhos que trataram e tratam desse tema, é possível denotar ao longo dos anos a existência de várias teorias acerca dos regimes democráticos. Partindo desse fato, Charles Tilly (1929-2008), historiador e sociólogo estadunidense,

pretendeu desenvolver uma teoria que ajudasse a delinear os fundamentos históricos das democracias contemporâneas. Buscando traçar uma definição para a democracia, mesmo alertando que essa não é uma tarefa simples, ele ressalta que existem diferentes definições e conceitos sobre esse fenômeno.

Com o objetivo de compreender as suas colocações sobre esse instigante objeto de análise, no presente capítulo, lançando mão de uma pesquisa bibliográfica, levaremos em conta a principal obra do autor sobre o tema, bem como as contribuições de outros estudiosos da teoria democrática. Assim, ao expor e comentar as ideias e conceitos mobilizados, pretendemos evidenciar o ponto de vista de Tilly, o qual inegavelmente é considerado como um dos principais expoentes da teoria democrática no século XX.

## **RESULTADOS: ABORDAGENS EM TORNO DA DEMOCRACIA**

De acordo com Tilly (2013), os observadores da democracia e da democratização geralmente escolhem, implícita ou explicitamente, dentre quatro principais tipos de definições: constitucional, substantiva, procedimental, e orientada pelo processo.

A abordagem constitucional é aquela que enfatiza as leis que um regime sanciona no que se refere à atividade política. Através desse tipo de abordagem, é possível observar a história das sociedades ao longo do tempo e realizar comparações entre, por exemplo, oligarquias, monarquias e repúblicas. Esse é o ponto positivo desse tipo de análise. No entanto, as definições do tipo constitucional apresentam falhas quando o debate sobre a democracia é aprofundado. Dentre essas falhas, Tilly cita o fato de que existe uma distância muito grande entre o que está posto na lei e o que ocorre realmente na vida política dos países classificados como democráticos. Assim, definir um regime como “democrático” levando em conta apenas o que está escrito em suas constituições não é a forma mais adequada.

As abordagens substantivas destacam as condições de vida e de política que um determinado regime promove. A questão primordial nesse tipo de análise é a seguinte: esse regime promove o bem-estar do ser humano, a liberdade individual, segurança, equidade, igualdade social, deliberação pública e resolução pacífica de conflitos? (TILLY, 2013). Se a resposta a essa questão for positiva, estaremos diante de um regime democrático, independentemente dessas condições estarem presentes em um texto constitucional. Entretanto, desse tipo de definição decorrem dois problemas fundamentais que devem ser esclarecidos: como podemos estabelecer critérios de comparação entre esses princípios citados acima? Por exemplo,

se um determinado regime é muito pobre, mas seus cidadãos gozam de grande igualdade, é possível considerá-lo mais democrático do que um outro que é muito mais próspero, mas mais desigual? Para Tilly, as definições do tipo substantiva não apresentaram e não apresentam respostas satisfatórias para solucionar esses problemas.

Um terceiro tipo de definição é aquele chamado de “procedimental”. Os que defendem as definições procedimentais delimitam um determinado conjunto de práticas governamentais para determinar se um regime pode ou não ser considerado como democrático. De acordo com Charles Tilly,

A maior parte dos observadores que adotam essa definição foca sua atenção sobre o processo eleitoral, indagando se eleições genuinamente competitivas envolvendo regularmente um amplo número de cidadãos produz mudança de pessoal e de políticas governamentais (TILLY, 2013, p.22).

Nesta perspectiva, se as eleições resultam num processo não competitivo e constituem uma ocasião para coagir todos aqueles que se opõem ao governo estabelecido, o analisa procedimental não terá dúvidas em apontar esse regime como não democrático. Ao contrário, se as eleições realmente promovem mudanças governamentais significativas, elas indicam que tal regime é democrático.

Para explicar as limitações das definições do tipo procedimental, Tilly começa por destacar alguns elementos que caracterizam a chamada “democracia eleitoral”. Tais elementos podem ser elencados em quatro pontos: I) Um sistema político multipartidário competitivo; II) Sufrágio universal para todos os cidadãos adultos (com exceção das restrições impostas pelo Estado aos cidadãos por transgressões criminais); III) Eleições competitivas regulares que garantam o voto secreto, seguro e sem qualquer tipo de fraude maciça que torne os resultados não representativos da vontade pública; IV) Acesso público significativo dos principais partidos políticos ao eleitorado a partir dos meios de comunicação e mediante campanhas políticas abertas.

Se quisermos investigar se tal regime é democrático, não podemos levar em consideração apenas esses ou outros elementos de cunho eleitoral. Procedendo dessa maneira, nós correremos o sério risco de mascarar a realidade. Em uma pesquisa realizada no início do século XXI, Tilly chama atenção para esse fato destacando o caso da Jamaica. Todos os elementos eleitorais colocados acima estão presentes no estado jamaicano, contudo, o autor nos fala que no cotidiano daquele país existem graves restrições e

desrespeitos às liberdades democráticas. Portanto, aqui reside o problema das definições procedimentais de democracia: a despeito de sua grande conveniência, elas operam com uma concepção demasiado estreita do processo político. (TILLY, 2013). Com isso, ao investigar a democracia o observador atento não pode desprezar os outros aspectos da realidade social, econômica e política.

Por fim, as abordagens “orientadas pelo processo” diferem fortemente dos três tipos de definições já colocados acima, quais sejam, o constitucional, o substantivo e o procedimental. Nas palavras de Charles Tilly, “as abordagens voltadas para o processo identificam um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente presentes para que uma situação possa ser considerada democrática” (TILLY, 2013). Para analisar esse ponto, o autor faz menção à teoria formulada pelo cientista político estadunidense Robert Dahl. Em um de seus trabalhos, Dahl estipulou alguns critérios relativos ao processo que caracterizam uma democracia que, de maneira sistemática, são divididos em cinco pontos: a) participação efetiva; b) igualdade de voto; c) entendimento esclarecido; d) controle da agenda; e) inclusão de adultos (DAHL, 2009).

A “participação efetiva” corresponde ao seguinte: antes de uma política ser adotada pela associação, todos os membros precisam ter oportunidades iguais e efetivas para tornar conhecidas para os outros suas visões sobre com deveria ser tal política. Em relação ao segundo critério, “igualdade de voto”, temos que: quando chega o momento de decidir qual política deve ser feita, todo membro deve ter uma oportunidade igual e efetiva de votar, e todos os votos devem ser contabilizados como iguais. O critério do “entendimento esclarecido” proposto por Dahl diz respeito a ideia de que dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as alternativas de políticas mais relevantes e suas prováveis consequências.

O quarto critério, “controle da agenda”, propõe que: os membros devem ter a oportunidade exclusiva de decidir como e, se eles escolherem, quais assuntos devem ser colocados na agenda. Portanto, o processo democrático exigido pelos três critérios precedentes nunca é fechado. As políticas da associação sempre são sujeitas a mudanças por parte de seus membros, se eles assim escolherem. No tocante ao quinto e último critério – inclusão dos adultos –, é preciso apreender o seguinte: todos os adultos que são residentes permanentes, ou ao menos a maioria, devem ter os plenos direitos dos cidadãos que estão implicados nos quatro critérios anteriores.

Antes do século XX esse critério era inaceitável pela maior parte dos defensores da democracia.

Observando especificamente esse último critério, Charles Tilly destaca o fato de que ele exclui, até mesmo de forma irônica, muitos daqueles casos que foram considerados pelos estudiosos da política como modelos históricos de democracia. Em verdade, nas cidades gregas e romanas, nos povoados vikings, nas assembleias de cidades e em algumas cidades-estado, as deliberações políticas ocorriam mediante exclusões massivas, especialmente de mulheres, escravos e pobres. De acordo com o autor, “a inclusão de todos (ou quase todos) os adultos basicamente restringe a democracia política aos últimos séculos” (TILLY, 2013).

Após a exposição dos critérios propostos por Robert Dahl<sup>1</sup>, Charles Tilly avalia que as abordagens do tipo “orientadas pelo processo” também apresentam limites em suas definições de democracia. Tilly demonstra que há um problema básico na teoria dahlsiana, pois para ele essa oferece uma espécie de “lista estática”. Estática no sentido de que a avaliação da presença ou não da democracia acontece da seguinte maneira: se um regime oferece todas as instituições descritas na lista formulada ele é considerado como democrático. Caso não as apresente, tal regime será classificado como não democrático.

Tilly reconhece os méritos dessa teoria, todavia, não deixa de criticá-la, pois no seu entender ela apresenta algumas limitações. Segundo o autor, a teoria dahlsiana de análise da democracia não abarca alguns pontos que são relevantes para o estudo do próprio fenômeno democrático. O que Tilly pretende é aprofundar a discussão, isto é, ele não objetiva apenas verificar a existência ou não de um regime democrático em um momento histórico específico. Ele propõe que a análise seja mais complexa, como por exemplo, comparar regimes para verificar o quão democráticos eles são ou, noutra abordagem, acompanhar regimes individuais ao longo do tempo, observando quando e como eles se tornam mais ou menos democráticos. A análise desenvolvida por Robert Dahl não consegue responder de maneira

---

<sup>1</sup> Charles Tilly nos fala que quando Robert Dahl passa das associações locais para os regimes nacionais, ele interrompe suas ideias relativas ao processo e começa a falar em “instituições”. De acordo com Dahl, instituições consistem em práticas que perduram. O tipo de regime a que Dahl classifica como “democracia poliárquica” implica seis instituições características: oficiais eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação alternativas; autonomia associativa; cidadania inclusiva. É importante perceber que o procedimento de votação aparece novamente na lista. Porém, de acordo com Tilly, os critérios da democracia poliárquica tomados em seu conjunto descrevem um processo em curso, uma série de interpretações regularizadas entre cidadãos e oficiais. Sem dúvidas, isso vai muito além dos critérios procedimentais comuns.

satisfatória a esses dois problemas. A dificuldade reside no fato de que a maior parte das instituições descritas por Dahl que operam como padrões de democracia – oficiais eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; autonomia associativa e cidadania inclusiva –, não se prestam muito facilmente à comparação e à explicação. Para Tilly, os critérios de Dahl apresentam dois inconvenientes:

Primeiro, eles descrevem um conjunto mínimo de instituições democráticas, e não uma série de variáveis contínuas; eles não ajudam muito se o que queremos saber é se o Canadá é mais democrático do que os Estados Unidos, ou se os Estados Unidos se tornaram menos democráticos no último ano. Segundo, cada um deles opera dentro de limites significativos, além dos quais alguns deles podem conflitar com os outros; democracias em funcionamento frequentemente precisam adjudicar conflitos, por exemplo, entre liberdade de expressão e autonomia associativa. Uma democracia deve coibir organizações que defendem os direitos dos animais porque elas defendem ataques a associações que fazem exposição de animais ou defendem que animais sejam usados em experimentos? (TILLY, 2013, p.25).

Para propósitos comparativos e explicativos, não podemos nos contentar e ficar apenas com uma *checklist* de variáveis cruciais (TILLY, 2013). Segundo Tilly, é preciso então melhorar os critérios elaborados por Dahl para aprofundar a tarefa de comparação e de explicação da democracia.

## **ELEMENTOS DE DEMOCRACIA, DEMOCRATIZAÇÃO E DESDEMOCRATIZAÇÃO**

No decorrer de sua análise, Charles Tilly elabora novos critérios que tratam da democracia, e também de fenômenos mais específicos, como a “democratização” e a “desdemocratização”. Antes de tudo, é interessante observar que o autor parte da premissa de que a democracia consiste em uma certa classe de relações entre estados e cidadãos. Nesse sentido, a democratização e a desdemocratização consistirão em mudanças naqueles tipos de relações.

No intuito de compreender as relações entre estados e cidadãos, Tilly procura investigar o “comportamento” de um Estado no tocante às respostas que este fornece às demandas expressas de seus cidadãos. Segundo o autor, essa investigação passa necessariamente por quatro

juízos: qual a extensão da manifestação desses conjuntos de demandas; o quão equitativamente diferentes grupos de cidadãos experienciam a tradução de suas demandas em ação do Estado; em que extensão a própria extensão das demandas recebe a proteção política do Estado; e o quanto o processo de tradução envolve ambos os lados, os cidadãos e o Estado. Esses quatro “juízos” expostos resultam em quatro elementos que Tilly nomeia de amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante.

Dessa forma, o autor nos fala que numa perspectiva simplificada, é possível apreender que um regime é democrático na medida em que “as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes” (TILLY, 2013). A partir dessa ideia, é possível perceber que a democratização significa um movimento real no sentido de promover uma consulta mais ampla, mais igualitária, mais protegida e mais vinculante. Em direção oposta, a desdemocratização seria então um movimento real no sentido de uma consulta mais estreita, mais injusta, menos protegida e menos vinculante. Isso pode ser exemplificado através de fatos históricos:

Em relação à Alemanha, podemos afirmar razoavelmente que a formação da República de Weimar no Império Alemão ruiu após a Primeira Guerra, com a introdução de medidas de democratização, ao passo que a ascensão de Hitler ao poder em 1933 fez com que o país fosse brutalmente arrastado para trás, em um processo de desdemocratização. No Japão podemos considerar que a construção de um Estado militarizado durante a década de 1930 foi um período de desdemocratização, enquanto o período de conquista, ocupação e reconstrução por arte dos Aliados como sendo o começo da democratização (TILLY, 2013, p.28).

Para melhor entendermos o argumento de Charles Tilly, vale a pena observarmos como ele descreve cada um desses quatro elementos da democracia, quais seja, amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante.

O elemento da “amplitude” contempla desde um pequeno segmento da população gozando de extensos direitos, enquanto outros são largamente excluídos dos processos políticos, até a ampla inclusão política de pessoas sob a jurisdição do Estado (em um extremo, todo habitante do país possui uma relação específica com o Estado, mas apenas alguns deles possuem plenos direitos de cidadania; no outro, todos os cidadãos adultos pertencem à mesma categoria homogênea de cidadania).



O segundo elemento, “igualdade”, pode assim ser entendido: varia desde uma grande desigualdade entre os cidadãos e dentro das categorias de cidadãos até uma extensiva igualdade em ambos os casos (em um extremo, categorias étnicas são enquadradas em uma ordem hierarquizada bem definida, com direitos e obrigações muito desiguais; em outro, a etnia não tem qualquer conexão relevante com obrigações ou direitos políticos, e a ampla igualdade dos direitos prevalece entre os cidadãos nativos ou naturalizados).

Antes de colocarmos os dois últimos elementos de democracia propostos por Tilly, é importante frisar que altos níveis de amplitude e igualdade compreendem os aspectos cruciais da cidadania.

Em vez de um mosaico de relações variáveis com o Estado que dependem do pertencimento a grupos particulares, todos os cidadãos são enquadrados em um número definido de categorias – no limite, em uma só – cujos membros mantêm direitos e obrigações similares em suas interações com o Estado. Por si mesmos, os critérios de amplitude e de igualdade não constituem uma democracia. Regimes autoritários frequentemente impuseram formas não democráticas de cidadania, impostas de cima pra baixo. Mas na companhia da proteção e da consulta mutuamente vinculante, amplitude e igualdade qualificam-se como componentes essenciais da democracia (TILLY, 2013, p.28).

O elemento da “proteção” consiste no seguinte: varia de pouca até muita proteção contra a ação arbitrária do estado (em um extremo, os agentes do Estado usam constantemente seu poder para punir inimigos pessoais e para premiar seus amigos; em outro, todos os cidadãos gozam de um processo público e correto).

Finalmente temos o quarto elemento, que Tilly chamou de “caráter mutuamente vinculante”. Para o autor, este elemento varia desde uma vinculação inexistente e/ou extremamente assimétrica até uma vinculação mútua (em um extremo, os requerentes dos beneficiários do Estado precisam subornar, persuadir, ameaçar ou usar a influência de terceiros para conseguir alguma coisa; no outro, os agentes do Estado têm obrigações claras e instruídas de conceder os benefícios devidos a cada categoria de beneficiário).

Após a explanação desses quatro elementos que, diga-se de passagem, se constituem como componentes essenciais da democracia, é possível apreender a maneira como o autor analisa os regimes democráticos.

De acordo com Tilly, uma movimentação real de um regime na direção dos polos mais elevados dos quatro elementos qualifica-se como “democratização”. Obviamente, uma movimentação real na direção dos polos mais baixos qualifica-se como “desdemocratização”. Consta-se então que a partir dos quatro elementos expostos acima é possível comparar e explicar os regimes democráticos de uma forma mais acurada. É com base nessa ideia que o autor passa a analisar os fundamentos históricos da democracia contemporânea. Para isso, é preciso considerar, ainda que brevemente, a evolução da democracia ao longo da história.

## **A DEMOCRACIA NA HISTÓRIA**

Há praticamente um consenso entre os estudiosos da política de que a democracia é uma criação dos gregos. Nas cidades-estados da Grécia Antiga o modelo político denominado “democracia” perdurou entre 500 e 300 a.C. No entanto, é preciso ressaltar que cada cidade-estado possuía sua própria história e suas próprias instituições, devendo assim o observador tomar o devido cuidado para não cair em generalizações.

Tomando especificamente o caso de Atenas, percebe-se, por exemplo, que mais ou menos a metade da população era constituída por escravos. Aqui, não custa lembrar que os escravos não eram considerados cidadãos; ao contrário, cidadãos eram os seus proprietários. Outro dado que precisa ser lembrado é que nem as mulheres, nem as crianças e nem os estrangeiros se qualificavam como cidadãos (HELD, 2006). Talvez seja por isso que muitos dos teóricos da democracia ficam em dúvida na hora de classificar a experiência que ocorreu na Grécia Antiga como “democrática”, haja vista a maciça presença de escravos e também a exclusão das mulheres e dos estrangeiros.

Todavia, Charles Tilly afirma que aqueles regimes gregos – sobretudo Atenas – possuíam duas características que justificam que eles sejam considerados como os “ancestrais da democracia moderna”.

Primeiramente, eles criaram um modelo de cidadania que não tem nenhum antecedente conhecido. É claro que as linhagens mais antigas e mais ricas gozavam de vantagens políticas nas cidades-estado. Contudo, na assembleia soberana todo cidadão, patricio ou plebeu, rico ou não tão rico, tinha direito à voz e tinha uma relação bastante igual com o Estado. Segundo, esses regimes geralmente promoviam uma ampla rotatividade no exercício das responsabilidades cívicas. Atenas escolhia

até mesmo os seus magistrados por sorteio, por um período de um ano, e não por eleição ou hereditariedade. Portanto, dentre aqueles considerados cidadãos, prevalecia o princípio dos direitos e obrigações atuais (TILLY, 2013, p.40).

Porém, parece ser inegável a força dos argumentos que não classificam os regimes gregos como democracias. No dizer de Tilly, “os elementos que vão contra a inclusão dos regimes atenienses no rol das democracias plenas parecem adquirir mais peso” (TILLY, 2013). Desse modo, precisamos enfrentar a seguinte questão: nessas cidades-estados, as relações entre os cidadãos e o Estado ensejava consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes? Se levarmos em consideração apenas os homens adultos e livres, a resposta provavelmente seria sim. Para o autor, decorre daí o fato de que muitos historiadores afirmam categoricamente que foram os gregos que inventaram a democracia.

Entretanto, se considerarmos todo o conjunto da população que estava sob a jurisdição do Estado, aí incluídos as mulheres, escravos, crianças e residentes estrangeiros, veremos que a resposta para a questão acima será um decisivo “não”. Nesse ponto, Tilly chama atenção para o fato de que a desigualdade permeava o sistema político da cidade-estado como um todo. Em verdade, “os arranjos atenienses excluía uma enorme parte da população das consultas protegidas e mutuamente vinculantes; tampouco Roma teria sido democrática segundo esses critérios” (TILLY, 2013).

Em que pese tais limitações, o autor não deixa de reconhecer o pioneirismo dos gregos no que diz respeito à criação das bases do regime democrático. Entre 300 a.C. e o século XIX d.C., um bom número de regimes adotou variantes do modelo grego: “minorias privilegiadas de cidadãos relativamente iguais dominaram seus estados à custa da exclusão das minorias” (TILLY, 2013). É partindo do caso grego que Tilly almeja investigar onde e quando os regimes democráticos se multiplicaram.

Outro importante exemplo do exercício de práticas democráticas no passado ocorreu em algumas cidades-estado que existiram no atual território italiano. Resgatando as análises de Nicolau Maquiavel<sup>2</sup>, Tilly nos fala que

---

<sup>2</sup> Charles Tilly lembra que para Maquiavel as melhores constituições eram aquelas que equilibravam os três elementos – principado, aristocracia e o povo. Em sua análise dos regimes grego e romano, Maquiavel defende que se escolha apenas entre dois modelos: um Principado no qual o governante governa com a ajuda de uma aristocracia e pacifica a população com benfeitorias, e uma República na qual a aristocracia efetivamente governa, mas que indica um poder executivo e lida de forma judiciosa com as pessoas comuns.

mesmo sem a presença de escravos, as cidades-estado italianas tinham grandes semelhanças com as cidades-estado gregas.

Embora as principais cidades costumassem instituir assembleias gerais de homens proprietários, elas raramente as consultavam, a não ser em situações de emergência. Somente uma pequena porcentagem dos homens adultos era de cidadãos com participação permanente nos conselhos governamentais, e era ainda menor o número dos que podiam assumir cargos mais importantes. Toda as cidades-estado governavam áreas tributáveis das quais elas drenavam recursos, mas às quais não eram oferecidos direitos políticos. Do mesmo modo, as mulheres, crianças e servos careciam de quaisquer status político. Sejam principados ou repúblicas, esses regimes estiveram longe de promover consultas amplas, igualitárias e mutuamente vinculantes (TILLY, 2013, p.42).

É importante salientar que até esse período não existiram regimes democráticos em escala nacional, seja na Europa ou em qualquer outro lugar (OSBORNE, 2013). No entanto, Tilly nos fala que a Europa foi a protagonista na implementação da democracia, e isto pode ser constatado a partir de duas razões fundamentais: primeiro, por criar instituições de cidadania bastante características, ainda que restritivas, sendo possível denotar isso no caso das cidades-estados gregas e italianas; em segundo lugar, por promover eventualmente mudanças na direção de consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes. Porém, e aqui a afirmação de Tilly é decisiva, é importante ter em mente que foi somente o século XVIII que trouxe mudanças significativas naquela direção, e que apenas no século XIX é que foram estabelecidas democracias parciais na Europa e em suas colônias. É apenas no século XX que podemos constatar a expansão da cidadania plena, sobretudo após a concessão de direitos políticos às mulheres. É por isso que o autor enfatiza que a democracia é um fenômeno moderno (TILLY, 2013).

## **CONCLUSÃO**

Interessado em analisar de maneira mais acurada os fundamentos históricos das democracias contemporâneas, Charles Tilly direciona sua investigação especificamente para a experiência europeia anterior ao século XIX. De acordo com o autor, antes do século XIX existiram quatro principais tipos de arranjos que reuniam de forma mais contundente os elementos de

consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes. Tais arranjos podem assim ser separados: I) oligarquias mercantis; II) comunidades de camponeses; III) seitas religiosas; IV) movimentos revolucionários.

As cidades-estado italianas exemplificam bem o primeiro arranjo. Elas são consideradas os primeiros exemplos de um gênero urbano que floresceu até o século XVIII. Tilly nos fala que assim como as cidades-estado italianas, os burgos holandeses também extraíram sua riqueza tributando trabalhadores urbanos marginalizados, camponeses e artesões. Tanto nas cidades-estados italianas como nos burgos holandeses, geralmente eram formadas associações de cidadãos que se revezavam no exercício dos cargos oficiais, na guarda noturna da cidade e na administração das guildas. É importante dizer que também aconteciam assembleias para deliberar sobre as decisões políticas da própria cidade. No dizer do autor, “em toda a extensão da Europa mercantil, as oligarquias urbanas introduziram simulações de democracia; mas elas permaneceram oligarquias” (TILLY, 2013).

Em relação às comunidades de camponeses, Tilly coloca que algumas daquelas comunidades europeias formaram aquilo que comumente se chama de “oligarquias plebeias”. Dentre as características dessas comunidades, temos que estas praticavam o revezamento dos postos por meio de eleição ou sorteio, sendo o direito à participação algo bem estabelecido. Elas faziam assembleias gerais com poder vinculante e com procedimentos legais para a revisão de erros de indivíduos ou da comunidade.

Porém, é preciso ficar atento para o fato de que de forma quase universal, os cidadãos nessas comunidades eram ou todos os homens adultos ou todos os homens adultos proprietários de terras. De acordo com Tilly, as comunidades camponesas – assim como as oligarquias urbanas – também controlavam áreas e populações tributáveis que não possuíam qualquer forma de cidadania. De fato, as muitas variantes europeias desse padrão que vigorava nas regiões rurais “estavam muito distantes de promover consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes” (TILLY, 2013).

O terceiro arranjo apresenta o caso das seitas religiosas. Tilly destaca o exemplo daquelas classificadas como “pietista” e também daquelas que mantinham as tradições do cristianismo primitivo. Essas seitas praticavam uma espécie de democracia no interior de suas próprias congregações. É interessante perceber que independentemente de possuir

alguma propriedade, os membros tratavam-se uns aos outros como iguais, ocorrendo um revezamento nas tarefas da administração da comunidade.

Assembleias gerais eram organizadas para tomar decisões coletivas, existindo também no seio dessas seitas regras de condutas bem definidas que se aplicavam a todos. Recorrendo mais uma vez a exemplos históricos, o autor chama a atenção para o caso dos países nórdicos:

Nos países nórdicos, as congregações religiosas floresceram com associações que operavam de forma mais ou menos democrática e que se tornaram núcleos de movimentos reformistas muito antes das pessoas comuns na Europa gozarem do direito de se associar; as associações vinculadas às igrejas acabaram tornando-se modelos para a própria ação secular. É bastante provável que a prevalência de tais associações reformistas durante o século XVIII em países como a Noruega, a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia tenha estabelecido a base necessária para o desenvolvimento precoce dos movimentos sociais e das instituições democráticas no Norte (TILLY, 2013, p.45).

O quarto e último arranjo diz respeito aos movimentos revolucionários. Se observarmos a história europeia anterior ao século XVII, veremos que as mobilizações revolucionárias algumas vezes difundiam ideias de consenso coletivo e de igualitarismo radical. Muitas dessas mobilizações foram influenciadas pelas tradições pietistas e também do cristianismo primitivo. Na Inglaterra, por exemplo, os “quakers”, os “congregacionistas” e outros diversos tipos de protestantes dissidentes fizeram pressões por modelos políticos mais igualitários. Alguns desses grupos defendiam que o governo fosse feito por um parlamento eleito por sufrágio masculino. Os quakers foram além, pois já tinham instituído uma certa igualdade entre homens e mulheres em suas congregações (TILLY, 2013).

Charles Tilly chama atenção para o fato de que quase um século depois, outros movimentos revolucionários começaram a surgir, e não mais apenas na Europa. O ponto central é que a partir desse momento – século XVIII – os revolucionários democráticos começaram a vencer, modificando totalmente ou de maneira considerável a ordem estabelecida. A Revolução Americana (1765-1783) é um ótimo exemplo de um movimento que lutava por questões democráticas.

A Revolução Americana começou como uma resistência aos impostos reais e aos controles comerciais impostos pela coroa britânica, em uma tentativa de repor as grandes perdas financeiras que teve durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Mas, ao se organizarem em torno da questão dos impostos sem uma representação, os revolucionários americanos logo passaram a pensar em programas democráticos. Eles não apenas organizaram comitês de correspondência, vinculando a resistência à arbitrariedade do poder britânico em suas colônias, mas também exigiram direitos de representação junto ao rei e ao parlamento. E, além disso, oponentes da arbitrariedade do governo dentro da própria Grã-Bretanha também aderiram à causa. Eles começaram a articular doutrinas baseadas na ideia de soberania popular. (TILLY, 2013, p.46).

É possível constatar que durante o século XVIII movimentos desse tipo também existiram na Holanda. Nesse período, houve naquele país uma emergência de demandas que buscavam uma participação mais ampla em províncias e governos locais. A luta pela autonomia no plano local era uma das principais bandeiras dos revolucionários holandeses (TILLY, 2009). Em 1870, ocorreu a chamada “Revolta Patriota” que se inspirou nitidamente na Revolução americana que ocorrera anteriormente<sup>3</sup>. Os Patriotas convocaram uma revolução para exigir a solução para numerosos problemas internos.

De acordo com Tilly, eles formaram comitês de cidadãos – provavelmente inspirados nos comitês americanos – e começaram a organizar milícias formadas por cidadãos ao longo das cidades holandesas. “Em um sistema político altamente segmentado, a incessante pressão sobre autoridades locais e regionais realmente surtiu efeito” (TILLY, 2013).

Ainda analisando os movimentos revolucionários que eclodiram no século XVIII, Tilly se volta então para o caso da Revolução Francesa. Em sua fase inicial, a Revolução Francesa estabeleceu um dos modelos de governo democrático nacional mais influentes da história. “Em um gesto ateniense que Maquiavel teria deplorado, os primeiros revolucionários substituíram o rei soberano e todo o seu conselho por um parlamento eleito pelos cidadãos de forma ampla” (TILLY, 2013).

---

<sup>3</sup> R.R. Palmer destaca a Revolta Patriota holandesa de 1780 e a Revolução Americana como representantes significativos das correntes democráticas revolucionárias. Existe uma relação entre esses dois movimentos, pois, como se sabe, as forças holandesas ajudaram indiretamente nas guerras da Revolução Americana. Outra relação que pode ser percebida entre esses dois movimentos diz respeito à clara influência que a Revolução Americana teve sobre os Patriotas holandeses. Charles Tilly fundamenta a sua argumentação com base nessa contribuição realizada por Palmer.

A partir de 1799, já sob o governo do Napoleão, a democracia desapareceu na mesma proporção que o poder do Estado aumentou. Porém, Tilly tem o cuidado de nos lembrar que mesmo sob o regime autoritário de Napoleão as lutas revolucionárias continuaram a existir (TILLY, 2006). Em rápido resumo, o autor relata as mudanças políticas que ocorreram na França ao longo do século XIX:

Durante o século XIX, entre 1815 e 1848, a França não apenas vivenciou um retorno às monarquias, a da Restauração e a de julho, como ainda passou por outra revolução democrática antes de regressar a um regime autoritário sob o governo de Luís Napoleão Bonaparte. Uma revolução relativamente pacífica e democrática (1870) precedeu um ano de lutas com e dentro das Comunas de Paris e de outras grandes cidades (TILLY, 2013, p.48).

Os movimentos revolucionários que aconteceram na França representam bem as lutas políticas que ocorreram em alguns países durante os séculos XVIII e XIX. Esses movimentos visavam uma verdadeira modificação da ordem estabelecida a partir de uma participação mais ampla do povo nos assuntos públicos. Percebe-se então que os movimentos revolucionários tinham como demandas centrais alguns dos elementos da democracia. Através de suas lutas, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, eles modificaram decisivamente a ação política no Ocidente.

Portanto, temos que para Charles Tilly, os fundamentos históricos das democracias contemporâneas encontram-se nesses quatro arranjos que colocamos acima. Tomando a democracia como um regime em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes, o autor nos mostra que as oligarquias mercantis, as comunidades de camponeses, as seitas religiosas e os movimentos revolucionários forneceram as bases para a criação e o desenvolvimento do regime democrático no plano nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- OSBORNE, Roger. **Do povo para o povo: uma nova história da democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



PALMER, R.R. **The age of democratic revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1964.

TILLY, Charles. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **Las revoluciones europeas (1492-1992)**. Barcelona: Editorial Crítica, 2009.

\_\_\_\_\_. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

## CAPÍTULO 2

# ANÁLISE DA MANCHETE E SUA INFLUÊNCIA NA EFICIÊNCIA DA RECEPÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

**Vinicius de Oliveira Scatula**

Graduado do Curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade AVANTIS - Balneário Camboriú/SC.

**Zilá Gomes de Moraes Flores**

Orientadora. Graduada em Educação Física, Mestre em Educação nas Ciências, Coordenadora e docente da Faculdade AVANTIS.

---

### RESUMO

O voleibol é praticado por cerca de 500 milhões de pessoas, 33 milhões estão inscritos em federações, 220 países são filiados a FIVB (Federação Internacional de Voleibol), e com o passar dos anos o mesmo sofreu modificações em suas regras, estilo de jogo e na técnica individual ou coletiva, por isso, os jogadores devem respeitar posições, posturas, demandas técnicas e físicas. Nas Olimpíadas de Tóquio (1964) verificou-se que para a realização de defesas e recepções de saques os jogadores utilizavam muito da manchete, sabendo disso, fez-se necessário analisar o fundamento manchete na recepção de atletas de voleibol da cidade de Balneário Camboriú/SC tendo como posicionamento a perna dominante e não dominante no momento da realização, com o intuito de identificar fatores que poderiam influenciar na eficiência do mesmo. Conclui-se que para o grupo de atletas desta pesquisa, a eficiência na recepção não é interferida através da perna colocada a frente da outra e muito menos faz referência ao lado que o mesmo realiza o fundamento. Porém, acredita-se que os atletas possuam uma boa leitura de modo que venha adaptar-se ao momento do jogo e suas variações, ou seja, analisar a situação do jogo e então decidir qual o melhor gesto técnico ou adaptação do mesmo para atingir a eficiência desejada.

**Palavras-chave:** Voleibol. Manchete. Eficiência.

## **INTRODUÇÃO**

O tema desta pesquisa foi Análise do Fundamento Manchete e sua Influência na Eficiência da Recepção sendo ela uma visão dos treinadores de voleibol do vale de Itajaí, sendo esta escolha justificada pelo fato de que os atletas devem buscar aprimorar suas habilidades técnicas para obter melhor rendimento na recepção. Portanto pergunta-se: Qual a técnica adequada para que a eficiência de um atleta seja alta?

Assim o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o fundamento manchete na recepção do saque de atletas de voleibol da cidade de Balneário Camboriú/SC tendo como posicionamento a perna dominante e não dominante no momento da realização, tendo como Objetivos específicos: Identificar as técnicas adequadas para a realização da recepção de manchete; apresentar a eficiência na realização da recepção de manchete do grupo de treinamento de voleibol da cidade de Balneário Camboriú.

As técnicas ideais, os padrões estabelecidos ou os estilos pré-determinados são assuntos frequentemente discutidos entre treinadores e professores de iniciação de voleibol. Conhecer e buscar aperfeiçoar seus conhecimentos sobre técnica, para que o atleta possa ser mais eficaz, pode ser um dos fatores que levem treinadores a pesquisar tal tema e aprofundar seus métodos de treinamento.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa classifica-se segundo Mattos, Rosseto Júnior e Blecher (2008) como um estudo de caso considerando que a amostra se resume em dois grupos específicos, exploratória, pois terá o envolvimento direto do pesquisador, tem a característica de conhecer um tema ainda pouco explorado, ou seja, ampliar o conhecimento de determinado assunto possibilitando novas pesquisas e questionamentos. Apresenta-se também como uma pesquisa de caráter descritivo e correlacional, sendo que a mesma tem a finalidade de descrever características buscando estabelecer uma relação do objeto de estudo, correlacionando fatos e fenômenos sem manipulá-los.

Quando comparada à pesquisa exploratória, a única diferença que podemos detectar é que o assunto já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente.

A pesquisa foi realizada em fases, a primeira foi realizada mensuração da estatura, realizada com uma trena de aço fixada em uma

parede lisa, sem rodapé, com base nivelada, estando o avaliado em posição ortostática, com os pés unidos procurando tocar o instrumento de medida com os calcanhares, cintura pélvica, cintura escapular e região occipital. A medida foi determinada estando o indivíduo com a cabeça orientada no plano de Frankfurt devidamente estabelecido. Em seguida, realizamos a verificação da massa corporal total (peso), onde verificamos com auxílio de uma Balança Digital, colocada em uma base plana e fixa com o avaliado descalço com o mínimo de roupa possível, em cima e no centro da plataforma, ereto e com o olhar em ponto fixo à sua frente, e com a cabeça orientada pelo plano de Frankfurt. Verificamos as dobras cutâneas e diâmetros. As dobras cutâneas nos dão a estimativa da composição corporal esse procedimento utiliza-se o adipômetro. Para este trabalho foi verificado as seguintes dobras: Dobra Cutânea Tricipital (É medida na face posterior do braço, paralelamente ao eixo longitudinal, no ponto que compreende a metade da distância entre a borda súpero-lateral do acrômio e o olecrano), Dobra Cutânea Subescapular (A medida é executada obliquamente em relação ao eixo longitudinal, seguindo a orientação dos arcos costais, sendo localizada a dois centímetros abaixo do ângulo inferior da escápula), Dobra Cutânea da perna medial (sentado, com a articulação do joelho em flexão de 90 graus, o tornozelo em posição anatômica e o pé sem apoio. A dobra é pinçada no ponto de maior perímetro da perna) e Dobra Cutânea Supra Ilíaca (É obtida obliquamente em relação ao eixo longitudinal, na metade da distância entre o último arco costal e a crista ilíaca, sobre a linha axilar medial. É necessário que o avaliado afaste o braço para trás para permitir a execução da medida A segunda fase foi realizada através dos testes neuromotores: Flexibilidade, agilidade, impulsão vertical e força explosiva de membros superiores e inferiores. Todos estes testes serão realizados de acordo com PROJETO ESPORTE BRASIL PROESP-Br (GAYA, et. al., 2015), e os protocolos registrados em Marins e Giannichi (2003).

O teste de Flexibilidade (sentar e alcançar), onde o avaliado deve estender as pernas sobre uma fita métrica no solo, com marca de 38 cm horizontalmente e um pedaço de fita adesiva de 30 cm em perpendicular. O sujeito a ser avaliado deve estar descalço e estender as pernas tocando os calcanhares na marca de 38 centímetros e estarem separados 30 centímetros.

A impulsão vertical tem por finalidade avaliar a força explosiva de membros inferiores do sujeito, o teste se dá pelo posicionamento do sujeito ao lado de uma fita métrica fixada na parede, ao sinal o avaliado realizará um salto verticalmente e com as pontas dos dedos sujas com giz de quadra negro

fazer uma marca no ponto mais alto que alcançar na parede. (GAYA, et. al., 2015)

Para verificar a potência de membros inferiores realizamos o teste de impulsão horizontal. Este teste é realizado com uma fita métrica fixa no chão. O avaliado inicia no ponto zero. Ao sinal o mesmo salta para cima e para frente o mais distante possível do ponto zero e é verificado a distância do ponto zero até o calcâneo do mesmo. São realizadas duas tentativas e a de maior valor será considerada. (GAYA, et. al., 2015).

O teste Shuttlerun (protocolo de Jhonson e Nelson) tem por finalidade a avaliação da agilidade neuromotora. O sujeito coloca-se em afastamento ântero-posterior das pernas, com o pé anterior o mais próximo possível da linha de saída. Com o sinal do avaliador o sujeita inicia o teste com o acionamento concomitante do cronômetro, em ação simultânea, corre à máxima velocidade até os blocos dispostos a 9,14m (nove metros e quatorze centímetros) de distância. Pega um deles e retorna ao ponto de partida, em seguida, retorna em corrida, para busca do segundo bloco. Termina o teste quando o sujeito ultrapassar a marca de início da prova e colocar o segundo bloco atrás da marca. (MARINS, GIANNICHI, 2003).

Para verificar a força explosiva de membros superiores utilizou-se do teste de arremess o de medicineball. O teste se dá com o sujeito sentado com as costas encostadas na parede, joelhos estendidos e segurando a bola encostada ao peito. Solicitando o aluno estenderá os cotovelos e lançará a bola o mais longe possível em duas tentativas. A marcação se dará através de uma fita métrica saindo da parede até o local onde a bola tocar o solo.

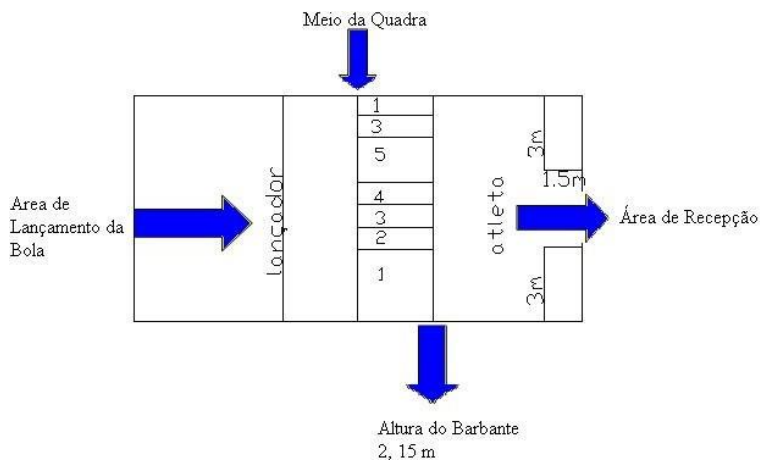
Para finalizar verificamos a eficiência do fundamento, adaptou-se o teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) que sugerem como instrumento de verificação de eficiência dividir a quadra, especificamente a área compreendida da linha central até a linha dos 3 metros em 5 quadrantes, sobrepor a linha dos 3 metros com um barbante na altura de 2,15 metros e posicionar o atleta para executar o fundamento atrás do barbante, solicitando ao mesmo que execute o fundamento fazendo com que a bola passe por cima do barbante. Os atletas receberão 20 bolas do lado esquerdo da quadra e 20 bolas do lado direito da quadra apenas com o fundamento manchete. Sendo que 10 recepções serão realizadas do lado direito (posição número 1) da quadra com a perna direita e 10 com a perna esquerda, e as outras 20 recepções serão realizadas do lado esquerdo da quadra (posição número 5), sendo, 10 com a perna esquerda na frente e 10 com a perna direita na frente. Para este estudo desconsiderou-se as recepções no meio da quadra (posição número 6)

A classificação da eficiência do fundamento será dada através da localização onde a bola cair dentro das marcações na quadra. Sendo que utilizou-se as marcações de Margaroto Junior e Deprá (2010) que estão de acordo com Shondell e Reynaud (2005), em que descreve-se uma boa recepção é alto o suficiente para que o levantador da equipe posicione-se embaixo da bola, neste caso delimitou-se 2 metros e 15 centímetros, em uma área de aproximadamente 30 a 60 centímetros da rede e de 3 a 4,5 metros da linha lateral direita.

Para este estudo, sugerimos a classificação como 4 e 5 como Bom, 3 e 2 como regular e 1 como Ruim. Quando o atleta não atingir nenhum dos objetivos localizados dentro da linha dos 3 metros será pontuado como Ruim a recepção. Foi considerado pontuação zero para aquele sujeito que errar a recepção de modo que a bola não caia dentro de uma das pontuações, para a recepção que passar por baixo da fita que determina a altura ou bolas que tocarem a rede, conforme a figura 1:

Figura 1- Modelo da quadra onde será realizado os testes.

Fonte: MAGAROTTO JUNIOR, Luiz Antonio. DEPRA, Pedro Paulo. Validação de lista para análise qualitativa da recepção no voleibol. Motriz, Rio Claro, v.16 n.3 p.571-579, jul./set. 2010.



Foram realizadas 10 recepções por cada atleta, cada avaliado pode atingir a pontuação máxima de 50 pontos, assim ao somarmos os valores obtidos em cada recepção chegaremos a um número final, para melhor expressar esses resultados propomos a seguinte tabela de classificação, já que não podemos utilizar a forma original de classificação sugerida por

Magarotto Junior e Deprá (2010) pois não aplicamos todos os testes sugeridos por eles, lembramos que nossa opção foi por utilizar apenas este que vinha ao encontro do objetivo da pesquisa que foi analisar o fundamento manchete na recepção de atletas de voleibol da cidade de Balneário Camboriú/SC tendo como posicionamento a perna dominante e não dominante no momento da realização, sendo assim propomos a seguinte classificação descrita na tabela 1 considerando a efetividade da recepção, a seguir:

Tabela1- Faixas de classificação

Pontos percentílicos	Faixa
0 – 19	Ruim
20 – 39	Bom
40 – 50	Excelente

Fonte: Sugestão dos pesquisadores.

## **VOLEIBOL: COMO SE JOGA?**

De acordo com Guilherme (2002) o voleibol foi criado no ano de 1895 pelo americano Willian Morgan que tinha o intuito de evitar o cansaço nos homens mais idosos. O meninote, assim chamado inicialmente, tinha por objetivo manter a bola no ar, sendo jogada para o outro lado de uma rede com as duas mãos.

De acordo com Müller (2009) cerca de 500 milhões de pessoas praticam voleibol, 33 milhões estão inscritos em federações, 220 países são filiados a FIVB (Federação Internacionalde Voleibol).

Essa modalidade esportiva é considerada para Müller (2009) um esporte coletivo e sem contato, apreciado por homens e mulheres de todas as classes sociais. Pode ser jogado em pequenos espaços e com número de participantes de acordo com o disponível, ou, com seis participantes em uma quadra de 18 metros de comprimento e 9 metros de largura, com uma rede de 2 metros e 24 centímetros para o feminino adulto e 2 metros e 43 centímetros para o masculino adulto que dividi os 18 metros em duas partes de 9 metros por 9 metros.

O objetivo do jogo para Müller (2009) é realizar o ato de “rebater a bola” por sobre a rede, caracterizada pelo mesmo como sendo um “rali” até que uma das equipes deixe a bola cair no chão.

Além das grandes dimensões Brojikian (2008) aponta uma outra divisão, a linha de três metros. Essa divisão caracteriza os jogadores de ataque e os jogadores de defesa. Ainda denomina cada espaço da quadra por uma numeração, onde cada jogador ao entrar na quadra deverá ocupar um desses espaços chamados por números de 1 até 6. Essa numeração se dá para localizar as posições que cada jogador se encontra e a partir dela que se realiza o rodízio. O rodízio é realizado em sentido horário, é obrigatório e tem por finalidade fazer com que todos os jogadores passem por todas as posições da quadra.

## **O JOGADOR DE VOLEIBOL: HABILIDADES, TÉCNICA E A RECEPÇÃO**

Cada modalidade dentro de seus aspectos históricos cria variadas formas de treinamento. O voleibol em específico passa por diversas transformações em sua estrutura até chegar aos padrões de hoje, que exigem muito fisicamente de seus praticantes. Segundo Hespanhol e Arruda (2008, p.21) “o perfil físico dos voleibolistas em uma partida tem sido caracterizado pelos propósitos de quantificar e qualificar as ações/atividades realizadas em uma ação/atividade e outra”. Atualmente, para Müller (2009) o voleibol deixou de ser um esporte parado sem desgaste físico e passou a ser um esporte de agilidade, velocidade, resistência muscular localizada, resistência aeróbica, resistência anaeróbica, força explosiva, equilíbrio e flexibilidade.

Para Müller (2009) o padrão de movimento, a habilidade, a técnica e o estilo do jogador ajudam ao treinador a perceber que se pode melhorar o rendimento do sujeito através das habilidades motoras. Concordando com Müller, Bompa (2012) descreve que o treinador deve se preocupar com o desenvolvimento físico multilateral, que incluem as habilidades motoras, resistência, força, velocidade e flexibilidade.

Todas as funções do voleibol exigem peculiaridades na preparação física, as quais devem constar do planejamento, objetivando a melhor preparação possível dos jogadores, a fim de que estes possam desempenhar suas atribuições sem limitações. O jogador deve possuir diversas qualidades, tais como: flexibilidade, amplitude articular, velocidade de deslocamento, resistência muscular localizada e força explosiva. (BOSSI, 2008, p.17)

O desenvolvimento inadequado das habilidades motoras pode gerar fatores negativos dentro do processo de aprendizagem técnica, de



acordo com Costa (2001), por isso, o mesmo descreve que quanto melhor for realizado o desenvolvimento da coordenação melhor será o desenvolvimento da técnica específica do voleibol. Para Costa (2001, p.57) “técnica é a capacidade de utilização das habilidades específicas, utilizadas com o mínimo de esforço e com máxima precisão, dentro do desporto”. Dentro do voleibol, ainda para Costa 2001, p.69:

Muito se discute sobre a forma ideal de se realizar cada um dos fundamentos técnicos. Alguns técnicos têm determinada preferência por este ou aquele estilo técnico, mas o que irá fazer a diferença, com certeza, será a individualidade do atleta, ou seja, sua melhor adaptação e performance dentro de um determinado estilo, sem que isso venha prejudicar seu organismo a curto ou a longo prazo.

Pensando nos fundamentos recorremos a uma boa técnica para melhor desempenho do mesmo, de acordo com Carr (1998, p. 5) a técnica é o padrão ou a sequência de movimentos que um atleta utiliza para desempenhar uma habilidade esportiva, em que

[...] todos os atletas de nível mundial, não importa o esporte, utilizam técnica superior, baseada no melhor uso dos princípios mecânicos que controlam o movimento humano. Porém, é importante lembrar que os movimentos refinados e elaborados que você vê na técnica de um atleta de elite, raramente, ocorrem por acaso. Da mesma forma, é praticamente impossível para um atleta alcançar um nível mundial sem a assistência de alguém que saiba por que é melhor desempenhar os movimentos em uma habilidade esportiva de uma forma ou de outra.

O voleibol possui características próprias adquiridas com o decorrer do tempo, Müller (2009) destaca que os jogadores devem respeitar posições, posturas, demandas técnicas e físicas. Para Brojikian as posições de expectativa (posições básicas) e a movimentação (deslocamentos) devem ser as primeiras técnicas ensinadas pelo técnico. Brojikian (2005, p.69) descreve que,

A posição básica é aquela que introduz a execução dos demais fundamentos. Deve ser executada de tal forma que permita a pronta entrada em ação por parte do atleta, pois a dinâmica do voleibol requer intervenções

imediatas. Além de ser cômoda, ela deve favorecer deslocamentos rápidos em qualquer direção.

Para Costa (2001), a posição básica é denominada posição de expectativa, tendo ela características específica para cada fundamento, porém nos prenderemos apenas na posição com finalidade dos toques acima da cabeça ou abaixo. Para Costa (2001, p. 71) este posicionamento se dá com:

Pernas semiflexionadas, afastadas um pouco além da abertura dos ombros; um pé ligeiramente à frente do outro; tronco inclinado à frente; braços para fora e ao lado do corpo, com as palmas das mãos voltadas para dentro; cotovelos semiflexionados e voltados para baixo.

Ribeiro (2008) complementa a posição básica com a elevação dos calcanhares. Essa posição básica serve para facilitar os deslocamentos e a realização dos fundamentos técnicos de recepção.

A posição básica para o jogador de voleibol é de extrema importância, pois através dela se desenvolverá outros fundamentos, principalmente de recepção. A recepção ou passe de acordo com Guilherme (2002), é o envio da primeira bola vinda da quadra adversária a fim de executar o levantamento. É de se considerar que existe a defesa que denominada assim após um ataque do adversário. Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) descrevem que nas Olimpíadas de Tóquio a defesa baixa (manchete) passou a ser a principal forma de recepção causada pelo efeito do saque. Para este trabalho utilizamos apenas do fundamento recepção após a realização de um saque.

Quando pensamos em recepção é importante considerar que a bola normalmente não é direcionada exatamente onde o jogador se encontra, por isso, faz-se necessário movimenta-se até a bola. Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) consideram que a análise da trajetória da bola é fundamental na qualidade e eficiência da recepção. Eles ainda consideram que a antecipação da ação de receber o saque possibilita o atleta a ser mais preciso no direcionamento da bola. Shondell e Reynaud (2005) consideram importante a movimentação até a bola com no máximo três passos e parar para a realização do fundamento voltando à posição média antes do contato com a bola.

Para a realização dos fundamentos de recepção podemos usar de dois gestos técnicos, o toque ou a manchete. Para Brojikian (2008, p.73) a manchete é o fundamento mais usado para a recepção de saques e defesas de bolas cortadas. Para o mesmo autor a manchete deve ser executada com

o antebraço, pois essa região aguenta fortes impactos. Restringimos este trabalho apenas na análise da recepção de manchete.

Para Bizzocchi (2008) a manchete deve ser executada com os antebraços na altura da cintura, entretanto sua execução dependerá das movimentações para chegar à bola. A recepção para o mesmo autor é a situação que exige maior precisão, pois a partir dela é que o levantador cria sua estratégia de ataque. Faz-se um complemento com Ribas (2014, p. 78),

Manchete (passe por baixo): a partir da posição de expectativa, o posicionamento correto para a execução da manchete: os braços devem estar estendidos, as mãos unidas e os ombros projetados para frente, rebatendo a bola com o antebraço. Que é uma região que apresenta maior superfície de contato e que também propicia um melhor direcionamento no momento da recepção/passe. No movimento de ataque a bola – na recepção do saque – as pernas se estenderão, o peso do corpo é transferido para a perna da frente e os braços se movimentam muito pouco, com a musculatura enrijecida.

Para facilitar essa recepção Santini (2007) descreve que do lado direito na quadra (posição número 1) o jogador deve realizar a recepção de manchete com a perna direita na frente, e, do lado esquerdo da quadra (posição número 5) o jogador deve realizar a recepção com a perna esquerda na frente.

Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) afirmam ainda que a eficiência da recepção sobretudo está diretamente ligada na antecipação, por isso, se faz necessário que o atleta analise previamente a trajetória do saque adversário, estabeleça a profundidade, força e velocidade da bola e isso pode estar relacionado com uma boa visão e relação de tempo-espço.

Uma boa recepção para Ribas (2014) na iniciação deve ser caracterizada por uma trajetória alta e parabólica, já no alto rendimento predomina-se um passe com maior velocidade, diminuindo a altura e aumentando a velocidade, pois o jogo necessita ser mais rápido.

Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) ainda afirmam que o gesto técnico não está na biomecânica perfeita, mas está na sua adaptação ao momento do jogo e suas variações, ou seja, o sujeito que a realiza deve ser capaz de analisar a situação do jogo e então decidir qual o melhor gesto técnico ou adaptação do mesmo para atingir a eficiência desejada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após a aplicação da bateria de testes neuromotores do Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015), a qual leva em consideração que crianças e adolescentes devem ser classificados em dois estados: Zona de risco à saúde ou Zona saudável, os resultados obtidos foram analisados e apresentados a seguir. Os dados foram tabulados no programa Excel® da Microsoft.

No total de 25 participantes, 9 do gênero feminino possuíam idade entre 13 anos e 18 anos e os 16 do gênero masculino entre 14 anos e 17 anos. Nas tabelas 1 e 2 estão registradas as médias e os Desvios Padrão dos resultados obtidos na avaliação antropométricas por participantes separados por sexo, para assim facilitar a visualização dos mesmos pelo leitor:

**Tabela 2-** Valores dos dados individuais obtidos pela avaliação antropométrica dos participantes da pesquisa do gênero masculino

Avaliado	Idade (meses)	MCT (Kg)	Estatura (metros)	Perímetro da Cintura (cm)	DC TR (mm)	DC SE (mm)	DC PM (mm)
1	179	57,8	1,73	67	8,5	7,6	8,5
2	211	81,1	1,82	84,0	12	13	12,5
3	185	59,3	1,77	66	8,5	7,2	7
4	166	63,0	1,71	72,5	9	9,5	7
5	209	76,7	1,80	77	9,5	9	9,8
6	185	58,9	1,76	68	8,5	6,4	8,5
7	211	67,7	1,87	68	7	6	6,8
8	186	62,8	1,77	70	5,6	6,5	5,5
9	183	68,4	1,76	76	6,2	7,4	7,8
10	202	84,3	1,98	76	6	7	6,5
11	195	58,6	1,72	72	8	9	8,5
12	210	56,4	1,74	68	7	9,3	6,5
13	192	69,1	1,77	73	10,5	9,5	7,2
14	175	55,1	1,70	67	6,8	7	6
15	196	79,5	1,96	75,5	12,5	19	11,5
16	186	70,1	1,82	73	9,5	13,5	16,5
Média	192,66	69,11	1,79	73,47	8,78	9,68	8,7
Desvio Padrão	±14,87596	±11,95567	±0,089496	±6,304695	±2,257602	±3,661123	±2,765757

Onde: MCT: Massa Corporal Total; DC TR: Dobra Cutânea Tricipital; DC SE: Dobra Cutânea Subescapular; DC PM: Dobra Cutânea Perna medial. A idade foi expressa em meses.

Fonte: Dados da pesquisa

**Tabela 3-** Valores dos dados individuais obtidos pela avaliação antropométrica dos participantes da pesquisa do gênero feminino

Avaliada	Idade (meses)	MCT (Kg)	Estatura (metros)	Perímetro da Cintura (cm)	DC TR (mm)	DC SE (mm)	DC PM (mm)
1	215	59,2	1,7	70	17,2	9,2	9,5
2	181	47,8	1,63	62	10	8,5	8,5
3	191	54,1	1,62	65	15	11,5	13,5
4	179	60,4	1,62	69	6,5	9,5	5,5
5	162	54,6	1,59	66	14	8	9
6	200	57,3	1,65	69	16	16,5	12
7	221	54,1	1,6	66	13,5	13,8	13
8	204	59,5	1,8	64,8	14	9,5	13,5
9	203	76	1,76	77	12	14	18,5
Média	195,11	58,11	1,67	67,64	14,58	11,16	11,44
Desvio Padrão	±18,71	±7,74	±0,07	±4,31	±4,60	±2,95	±3,78

Onde: MCT: Massa Corporal Total; DC TR: Dobra Cutânea Tricipital; DC SE: Dobra CutâneaSubescapular; DC PM: Dobra Cutânea Perna medial. A idade foi expressa em meses.

Fonte: Dados da pesquisa

Foram calculados os índices de massa corporal (IMC) de cada participante a partir dos dados de Massa Corporal Total (MCT) e da Estatura, aplicando da fórmula  $Kg/E^2$ , sendo seus valores analisados pelas tabelas da OMS (2006, 2007, *apud* BRASIL, 2011) e classificados como magreza acentuada, magreza, eutrofia, sobrepeso, obesidade e obesidade grave. Na tabela3 foram expressos os resultados dessa interpretação:

**Tabela 4-** Classificação do IMC/idade obtidos, segundo as tabelas da OMS (2006, 2007, *apud* BRASIL, 2011).

IMC	Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade grave		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
<b>Masculino</b>	13	81,25	3	18,75	0	0	0	0	16	100
<b>Feminino</b>	7	77,77	2	22,22	0	0	0	0	9	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Os dados das tabelas 1, 2 e 3 apontaram que a maioria dos avaliados se encontram em situação de Eutrofia, descritos em especial para 81,25% do gênero masculino e 77,77 do gênero feminino dos avaliados com classificação abaixo do ponto de corte de baixo peso e 18,75% do gênero masculino e 22,22 do gênero feminino dos avaliados apontam a condição de sobrepeso, devendo serem observados, já que os mesmos se encontram classificados em uma zona de risco segundo as orientações do Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015). Verifica-se também que de acordo com a classificação de Fernández et al. (2004) que os sujeitos desta pesquisa encontram-se sem riscos para comorbidades referente a circunferência de cintura. Para concluir utilizou-se também a classificação de Lohman (1987) para indicar a massa gorda dos sujeitos, e encontrou-se, em um nível ótimo para todos os avaliados, sendo assim os sujeitos desta pesquisa encontram-se em uma zona de classificação saudável, por isso, desconsiderou-se como influenciador do resultado peso ou percentual de gordura dos mesmos no resultado do teste de recepção.

Na tabela 4 foram apresentados os dados do teste de flexibilidade, e na tabela 5 a seguir, foram expressos os dados referentes aos testes de força de membros inferiores e de membros superiores, seguindo o protocolo da bateria já citada, e o teste de sh observamos que a maioria dos resultados estão classificados em uma zona saudável

**Tabela 5-** Dados obtidos no teste de flexibilidade da bateria do PROESP-BR/UFRGS, (GAYA, et al, 2015)

Teste de Flexibilidade	Classificação	Resultados obtidos na aplicação da bateria		Total	
Feminino	Zona Saudável	n 4	% 44,44	n 9	% 100
	Zona de Risco à Saúde	n 5	% 55,55	n 9	% 100
Masculino	Zona Saudável	n 16	% 100	n 16	% 100
	Zona de Risco à Saúde	n 0	% 0	n 16	% 100

Fonte: dados da pesquisa, 2016

**Tabela 6-** Dados obtidos nos testes de resistência cardiorespiratória, flexibilidade, abdominal, resistência de Membros inferiores e de membros superiores da bateria do PROESP- BR/UFRGS, (GAYA, et al, 2015) e de agilidade (MARINS, GIANNICHI, 1998)

Classificação Teste de Agilidade – ShuttleRun		Fraco		Razoável		Bom		M. Bom		Excelente		Total	
Feminino	Resultados do teste	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	7	77,77	1	11,11	1	11,11	9	100
Masculino	Resultados do teste	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	1	100	6	0	0	0	16	100
Classificação Teste de Força Explosiva de MI		Fraco		Razoável		Bom		M. Bom		Excelente		Total	
Feminino	Resultados do teste	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	8	88,88	0	0	1	11,11	9	100
Masculino	Resultados do teste	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	8	50	5	31,25	3	18,75	16	100
Classificação Teste de Força Explosiva de MS		Fraco		Razoável		Bom		M. Bom		Excelente		Total	
Feminino	Resultados	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	1	11,11	4	44,44	4	44,44	9	100
Masculino	Resultados	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		0	0	0	0	1	6,25	1	62,50	5	31,25	16	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Após a avaliação das capacidades neuromotoras que influenciam na recepção de um sujeito, a partir dos testes de: flexibilidade, força de membros inferiores e membros superiores, e o teste de agilidade, de acordo com Müller (2009). Como percebemos nos resultados apresentados no teste de flexibilidade as meninas apresentaram escores de 44,44% do grupo em uma zona saudável e 55,55 em zona de risco a saúde de acordo com Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015), podendo então ser uma das justificativas para o resultado na eficiência da recepção. Quanto os meninos estão em sua totalidade, em situação saudável de acordo com o Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015), fazendo assim a desconsideração deste teste como justificativa para na eficiência da recepção.

Sobre a força explosiva de membros superiores, na qual executamos movimentos rápidos ao longo das ações diárias das mais simples as mais complexas, conhecida como potência ou força explosiva, encontraram o resultado de 11,11% classificados como bom, 44,44 como

muito bom e 44,44 como excelente para o sexo feminino e 6,25% classificado como bom, 62,5 como muito bom e 31,25 como excelente para o sexo masculino, de acordo com o Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015), apontando que para a força explosiva de membros superiores os sujeitos dessa pesquisa se encontram em uma zona considerável aceitável, de modo que este item não possa influenciar no resultado final da eficiência na recepção de manchete. É importante destacar que ainda que seja um fator influenciador no resultado da recepção, Ribas (2004) descreve que se utiliza pouco da movimentação dos braços no movimento de recepção, desconsiderando assimétrica influência quando observado a força explosiva aplicada no movimento.

A força explosiva de membros inferiores para o sexo feminino apresentou 88,88% dos resultados classificados como bom e 11,11% como excelente, já para o sexo masculino apresentou 50% como bom, 31,25% como bom e 18,75% como excelente, de acordo com o Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015), apontando que os sujeitos desta pesquisa encontram-se em um estado aceitável para tal capacidade, fazendo com que este fator passe a ser desconsiderado para o resultado da eficiência da recepção.

Shondell e Reynaud (2005) apontam que o sujeito necessita de no máximo de três passos para aproximar-se da bola e realizar a recepção de manchete, consideramos a agilidade e velocidade um fator influenciador na eficiência do fundamento estudado. Após a aplicação do teste Shuttle Run, de Johnson e Nelson (1986), para o sexo masculino encontrou-se 100% dos sujeitos classificados com bom e para o sexo feminino 77,77% classificado como bom, 11,11% como muito bom e 11,11% como excelente. Podemos considerar que os sujeitos desta pesquisa encontram-se dentro de padrões aceitáveis para realização dos deslocamentos necessários na realização da recepção.

É importante relatar que para esta pesquisa se restringiu a utilização dos dados apresentados acima, pois verificou-se que são os principais influenciadores na recepção de manchete dos sujeitos. (COSTA, 2001; SHONDELL, REYNAUD, 2005; BIZZOCCHI, 2008; RIBAS, 2004).

Considerando a metodologia de treinamento para os atletas desta pesquisa, destaca-se o desenvolvimento da técnica através das contribuições de Carr (1998), onde o mesmo aponta a técnica como o padrão de movimento ou a sequência de movimentos que o atleta utiliza para desempenhar tais habilidades, seguindo da contribuição de Santini



(2009) onde o mesmo sugere atleta deve realizar o fundamento manchete com a perna à frente com referência ao lado que se encontra na quadra, ou seja, quando o sujeito realizar a recepção da manchete do lado direito, o mesmo deve colocar a perna direita à frente, sendo assim, para o lado esquerdo deve ser feito o mesmo. Lembramos que todos os dados desta pesquisa foram analisados através de vídeos e interpretados pelos pesquisados.

No teste de Margaroto Junior e Deprá (2010), os resultados encontrados para o sexo feminino do lado direito (posição 1) e para o lado esquerdo (posição 5) se encontram nas tabelas a seguir número 6 e 7.

**Tabela 7-** Dados obtidos na aplicação do teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) para o lado direito (posição número 1 da quadra) para o sexo feminino:

Classificação	Ruim		Bom		Excelente		Total	
<b>Resultados com a perna direita</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	1	10	6	66,6	2	20	9	100
<b>Resultados com a perna esquerda</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	0	0	8	88,88	1	11,11	9	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

**Tabela 8-** Dados obtidos na aplicação do teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) para o lado esquerdo (posição número 5 da quadra) para o sexo feminino:

Classificação	Ruim		Bom		Excelente		Total	
<b>Resultados com a perna direita</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	0	0	7	77,77	2	22,22	9	100
<b>Resultados com a perna esquerda</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	0	00	8	88,88	1	11,11	9	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para o lado direito da quadra (posição número 1) o sexo feminino apresentou escores semelhantes para as duas pernas, sendo eles classificados para a perna direita com 10% dentro do grupo ruim, 66,66% no grupo bom e 20% no grupo excelente, e para a perna esquerda 0% para o grupo ruim, 88,88% para o grupo bom e 11,11% para o grupo excelente. De acordo com Ribas (2004) as atletas que apresentam uma classificação na eficiência da recepção são aquelas que realizam o fundamento em uma altura considerável (para este teste acima de 2 metros e 15 centímetros) entre as posições 2 e 3. Porém verificou-se que uma atleta encontra-se na

zona ruim para a perna direita, apontando que a mesma pode possuir dificuldades motoras para a dominância óculo-pedal, ou pode possuir dificuldades com a noção de tempo-espço, de modo que a atleta não consiga se posicionar no devido espaço para golpear a bola em tempo hábil, indo ao encontro com as contribuições de Bizzocchi (2008) que relata que o sujeito para execução de uma boa recepção deve deslocar-se e se posicionar antes do contato com a bola.

Referente aos dados para o lado esquerdo (posição número 5) se observou que o grupo foi classificado como bom e excelente para as duas pernas, de modo que com a perna direita o grupo do sexo feminino atingiu 77,77% dentro do escore bom e 22,22% classificado como excelente. Já para a perna esquerda, o grupo apresentou 88,88% como bom e 11,11% como excelente, considerando que neste caso foi uma diferença muito pequena dos resultados de um lado em relação ao outro.

Para Costa (2001) a primeira fase da recepção é o posicionamento básico, este descrito por pernas afastadas, semiflexionadas e pé ligeiramente à frente (lembrando que este pé a frente faz referência ao lado que o mesmo se encontra para este grupo de estudo). Os valores encontrados para a perna esquerda são consideráveis quando pensamos que para a realização do fundamento para o pé contrário ao lado da quadra, o grupo aqui estudado não é treinado com a perna contrária ao lado da quadra, e partindo do posicionamento básico o jogador que realiza a recepção com a perna contrária ao lado da quadra, primeiro deve realizar a troca de pernas depois fazer o deslocamento para o contato com a bola, isso nos leva a considerar que os jogadores que atingiram o percentil para as duas pernas de modo semelhante podem possuir grande controle na coordenação motora resultando assim na eficiência da realização do movimento.

Os resultados apresentados nas tabelas 8 e 9 fazem referência ao sexo masculino do lado direito (posição 1) e para o lado esquerdo (posição 5).

**Tabela 9-** Dados obtidos na aplicação do teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) para o lado direito (posição número 1 da quadra) para o sexo masculino:

Classificação	Ruim		Bom		Excelente		Total	
<b>Resultados com a perna direita</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	0	0	11	68,75	5	31,25	16	100
<b>Resultados com a perna esquerda</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	0	0	13	81,25	3	18,75	16	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

**Tabela 10-** Dados obtidos na aplicação do teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) para o ladoesquerdo (posição número 5 da quadra) para o sexo masculino:

<b>Classificação</b>	<b>Ruim</b>		<b>Bom</b>		<b>Excelente</b>		<b>Total</b>	
<b>Resultados com a perna direita</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	1	6,25	12	75	3	18,75	16	100
<b>Resultados com a perna esquerda</b>	n	%	n	%	n	%	n	%
	2	12,5	13	81,25	1	6,25	16	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os atletas do sexo masculino no teste de Margaroto Junior e Deprá (2010) apresentaram para o lado direito (posição número 1) com a perna direita 68,75% classificado com bom e 31,25% como excelente, e para a perna esquerda 81,25% como bom, e 18,75% como excelente. Os atletas aqui descritos se encontram com um bom padrão para recepção do lado direito da quadra concordando com Santine (2009) que descreve que para facilitar a recepção deve se colocar a perna referente ao lado da quadra que o mesmo se encontra, porém ao mesmo tempo, os resultados para a perna contrária (perna esquerda) para o lado direito também foram considerados significativos. Podemos então acreditar que apesar dos treinamentos do grupo aqui estudado serem apenas com a perna correspondente ao lado a frente o sujeito que apresentar um bom domínio em sua coordenação motora também realizará com eficiência a recepção com a perna contrária a frente.

Para o lado esquerdo (posição número 5) os jogadores do sexo masculino apresentaram com a perna direita à frente um valor de 6,25% ruim, 75% bom e 18,75% excelente e com a perna esquerda a frente, 12,5% ruim, 81,25% bom e 6,25% excelente. O grupo apresentou resultados consideráveis aceitáveis para a recepção a perna esquerda, porém para a perna direita 6,25% dos atletas foram classificados como ruim, descrevendo uma dificuldade para a execução da recepção para este lado com a perna direita à frente, sugerindo que o mesmo possa possuir alguma dificuldade motora na realização deste fundamento, o mesmo pode vir a ocorrer para os 12,5% de atletas que foram classificados como ruim para o lado esquerdo da quadra com a perna esquerda.

Considerando as contribuições de Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) a qualidade apresentada pelos atletas aqui estudados pode ser justificada pelo fato dos mesmos possuírem uma boa visão e compreender que cada momento de recepção do saque deve ser analisado individualmente verificando a força, trajetória e profundidade do saque.

Realizamos a Análise de variância entre os participantes desta pesquisa para verificar a existência de alguma variação entre os atletas referente à perna que se realizava a recepção. Desconsiderou-se a divisão dos grupos em masculino e feminino, já que não se distingue uma técnica específica para o masculino e uma para o feminino. Através do programa *Excel®* da Microsoft verificou-se que para o lado direito não existiu variância, pois o valor-p foi de 0,31 e este se encontra dentro do fator crítico de 4,04, ou seja, para o lado direito (posição 1 da quadra) a utilização da perna direita ou esquerda não obteve variância, e podemos considerar que a variação existente pode apenas se restringir dentro do grupo, sugerindo assim que a análise deva ser realizada para cada sujeito independente da perna que utilize no ato da recepção. O mesmo aconteceu para o lado esquerdo (posição 5), o valor-p foi de 0,54 e o fator crítico de 4,04, sugerindo que independente da perna que o atleta utilize na realização da recepção o resultado tem 95% de chance de não obter variância, ou seja, o atleta independente da perna que utilize no momento de receber a bola de manchete pode obter uma boa eficiência e o resultado dependerá apenas dos fatores que possam vir a influenciar o sujeito de modo individual.

Rizola, Matias, Oliveira e Greco (2006) concordam com Costa (2001) que aponta que a aperfeiçoamento biomecânica do gesto técnico não importa para a eficiência do fundamento, discordando das afirmações de Santine (2007) que aponta um modo melhor na realização da manchete referente aos lados da quadra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os fundamentos do voleibol com o passar do tempo se modificaram e se aperfeiçoaram, considerando que o jogo a cada dia se torna mais rápido e o objetivo principal é ser eficiente para atingir a vitória. A manchete em especial é um fundamento utilizado principalmente na recepção de saques e na defesa. Para obter uma boa eficiência neste fundamento é importante considerarmos os aspectos físicos, técnicos e psicológicos no momento de realização do mesmo.

Verificou-se neste estudo que os atletas de voleibol da cidade de Balneário Camboriú/SC apresentaram boas condições físicas após a realização da bateria de testes do Projeto esporte Brasil PROESP- BR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (GAYA, et al, 2015) e do teste de agilidade (MARINS, GIANNICHI, 1998), apontando que os fatores estipulados no estudo podem não ser caracterizados como

influenciadores no resultado da eficiência da recepção. Também considerou-se que os atletas possuem uma semelhança na eficiência para os dois lados da quadra, independente da perna usada, devido ao bom desenvolvimento das habilidades motoras e uma boa vivência/experiência em situações de recepção.

Conclui-se que para o grupo de atletas desta pesquisa a eficiência na recepção não é interferida através da perna colocada a frente da outra e muito menos faz referência ao lado que o mesmo realiza o fundamento, porém acredita-se que os atletas possuam uma boa leitura de modo que venha adaptar-se ao momento do jogo e suas variações, ou seja, analisar a situação do jogo e então decidir qual o melhor gesto técnico ou adaptação do mesmo para atingir a eficiência desejada. Sugere-se ainda que para melhor identificação dos fatores influenciadores na eficiência da recepção se faça um estudo mais aprofundado do tema, porém diagnosticamos como limitador desta pesquisa a falta de estudos relacionados a recepção de manchete e a biomecânica do fundamento.

## **REFERÊNCIAS**

BIZZOCCHI, Carlos Cacá. **Voleibol de alto nível: da iniciação à competição**. Barueri, SP:Manole, 2008.

BOMPA, Tutor O. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. São Paulo: Phorte,2012.

BOSSI, Luis Claudio. **Musculação para o voleibol**. São Paulo: Phorte, 2008.

BROJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes. **Ensinando voleibol**. São Paulo, SP: Phorte, 2008.

COSTA, Adilson Donizete da. **Voleibol – Fundamentos e aprimoramentos técnico**. Rio deJaneiro: Sprint, 2001.

CARR, Gerry. **Biomecânica dos Esportes**. Barueri, SP: Manole, 1998.

GAYA, Adroaldo. (org). **PROJETO ESPORTE BRASIL**. Porto Alegre: UFRGS. 2015.

GUILERME, Adolfo. **Voleibol à beira da quadra – técnica e tática**. 2ed. São Paulo: Hemus, 2002.

HESPANHOL, Jefferson Eduardo e ARRUDA, Miguel de. **Fisiologia do Voleibol**. São Paulo, SP: Phorte, 2008.

MAGAROTTO JUNIOR, Luiz Antonio. DEPRA, Pedro Paulo. Validação de lista para análise qualitativa da recepção no voleibol. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.3 p.571-579, jul./set. 2010.

MARINS, João C. Bouzas; GIANNICHI, Ronaldo S. **Avaliação e prescrição de atividade física: guia prático**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

MATTOS, Mauro Gomes de.; JUNIOR ROSSETTO, Adriano José.; BLECHER, Shelly. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo seu trabalho acadêmico: monografia, artigos e projeto**. 3ª Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

MULLER, Antônio José. **Voleibol: desenvolvimento de jogadores**. Florianópolis: VisualBooks, 2009.

RIBAS, João Francisco Magno. **Praxiologia motriz e voleibol: elementos para o trabalho pedagógico**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014 – 208 p. – (Coleção educação física e ensino).

RIBEIRO, Jorge Luiz Soares. **Conhecendo Voleibol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

RIZZOLA, Antonio Neto. MATIAS, Cristino. OLIVEIRA, Paulo Roberto. GRECO, Pablo Juan. O treinamento da recepção para equipes jovens de voleibol. **Revista Digital - Buenos Aires - Ano 2011 - N° 95 - abril de 2006**.

SANTINI, Joarez. **Voleibol escolar: da iniciação ao treinamento**. 1. ed. Canoas: Ed. Ulbra, 2007.

SHONDELL, Donald S. REYNAUD, Cecile. **A bíblia do treinador de voleibol**. PortoAlegre: Artmed, 2005.

## CAPÍTULO 3

### ACOLHIMENTO HUMANIZADO DO ENFERMEIRO NO SERVIÇO DE NEONATOLOGIA

**Evelyn Oliveira Rossino de França**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: evelynrossino@souunisuam.com.br

**Julia Magalhães Oliveira**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: juliamagalhaes@souunisuam.com.br

**Juliana dos Prazeres Gonçalves Fazenda da Silva**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: julianaprazeres@souunisuam.com.br

**Karine de Lima Lopes Machado**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: karinemachado@souunisuam.com.br

**Alcilea Barbosa de Andrade Vila Flor**

Enfermeira.

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense.

Docente do Curso de Graduação em Enfermagem do

Centro Universitário Augusto Motta,

UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: alcileasora@souunisuam.com.br

**Roberta Kele Ribeiro Ferreira**

Enfermeira.

Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências.

Especialista em Terapia Intensiva.

Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Enfermagem do

Centro Universitário Augusto Motta,

UNISUAM, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: betakele@souunisuam.com.br

---

## RESUMO

**Tema:** A Enfermagem Neonatal é uma área bem vista na profissão, pois o profissional possui importante papel na assistência ao recém-nascido (RN), promovendo o cuidado e garantindo sua integridade física, através do crescimento e desenvolvimento, bem como prestar a devida assistência à



família do mesmo. **Objeto:** o aspecto humanizado do cuidado segundo a percepção na assistência do enfermeiro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Questão Norteadora:** Como os enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal identificam o processo do cuidar? Qual a compreensão do cuidado humanizado para o enfermeiro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal? **Objetivos:** analisar através de revisão de literatura o processo do cuidado humanizado em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal pelos enfermeiros; descrever o processo humanizado do cuidar pelos enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Metodologia:** trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura, com intuito de sintetizar os resultados obtidos nas pesquisas sobre o tema, de forma abrangente, sistemática e ordenada. **Resultados:** é importante o plano da enfermagem na busca de cuidados não somente com os pacientes, mas também com a família, trazendo assim, uma comunicação mais humanizada, seja no contexto psicológico como no social. **Conclusão:** é importante que a equipe de enfermagem esteja preparada, não somente quanto às técnicas para a promoção da saúde, como também na abordagem e atuação humanizada ao acolhimento das famílias, dando assim, um conforto, esperança e tranquilidade.

**Palavras-chave:** Humanização; Acolhimento; Enfermeiro; Serviços de Neonatologia.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) é um setor de grande complexidade, que recebe recém-nascidos em estado grave, provenientes de parto prematuro, complicações no momento do parto ou qualquer outro evento que ponha em risco a vida deste neonato, necessitando de cuidados para preservação de sua vida, dando início a uma jornada de cuidados, geralmente longa. (FILHO *et al.*, 2019)

Neste sentido, entendemos que a UTIN é um setor com cotidiano hospitalar típico, se baseando prioritariamente na necessária tecnologia, intercalando condições técnicas, cumprimento de rotinas e procedimentos. O cuidado não se restringe somente à dimensão instrumental, é indispensável a aplicação da humanização no atendimento aos pacientes, como também aos seus responsáveis.

Sendo muito bem vista na profissão, a Enfermagem Neonatal possui importante papel na assistência ao recém-nascido (RN), promovendo o cuidado e garantindo sua integridade física, através do crescimento e desenvolvimento saudável, bem como prestar a devida assistência à família do mesmo. (SOUSA *et al.*, 2022)

Assim, o profissional de enfermagem deve minimizar o sofrimento, a dor e as sequelas do bebê, promovendo um vínculo afetivo entre a família. Torna-se importante, que esses profissionais estejam sempre atentos aos aspectos dos bebês prematuros, como por exemplo a identificação da dor do recém-nascido, das intervenções necessárias para seu alívio, bem como sempre colocando em prática os conhecimentos que foram obtidos, relacionando-os de modo que apresentem um resultado benéfico ao RN. (SOUSA *et al.*, 2022)

A prematuridade significa o nascimento de um bebê com menos de 37 semanas de gestação e que pode vir a ter sequelas no organismo, seja na parte física quanto nos aspectos psicossociais e emocionais. Sendo mais comum em mães múltíparas, bem como aquelas com pré-natal inadequado, de forma incompleta ou com início tardio, partos induzidos e cesarianas, e mulheres com intercorrências gestacionais, ruptura prematura da membrana e infecção urinária. (NASCIMENTO, 2022)

De acordo com Silva (2019), o Brasil se situa como um dos dez países com altas taxas de prematuridade, tendo o percentual de 60% de prematuridade em todo o mundo. Por isso, tem havido um grande esforço para o atendimento das demandas da atenção à saúde pública, principalmente ao RN prematuro, sendo uma das estratégias para diminuição dos índices de morbidade, a assistência ao mesmo e à família durante e após o parto prematuro.

Diante a admissão do RN, ocorre a inevitável separação de sua mãe, exigindo desta, uma adaptação, o que causa, geralmente, sensações de medo, angústia, esgotamento mental e cansaço. O nascer de uma criança, traz um significado muito singular aos pais, principalmente à mãe e sua família, e serem separados, por um curto ou longo tempo, pode gerar grandes impactos mentais, emocionais e físicos na família. (SOUSA *et al.*, 2019, p.298)

Esse momento de separação é extremamente doloroso para a mãe. Por isso, torna-se necessário o acompanhamento com a mãe para o fortalecimento dos laços afetivos e desenvolver vivências familiares de pacientes internados em UTIN, demandando assim ações humanizadas, acolhedoras, que devem sempre ser construídas para o fortalecimento de assistências humanizadas. (SOUSA *et al.*, 2019)

Segundo Fialho *et al.* (2016, p.2413),

Humanizar não é uma técnica ou artifício, é um processo vivencial que permeia toda a atividade das pessoas que assistem o paciente, procurando realizar e oferecer o

tratamento que ele merece como pessoa humana, dentro das circunstâncias peculiares que se encontra em cada momento no hospital. No ambiente hospitalar, a humanização representa um conjunto de iniciativas que visa à produção de cuidados em saúde capaz de conciliar a melhor tecnologia disponível com a promoção de acolhimento e respeito ético e cultural ao paciente.

Conforme cita Sousa *et al.* (2019, p.299)

“(...) torna-se de suma relevância mencionar a necessidade do reconhecimento, por parte da equipe de Enfermagem, da promoção de uma assistência humanizada. Precisa-se assegurar o acolhimento familiar, na Unidade de Terapia Neonatal (UTIN), a fim de estabelecer adaptação, conforto e fortalecimento do vínculo entre os pais e o prematuro.

Ao reconhecer os sentimentos, a equipe vem promovendo de forma necessária a humanização desta mãe, por meio de atendimento, dando suportes necessários para as decisões de forma respeitosa.

Buscando alcançar uma assistência humanizada do cuidado de qualidade que atenda a família e os recém-nascido hospitalizados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) essa pesquisa tem como objeto de estudo: O aspecto humanizado do cuidado segundo a percepção na assistência do enfermeiro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

Nortearão o desenvolvimento deste estudo as seguintes questões de pesquisa: Como os enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal identificam o processo do cuidar? Qual a compreensão do cuidado humanizado para o enfermeiro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal?

Propomos como objetivos específicos para esta pesquisa: Analisar através de revisão de literatura o processo do cuidado humanizado em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal pelos enfermeiros; Descrever o processo humanizado do cuidar pelos enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

Esse estudo é de relevância social por colaborar com as reflexões dos profissionais enfermeiros na sua prática diária ao trabalhar com o processo humanizado do cuidar. É também de relevância científica por contribuir com registros já existentes, traçando assim uma abordagem da assistência do enfermeiro frente ao processo humanizado do cuidar.

Portanto, esta pesquisa não pretende esgotar o tema acerca da compreensão do significado do cuidado humanizado para os enfermeiros em

Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. No entanto, pretende contribuir para a realização de novos estudos e para melhorar a qualidade do cuidado dos mesmos, nesse cenário de importante impacto tanto para os recém-nascidos como para os familiares.

## **METODOLOGIA**

Como procedimento metodológico foi utilizada uma Revisão Integrativa de Literatura, com intuito de sintetizar os resultados obtidos nas pesquisas sobre o tema, de forma abrangente, sistemática e ordenada. É integrativa, pois fornece informações abrangentes sobre o assunto, formando um corpo de conhecimento. Assim, o pesquisador consegue elaborar uma revisão integrativa com finalidades diferentes, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular. (ERCOLE et al., 2014)

Tal método permite incluir simultaneamente a pesquisa quase-experimental e experimental, alinhando dados de literatura teórica e empírica, oferecendo um entendimento mais completo sobre o tema. A variedade na composição da amostra da revisão integrativa em conjunto com a variação de finalidades de tal método oferece ainda como resultado um quadro completo de conceitos complexos, de teorias ou problemas relacionados à saúde. (ERCOLE et al., 2014)

Para servir como guia da revisão integrativa, formulou-se as seguintes questões: Como os enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal identificam o processo do cuidar? Qual a compreensão do cuidado humanizado para o enfermeiro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal? Assim, a coleta das informações ocorreu entre os meses de julho a dezembro de 2022, sendo utilizadas as bases de dados online como BDNF, LILACS e MEDLINE. Foram incluídos artigos dos últimos 10 anos, tendo sido excluídos os mais antigos ou que não atenderam a proposta do levantamento.

Também foram incluídos no estudo, artigos originais, sendo a primeira etapa realizada com base em leitura e análise dos títulos e resumos dos artigos que apresentavam assunto semelhante ao tema proposto. Após tal seleção, na segunda etapa foi realizada a leitura na íntegra dos artigos selecionados, sendo separados quais seriam elegíveis. Na terceira etapa, as principais informações dos artigos foram retiradas, como título, ano de publicação, autores, tipo de revista, abordagem metodológica, método de pesquisa e dados referentes à essência do conteúdo a partir dos principais resultados.

## RESULTADOS

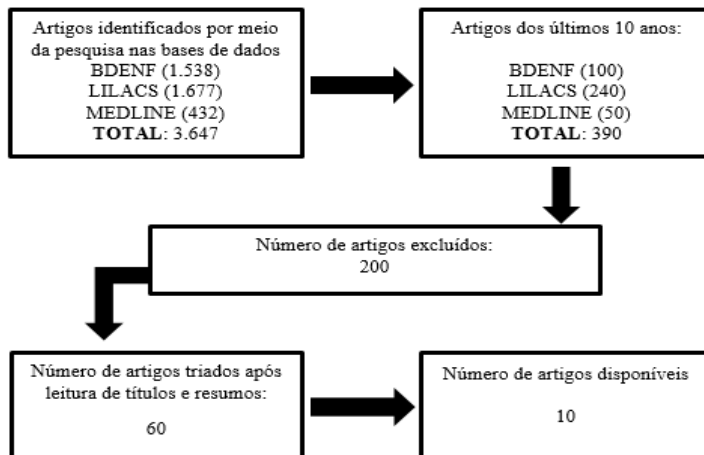
A seguir foram descritos os totais de registros aplicados neste estudo, com avaliação de títulos e seleção por resumo e texto na íntegra.

Quadro 1: Descritores e base de dados

DESCRITORES	Bases de Dados		
	BDEFN	LILACS	MEDLINE
Humanização	404	625	24
Acolhimento	199	250	316
Enfermeiro	303	684	57
Serviço de Neonatologia	632	30	35
Total	1.538	1.677	432

Fonte: Elaborado pelas autoras. (2023)

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras. (2023)

O total de dez artigos foi selecionado, os quais foram publicados nos anos de 2015, 2016, 2018, 2019 e 2021.

Quadro 2: Características dos estudos avaliados

Nº	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO / MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
1	Estratégias do enfermeiro intensivista neonatal frente à Humanização do Cuidado	FILHO <i>et al.</i> (2019)	Descrever as estratégias utilizadas pelo enfermeiro intensivista neonatal no processo de humanização do cuidado.	A estratégia mais citada e valorizada na implementação do cuidado humanizado neste ambiente envolve a comunicação. Outras estratégias fundamentais e diretas no desenvolvimento do recém-nascido UTIN envolvem a diminuição dos estímulos.	As ações humanizadas aplicáveis em UTIN são de fácil entendimento, não requerem material de alto custo ou capacitação técnica especializada e proporcionam benefícios extremamente importantes aos neonatos e ao seu desenvolvimento
2	Os impactos da hospitalização neonatal para mães de recém-nascidos	SANTOS <i>et al.</i> (2021)	Analisar os impactos da hospitalização neonatal em UTI para as mães de recém-nascidos	A discussão foi construída com 10 categorias, sendo algumas delas: o tratamento humanizado dos profissionais na UTIN, a visão que as mães têm da UTIN antes e depois da hospitalização, os impactos que a hospitalização gera na vida das mães, os sentimentos das mães ao vivenciarem essa experiência, compartilhamento de informações da	O presente estudo deixa evidências de que a hospitalização é um período doloroso para as mães, onde há um grande número de transtornos psicológicos como consequência, há também uma necessidade de humanização de forma integral, além do estímulo,

				UTIN para as mães.	compartilhamento de informações e principalmente empatia dos profissionais que atuam nessa área.
3	Percepção das famílias sobre o acolhimento no contexto neonatal durante um processo de intervenção	SOARES <i>et al.</i> (2019)	Compreender a percepção familiar sobre o acolhimento no contexto da assistência em enfermagem neonatal, antes e após a implementação de um protocolo de acolhimento.	Transversalidade e do cuidado de enfermagem; contato inicial ao contexto de cuidado neonatal; compartilhamento de informações e saberes profissionais; corresponsabilização do cuidado a partir do papel parental; protagonismo familiar para alta hospitalar.	A compreensão das potencialidades e fragilidades no processo de acolhimento, a partir da perspectiva familiar possibilita a transformação da realidade, propiciando uma assistência pautada nas reais necessidades da família e, portanto, mais humanizada e qualificada
4	Vivência e necessidade de pais de neonatos prematuros internados em unidade de terapia intensiva neonatal	SILVA <i>et al.</i> (2018)	Identificar a vivência e necessidade dos pais de neonatos prematuros internados em uma unidade de terapia intensiva neonatal.	A aproximação visual e física auxilia na redução da ansiedade e agonia dos pais por notícias de seus filhos internados de modo a contribuir gradativamente em sua recuperação. A linguagem do profissional ao pai quanto ao	Evidenciou-se dificuldade dos pais diante da hospitalização dos recém-nascidos prematuros relacionados às restrições físicas, clínicas, materiais e geográficas.

				quadro clínico e aos procedimentos realizados é tida como acessível na maior parte das vezes. O contato físico é restrito, porém é enfatizada pelos pais a necessidade de pegar e senti-los no colo. Os deslocamentos advindos de barreiras geográficas são descritas pelos pais como um fator dificultador para estar com seus filhos dentro do ambiente hospitalar.	
5	Importância do Acolhimento Humanizado às mães na visita ao filho em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: relato de experiência	LOPES e BRITO (2015)	Descrever a vivência de uma graduanda de enfermagem durante as atividades realizadas no estágio na UTI Neonatal (UTIN) do Hospital Geral Clériston Andrade.	As ações realizadas permitiram que as mães e os profissionais participassem da atividade para que cada um entendesse a sua importância na saúde do bebê.	Diante das ações apresentadas, percebeu-se o entendimento das mães como parte integrante na recuperação do filho e permitiu que os profissionais fossem instigados a ter um novo olhar a respeito do tema



6	Humanização Permeando o Cuidado de Enfermagem em Neonatal	FIALHO <i>et al.</i> (2016)	Descrever o entendimento dos enfermeiros acerca da humanização em unidade de terapia intensiva neonatal; discutir as estratégias de humanização do cuidado aplicadas em unidades de terapia intensiva neonatal sob a luz da Teoria do Cuidado Humano Transpessoal.	Inicialmente é apresentada a caracterização dos sujeitos e a seguir as duas categorias que emergiram, sendo que uma aborda o entendimento dos participantes sobre humanização e a outra as estratégias de humanização e suas limitações.	É reconhecido que ainda temos lacunas a vencer na busca da promoção efetiva de uma assistência humanizada, o que torna necessário seguir ampliando os conhecimentos e incorporando atitudes baseadas em evidências científicas que humanizem o cuidado neonatal.
7	Fortalecimento do Vínculo entre a família e o neonato prematuro	SOUSA <i>et al.</i> (2019)	Identificar quais são as intervenções de Enfermagem realizadas em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal que promovem o fortalecimento do vínculo entre a família e o recém-nascido prematuro.	Observou-se que as intervenções mais utilizadas para o fortalecimento do vínculo dos recém-nascidos prematuros e a família são a entrada livre dos pais na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal; trocas de fraldas; administração de dieta; uso de músicas e livros para acalmar os bebês; além do método canguru.	Conclui-se que a equipe de Enfermagem que assiste o neonato de alto risco procura estar atenta para a dimensão desse fenômeno, procurando desenvolver as intervenções de fortalecimento de vínculo, da melhor forma possível, tendo em vista que os benefícios são mútuos para todos os envolvidos.

8	Humanização da Assistência Neonatal na ótica dos profissionais da enfermagem	COSTA <i>et al.</i> (2019)	Identificar a percepção da equipe de Enfermagem sobre a humanização da assistência prestada em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.	Revelaram-se quatro categorias: a) Humanização enquanto segurança para os pais, profissionais e neonatos; b) Cuidado que abrange o recém-nascido e a família; c) Humanização como cultura da equipe e política institucional e d) Contradições do cuidado humanizado.	Evidencia-se a necessidade de se promover atividades educativas para que a abordagem humanizada seja melhor compreendida e implementada no cuidado neonatal.
9	Visitação aberta em unidade de terapia intensiva neonatal: percepções da equipe de enfermagem	BANHARA <i>et al.</i> (2018)	Compreender a experiência de profissionais de enfermagem sobre a visitação aberta em uma unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN), antes e após sua implementação	A partir dos discursos dos elencaram-se as categorias: expectativas profissionais antes da visitação aberta; enfrentando as dificuldades da visitação aberta; evidenciando os benefícios da visitação aberta; e desafios no seu aprimoramento.	A percepção da equipe de enfermagem inicialmente foi negativa, porém após a implementação o da visitação aberta na UTIN, evidenciaram-se os benefícios para os recém-nascidos, pais, acompanhantes e equipe.
10	Acolhimento materno no contexto da prematuridade	LELIS <i>et al.</i> (2018)	Analisar o acolhimento às mães de recém-nascidos pré-termo (RNPT) hospitalizados nos ambientes de cuidados de um Hospital Amigo da Criança.	Os depoimentos mostram o impacto da separação mãe-filho com o nascimento prematuro e que há repercussões após o nascimento. A prática do acolhimento	Faz-se presente a necessidade de repensar e reorganizar o cotidiano das ações de saúde com vistas à escuta atenta e à resolução de

				<p>nesse processo de ter um filho internado em UTIN fica fragilizada, uma vez que, no modelo assistencial vigente, ainda que em um Hospital Amigo da Criança, os profissionais continuam habitualmente a se colocarem como detentores do saber sem valorizar a escuta à mulher.</p>	<p>demandas em saúde.</p>
--	--	--	--	---	---------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras. (2023)

## DISCUSSÃO

Silveira Filho (2019) aponta no primeiro artigo que existe uma revisão integrativa que visa a assistência neonatal, envolvendo a parte de comunicação. A introdução aponta questões que envolvem melhoras do quadro do bebê, na recuperação e a importância da comunicação para com os familiares diante do enfrentamento estressante presentes na UTIN. O plano da enfermagem é buscar cuidados, não somente com esses pacientes especiais tão frágeis, mas com a família, trazendo uma comunicação mais humanizada tanto no contexto psicológico, como social. Um ponto importante frisado na pesquisa relata sobre a Política Nacional de Humanização (PNH), onde sua implementação promoveu a diminuição da taxa de mortalidade infantil, mostrando que os treinamentos administrativos com os enfermeiros que trabalham no campo da humanização tiveram resultados significativos no ambiente da UTIN. O autor ressalta no artigo que, um ambiente humanizado se trata de um local iluminado, silencioso, voltado para recuperação do neonato, juntamente a integralidade do cuidado, mensurando os cuidados e preparos técnicos nos cuidados dos RNs e o período de acompanhamento, principalmente envolvendo os familiares. Para a promoção da humanização nesse espaço, são citadas estratégias de humanização do cuidado, como a comunicação humanizada, diminuição dos estímulos estressores e a promoção da interação entre familiares e RN. Por conseguinte, foi observado

que a equipe de enfermagem, para promover a humanização no ambiente da UTIN, devem estar preparados, não somente no quesito de técnicas para promoção da saúde, mas também na abordagem e atuação ativa humanizada ao acolhimento dos familiares dos recém-nascidos presentes na unidade, dando um conforto, esperança e tranquilidade.

O segundo artigo trata de uma relação dos impactos que a hospitalização de um recém-nascido na UTIN gera na mãe. Inicia relatando a vulnerabilidade da mãe e familiares do RN internado, que necessitarão de uma adaptação emocional. Porém, nem sempre esses conseguem realizá-la de forma qualitativa, principalmente a mãe, que está mais suscetível a desencadear transtornos afetivos, que podem resultar na perda do laço materno, como depressão pós-parto, alteração de humor, entre outros. Foram realizadas 10 perguntas discursivas e objetivas, que levaram a atentar sobre o estado civil da mãe, renda mensal, idade, se já passaram pelo período de internação na UTIN com seus filhos e se possuem outros filhos. Diante dos resultados obtidos pelos autores, pode destacar que foram relatadas pelas mães dos RNs questões como acomodação, espaço físico, falta de funcionários, falta de instrução/comunicação sobre o quadro de seus bebês, cansaço e momentos dolorosos, mostrando, assim, um déficit no acolhimento humanizado a elas. (SANTOS et al., 2021)

Por conseguinte, Santos et al. (2021) ressalta que, a humanização envolve a questão de uma pedagogia orientada e bem treinada, pois faz com que os enfermeiros tenham maiores proximidades, tanto com as mães quanto os familiares, sendo uma luta em conjunto. Os cuidados, atenção e carinho são relevantes, pois a ideia está em promover a integração de diálogo e mostrar respeito e solidariedade entre ambos, trazendo alegria e positividade, mesmo num momento vulnerável. Entendemos que a assistência tranquilizadora que é recebida pela mãe, por profissionais preparados, acaba tirando dúvidas e tranquilizando-a no decorrer do tempo que aquela criança está sendo amparada pelos procedimentos adequados. Por fim, os hospitais, principalmente em áreas de riscos, são ambientes tensos, que necessitam ser bem amparados e estarem prontos para lidar com quaisquer tipos de problemas, dispostos em busca de trazer melhores resultados para os pais e familiares.

O terceiro artigo de Soares et al. (2019), tem o intuito de “compreender a percepção da família mediante o acolhimento no contexto da assistência em enfermagem neonatal, antes e após a implementação de um protocolo de acolhimento”. (SOARES et al., 2019, p. 147) A pesquisa é de cunho descritivo, porém em sua primeira abordagem utilizou-se a técnica

qualitativa realizada no ambiente UTIN, no interior do Paraná, realizando uma análise sobre o ambiente, descrevendo a assistência dos enfermeiros. Os autores apontam que, pode-se observar que havia um distanciamento entre a equipe de enfermagem e os familiares. Os participantes mostraram perdidos ou insatisfeitos, por não terem a atenção devida dos profissionais, ficavam sem informações sobre o que estava ocorrendo com seus filhos e desamparados ao vê-los na UTIN, além de ter relatos dos familiares de nem mesmo saberem o nome do profissional de enfermagem que estava atendendo seu filho.

Em sua introdução, retoma sobre como é difícil aos pais deixarem seu bebê na UTIN, sentindo-se inseguros e desamparados e que, diante dessa situação vulnerável, é papel do enfermeiro o acolhimento deles e a promoção da melhora no enfrentamento dessa situação. Ressaltam, também, que o cuidado não deve ser apenas com atos mecânicos e rotinas de enfermagem, abordando a Política Nacional de Humanização (PNH). “O acolhimento constitui-se em uma das diretrizes da PNH, tida como um forte instrumento de intervenção para orientar a prática humanizada, sendo este o paradigma emergente a ser fortalecido.” (SOARES et al. 2019, p. 2)

Em um primeiro impacto, os familiares ficam desesperados ao verem seus filhos com uma grande monitorização e por isso é necessária a comunicação e acolhimento com eles, mesmo que rápido, mas de forma atenciosa, buscando tranquilizá-los. Essa relação familiar-enfermagem faz-se necessária para evitar conflitos e momentos angustiantes e de desespero. Após a implantação de estratégias de acolhimento pela enfermagem, os familiares deram feedbacks positivos, uma vez que foram acolhidos e conseguiram ter momentos juntos aos seus bebês, criando e fortalecendo seu vínculo parental. Por conseguinte, a promoção de ações acolhedoras e humanizadas aos familiares dentro da UTIN é uma forma de manter a família ciente e tranquilizada sobre o estado de seus bebês, além de gerar um melhor enfrentamento desse problema. (SOARES et al., 2019)

O quarto artigo, de Silva et al. (2018), tem como objetivo a identificação da vivência e as necessidades dos pais de RNs prematuros internados na UTIN. Em sua introdução, retoma sobre os sentimentos de angústia e medo sentidos pelos pais ao verem seu bebê na UTIN, os quais não conseguem se adaptar e criar um vínculo afetivo com seu neonato. É diante desse momento de fragilidade, que deve-se ofertar assistência aos pais e sua participação ativa nos cuidados de seu filho.

Essa pesquisa descritiva teve a primeira abordagem qualitativa realizada no ambiente UTIN, no Hospital Universitário Clemente de Farias da

Universidade Estadual de Montes Claros, realizando uma análise sobre a assistência da enfermagem aos pais, por meio de uma entrevista com os familiares para coleta de dados. Diante dos resultados obtidos, os autores observaram as dificuldades que os pais possuem, sendo a restrição de ver, tocar e estar perto dos RNs, o entendimento das informações prestadas e a precariedade de recursos para transporte e locomoção deles para realização de visitas. Por conseguinte, cabe a equipe de enfermagem, no contexto de acolhimento aos familiares, estarem atentos para prestar assistência a eles, deixando-os a par das informações sobre o prognóstico do RN, com linguagem acessível para facilitar o entendimento; auxiliando-os e educando-os quanto aos cuidados no manuseio do bebê; esclarecer dúvidas; incentivar seu contato com o neonato, pois isso poderá trazer resultados positivos para a melhora clínica no RN. (SILVA et al., 2018)

No quinto artigo, Lopes e Brito (2015) apontam como objetivo o de “descrever a vivência de uma graduanda de enfermagem durante as atividades realizadas no estágio na UTI Neonatal (UTIN) do Hospital Geral Clériston Andrade.” (LOPES; BRITO, 2015, p. 8479) Ele inicia relatando sobre a importância da Política Nacional de Humanização (PNH), que priorizou o atendimento qualitativo e individualizado na promoção a saúde, aplicando, assim, a humanização do cuidado. Juntamente, relata sobre a dificuldade da separação entre mãe e filho no momento da internação na UTIN, promovendo vulnerabilidade, medo e ansiedade na mãe.

O estudo trata de um estágio realizado por uma graduada, trazendo a experiência que teve durante seu estágio na UTIN. Em seus relatos, comenta sobre a atenção individual dada às mães para tranquilização e retirada de dúvidas; sobre que através do toque existe uma energia muito forte, entre a mãe e o filho, se tratando de amor, calor, trazendo a memória dos momentos dentro de ventre, tanto ao bebê quanto à mãe. Junto a isso, relata sobre a importância de uma atividade educativa realizada, com o acolhimento às mães na visita ao RN, tendo troca de experiência e conhecimento mútuo, principalmente tratando sobre mães que tiveram seus filhos na UTIN. Por conseguinte, a implementação da humanização do acolhimento das mães na UTIN é de extrema importância para que a mesma consiga enfrentar o processo de internação de seu filho, além da promoção do vínculo mãe-filho, que possibilita uma melhor recuperação do RN. Assim, o enfermeiro não tem apenas o papel de cuidador, mas também de estimulador e facilitador do acolhimento dentro desse setor. (LOPES; BRITO, 2015)

O sexto artigo tem como objetivo descrever o entendimento dos enfermeiros sobre humanização na UTIN e discutir estratégias de humanização do cuidado aplicadas nesse ambiente sob a luz da Teoria do Cuidado Humano Transpessoal. Inicia relatando que, apesar de o ambiente hospitalar ser um local que gera sofrimento nos pacientes e acompanhantes e ser um local fadado a cumprimento de rotinas e técnicas, a equipe de enfermagem deve realizar atividades humanísticas, aplicando-as durante todo o tempo da internação do paciente. (FIALHO et al., 2016)

Os autores Fialho et al. (2016) ressaltam que, tratar dos cuidados fisiopatológicos e das transformações que são geradas, de acordo com cada realidade crítica do bebê, não vai somente aos cuidados tecnológicos, é preciso valorizar o relacionamento da arte de cuidar entre os profissionais, que são importantes, e ainda a boa comunicação para que haja um bom resultado nos momentos de conflitos. Diante a terapia de UTIN, a principal busca é propiciar um atendimento de forma individualizada e humanizada. Por conseguinte, a humanização não se trata somente da busca de deixar os familiares ou até a mãe tranquila, mas também de afirmar que todos os trabalhos estão sendo feitos. Nota-se que existem gestores que precisam estar sempre mostrando conceitos que possam ajudar os próprios colaboradores que estão na UTIN, pois necessitam de tranquilidade para o trabalho e direito de ter os momentos necessários, na substituição de outros que estão envolvidos com a equipe de urgência que conhecem os casos de cada bebês, dentro da ala neonatal. (FIALHO et al., 2016)

Nesse sentido, o sétimo artigo de Sousa et al. (2019) tem como objetivo identificar quais são as intervenções de Enfermagem realizadas em uma UTIN que promovem o fortalecimento do vínculo entre a família e o recém-nascido prematuro. Em sua introdução, diz que a Organização Mundial de Saúde relata que 15 milhões de bebês apresentam problemas de saúde, explicando sobre a questão da prematuridade, peso, problemas respiratórios, entre outros que vão se desenvolvendo durante o período gestacional. Nesses casos, destaca-se a importância que a UTIN tem sobre o índice de sobrevivência desses bebês. Porém, relata também sobre a separação precoce da mãe e seu filho, assim como de seus familiares. Nesse quesito, cabe ao enfermeiro realizar um acolhimento humanizado e tornar sua participação ativa em todo o tempo em que o RN estiver na UTIN, favorecendo o vínculo afetivo entre eles.

A presença dos familiares nesse ambiente ajuda a melhorar o quadro clínico dos bebês, evitando sua evolução a quadros maiores de morbidades e na qualidade de vida da criança. Apesar da importância do

vínculo afetivo, alguns familiares estão emocionalmente abalados, não aceitando o fato de seus filhos estarem na UTIN, não querendo visitá-los, tocá-los ou ofertar o leite materno, deixando-os em situação de abandono. Isso se deve pelo sentimento de tristeza, insegurança, estresse, vulnerabilidade e culpa. Diante dessas dificuldades, cabe ao enfermeiro promover métodos e intervenções que favoreçam o vínculo família e recém-nascido dentro da UTIN, uma vez que esse promove somente benefícios mútuos para eles. (SOUSA et al., 2019)

Costa et al. (2019) no oitavo artigo tem como objetivo a identificação da percepção da equipe de enfermagem sobre a humanização da assistência prestada numa UTIN. Em sua introdução, ressalta que em meio ao avanço tecnológico, há a necessidade de pôr em discussão metodologias de cuidado humanizado, uma vez que a assistência tem se tornado mecanizada, impessoal e desumanizada. No âmbito da UTIN, essa questão ainda está sendo discutida, em relação a humanização no acolhimento das mães, que estão em situação de vulnerabilidade emocional, sendo ressaltado pelos autores que a maior problemática para implementação dessa é a compreensão dos próprios profissionais de enfermagem sobre o que é a humanização.

Essa pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa realizada no ambiente UTIN, no hospital público, localizado na cidade de Sumaré, em São Paulo, realizando uma análise sobre a compreensão dos profissionais de enfermagem sobre o que é a humanização da assistência neonatal, por meio de uma entrevista para coleta de dados. Diante dos resultados obtidos, os autores observaram que os profissionais, em seus discursos, discorreram de forma positiva sobre o conceito e formas de humanização, porém observaram também contradições, ressaltando sobre a "necessidade de um processo educativo direcionado a auxiliar os profissionais a perceberem algumas práticas que não contemplam a abordagem humanizada que defendem e discursam realizar." (COSTA et al., 2019, p. 7) Por conseguinte, os profissionais de enfermagem devem ter uma boa compreensão sobre o conceito de humanização do cuidado, assim como percepção da atuação benéfica das mães nos cuidados durante o processo de internação de seus bebês. É imprescindível que o enfermeiro esteja preparado para ofertar um cuidado e acolhimento humanizados, tanto ao paciente quanto aos familiares presentes. (COSTA et al., 2019)

Banhara et al. (2018) no nono artigo apresenta em seu trabalho como objetivo a compreensão da experiência dos profissionais de enfermagem sobre a visita aberta em uma UTIN, antes e após sua



implementação. Em sua introdução, inicia-se abordando o intuito da UTIN, ressaltando ser um ambiente estressante e amedrontador, principalmente aos pais do neonato e que, para torná-lo mais humanizado, deve-se colocar em prática diversas propostas, dentre elas a valorização da presença dos familiares durante o processo de internação de seus bebês.

Essa pesquisa descritiva teve a abordagem qualitativa realizada no ambiente UTIN, na maternidade pública em Bauru, São Paulo, realizando uma análise de dados, por meio de uma entrevista com os profissionais de enfermagem para coleta de dados. Diante dos resultados obtidos, os autores observaram que a falta de conhecimento científico, desencadeia nos familiares a insegurança e resistência quanto a permissão da realização dos cuidados pela equipe de enfermagem, assim como a falta de adesão dos pais às normas e rotinas da unidade, ocasionando conflitos com a equipe de enfermagem. Cabe à equipe de enfermagem prestar esclarecimentos sobre a necessidade das intervenções a serem realizadas no RN, a fim de diminuir o impacto negativo sobre os pais, gerando uma compreensão e estabelecimento de um vínculo benéfico entre familiar-equipe. Por conseguinte, com a implementação da visita aberta, os familiares puderam participar da rotina de cuidados de seus bebês, proporcionando um vínculo afetivo entre eles e de confiança com a equipe de enfermagem, uma vez que tinham mais segurança e satisfação ao acompanhar a realização dos procedimentos e comprovar a qualidade do cuidado. (BANHARA et al., 2018)

Já no décimo artigo, Lelis et al. (2018) apresenta no seu artigo como objetivo a análise do acolhimento às mães de recém-nascidos pré-termo (RNPT) hospitalizados na UTIN do Hospital Amigo da Criança. Em sua introdução, inicia explicando sobre a questão da prematuridade e sua influência sobre a separação precoce da mãe e seu filho, gerando sofrimento e angústia. Nesse quesito, foram criadas políticas, programas e ações de assistência materno-infantil, abordando a humanização no acolhimento e cuidado na UTIN.

Essa pesquisa descritiva teve a abordagem qualitativa realizada no ambiente UTIN, no Hospital Amigo da Criança com o Método Canguru e a Casa da Gestante, em Minas Gerais, realizando uma análise de dados, por meio de uma entrevista com as mães de RNPT hospitalizados para coleta de dados. Diante dos resultados obtidos, os autores observaram que a presença durante o processo de internação, para as mães, é imprescindível, pois elas se sentem como participantes ativas dos cuidados com seus filhos. Além disso, relatam que o acolhimento e a disponibilidade da equipe de enfermagem em conversar e o acolher, ajudou-as a ter um melhor

enfrentamento da situação. Por meio do Método Canguru, as mães puderam aprender sobre seus filhos e reforçar o vínculo mãe-bebê, e a Casa da Gestante permitiu a permanência dessas mães junto aos seus filhos, dando-lhes acolhimento físico e emocional, assim como a oferta de atividades ocupacionais. (LELIS et al., 2018)

Por conseguinte, a presença da mãe no processo de internação é de suma importância, tanto para colaboração da melhora de seu filho, quanto no melhoramento do enfrentamento dessa situação entristecedora, cabendo, assim, o acolhimento humanizado delas no ambiente da UTIN. Cabe à equipe de enfermagem prestar a humanização no acolhimento baseada na escuta ativa, orientações e compartilhamento de informações com linguagem acessível, apoio emocional, estímulo do vínculo mãe-bebê e estar atenta às necessidades tanto dos RNs quanto dos familiares. (LELIS et al., 2018)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se, mediante o exposto na pesquisa, a importância do plano da enfermagem na busca de cuidados não somente com os pacientes, mas também com a família, trazendo assim, uma comunicação mais humanizada, seja no contexto psicológico como no social. Para isso, é importante que a equipe de enfermagem esteja preparada, não somente quanto às técnicas para a promoção da saúde, como também na abordagem e atuação humanizada ao acolhimento das famílias, dando assim, um conforto, esperança e tranquilidade.

Por fim, as ações acolhedoras e humanizadas aos familiares são formas de manter a família ciente e também tranquilizada a respeito dos bebês, além de gerar um melhor enfrentamento com relação ao problema. Deve-se assim, ofertar assistência aos pais e sua participação ativa no cuidado do bebê. O papel do enfermeiro não é somente o de cuidador, como também de estimulador e facilitador do acolhimento dentro desse setor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANHARA, Fabio Luiz *et al.* Visitação aberta em unidade de terapia intensiva neonatal: percepções da equipe de enfermagem. *Revista Enfermagem Uerj*, [S.L.], v.26, p.1-19, 5 out. 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2018.33461>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

COSTA, Juliana Vanessa da Silva *et al.* Humanização da assistência neonatal na ótica dos profissionais da enfermagem. *Jornal da Enfermagem*, São Paulo, v.1, n.13, p.1-8, jun. 2019. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242642/33478>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

ERCOLE FF, Melo LS, Alcoforado CL. Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, jan-mar, 2014. p.9-11. Disponível em:<<http://www.revenf.bvs.br/pdf/reme/v18n1/v18n1a01.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2023.

FIALHO, Flávia Andrade *et al.* Humanização permeando o cuidado de enfermagem neonatal. *Revista de Enfermagem*, Recife, v. 7, n. 10, p. 2412-2419, jul. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11297/12960#:~:text=Entre%20as%20estrat%C3%A9gias%2C%20destaca%2Dse,protocolos%20de%20dor%2C%20al%C3%A9m%20de>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

FILHO, Carlos Cezar Zachariades. Estratégias do enfermeiro intensivista neonatal frente à humanização do cuidado. *Estratégias do Enfermeiro Intensivista Neonatal Frente À Humanização do Cuidado*, Salvador, v.2, n.13, p.180-185, jul. 2019. Disponível em:<<http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2019v2/180.pdf>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

LELIS, Beatriz Dutra Brazão *et al.* Acolhimento materno no contexto da prematuridade. *Revista de Enfermagem Ufpe On Line*, [S.L.], v.12, n.6, p.1563-1580, 2 jun. 2018. *Revista de Enfermagem, UFPE Online*. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v12i6a230763p1563-1569-2018>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

LOPES, Imanoele Oliveira; BRITO, Monalisa Rodrigues. Importância do acolhimento humanizado às mães na visita ao filho em uma unidade de terapia intensiva neonatal: relato de experiência. *Revista de Enfermagem, Feira de Santana*, v.9, n.5, p.8479-8485, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10616/11600>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

NASCIMENTO, Larissa De Castro et al. Assistência de enfermagem ao recém-nascido prematuro / Nursing care for premature newborns. *Brazilian Journal of Development*, vol.8, nº4, abril de 2022, p.27036-27055. DOI.org (Crossref). Disponível em:<<https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-285>>. Acesso em 10 de maio de 2023.

SANTOS, Isabela Barros Cordeiro dos et al. Os impactos da hospitalização neonatal para mães de recém-nascidos. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, [S.L.], p. 368-378, 10 abr. 2021. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.36239/revisa.v10.n2.p368a378>>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

SILVA, Lauane Oliveira et al. Infecções sexualmente transmissíveis em gestante. In: fórum científico unifunec, 10., 2019, Santa Fé do Sul. Anais [...]. Santa Fé do Sul: Unifunec, 2019. p.1. Disponível em:<<https://seer.unifunec.edu.br/index.php/forum/article/view/4473/3538>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da et al. Vivência e necessidade de pais de neonatos prematuros internados em unidade de terapia intensiva neonatal. *Revista de Enfermagem da UFPI*, [S.L.], v.7, n.1, p.15, 13 maio 2018. Universidade Federal do Piauí. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.26694/2238-7234.7115-19>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

SOARES, Larissa Gramazio et al. Percepção das famílias sobre o acolhimento no contexto neonatal durante um processo de intervenção. *Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online*, [S.L.], v.11, n.1, p.147-153, 01 jan. 2019. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i1.147-153>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

SOUSA, Deborah Nycole Araújo Silva et al. Assistência de Enfermagem ao recém-nascido prematuro na unidade de terapia intensiva neonatal: Revisão Integrativa. *Research, Society and Development*, v.11, nº7, maio de 2022, p.1-8. Disponível em:<<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30351>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

SOUSA, Silvelene Carneiro de et al. Fortalecimento do vínculo entre a família e o neonato prematuro. *Revista de Enfermagem Ufpe On Line*, [S.L.], v.13, n.2, p.298, 9 fev. 2019. *Revista de Enfermagem, UFPE Online*. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v13i2a236820p298-306-2019>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.

## CAPÍTULO 4

# AS IMPLICAÇÕES DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS NO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

**Rebeca Collyer dos Santos**

Aluna de Pós-graduação Lato Sensu em Neurociência e Física da Consciência pelo  
Centro Universitário Internacional UNINTER

**Everton Adriano de Moraes**

Mestre em Psicologia Forense pela Universidade Tuiuti do Paraná, Doutor em  
Distúrbios da Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná, Professor Adjunto  
nos cursos de Psicologia, Pedagogia, História e Educação Física na Universidade  
Tuiuti do Paraná, e professor, orientador no Centro Universitário Internacional  
UNINTER.

---

### RESUMO

O presente artigo pretende estudar como as funções executivas afetam o relacionamento interpessoal das pessoas com Transtorno do espectro autista (TEA). O que justifica tal pesquisa é a curiosidade por parte da autora e as incertezas mediante a possível relação entre funções executivas e o relacionamento interpessoal de pessoas com TEA. Com isso através da revisão de literatura os objetivos foram: identificar as características das funções executivas em pessoas com TEA, investigar o desenvolvimento de controle inibitório, a socialização e flexibilidade cognitiva em pessoas com TEA, bem como analisar como as funções executivas interferem no relacionamento social de pessoas autistas. Para isso utilizou as plataformas eletrônicas Scielo e Pepsic. Os descritores para a pesquisa foram: Funções executivas; funções executivas no autismo; autismo e comportamento social; desenvolvimento do controle inibitório. Os textos selecionados foram nacionais e internacionais. Por fim, vale ressaltar que são inúmeras as definições a respeito das funções executivas, por esse motivo apenas uma foi de fato considerada.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista. Autismo. Função executiva. Relações interpessoais. Socialização.

## **INTRODUÇÃO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um Transtorno do Neurodesenvolvimento e seus critérios diagnósticos baseiam-se em dois: Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (APA,2023).

De acordo com o DSM 5 (O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.<sup>a</sup> edição), a gravidade do transtorno consiste em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento. É importante ressaltar que os sintomas devem estar presentes precocemente, ou seja, no período do desenvolvimento do indivíduo, no entanto podem não ser totalmente vistos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas. Os sintomas também podem ser disfarçados por estratégias aprendidas. O nível de gravidade do TEA se divide em 3, sendo eles: Nível 1: exigindo apoio; Nível 2: exigindo apoio substancial; e nível 3: exigindo apoio muito substancial. (APA,2023).

Ainda de acordo com o DSM 5, é visto que quando fala-se em TEA fala-se também em algumas características que são importantes e que serão relevantes para o presente estudo. Com isso, observa-se o Déficit na reciprocidade socioemocional que pode ser notado a partir de uma dificuldade para estabelecer uma conversa normal e até mesmo um compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, bem como a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

Diante desse déficit na reciprocidade socioemocional existente em pessoas com TEA pensou-se em investigar a relação entre as funções executivas e o relacionamento interpessoal de pessoas com TEA, visto que o primeiro conceito, segundo Diamond (2013), refere-se a um conjunto de habilidades cognitivas que permitem ao indivíduo avaliar estímulos e orientar seu comportamento à realização de ações, ou seja é responsável por captar estímulos e nortear comportamentos e ações. Relacionamento interpessoal, por sua vez, implica no processo de interação social, entre duas ou mais pessoas, capaz de promover mudanças no comportamento dos indivíduos envolvidos. (DANTAS E HENRIQUES, 2020).

Para estudar a respeito das funções executivas e suas implicações no relacionamento interpessoal de pessoas com TEA têm-se como objetivos: Identificar as características das funções executivas em pessoas com TEA; Investigar o desenvolvimento de controle inibitório, socialização e flexibilidade cognitiva em pessoas com TEA; e analisar como as funções executivas

interferem no relacionamento social de pessoas autistas. Portanto o que justifica o estudo do tema deste trabalho é a curiosidade e as incertezas mediante a possível relação entre funções executivas e o relacionamento interpessoal de pessoas com TEA.

## **FUNÇÕES EXECUTIVAS E SUA RELAÇÃO COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

### **Características gerais das Funções executivas**

Inicialmente é importante entender, de modo breve, o funcionamento das funções executivas nas pessoas chamadas de neurotípicas para então compreender o funcionamento em pessoas com TEA. Ressalta-se que o conceito de pessoas neurotípicas diz respeito a indivíduos que possuem o desenvolvimento ou funcionamento neurológico típico. (Almeida, 2021).

Como já explicado anteriormente, as funções executivas refere-se a um conjunto de habilidades cognitivas que permitem ao indivíduo avaliar estímulos e orientar seu comportamento à realização de ações (Diamond, 2013). Com isso, para o mesmo autor, as mesmas envolvem um esforço da parte do indivíduo para que ocorra a resolução de problemas não rotineiros e que não podem ser solucionados por meio de processos automáticos.

Não há um consenso à respeito do conceito e para alguns autores como Bebko e Ricciuti (2000), relaciona-se com a capacidade de atenção e memória. No entanto, independente da definição, estudiosos concordam que as funções executivas relacionam-se com a capacidade de direcionar um comportamento a um objetivo, sendo essas funções a base da nossa capacidade de autogestão e do nosso comportamento intencional. Com isso, as funções executivas são essenciais para a adaptação dos indivíduos em um ambiente civilizado (Malloy-Diniz et al., 2018). Devido aos diferentes conceitos existentes, este trabalho terá como base o conceito de Shields, Bonner e Moons (2015). Para os autores, as funções executivas possuem três componentes centrais sendo elas: A flexibilidade Cognitiva que refere-se à capacidade de raciocínio crítico, aplicada à resolução de problemas e à harmonia social; a memória de trabalho que diz respeito à habilidade de armazenar e processar informações de modo temporário, permitindo a realização de tarefas cognitivas no cotidiano.

Conectar diferentes informações, relacionar acontecimentos que ocorreram em momentos diferentes, reordenar itens mentalmente, considerar e incorporar alternativas ao planejamento, todas essas ações dependem do



funcionamento da memória de trabalho. Essa habilidade é também essencial para a criatividade, ao tornar possível que se separe um todo em partes e reorganize as partes em uma nova sequência (Costa et.al, 2016). Já o controle inibitório que é a capacidade de reduzir comportamentos impulsivos e de ignorar distrações e estímulos e inadequados e no contexto presente. Para SCHOEMAKER et al. (2013), este último componente está fortemente associado à competência social de crianças e à presença de problemas de comportamentos externalizantes, pois a capacidade de exercer o autocontrole permite a inibição de comportamentos inapropriados, sendo assim a criança possui a capacidade de emitir respostas mais adequadas às demandas do ambiente (DIAMOND, 2013),

Entende-se que o desenvolvimento das funções executivas ocorre ao longo da infância e continua até o início da idade adulta. Alguns fatores influenciam esse processo de desenvolvimento, dentre eles: os fatores genéticos, o amadurecimento do córtex préfrontal, e a estimulação social. (Dias & Seabra, 2010).

Estudos identificam as regiões do cérebro envolvidas com o processamento das funções executivas. Sistemáticamente, destaca-se a importância do córtex pré-frontal, área cortical localizada na região anterior do cérebro. Estudos de neuroimagem durante o desenvolvimento e envolvendo pacientes adultos com danos cerebrais demonstram que o córtex pré-frontal é fundamental para o controle da atenção, do raciocínio e do comportamento (COSTA et.al,2016, p. 7).

Vale ressaltar os componentes presentes nas funções executivas, quentes e frios, que trabalham para solucionar os problemas do cotidiano, bem como o autocontrole e a tomada de decisão. Os componentes quentes estão diretamente relacionadas às funções emocionais/motivacionais, responsáveis pela coordenação da cognição e emoção. Já os frios, referem-se ao processamento cognitivo do indivíduo, requisitados em situações com baixo teor emocional (ARDILA, 2008).

Além disso, Binder, Brown e Harvey (2020) afirmam que facetas específicas das Funções executivas, como a atenção visual, desempenham um importante papel na regulação emocional para meninos e meninas.

Por fim, é importante também entender a respeito do aspecto neurobiológico das funções executivas que COSTA et.al (2016) apresenta:

Estudos identificam as regiões do cérebro envolvidas com o processamento das funções executivas. Sistemáticamente, destaca-se a importância do córtex pré-frontal, área cortical localizada na região anterior do cérebro. Estudos de neuroimagem durante o desenvolvimento e envolvendo pacientes adultos com danos cerebrais demonstram que o córtex pré-frontal é fundamental para o controle da atenção, do raciocínio e do comportamento. O desenvolvimento dessas regiões pré-frontais favorece a aquisição das habilidades relacionadas às funções executivas. Na primeira infância, os circuitos das regiões pré-frontais são modificados, esculpidos, consolidados em função das experiências da criança, notadamente aquelas que envolvem interações sociais. Nas fases seguintes da vida, esses circuitos continuam a amadurecer até o início da idade adulta. Todavia, a formação ocorrida na primeira infância é determinante de todo o desenvolvimento posterior (COSTA et.al, 2016, p.7).

## **Características das Funções executivas em Pessoas com TEA**

De acordo com Chan et al., (2009), estudos recentes têm apresentado evidências de disfunções executivas no TEA, todavia não há um claro esclarecimento na literatura sobre quais componentes executivos estariam mais prejudicados. Considerando-se que o TEA é uma condição muito heterogênea devido as diferenças sintomatológicas e de desenvolvimento e por esse motivo ser um espectro, a variabilidade de desempenho em termos de funcionamento executivo tende a caracterizar essa população clínica (Towgood et al., 2009).

Apesar disso, é inegável a presença de dificuldades em vários aspectos do controle executivo no TEA, conforme é possível observar a partir de relatos de profissionais, educadores e familiares de crianças e adolescentes com esse transtorno (Kenworthy, Yerys, Anthony e Wallace, 2008)

No Transtorno do Espectro Autista, ocorre um comprometimento das funções executivas, em específico na flexibilidade cognitiva e na memória operacional, que pode ser identificado na escassez ou na ausência de brincadeira simbólica. Observase também esse comprometimento na presença de padrões restritos e repetitivos de interesse e de atividade. (WING, GOULD, GILLBERG, 2011).

O rendimento de crianças com atraso no desenvolvimento de linguagem também é um fato importante. Narzisi et al. (2013) identificaram

que crianças com maior comprometimento na linguagem verbal apresentaram os piores desempenhos nas tarefas de funções executivas e memória verbal.

Outra característica muito importante e estudada é o déficit na capacidade de planejamento para atingir uma meta. Um estudo realizado por Hughes e Russel (1993), mostrou que crianças autistas comparadas aos grupos de controle, não obtiveram sucesso em aprender a forma correta do que foi proposto em seu estudo. Este consistia no aprendizado de captar bolinhas de gude de dentro de uma caixa, utilizando-se de uma entre duas diferentes estratégias. As crianças com TEA demonstraram maior insistência na estratégia incorreta de captar as bolinhas, evidenciando assim um déficit maior na capacidade de planejamento para atingir uma meta.

Vale ressaltar que inúmeros estudiosos em suas pesquisas encontraram comprometimentos nas funções executivas, independentemente dos componentes considerados pelos mesmos. Dentre eles, Chan et al. (2009) encontrou em seus resultados Inibição nas funções executivas do dia-a-dia, Kilinçaslan et al. (2010) encontrou comprometimento no planejamento e fluência verbal ortográfica, e Landa e Goldberg (2005) comprometimento no planejamento e na memória de trabalho espacial.

De acordo com Costa et.al (2016) podemos observar que:

Crianças diagnosticadas com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade ou transtornos do espectro autista apresentam prejuízos no desenvolvimento das funções executivas e tipicamente exibem um baixo desempenho em testes de funcionamento executivo. Esses transtornos, assim como a maior parte dos transtornos psiquiátricos, estão associados a prejuízos nas funções executivas e dificuldades do controle consciente de ações, pensamentos e emoções.

## **O desenvolvimento do controle inibitório, socialização e flexibilidade cognitiva em pessoas com TEA**

Poucos estudos abordam de modo específico e minucioso, a respeito do desenvolvimento das funções executivas no Transtorno do Espectro Autista, os estudos apresentam as consequências e não o desenvolvimento em si, com isso a seguir apresentam-se algumas explicações encontradas de modo mais amplo:

“Segundo Richaudeau (2014) é no período da adolescência que as funções executivas parecem menos eficazes, pois é nesse período do

desenvolvimento que a impulsividade aumenta, os adolescentes ficam menos flexíveis e costumam adotar rituais. Além disso, vale considerar que é nesta etapa do desenvolvimento que as mudanças hormonais acontecem. No caso dos adolescentes com TEA, não é diferente. Eles passam também pelas mesmas mudanças; no entanto, geralmente eles chegam a apresentar crises de conduta quando atingem a adolescência, devendo, em alguns casos, serem regulados com tratamento farmacológico. Essa autora destaca também a possibilidade de que, em alguns casos, os adolescentes com TEA possam apresentar perda de aprendizagens adquiridas em tratamento terapêutico.” (CARDOSO, 2016).

De acordo com o mesmo autor citado:

“Os três córtex: córtex pré-frontal dorsolateral, córtex préfrontal orbital, córtex pré-frontal medial/cingulado são cruciais para o desenvolvimento das funções executivas e controle socioemocional. No entanto, esse autor ressalta que o córtex pré-frontal dorsolateral é o mais relacionado com as funções executivas, pois está implicado no planejamento e na flexibilidade e sua disfunção causaria prejuízo nas funções executivas. Também relaciona o comprometimento da flexibilidade cognitiva, presente nas pessoas com TEA, com as respostas perseverativas em decorrência da impossibilidade de pensar em novas estratégias e de planejar, pois essas pessoas costumam ser muito literais em seu pensamento e têm problemas para generalizar ou transferir conceitos a outras situações. Isso acontece, porque são concretas em suas ideias, se prendem nos detalhes e usualmente tem pouca compreensão e aproveitamento da informação prevista por outros ou pelas regras impostas.” (CARDOSO, 2016).

Com relação às brincadeiras e às interações sociais observa-se que:

“Para que exista comunicação e qualidade das brincadeiras em situações de interação social, são imprescindíveis o bom desempenho das funções executivas, como flexibilidade cognitiva, controle inibitório e planejamento (CZERMAINSKI; BOSA; SALLES, 2014). Esses autores também enfatizam os atrasos de gestos sociais, como: apontar, abanar, bater palmas, mostrar, dar objetos de forma espontânea, observados no caso clínico como sendo indicadores de comportamentos pré-linguísticos importantes na

interação social e sugerem estar relacionados às funções executivas. Esses gestos exigem da criança a habilidade de atenção compartilhada, que envolve a intencionalidade e a comunicação, ambas prejudicadas nas crianças com TEA.” (CARDOSO, 2016).

## **Funções executivas e a interferência no relacionamento social de pessoas autistas**

Estudos referentes à Neuropsicologia e o TEA, sugerem que prejuízos no controle executivo relacionam-se com comprometimentos comportamentais e cognitivos observados em pessoas com TEA. Com isso, os mesmos podem apresentar maiores dificuldades com a inibição de respostas, planejamento, atenção e flexibilidade cognitiva (Sanders, Johnson, Garavan, Gill e Gallagher, 2008). Fato este que também tem relação com as dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento repetitivo e estereotipado característicos do TEA (Czermainski, 2012). Ainda nos primeiros anos de vida, a área de comunicação e de interação social é uma das áreas do desenvolvimento que geram preocupação nos cuidadores das crianças diagnosticadas com o TEA (Lord, Storoschuk, Rutter & Pickles, 1993). Diversos estudos têm apresentado o comprometimento de crianças dessas crianças quanto à atenção compartilhada, que tem por definição a habilidade de alternância do olhar e outros sinais comunicativos entre o seu par e o objeto/evento, que é o foco de atenção da criança (Mundy e Sigman, 1989). Com isso, pressupõe-se que se uma pessoa não possui uma atenção compartilhada, conseqüentemente a mesma não terá uma interação interpessoal apropriada, visto que não alternará sua atenção entre objetos e pessoas.

Além dos componentes das funções executivas já citadas anteriormente nesta pesquisa, vale ressaltar que alguns estudiosos como Bailey, Philips e Rutter (1996) discutem a respeito da relação entre função executiva, teoria da mente e comportamento social. A discussão baseia-se na questão se é o comprometimento na teoria da mente que afeta a função executiva ou o vice-versa.

A teoria da mente é um conceito muito utilizado na neurociência e por este motivo é pertinente cita-la. Define-se a mesma como a capacidade de atribuir estados mentais como desejos, crenças, sentimentos e pensamentos a si mesmo e a outras pessoas, e com isso pressupor a intenção dos comportamentos (Gaiato, 2018).

Wimmer e Perner (1983) investigou experimentalmente sobre a compreensão da criança a respeito das crenças dos outros. Utilizou-se de um teste baseado numa estória de bonecos, na qual um personagem mantinha uma crença falsa (diferente) daquela da criança. Crianças que passavam neste teste demonstravam capacidade para predizer o comportamento do personagem baseada na crença (falsa) do mesmo. Com isso, Baron-Cohen e colaboradores (1985) adaptaram este experimento, e criaram o teste da Sally-Ann, a fim de investigar o possível comprometimento de crianças com autismo na habilidade de utilizar o contexto social para a compreensão do que outras pessoas pensam e acreditam. Essas crianças apresentaram dificuldades em compreender o que o personagem pensava e em antecipar o seu comportamento com base no seu pensamento.

Diante disso, Baron-Cohen (1995) concluiu que crianças com TEA apresentam um desvio ou um atraso no desenvolvimento da capacidade de meta-representar, isto é, desenvolver uma teoria da mente.

A fim de compreender a relação entre função executiva, teoria da mente e comportamento social, estudiosos argumentam que a compreensão das intenções do outro é fundamental para a função executiva, ou seja, estão interligadas (Ozonoff, Pennington e Rogers, 1991).

Diante disso, foi possível observar com os estudos, que o TEA pode ser resultante de comprometimentos em sistemas neurais diferentes e relativamente independentes, sendo um responsável pelo funcionamento global da função executiva, e outro pelo funcionamento modular, especificamente orientado para a interação social (Bailey, Philips e Rutter (1996).

## **METODOLOGIA**

Para este trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica de natureza secundária, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), consiste em uma pesquisa por excelência, tendo em vista que o pesquisador deve ter atenção e exercer um trabalho mental. Para que um trabalho seja considerado de qualidade o autor do mesmo deve realizar leituras, anotações, seleção minuciosa dos textos e sobretudo possuir muita atenção. Para os autores a pesquisa bibliográfica é dividida em várias naturezas sendo elas: primárias, secundárias e terciárias. No entanto no presente trabalho o foco será a segunda, que define-se pela pesquisa coletada em livros, revistas, jornais e outras fontes físicas ou eletrônicas.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo encontrar respostas às questões, problemas formulados, através da consulta de documentos bibliográficos. Para este trabalho, os textos foram pesquisados nas plataformas eletrônicas Scielo e Pepsic e selecionados cuidadosamente com base nos resumos lidos em cada texto. Os descritores para a pesquisa foram: Funções executivas; funções executivas no autismo; autismo e comportamento social; desenvolvimento do controle inibitório; socialização e flexibilidade cognitiva em pessoas com TEA. A partir das buscas foram utilizados textos nacionais e internacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível entender que os componentes das funções executivas tem relação com o raciocínio crítico, resolução de problemas, habilidade de armazenar e processar informações de modo temporário, bem como com a capacidade de reduzir comportamentos impulsivos, ignorando distrações e estímulos aversivos ao indivíduo. Foi visto também que pessoas com TEA possuem comprometimentos nas funções executivas, sobretudo nas áreas de planejamento, atenção e flexibilidade cognitiva (Sanders, Johnson, Garavan, Gill e Gallagher, 2008). Esses comprometimentos influenciam nas dificuldades de interação social, na comunicação e no comportamento repetitivo e estereotipado característicos do TEA. Ao longo do trabalho foi possível observar que a atenção compartilhada também é uma área comprometida e de grande relevância, tendo em vista que, como já explicado anteriormente, refere-se a habilidade de alternância do olhar e outros sinais comunicativos entre o seu par e o objeto/evento, que é o foco de atenção da criança (Mundy e Sigman, 1989).

Em suma compreender o funcionamento das funções executivas permite compreender a respeito de alguns comportamentos considerados inadequados socialmente para um relacionamento interpessoal dentre eles: os movimentos repetitivos e estereotipados, a dificuldade na interação social, não possuir atenção compartilhada, dificuldades do controle consciente de ações, pensamentos e ações, bem como na flexibilidade cognitiva e na memória operacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina de. **Neurotípico e Neurodiversidade**. Instituto Inclusão Brasil. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/neurotipicoeneurodiversidade/>>. Acesso em: 21 de nov de 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 – TR**. Tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa, Flávia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza. 5ed. Texto revisado, Porto Alegre: Artmed,2023.

ARDILA, Alfredo. On the evolutionary origins of executive functions. **Brain and Cognition**, v. 68, n. 1, p. 92-99, oct. 2008.

Baron-Cohen, S. *Mindblindness*. Cambridge: MIT, 1995.

Bailey, A., Philips, W. & Rutter, M. Autism: Towards an integration of clinical, genetic, neuropsychological, and neurobiological perspectives. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 37(1), 1996, p. 89-126.

Baron-Cohen, S., Leslie, A. M. & Frith, U. Does the autistic child have a 'Theory of mind'? *Cognition*, 21, 1985, p. 37-46.

Bebko, J. M. & Ricciuti, C. (2000). Executive functioning and memory strategy use in children with autism: The influence of task constraints on spontaneous rehearsal. *Autism*, 4, 299-320.

BINDER, A. S.; BROWN, H. R.; HARVEY, E. A. Executive function and trajectories of emotion dysregulation in children with parent-reported behavior problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 48, n. 4, p. 481-493, 2020.

CARDOSO, Diana Maria Pereira. *Funções executivas: habilidades matemáticas em crianças com transtorno do espectro autista (TEA) - Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2016.*



CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica, 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Chan, A. S., Cheung, M., Han, Y. M. Y., Sze, S. L., Leung, W. W., Man, H. S. & To, C. Y. Executive function deficits and neural discordance in children with Autism Spectrum Disorders. *Clinical Neurophysiology*, 2009, 120, p. 1107-1115.

COSTA, Joana Simões de Melo et.al. Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para a autonomia: estudo III / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela infância. 1. ed. -- São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016.

Czermainski, F.R. Avaliação neuropsicológica das funções executivas no Transtorno do Espectro do Autismo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2012.

DANTAS, Andreza Aleixandre; HENRIQUES, Fabiana Regina. Relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. **Revista Científica Integrada**, UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto. V.4, 5 ed, 2020.

DIAMOND, A. Executive functions. *Annual Review of Psychology*, n. 64, p. 135-168, 2013. DOI 10.1146/annurevpsych-113011-143750.

Dias, N. M., Menezes, A., & Seabra, A. G. Alterações das funções executivas em crianças e adolescentes. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 1(1), 80-95, 2010.

GAIATO, Mayra. Autismo e cérebro social. In: GAIATO, Mayra. S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. São Paulo: nVersos, 2018, p, 67.

Hughes, C. & Russell, J. (1993). Autistic children's difficulty with disengagement from an object: Its implications for theories of autism. *Developmental Psychology*, 29, 498-510

Kenworthy, L., Yerys, B. E., Anthony, L. G. & Wallace, G. L. Understanding executive control in Autism Spectrum Disorders in the lab and in the real world.

Neuropsychology Review, 2008,p. 320-338.

Kiliñçaslan, A., Mukaddes, N. M., Küçükyazici, G. S. & Gürvit, H. Assessment of executive/attentional performance in Asperger's Disorder. Turkish Journal of Psychiatry, 2010, p. 1-10.

Landa, R. J. & Goldberg, M. C. Language, Social and Executive Functions in High Functioning Autism: A Continuum of Performance. Journal of Autism and Developmental Disorders, 2005, 35(5), p. 557-573.

Lord, C., Storoschuk, S., Rutter, M. & Pickles, A. Using the ADI-R to diagnose autism in preschool children. Journal of Infant Mental Health, 14(3), 1993, p. 234-252.

MALLOY-DINIZ, L. F. et al. Neuropsicologia das funções executivas. In: FUENTES, D. et al. Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2008

Mundy, P. & Sigman, M. Specifying the nature of the social impairment in autism.

Em G. Dawson (Org.), Autism: New perspectives on nature, diagnosis, and treatment.

New York: Guilford, 1989, p. 3-21.

NARZISI, Antonio; MURATORI, Filippo; CALDERONI, Sara; FABBRO, Franco; URGESI, Cosimo. Neuropsychological profile in high functioning autism spectrum disorders. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 43, n. 8, p. 1895-1909, aug. 2013.

Ozonoff, S., Pennington, B. & Rogers, S. Executive function deficits in highfunctioning autistic individuals: Relations to the theory of mind. Journal of Child Psychology and Psychiatry, 32, 1991, p. 1081-1105.

RICHAUDEAU, Alba. Funciones ejecutivas. In: Manual de intervención para trastornos del desarrollo en el espectro autista: enfoque neuropsicológico. Compilado por Nora Grañana – 1ª ed, - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 217-253.

Sanders, J.; Johnons, K.A.; Garavan, H., Gill, M. & Gallagher, L. (2008). A review of neuropsychological and neuroimaging research in autistic spectrum disorders:

attention, inhibition and cognitive flexibility. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 2, 1-16

Shields, G. S., Bonner, J. C. & Moons, W. G. Does cortisol influence core executive functions? A meta-analysis of acute cortisol administration effects on working memory, inhibition, and set-shifting. *Psychoneuroendocrinology*, 58, 91-103, 2015.

SCHOEMAKER, K. et al. Executive functions in preschool children with externalizing behavior problems: a meta-analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 41, n. 3, p. 457-471, 2013. DOI 10.1007/s10802-012-9684-x

Towgood, K. J., Meuwese, J. D. I., Gilbert, S. J., Turner, M. S. & Burgess, P. W. Advantages of the multiple case series approach to the study of cognitive deficits in autism spectrum disorder. *Neuropsychologia*, 2099, p. 2981-2988.

Wimmer, H. & Perner, J.. Beliefs about beliefs: Representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. *Cognition*, 13, 1983, p. 103-128.

WING Lorna; GOULD Judith; GILLBERG Christopher. Autism spectrum disorders in the DSM-V: Better or worse than the DSM-IV?. **Research in Developmental Disabilities**, v. 32, n. 2, p. 768-773, mar.-apr, 2011.

## CAPÍTULO 5

# PERCURSO TURÍSTICO-CULTURAL NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO (RJ): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Robson William Felipe**

Turismólogo, Graduado em Gestão de Turismo, CEFET  
Rio de Janeiro - RJ

---

### RESUMO

O presente artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso apresentado ao CEFET-RJ/MARACANÃ para obtenção do grau tecnológico em gestão de turismo. Este estudo tem por objeto a experiência no percurso turístico-cultural no Museu Vivo do São Bento e traz como objetivo geral: apresentar o MVSb como um potencial atrativo sob a ótica do percurso turístico-cultural e como objetivos específicos: realizar um levantamento dos atrativos do MVSb e descrever o seu percurso sob o olhar de uma proposta para o turismo. Aborda os aspectos relacionados ao patrimônio, turismo cultural e museus de percurso, com contextualização histórica do bairro São Bento. A metodologia utilizada foi a pesquisa ação, com abordagem qualitativa e exploratória. A experiência vivida no MVSb permitiu identificar que o espaço possui características da museologia social e efetiva participação comunitária. Sob a ótica da análise estrutural do turismo, o museu possui potencialidades para se tornar um importante atrativo turístico na região, no entanto, precisa superar alguns desafios para que possa alcançar os pilares estruturais, sociais, culturais, ambientais, econômicos e de gestão.

**Palavras-chave:** Cultura; Turismo; Percurso; Museu; Patrimônio.

### INTRODUÇÃO

O Museu Vivo do São Bento (MVSb) foi criado em 2008, no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) e segundo o Art. 2º da Lei 2.224 de 07 de novembro de 2008: “o MVSb é um complexo museológico instituído no território do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias e caracteriza-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou ecomuseu”. Este espaço guarda diversos vestígios da ocupação

humana naquele território ao longo do tempo, sendo o mais antigo destes vestígios, o Sambaqui<sup>1</sup> do São Bento (GOMES, 2016).

Oliveira (2020) destaca que o MVSB se fundamenta na socio-museologia ativa e interativa e, por isso, integra a sociedade local de forma efetiva ao museu, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural. Como atrativo turístico, o museu possui uma visão calcada na nova concepção museológica<sup>2</sup> intimamente ligada aos aspectos elementares do território com as influências do patrimônio na comunidade.

Portanto, este estudo traz como objeto a experiência no percurso cultural MVSB vislumbrando a potencialidade do atrativo turístico, destacando a sua relevância histórica e social para a região, bem como por preencher uma lacuna da literatura no que tange principalmente aos estudos que abordam a temática do turismo em museus de percurso. Desta forma, o objetivo geral do estudo é apresentar o MVSB como um potencial atrativo sob a ótica do percurso turístico-cultural e os objetivos específicos são: realizar um levantamento dos atrativos do MVSB e descrever o seu percurso sob o olhar de uma proposta para o turismo.

Possuindo uma forte história marcada pelo patrimônio material e imaterial, o museu em destaque consubstancia um ambiente de importante relevância cultural, sendo um potencial para o turismo em Duque de Caxias e destaca-se principalmente com abordagens que envolvem a historicidade local indo de encontro ao que ressalta o Ministério do Turismo quando diz que:

Desses primórdios até a atualidade, a cultura continua a ser uma das principais motivações das viagens em todo o mundo e durante muito tempo as destinações eram exclusivamente os grandes conjuntos arquitetônicos, os museus e os lugares que abrigavam os tesouros materiais de culturas passadas. Com o tempo, modificou-se o próprio conceito de cultura, ampliou-se os limites do que os estudiosos e as instituições responsáveis pelas

---

<sup>1</sup> A palavra sambaqui é de origem tupi e significa “amontoado de conchas”. Os sambaquis ou concheiras são depósitos de cascas de ostras e conchas e restos de artefatos como ferramentas, armas, utensílios domésticos e até ossos humanos, deixados pelos paleoíndios e indígenas brasileiros. São encontrados, principalmente, em regiões litorâneas do Brasil. No Sambaqui do São Bento, um sambaqui de encosta com limites para o trabalho de escavação, foram encontrados dois esqueletos humanos, de um homem e de um menino, que permanecem preservados no local. (GOMES, 2016, p.19, cit. 5)

<sup>2</sup> Princípios baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e no envolvimento da comunidade local nessas questões. Ele serve à comunidade onde está inserido como um “instrumento de desenvolvimento cultural” (LACOUTURE, 1985 *apud* ARAÚJO, 2012, p. 72)

iniciativas de preservação entendiam como patrimônio cultural. As mudanças conceituais e das diretrizes de proteção à cultura tiveram influência direta na caracterização do Turismo Cultural, no perfil do turista cultural e na relação do turismo com a cultura (BRASIL, 2006, p. 14).

O caminho metodológico adotado para melhor discorrer sobre a temática e alcançar os objetivos propostos foi o trabalho de campo, através da pesquisa ação, que segundo Ângelo (2013) compreende a produção de novas informações, estruturando conhecimentos e delineando ações que se formam através da prática diária e teoria existente, produzindo novos conhecimentos e intervenções na realidade do campo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que segundo Minayo e Gomes (2008) permite a aproximação do pesquisador com a realidade e os atores envolvidos nesse espaço com cunho social. Aborda na fase exploratória a literatura acadêmica sobre o MVSb, obtida através das ferramentas buscadoras google acadêmico e arquivo do Centro de Referência Patrimonial e História de Duque de Caxias (CRPH). Desta forma o contato do autor com o patrimônio material e imaterial, através do acompanhamento das atividades compreendidas e a utilização de técnicas relacionadas à atividade turística buscam alcançar os objetivos da pesquisa.

## **PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E MUSEU: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL**

Pela perspectiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio se divide em material e imaterial (tangível e intangível). Segundo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 “Patrimônio Cultural engloba bens cuja conservação é de interesse público, por representarem vínculo com fatos memoráveis da história do Brasil e por representarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

No Art. 216 da Constituição Brasileira constituem o patrimônio cultural brasileiro:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos

urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, *Documento online*, 1988).

Estes bens culturais são todos passíveis de serem explorados turisticamente assim como arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais (BRASIL, 2010).

Para compreender este segmento de forma holística, temos o turismo cultural que engloba a vivência dos diversos elementos importantes para patrimônio, preservando a identidade do território (BRASIL, 2006). Nesse aspecto os museus se encaixam na segmentação cultural por guardarem conjunturas humanas em sua materialidade e imaterialidade produzindo um espaço de descoberta e educação.

Como Beni (2004) explica, este turismo cultural se desdobra em vários títulos como: ecológico, antropológico, religioso, arqueológico, artístico, entre outros, pois é a consequência do trabalho físico e mental do homem no espaço natural. E estes espaços com intuito de pensar e produzir cultura contribuem para o desenvolvimento local através da socialização e assim, constroem uma relação entre museus e turismo alcançando o objetivo de garantir a memória e a identidade, valorizando as ciências humanas e proporcionando um espaço de acesso e encontro com a produção material e imaterial dos grupos pertencentes ao território envolvido nessa atividade (IBRAM, 2014).

Os museus brasileiros com seu potencial de visitação se tornam, portanto, atrativos turísticos, e as atividades locais de criação e produção de artesanato, artes plásticas, práticas esportivas e religiosas, são instrumentos utilizados em atividades humanas. Os agentes sociais do MVSb dialogam com a museologia social, atribuindo ao museu o papel de agente com função social a partir de práticas que respeitam a diversidade cultural e integram, de fato, a comunidade local (CORDEIRO, 2019). A museologia social afirma a dignidade das classes populares, a potência dos povos indígenas e dos povos afro-brasileiros, a força dos movimentos feministas e LGBTI, a ecologia dos saberes e a mobilização afetos poéticos e políticos a favor da potência da vida. (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 297).

Através do Movimento Internacional para uma Nova Museologia<sup>3</sup> (MINOM), podemos entender os ecomuseus e museus comunitários como alternativas de proposições culturais para nesse sentido expandir o turismo do segmento (CAFE, 2007) e desta forma, apresentar a perspectiva do diálogo entre o público que reside no local onde o museu é implantado

---

<sup>3</sup> “Nova Museologia é um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos foram centrais para a renovação dos museus do século XX, como o serão ainda para a renovação dos museus do século XXI. (DUARTE, 2013)

e a relação com a construção do seu próprio acervo. Considerando que o MVSB possui uma forte proposta de cunho social e comunitário na conservação de bens, valorização da história local e interação com o território, isto reforça o seu pertencimento a este movimento da Nova Museologia, sobretudo por caracterizar-se como um ecomuseu.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E INTERFACES COM O MUSEU VIVO DO SÃO BENTO**

No século XVI a cidade Rio de Janeiro foi palco de conflitos pela terra entre portugueses, espanhóis e franceses e, em 1555 houve um efetivo processo de ocupação, instalando, no atual Rio de Janeiro, a França Antártica. (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015). Por conta disso os portugueses reagiram fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), implantando assim um sistema de ocupação embasado na concessão de extensos lotes de terra para cultivo e povoação (BRAZ e ALMEIDA, 2010). Um dos exemplos desse modelo produtor era a Fazenda Iguassu, fundada na sesmaria do Iguassu, doada a Cristóvão Monteiro (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2012).

Com a morte de Cristóvão Monteiro, sua esposa a Marquesa Ferreira, doou parte das terras ao mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro que, aos poucos, possuiria as terras que formariam a Fazenda de São Bento (BRAZ e ALMEIDA, 2010).

Com o declínio da fazenda São Bento, e durante o Estado Novo, o projeto de colonização e de modernização atingiu o território, instalando núcleos coloniais agrícolas (SOUZA, 2002) e no final dos anos cinquenta, movimentos culturais emergiram em Duque de Caxias, iniciando os “combates culturais no município”. (MARQUES, 2006).

O bairro de São Bento se tornou através dessas temporalidades um grande reduto histórico em Duque de Caxias, guardando os momentos do período colonial com seus resquícios materiais, imateriais e incentiva até hoje os professores e a sociedade civil através da construção e promoções educativas e culturais, partindo do conhecimento da história local através de lugares de memória (CORDEIRO, 2019).

O território do São Bento foi ocupado pelos povos das conchas, ou seja, fazedores de sambaqui. Esses humanos eram caçadores, pescadores e coletores de mariscos e crustáceos; ajuntavam as cascas e os restos desses invertebrados para demarcar o lugar ocupado (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015). Hodiernamente, somente o Sambaqui do São Bento foi escavado com condições para a construção de um sítio escola (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015) e com a criação do Centro de Referência Patrimonial Histórico de Duque de Caxias em 2005, (CRPHDQ) o percurso visitado que tem o sítio arqueológico dos sambaquis passou a ser chamado de Museu Vivo do São Bento (CORDEIRO, 2019).



Para Gomes (2016, p.62):

o Museu Vivo do São Bento, através dos seus percursos e de suas exposições, revela a natureza material e imaterial do patrimônio cultural da comunidade onde está inserido, pois nele se podem ver materializadas as vivências e os saberes acumulados ao longo do tempo nos objetos reunidos por moradores, nas edificações, nos monumentos, nos sítios arqueológicos existentes na região – marcas da presença humana que transforma o ambiente onde vive para o bem e para o mal; mas também através das tradições, das manifestações religiosas, das lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, do jeito de morar e de fazer da população local, que o museu se propõem a preservar e divulgar. A identidade cultural de uma região se constrói a partir do seu patrimônio e se expressa a partir de sua população.

O MVSB mantém a história local, regional e a sensibilização da comunidade para que em conjunto possam manter a identidade cultural daquele território, promovendo o turismo pedagógico e patrimonial no município de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, almejando assim, a proteção e a manutenção das edificações e patrimônios tombados.

Sendo um museu de percurso, ele está inserido na perspectiva de museu que interage com a comunidade, se inserindo, com isso, na proposta de museu integral, conceito presente na declaração de Santiago do Chile. A declaração definia como princípio de “que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve (BEZERRA; LAURENTINO, 2022, p. 231).

## PERCURSO, ATIVIDADES E POSSIBILIDADES NO MVSB



Figura 1 – Inventário do bairro (Fonte: ASTORGA – projeto arquitetônico Museu Vivo do São Bento)

O Art. 3º da Lei Nº 2224 de 2008/Duque de Caxias que versa sobre a criação do MVSB institui os seus percursos, a saber:

- I. Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como **Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento**;
- II. **Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino** – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
- III. **Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial** – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
- IV. **Prédio da Fazenda São Bento**, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores recentemente – **destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias**;
- V. Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como **sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias** e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;

- VI. **Casa do Colono** – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós 30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
- VII. **Sambaqui do São Bento** – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralianas nas cercanias da Guanabara, destinado a instalação do Museu dos Povos das Conchas;
- VIII. **Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa** instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
- IX. Elevação conhecida como **Morro da Escadaria ou da Marinha**, destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
- X. **Novo São Bento** – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural.<sup>4</sup>

O projeto da ASTORGA arquitetura (2011) produzido voluntariamente com objetivo de revitalizar edificações, mostra o bairro de São Bento nas suas potencialidades e motivações históricas com a perspectiva dos espaços, porém sem a ênfase turística. Em harmonia com este delineamento e buscando incorporar o viés turístico nesta atividade de percurso, concordo com Beni (2004) ao propor que o sistema<sup>5</sup> de turismo (SISTUR) tem o objetivo de desenvolver o plano turístico de determinado local, com a análise sistêmica observando as relações ambientais (ecológicos, econômicos, culturais e sociais), estruturais (superestrutura, infraestrutura) e as ações operacionais (oferta, demanda, distribuição).

Desta maneira, apresentarei nas próximas linhas a relação do percurso no MVSb com o sistema de turismo explicitado por Beni em seus variados elementos, captando alguns deles e correlacionando-os com a experiência vivenciada no MVSb enquanto monitor, apontando os desafios e potencialidades do espaço enquanto atrativo turístico.

a) Estruturais e sociais: No dia a dia do MVSb os percursos são apresentados de maneira histórica por professores da rede municipal de educação, que percorrem sobre as temporalidades do ambiente, levando o visitante a pensar nos vários períodos e situações que o território viveu. O guiamento pelos espaços temporais que o MVSb opera é caracterizado pela

---

<sup>4</sup> Grifo nosso

<sup>5</sup> Pode-se definir sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. (BENI, 2004, p. 23)

contação da história, mas a experiência do percurso não dispõe de aparato tecnológico integrado ao seu patrimônio, ou seja, o sentido “pedagógico” é visualizado em sua realidade, denotando um clima de sala de aula ao ar livre nas abordagens sobre os tempos históricos, sem proporcionar envolvimento sensorial mais dinâmico que, no meu sentir, poderia ser melhor experienciado com o auxílio de equipamentos tecnológicos. Essas ações de guiamentos pelos professores abrangem a socialidade da educação patrimonial com proposta de ressaltar a vivacidade da história e das temporalidades, projetando e valorizando a comunidade que se vê inserida na construção da memória nacional.

O Sambaqui também tem recebido poucas visitas, pois depende de condições climáticas satisfatórias e obras de melhorias que garantam adequada acessibilidade ao público. A infraestrutura que compreende toda uma esfera patrimonial e de serviços, perfaz um conjunto de necessidades urbanas básicas (energia elétrica, saneamento, transporte, segurança etc.) e são essenciais à um espaço de visita. Quando analisamos as infraestruturas gerais, percebemos que em contexto amplo o potencial turístico São Bento precisaria de financiamento estrutural no sentido da recepção turística, através de serviços que atendam às necessidades do visitante, nas proximidades do percurso.

Foi identificado que o bairro São Bento não contempla unidades produtivas de bens e geradoras de serviços capazes de promover as ações desenvolvidas no MVS. Aleixo e Costa (2014) mencionam que os impactos positivos do turismo provocam mudanças positivas no ambiente onde se localiza, produzindo infraestruturas, criando empregos, gerando também impactos “simbólicos”, aumentando a autoestima da população local, conscientizando para preservação do patrimônio e contribuindo com a troca entre as populações locais e turistas.

É importante salientar que a questão envolvendo a superestrutura deveria discutir e abordar, através de um conselho municipal, programas para o crescimento do turismo local. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo aspectos operacionais da atividade, sendo parte do desenvolvimento do local, maximizando e protegendo os recursos turísticos (Beni, 2004).

Sobre isto, Beni aponta que:

O turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústria complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.” (BENI, 2004, p. 65)

Por fim, os atores sociais conjuntamente ao setor público e privado devem agir para que o desenvolvimento venha acontecer. O poder público municipal, representado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deve conservar e preservar os bens, fiscalizando e protegendo, mantendo valorizados e disponíveis (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

b) Gestão e Operacionalização: Alguns dos equipamentos turísticos relacionados no percurso não são de propriedade exclusiva do museu, sendo pertencentes a outras instituições, como por exemplo o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos homens de cor e do Casarão Beneditino, ambos em posse da Diocese de Duque de Caxias. Isto dificulta a gestão e descentraliza a coordenação que, atrelados a outros problemas de infraestrutura, bem como ao distanciamento entre os atrativos, culmina com uma visitação / guiamento fragmentado prejudicando a construção de um raciocínio lógico e sequencial pelo visitante.

O percurso apresentado pelo Museu encontra obstáculos para sua execução plena, pois não há um planejamento de guia que abranja a totalidade dos equipamentos turísticos descritos na legislação (art. 3 da Lei Nº 2224 de 2008), desta forma as visitas são restritas e atreladas a agendamentos prévios, comprometendo a visitação espontânea na sua totalidade pelo percurso, uma vez que sempre são realizadas mediante a presença de um dos professores ou historiadores do próprio MVSB.

Nas ações que tenham como oferta e demanda, pode-se visualizar que o MVSB tem feito uma abordagem de promoção nos círculos acadêmicos, o que engloba as universidades e a rede de museologia social do Rio de Janeiro (REMUS), com esse aspecto traz visões qualificadas para acrescentar conceitos e abordagens propositivas.

As atividades museológicas são difundidas nas redes sociais com o apoio de um *Web Site* e os cursos e palestras em nome do MVSB podem ser facilmente acessados no *YouTube*, o que denota uma interatividade positiva.

c) Ecológico: Por localizar-se em uma APA, conta com elementos arqueológicos e ecológicos remanescentes da Mata Atlântica, que são aspectos importantes para o turismo cultural. Em relação a preservação do ambiente é possível notar que a sustentabilidade demanda de uma conexão que junta a preservação com a geração de renda, ademais vivemos em uma sociedade capitalista. Ambos trazem o prefixo ECO, ou seja, é necessário equilibrar as forças econômicas e ecológicas para que os benefícios sejam a médio e longo prazo (Beni, 2004).

d) Culturais: São desenvolvidas na sede do MVSB, programações dedicadas à população local como: artesanato, capoeira, exposições temáticas e cursos de extensão sobre a Baixada Fluminense, leitura e agentes do patrimônio. Segundo Beni (2004) o turismo em certo sentido é um

instrumento de reabilitação das culturas, proporcionando sua difusão e isto vai ao encontro do que é proposto no MVSb, uma vez que cada uma destas atividades desenvolvidas oferece oportunidade da participação comunitária nos projetos culturais locais, construindo habilidades e projetando perspectivas de um lazer lúdico. Neste sentido, o entretenimento emana aspectos identitários que culminam com o fortalecimento da manutenção daquele território.

O MVSb envolve a construção de um turismo cultural local, por compreender um conjunto de temporalidade que se expressa nos equipamentos do bairro. O espaço cultural é aquele que devido a atividade humana mudou sua fisionomia original, destacando o trabalho do homem em adaptar o ambiente natural para o uso (Beni, 2004).

## **ANÁLISES E PROPOSTAS DE AÇÕES**

Ante o exposto, é possível considerar que alguns aspectos não impactam tanto, visto o tempo de envolvimento com o turismo cultural local, por exemplo, a maioria das atividades realizadas no MVSb são de curta duração, ou no máximo um dia, não necessitando assim urgência de serviços pontuais como é o caso de oferta de alojamento. Em contrapartida, outros pontos podem e devem ser beneficiados com a melhor identificação e sinalização das vias, e construção de estacionamento, impactando diretamente na recepção de grupos e nos deslocamentos dos visitantes pelos atrativos do museu.

No entanto, neste momento, entendo que primeiramente deve ser estruturado um plano para recuperação, proporcionando restaurações e ampliação das estruturas físicas, somado à um plano de gestão operacional para a gerência efetiva de todos os empreendimentos, publicizando assim a revitalização completa do museu, para desta forma criar uma prospecção para a demanda reprimida incrementando o turismo local. O princípio é determinar com exatidão qual será a oferta necessária futura (Beni, 2004), por exemplo, através de um cronograma de atividades, com um plano de marketing dos locais e da região, a fim de divulgar e informar o público interessado nesta proposta turístico-cultural. Isto reforça a ideia de Beni (2004), quando menciona que as etapas para construção de uma demanda turística devem *a priori* se concentrar no público, respeitando assim a ordem cronológica das ações que desencadeiam os próprios aspectos da museologia social, para tal, é necessário alocar recursos em questões mais pontuais e imediatas e isto demanda todo um plano de ações em conjunto com organizações governamentais e privadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Vivo do São Bento compreende um conjunto cultural que carrega historicidade material e imaterial. Que tem potencialidade para ser um ponto turístico, levando os objetivos da nova museologia social.

Pode observar na experiência de campo que os planos de ações necessárias devem abranger, *a priori*, as estruturas e o modelo operacional do MVSB, desenvolvendo os atrativos e executando cronogramas culturais com atividades rotineiras. A potencialidade do turismo cultural no MVSB encontra desafios para sua implantação visto que as políticas públicas não estão confrontando a necessidade desse espaço museal com a devida proporção.

As atividades da museologia social compreendem o envolvimento da comunidade nas ações periódicas, nesse aspecto a infraestrutura é o ponto inicial para o desenvolvimento turístico-cultural do espaço. Ademais, fica claro que sem ela pode-se haver prejuízo na acessibilidade e o uso adequado do museu, impedindo por exemplo, o crescimento do turismo cultural para pessoas com necessidades especiais.

Conforme o art. 30, IX<sup>6</sup> c/c com o art. 210<sup>7</sup>, CF/1988 o município deve promover os investimentos necessários para a promoção do ambiente turístico cultural. Muito embora o tombamento pelo IPHAN tenha sido feito e as obras de restauração propostas, o que se vê ainda é muito precário.

O turismo pode ser uma importante ferramenta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a sociedade nos aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos. O turismo no MVSB é possível, visto a sua potencialidade enquanto museu de percurso e espaço cultural, porém os desafios estão presentes e dependem sobremaneira do investimento público necessário e de iniciativa política para criar parcerias público privadas (PPPs). O aperfeiçoamento do local depende da iniciativa dos atores sociais que permeiam o território, com isso é primordial à aplicação de recursos para o desenvolvimento efetivo das práticas diárias e ampliação de projetos prospectivos na temática do turismo na Baixada Fluminense, por exemplo. No entanto, o grande desafio do MVSB é que esta política pública de financiamento e investimentos se torne real.

Concluo propondo a criação de um projeto piloto de visitação cultural, estruturado nos pilares do SISTUR, ou seja, estabelecendo atividades culturais, com cronograma fixo, monitorando a demanda, com melhorias estruturais, permeado por um controle financeiro adequado e dirigido para a

---

<sup>6</sup> “Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

<sup>7</sup> “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

execução das atividades. Desta forma, teremos um olhar holístico sobre as facetas que envolvem a estrutura do turismo e a sua interrelação com o espaço museal.

## REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Elis Regina Barbosa. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2013.
- ALEIXO, Erika. COSTA, Angélica Maciel. **Políticas Públicas de Turismo**. V. 1. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. 2012. 235 f. **Tese. Doutorado em Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio (UNIRIO)**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 03 de set. 2022.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília, DF: 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília, DF: 2010.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10ª ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BRAZ, Antonio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.
- BEZERRA, Nielson Rosa. LAURENTINO, Eliana. **Baixada negra – escritas, identidades e práticas educativas em diáspora**. Duque de Caxias: Esteio, 2022.
- CAFE, D.C. Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena. 2007. 200 f. **Dissertação. Mestrado em Socio museologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.
- CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla (ORGS). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.
- CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. “Seu lugar é no museu!”: a atuação do Museu Vivo do São Bento na construção de sentidos sobre o



patrimônio da Baixada Fluminense. 2019. 124 f. **Dissertação. Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade. UFFRJ**, Nova Iguaçu, RJ, 2019.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº. 2.224, 07 de novembro de 2008**. Criação do Museu Vivo do São Bento. Duque de Caxias: Câmara municipal, 2008. Disponível em: <https://www.museuvivodosabento.com.br/arquivos/lei-de-criacao-museu-vivo.pdf> Acessado em 03 de set. 2022.

Decreto **Lei nº 25 de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio histórico e artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto-Lei%20n%C2%B0%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf>. Acessado em 12 de set. 2022.

GOMES, Marta Taets. Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFHISTORIA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

IBGE. **Dados demográficos de Duque de Caxias**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama> Acessado em 23 de ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museu e Turismo: estratégias de cooperação**. Brasília; DF, 2014.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Militantes da cultura em uma área periférica. Duque de Caxias (1950-1980). **Dissertação. Mestrado em história. PPGH USS**, Vassouras, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, T. Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo e a experiência do Museu Vivo do São Bento. **Cadernos de Socio museologia**, v. 59, n. 15, p. 25-52, 3 jun. 2020.

RIO carioca instituto interdisciplinar; Astorga. Projeto arquitetura; museu vivo do São Bento. **Apresentação em power point**. Duque de Caxias: jan. de 2011.

SOUZA, Marlucia Santos. BEZERRA, Nielson Rosa. SILVA, Paulo Pedro da. **Olhares: breve história da ocupação humana no município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. EBOOK.

SOUZA, Marlucia Santos de. Escavando o passado da cidade. História política de Duque de Caxias. **Dissertação. Mestrado em história. PPGH UFF**, Niterói, 2002.

TERREIRO, André. Duque de Caxias: o território e sua gente. Duque de Caxias, RJ: **FEBF**, mar. de 2016. EBOOK.

## CAPÍTULO 6

### O PROBLEMA DA MORTE DE DEUS EM NIETZSCHE: UMA INTRODUÇÃO A GAIA CIÊNCIA

**Rodrigo Nonato do Socorro Lopes**

Pedagogo pelo IESM e  
Graduando em Filosofia (Licenciatura) pela FUNIP - MG  
Pós-graduado em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia,  
Ensino Religioso, Filosofia e Teoria Social e em Ciências da Religião  
Milagres do Maranhão.

**Edson Antônio dos Santos**

Advogado e economista  
Pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdência Social,  
MBA em Gestão Tributária e em Tutoria em Educação à Distância.

---

#### RESUMO

Este artigo investiga as aparências da "morte de Deus" no pensamento ocidental, notavelmente presente nas obras de pensadores do século XIX e XX como Heine, Hegel, Comte, Feuerbach, Marx e, mais proeminentemente, Nietzsche. A expressão "morte de Deus" sugere uma mudança na concepção da divindade e da religião, influenciando tanto a literatura quanto os campos mais técnicos como a ciência e a teologia. A pesquisa se fundamenta através de uma abordagem bibliográfica e exploratória, recorrendo a uma variedade de fontes, desde artigos científicos e livros até materiais online e documentos da época. O estudo destaca como Nietzsche, influenciado por seus antecessores, bordou a ideia de que a religião perdeu sua capacidade explicativa, defendendo o ateísmo como caminho para a humanidade se libertar dos dogmas e redefinir sua moralidade. A "Gaia Ciência" proposta por Nietzsche visa estimular uma nova compreensão moral, valorizando a individualidade humana e a capacidade do indivíduo de atribuir significado ao mundo. Ao longo do tempo, o conceito de "morte de Deus" permeou diversas áreas do conhecimento, evidenciando a necessidade humana de reavaliar constantemente sua relação com o divino e a busca por significado.

Palavras-chave: Morte de Deus; Nietzsche; Teologia; Gaia Ciência.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o século XIX diversos pensadores proclamaram a "morte de Deus", um equívoco que se propagou por meio das obras de Heine, Hegel, Comte, Feuerbach, Marx e outros. Estes esforços deram origem ao pensamento de Nietzsche, que não ficou imune à influência de suas ideias. Ao longo deste capítulo, descubra como esse tema criou um efeito "comum" no mundo do século XIX e XX, reverberando temas que foram abordados tanto na literatura quanto na ciência e até mesmo na teologia.

A justificativa desse trabalho se dá do estudo partindo desde o início do Século XX, Nietzsche tornou-se reconhecido como um dos filósofos mais influentes e importantes de sua época. Suas obras têm sido largamente estudadas e discutidas pelos acadêmicos de todo o mundo. A crença central de Nietzsche era sua afirmativa "Deus está morto". Isso trouxe repercussões para a forma como a humanidade olha para o papel de Deus no mundo e o destino da espécie humana. Uma discussão abrangente sobre esse tema permitirá que os estudantes valorizem a amplitude e a complexidade de pensamento de Nietzsche. O objetivo desta apresentação é analisar o problema proposto por Nietzsche da "Morte de Deus" e discutir como isso afeta a teoria da "Gaia Ciência", desenvolvida por ele. O objetivo é também fornecer aos alunos uma visão geral da filosofia de Nietzsche e dos fundamentos teóricos dela, bem como fornecer uma análise detalhada da complexidade da teoria da Gaialogia.

No mundo literário, o tema "Morte de Deus" foi abordado por vários autores, como Heinrich Heine, quem publicou um poema intitulado "Morte do Deus" em 1821. Mais tarde, Friedrich Nietzsche publicou a frase famosa "Dieu est mort" em seu escrito *A Gênese da Tragédia* (1872). Neste escrito, Nietzsche desafiava o dogma cristão e o conceito tradicional de Deus. No que diz respeito à ciência, a "Morte de Deus" foi associada às teorias científicas do século XIX, notadamente a de Charles Darwin. Em sua obra *A Origem das Espécies* (1859), Darwin afirma que a evolução por meio da seleção natural é uma força que está governando o desenvolvimento das formas de vida e que isto não requer qualquer intervenção divina. Finalmente, o tema "Morte de Deus" foi amplamente discutido na teologia cristã, notadamente por teólogos como Rudolph Bultmann. Bultmann propôs um método teológico chamado "desmitologização" para o estudo bíblico, o qual foi influenciado pelo pensamento de Nietzsche sobre a modernidade e o impacto do conhecimento científico na religião.

No final de tudo, a "Morte de Deus" se tornou uma ideia comum entre várias áreas de conhecimento durante esse período, sendo amplamente discutida e refletida. Esta ideia influenciou profundamente o pensamento subsequente, a cultura ocidental como um todo e até teve um efeito significativo sobre a teologia e o comportamento humano.

## **METODOLOGIA**

Evidenciamos essa metodologia como alicerce para sustentar a pesquisa científica, sendo assim, para o desenvolvimento desse trabalho, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e exploratória. A bibliográfica conforme Gil (1993) classifica como um método que utiliza livros e artigos já elaborados por outros autores, sendo indispensável em qualquer tipo de estudo. Tendo em vista, que foi utilizado de artigos científicos, livros editoriais, materiais publicados em sites, sendo fundamental desenrolar da temática escolhida. Revisão da literatura: Para realizar o presente trabalho foi necessário a realização de revisão documental através do acesso a diversas fontes, como obras da mesma época e de épocas posteriores, sites, jornais, revistas, teses e enfim, diferentes fontes referentes à época da obra revisitada.

A pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura foram metodologias importantes para o desenvolvimento deste trabalho. A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de livros, artigos científicos e matérias publicadas em sites, que foram fundamentais para a compreensão da temática escolhida. A realização da revisão documental foi feita também por meio do acesso a obras da mesma época, sites, jornais, revistas e teses, essenciais para se ter acesso à visão de Heinrich Heine, Ludwig Feuerbach e Nietzsche a respeito da "morte de Deus". Assim, a abordagem desta temática ficou mais clara e possível. O trabalho também contou com uma fase de análise das fontes.

Ao longo das leituras, foram realizadas comparações entre as obras de diferentes autores a partir das satélites abordagens. Assim, foi possível identificar os pontos de vista dos pensadores a respeito do assunto. A partir destes procedimentos, foi possível formular teorias acerca da temática tratada e realizar uma análise crítica da proposta heurística. Bem como a partir das conclusões chegadas na etapa anterior, também foi possível refletir criticamente sobre a "morte de Deus" e sobre a sua repercussão na filosofia contemporânea.

A presente pesquisa busca analisar as visões de Heinrich Heine e Ludwig Feuerbach sobre a "morte de Deus", um dos principais temas abordados pelos principais pensadores do século XIX. Essa importante

questão tem como base a visão filosófica de Nietzsche que afirmou que Deus morreu e deixou a humanidade solta em sua luta diária para encontrar o sentido da vida. Heinrich Heine, um dos poeta-atormentados mais famosos da Alemanha, possuía uma ferrenha visão negativa sobre a alienação da humanidade diante da situação de antagonismo social e ético das classes desprivilegiadas. Para ele, a solidão não é necessariamente algo deprimente, mas sim uma oportunidade para a realização da autoconfiança, pois ainda é encontrado um motivo para reencontrar a Esperança. Dessa forma, o debate sobre a “morte de Deus” traz à tona conceitos filosóficos essenciais, abordando questões de peso sobre a natureza humana e a busca pela verdade e significado da vida. Os estudos anteriores sobre o assunto contribuem para alimentar a reflexão, de forma que o presente estudo exploratório possa fornecer profundidade à discussão e caminhos para novas investigações.

## **DESENVOLVIMENTO TEXTUAL**

### **A MORTE DE DEUS NO SÉCULO XIX**

No século XIX, modo a decretar o "anúncio da morte de Deus", tratou as repercussões de tal temática até os dias atuais. Autores como Heine, Hegel, August Comte, Feuerbach e Karl Marx estiveram entre os mais renomados a tratarem do réquiem divino, tendo sua ressonância ultrapassado os limites do século XIX em direção ao século XX, sendo inclusive tematizado em diversos ramos da ciência, da literatura à filosofia, da teologia à ciência.

Segundo Volf (1998) “a teologia do nosso tempo deve avaliar o profundo significado teológico da morte de Deus, entendendo que ela é um acontecimento histórico que aconteceu no cosmo, na História e na Existência humana”.

A fundamentação teórica de Volf sobre a morte de Deus se baseia na noção dialética do abismo cristão, que afirma que Deus pode e deve permanecer em um estado divino, mesmo depois de enfrentar a morte humana. Este abismo cristão postula que Deus pode transcender o mundo humano, mas também viver nele. Em outras palavras, enquanto Deus permanece o Ser imanente que responde às preces e encarna Cristo, ao mesmo tempo Ele se destrói diante da morte, logo a ressurreição é fundamental para a fundamentação teológica de Volf sobre a experiência de Deus com a morte humana. Pela ressurreição, Deus emerge das trevas da morte para desfazer as consequências da queda humana, e restaurar a

ordem divina. Volf também enfatiza o mistério da fé cristã no que diz respeito ao tema da morte de Deus. Ele argumenta que a morte de Deus não é algo que possamos compreender com nossa razão limitada, mas algo que precisamos aceitar por graça e revelação divinas. Assim, a teologia de Volf fornece uma didascália significativa da experiência cristã da morte de Deus.

Nietzsche é dado como o filósofo que "matou Deus", entretanto, esta expressão havia sido utilizada antes por outros pensadores, como Hegel e Heine. Assim, o termo "morte de Deus" possui a conotação de algo que é radical no mundo contemporâneo cristão; isso foi retratado nos séculos XIX e XX pelos filósofos alemães, mesmo que August Comt não esteja nessa dissertação.

A obra de Friedrich Nietzsche, "Assim Falou Zaratustra", foi tida como central para a propagação da "morte de Deus". Neste livro se lê que Deus é morto porque a religião perdeu sua força para explicar a vida humana e o efetivo significado dela. Para Nietzsche, o ateísmo é o novo caminho para deixar de lado os dogmas religiosos e libertar a humanidade da moral de uma raça superior.

Ele argumenta que a existência do divino está se tornando irrelevante, pois o ser humano não precisa mais de uma figura transcendente que dita os valores, pois nossa moral é estabelecida pelo próprio indivíduo. Para Nietzsche, a única forma de construir a moral é baseada nos instintos, na experiência de cada um e na individualidade. Sendo assim, o tema central do livro é que a humanidade não pode mais contar com a religião e deve se libertar das crenças passadas e criar um novo significado para a vida.

O "Problema da Morte de Deus" é um conceito desenvolvido por Friedrich Nietzsche na sua obra intitulada *A Gaia Ciência*. Aqui, Nietzsche argumenta que com o declínio da Igreja, assim como a subsequente ascensão da ciência, a humanidade foi forçada a encarar o fato de que Deus não era mais uma figura ou autoridade no céu que era responsável por controlar todos os acontecimentos. Em vez disso, a humanidade descobriu que ela deveria assumir a responsabilidade de criar seu próprio destino. Com isso, a humanidade também foi forçada a enfrentar o fato de que Deus havia morrido e que a humanidade não tinha mais nenhum lugar a recorrer para conhecimento ou paz espiritual. Isso deixou a humanidade numa posição precária, pois ela estava sendo forçada a redefinir suas crenças e práticas sem a orientação de uma autoridade divina e sem significado inerente ou propósito maior.

## **Heinrich Heine**

Heinrich Heine foi um dos poetas mais influentes do século 19 e está entre os principais componentes da tradição literária alemã. Suas principais obras abordam temas como o amor, a história, a religião e a morte. Uma das ideias centrais de sua obra é a morte de Deus, que ele viu como o fim da fé cristã na Europa. Ele pensava que a morte de Deus significava o fim de um sistema de crenças religiosas e moral e o início de uma nova era de desesperança. Seu trabalho expressa o sofrimento e a desesperança que ele viu em sua sociedade. Ele acreditava que, com a morte de Deus, o mundo perdia sua magia e se tornava um lugar difícil e amargo aonde o homem caía em desespero. Embora a morte de Deus de fato tenha sido trágica, Heine acreditava que ela significava também uma liberdade de expressão empoderada para o homem. Ele via a morte de Deus como o fim de uma era de opressão e a começo de uma era de liberdade.

A filosofia alemã é apenas um fruto tardio da liberdade de pensamento assim conquistada. O desenvolvimento atinge seu ponto crítico em Kant, em cuja filosofia Deus é apenas um conceito-limite, um noumenon. Aqui, todas as 'provas' imagináveis para a existência de um Deus compreendido de maneira deísta são refutadas de uma vez por todas. O desenvolvimento termina, enfim, com Hegel: em sua filosofia da religião, este pensa a sério que, diferente de todas as outras religiões, o cristianismo conhece um Deus que está morto (HEINE, 1991, p.135).

A filosofia alemã desenvolveu-se como um resultado da liberdade de pensamento conquistada. Kant foi o ponto crucial deste desenvolvimento, e sua filosofia descartou a possibilidade de provar a existência de Deus nos termos deístas. Por fim, a filosofia alemã foi aprofundada por Hegel, que acreditava que apenas o cristianismo tinha uma visão de um Deus morto.

Johann Heinrich Heine (1834) e Friedrich Nietzsche (1881) defendem que os seres humanos não devem se submeter às doutrinas espirituais impostas por outras pessoas ou instituições, mas fazer uso da sua vontade pessoal para encontrar satisfação e realização na Terra. Para Heine e Nietzsche, o cristianismo foi criado para servir de pretexto ao controle político e para difundir a falsa ideia de que a felicidade só é alcançada com o esforço para alcançar a salvação no além. Deus, nessa visão, torna-se subserviente à narrativa de vontade do poder político, o que ambos autores recusam. Sendo assim, Heine e Nietzsche defendem que o homem deve viver com

plenitude cada momento e usar a sua capacidade de resolver os problemas para alcançar os objetivos que considera dignos de ser alcançados.

A geração de Hegel na Universidade de Tubinga foi marcada por um sentimento contraditório de entusiasmo e preocupação com relação aos ideais humanistas propostos pelo imperador Frederico Guilherme II. Embora os ideais fossem apoiados por grandes mentes como Hegel e Schelling, os estudantes percebiam que não haveria mudanças significativas na sociedade e na cultura.

Em Hegel, a religião é entendida como a representação do Absoluto. O Absoluto é captado pelas imagens, símbolos, ritos e outras formas de apresentação religiosa que estimulam a reflexão e o reconhecimento do Absoluto. Segundo Hegel, é somente a partir dessas formas de apresentação que o Absoluto pode ser entendido e inteligível para o ser humano. Assim, a religião serve como uma forma de apresentação do Absoluto no pensamento hegeliano.

A própria ideia de que a religião é a auto-apresentação do espírito absoluto sob a forma de representação pode perfeitamente ser conservada; pois todos concordam em ver na religião o sistema de remissões simbólicas do humano ao divino. O simbólico (no sentido largo) é o que Hegel nomeia representação; ele constitui a determinação essencial da religião, e convém evitar uma interpretação negativa ou restritiva do símbolo. O fato de a religião ser o testemunho da presença de Deus é igualmente essencial; é até mesmo aquilo que torna inútil a apologética racional. Na religião, Deus se atesta. Para o raciocínio é um limite; o espírito passa da demonstração para a mostraçã (VIEILLARD-BARON, 2002, p. 59).

Esta frase afirma que a religião é uma forma de auto-apresentação do espírito absoluto, isto é, a maneira pelo qual Deus se manifesta no mundo humano. Hegel aponta que essa expressão é representada simbolicamente, ou seja, aquilo que aparece para o ser humano traz uma dimensão mística, a qual possui um determinado significado ou propósito. Assim, a representação expressa a presença de Deus, o qual se atesta frente a um limite para o raciocínio humano, pois a partir daí, o espírito passa de uma simples demonstração para a mostraçã.

O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel afirmou que "a essência da religião em Hegel é ser testemunho ou manifestação de Deus; a consciência religiosa não é mais visada por uma essência absoluta ou Deus, mas o testemunho de Deus". De acordo com ele, a religião adquiriu uma outra



conotação, sendo "uma fenomenologia de Deus". Além disso, declarou que a religião "não é o saber absoluto; ela não tem existência perfeita do espírito consciente de si mesmo e de seu mundo ao mesmo tempo".

## **Ludwig Feuerbach**

A filosofia religiosa de Feuerbach propõe que o homem projeta suas qualidades positivas para além de si mesmo, criando uma divindade venerada. Esta divindade é então considerada como realidade, o que leva o homem a sentir-se esmagado como um nada ou, pelo menos, como um pecador. Portanto, a ideia de Deus é, na verdade, resultado da hipostatização das qualidades pelo homem, um conceito que pode ser considerado, por exemplo, através do ideal de justiça, amor, misericórdia, etc. que são qualidades comuns ao Homo sapiens e que são transferidas para o divino.

A ideia de Deus como pai nasce da necessidade de segurança dos homens; a ideia de Deus feito homem exprime a excelência do amor pelos outros; a ideia de um ser perfeitíssimo nasce para representar ao homem aquilo que ele deveria, mas que jamais consegue ser; a ideia de uma existência ultraterrena não é outra coisa senão a fé na vida terrestre, não como ela é atualmente, ma como deveria ser (MONDIN, 2002, p.93).

Para Feuerbach Deus é a compilação dos sentimentos e pensamentos mais elevados do ser humano, ou seja, tudo o que ele possui de valor essencial para si é Deus. É o que faz o homem se sentir bem e feliz, o que é excelente e perfeito em sua vida. Para Feuerbach, Deus não é um ser metafísico, uma entidade abstrata, mas a forma humana idealizada das experiências humanas mais profundas e elevadas. Ele acredita que Deus é, na realidade, uma expressão dos sentimentos e dos desejos do homem, e que, portanto, o homem é o responsável pela criação da sua própria divindade. Essa divindade é criada individualmente e de maneira coletiva nas sociedades, pois é a expressão de todas as aspirações humanas. Deste modo, Deus é simplesmente o que um indivíduo ou uma cultura acredita que é, mas nunca poderá ser mais que aquilo que é pressuposto. Segundo Feuerbach, Deus não é mais do que o homem, não na ideia, mas na realidade.

Feuerbach afirma que a unidade entre o finito e o infinito não existe em Deus ou em qualquer outra instância, mas sim no próprio ser humano, uma figura material, mortal e real. Não desmerecendo a importância da

religião para o bem-estar humano, Feuerbach alerta para as "ilusões" provocadas por ela, indo contra a compreensão do ser humano como hipostasiado e mergulhado em algo superior a ele mesmo.

Deus é produto da humanidade, muito intrinsecamente ligado a ela, não importando se ele seja rejeitado por alguns ou desconhecido, ele ainda permanece com a humanidade. Contudo, Deus é o reflexo daqueles que o cultuam: o quanto o indivíduo valoriza-se, tanto valor possui para Deus. A consciência de Deus, de que ele existe, deriva de quem tem consciência de si próprio, qual seja, o conhecimento de Deus é equivalente ao do homem. Na verdade, Deus é a essência do homem, é a sua própria essência. *A consciência de Deus é a consciência que o homem tem de si mesmo, o conhecimento de Deus o conhecimento que o homem tem de si mesmo*<sup>1</sup>

Se o louco nietzscheano proclama a partir da praça pública que "Deus está morto", em seguida Feuerbach alcança a conclusão de que o cristianismo está destinado a desaparecer. Ele ilustra a ideia de que o cristianismo não atende às já existentes exigências humanas, possuindo uma existência desnecessária gerada pela inconcordância com os nossos modernos progressos, tais como ferrovias, museus, escolas de guerra etc.

Feuerbach afirma que "quem dá significado para sua própria existência é o homem, ele se faz, se projeta, busca seus ideais" e alerta que "quem não tem propósito não tem pátria, não tem sacrário. A maior desgraça é a falta de propósito". Por outro lado, ele também destaca que "quem possui um propósito, possui uma lei sobre si, ele não só se conduz, mas é conduzido". Além disso, ressalta que "a ideia que o homem tem de Deus é a ideia que ele tem de si mesmo, ou seja, da sua essência primeira".

O conceito de "morte de Deus" proposto por Ludwig Feuerbach foi a consequência lógica que resultou do ceticismo e do racionalismo intelectual prosperando no Ocidente no século XIX. Ele propôs que a personalização divina feita pelos seres humanos, de fato, é simplesmente uma projeção dos desejos considerados como ideais pelas pessoas. Esta projeção de Deus como ser onipotente, eterno e perfeito serve como aquiescência ao inevitável sofrimento experimentado na vida, aumentando a crença num reino além do existente, onde a felicidade eterna podem ser alcançadas.

Face às perdas e tragédias que afligiam os humanos, o sofrimento causado pelas limitações da vida gerou a crença num Deus amoroso e benevolente. Para Feuerbach, é essa crença no Deus onipotente que criou o senso de alienação entre o homem e sua vida terrena, distanciando-o do

---

<sup>1</sup> FEUERBACH, Ludwig. A Essência do Cristianismo...,p.55.

que é real e dando ao homem a sensação falsa de que o seu destino está nas mãos de um ente superior. É como consequência desse raciocínio que Nietzsche afirma profeticamente “Deus está além do bem e do mal”, num manifesto pedindo a morte desse Deus idealizado.

## A GAIA CIÊNCIA

Para navegarmos no “Oceano Nietzsche” o recurso que utilizamos foi avançar mar adentro pelo “porto” de A Gaia Ciência (Die fröhliche Wissenschaft). Se “navegar é preciso”, como ensina a poesia, é Nietzsche mesmo que nos mostra o caminho para vislumbrarmos as belezas e os encantos de sua Gaia Ciência :

Todo esse livro não é senão divertimento após demorada privação e impotência, o júbilo da força que retorna, da renascida fé num amanhã e no depois de amanhã, do repentino sentimento e pressentimento de um futuro, de aventuras próximas, de mares novamente abertos, de metas novamente admitidas, novamente acreditadas. (FW/GC. Prólogo §1).

Em A Gaia Ciência (Die Fröhliche Wissenschaft) de 1882, Nietzsche anuncia de forma profética a "morte de Deus". Neste trabalho, é possível encontrar não apenas a profundidade de sua teoria, mas também a beleza e vitalidade das palavras. Esta obra ultrapassa suas anteriores, tornando-se um marco importante na produção filosófica de Nietzsche.

A obra de Friedrich Nietzsche intitulada A Gaia Ciência, juntamente com Aurora (1881) e Humano, demasiado humano (1886), é considerada parte da segunda fase da sua filosofia, essa etapa é conhecida por suas contribuições marcantes ao pensamento ocidental, como o conceito de eterno retorno, o anúncio da morte de Deus e o maior reconhecimento das doutrinas de Auguste Comte. O livro foi publicado em 1882, tendo um capítulo adicional adicionado cinco anos depois, sendo constituído por cinco capítulos e aproximadamente 383 aforismos que abordam diversos temas, tais como arte, política, moral, religião, conhecimento e verdade. Por meio da figura do louco que anuncia a morte de Deus (FW/GC. § 125), Nietzsche traça um diálogo entre as tradições da Grécia antiga e do cristianismo medieval.

O Significado Precioso da "Gaia Ciência" para o Filósofo Provençal do Século XII:

(...) – Com isso pode-se compreender por que o amor-

paixão – nossa especialidade europeia – deve absolutamente ter uma procedência nobre: é notório que ele foi invenção dos cavaleiros-poetas provençais, aqueles magníficos, inventivos homens do “gai saber” [gaia ciência], aos quais a Europa tanto deve, se não deve ela mesma” (JGB/BM. §260).

A filosofia de Nietzsche abre caminho para uma nova forma de pensar, chamada gaia ciência. Esta compreende a crítica à seriedade moribunda imposta pela cultura filistéia, pathos de seriedade e platonismo. A gaia ciência procura desmitificar as previsões e resultados desta cultura e busca escapar do modo de pensamento, através de uma reflexão e do riso.

Nietzsche vê a ciência como um dos meios para a contemplação da vida, um caminho de busca do Espírito Livre que transcende antigas normas morais e descobre novas formas de reanimação, criatividade e expressão. A "Gaia Ciência" representa nesta visão uma revolução na atitude moral, em direção a um modo de vida mais vigoroso, curioso e consciente. Esta abordagem fica evidente no segundo período da Filosofia de Nietzsche, um período que sugere uma nova maneira de viver que se expressa através da ciência, da criatividade e da aventura.

Os “Cantos do Príncipe Vogelfrei”, a maior parte composta na Sicília, recordam intimamente a concepção provençal da “gaia ciência”, aquela unidade de poeta, cavaleiro e espírito livre que distingue a maravilhosa e precoce civilização provençal de todas as culturas equívocas. A última poesia, especialmente, intitulada “Ao Mistral”, é uma canção bailadora, desenfreada, na qual – diga-se discretamente – dentro do espírito provençal vemos uma dança no tablado da moral (EH/EH. A gaia ciência).

A questão da "morte de Deus" foi enfatizada na filosofia do século XIX, sendo também um tema presente na teologia. Isso se deu mediante uma reflexão profunda sobre a relação entre a variedade de interpretações e os meios para avaliar essas interpretações. Dois grupos de pessoas foram destacados neste contexto: aqueles de "A Gaia Ciência", livres e alegres, vivendo a vida ao máximo, e os moralistas - ou seja, os pragmatistas ingleses - que abordam de forma racional todas as questões, inclusive a existência. A partir dessa análise, surgiu uma necessidade imperativa de criar um diálogo teológico e filosófico a fim de se discutir este tema.

Realizar um vôo panorâmico sobre a teologia da morte de Deus significa levantar questões relacionadas às suas implicações no universo

axiológico. Nietzsche lança um novo olhar para a figura de Deus em seu século, dando-lhe o título de Deus morto. O pensamento nietzschiano coloca em xeque as tradicionais concepções de supremacia divina, pois deixam de servir como referências para o estabelecimento de valores. Enquanto uma morte real aceita-se como inevitável, uma morte simbólica também pode ser considerada, com um profundo impacto espiritual. Assim, realizar este vôo teológico torna-se pertinente, a fim de compreender melhor a transcendência e estudar as questões que um mundo sem referências Deus-centradas gera. A expressão “deserto do nada” denota esse vazio e desamparo que se estabelece pela perda de Deus.

Com o declínio da Metafísica, novo horizonte se abre diante do homem, que contrasta com o devir do oceano a estabilidade da terra firme. Nietzsche destaca esse contraponto através do seu aforismo número 124 de *A Gaia Ciência*.

Deixamos a terra firme e embarcamos! Queimamos a ponte – mais ainda, cortamos todo laço com a terra que ficou para trás! Agora tenha cautela, pequeno barco! Junto a você está o oceano, é verdade que ele nem sempre ruga, e às vezes se estende com seda e ouro e devaneio de bondade. Mas virão momentos em que você perceberá que ele é infinito e que não há coisa mais terrível que a infinitude. Oh pobre pássaro que sentiu livre e agora se bate nas paredes dessa gaiola! Ai de você se for acometido de saudade da terra, como se lá tivesse havido mais liberdade – e já não existe mais “terra”!  
(FW/GC. §124).

No Aforismo 125 de *A Gaia Ciência*, destaca-se o tema do “anúncio da morte de Deus”. No entanto, como indica Gilles Deleuze, houve textos anteriores como a obra *O Viajante e Sua Sombra*, da seção chamada *Os Prisioneiros*, que faz uma alusão à “morte de Deus”. Deleuze nos aconselha a possuir uma certa rudeza em nossos hábitos para poder lidar com estas verdades difíceis de se suportar. Assim, essa Kerigma deve ser vociferado: “Deus morreu” e devemos ter a coragem necessária para acompanhar essa verdade.

*A Gaia Ciência* é o ponto nevrálgico da nossa abordagem, pois aqui encontramos seu réquiem divino. É nela que se revela a força da natureza, bem como a beleza e os mistérios da terra-mãe. É ela que nos dá a chance de contemplarmos a maravilha da vida e nos ensina preciosas lições sobre responsabilidade, respeito e equilíbrio.

No pensamento de Nietzsche, Deus é visto como uma figura transcendente que foi abolido por niilismo moderno. Com a ascensão da

ciência e a conseqüente perda da crença nos valores absolutos, a teologia e a religião, o Homem passou a ser o centro de tudo, com o antropocentrismo substituindo ao teocêntrico. Desta forma, Nietzsche enxerga que tudo o que era considerado realidade absoluta e verdade, na verdade, se tratava de meras ilusões e quimeras. O Transcendente, portanto, foi banido e deu lugar ao caos na realidade humana. Assim, Nietzsche propõe que o Homem deixe de lado sua necessidade de acreditar numa verdade absoluta e busque a autenticidade e a individualidade. É só assim que se pode chegar a um estado de liberdade, onde o Homem finalmente pode se tornar o senhor de si e em seu próprio mundo.

O anúncio da "morte de Deus" aconteceu na Ágora, que é a praça pública e o mercado da cidade antiga grega. A Ágora era o local onde as pessoas interagiam, conversavam, faziam diversos tipos de negócios e abordavam questões sobre direito, história, filosofia e outras. O significado da Ágora é que ela foi o berço para os primeiros ideais de liberdade, democracia e igualdade que estabeleceram a fundamentação para a moderna civilização ocidental.

A Ágora era a alma da Polis grega, o lugar, geralmente situado no porto, no qual decorria toda a vida pública, onde se faziam os julgamentos, os sacrifícios aos deuses e os vários tipos de comércio. 'Aqui, diante dos navios, cercado de templos, prédios oficiais, monumentos, lojas comerciais e tendas de cambistas até não mais caber, o grego realizava seu "agorazein", coisa que os nórdicos jamais conseguem traduzir com uma palavra. O que consta nos dicionários – "circular no mercado, comprar, falar, aconselhar, etc." – não consegue traduzir aquele clima de reunião e passeio, onde as pessoas negociam, conversam e se distraem. (TURCKE, p.19)

"A 'morte de Deus' não é uma simples metáfora, nem mesmo um jogo de palavras ou um sofisma; os pensadores modernos não conseguiram alcançar a verdadeira compreensão de seu próprio ateísmo, cabendo, então, a um louco a tarefa de revelar o que realmente está acontecendo" (TURCKE, p.28).

Os gritos de desespero ao sentir a morte de Deus ecoam pelos quatro cantos do mundo. A base da sociedade Ocidental cristã foi abalada e muitos se perguntam o que acontecerá em seguida. O Deus cristão, antes adorado e reverenciado, agora não é mais. Seu reino idealizado não passa de um sonho inalcançável, e todos estão de luto.

Nietzsche considera que a herança da moral judaico-cristã faz parte do modo como o homem europeu continua a perpetuar as antigas lendas e crenças. No entanto, com o declínio do cristianismo, surge uma nova visão, como a ciência, que muda o materialismo para o niilismo, o vazio existencial e axiológico. Esta nova visão é a que Nietzsche propõe como alternativa à moral judaico-cristã.

“Deus”, “imortalidade da alma”, “redenção”, “além”, todos esses são conceitos que nunca levei em conta; nunca com eles sacrifiquei o meu tempo, nem mesmo em criança; talvez nunca fosse bastante ingênuo para fazê-lo? Para mim o ateísmo não é nem uma consequência, nem mesmo um fato novo: existe comigo por instinto. Sou bastante curioso, suficientemente incrédulo, demasiado insolente para contentar-me com uma resposta tão grosseira” (EH/EH. II, §1).

Muitos que se consideram cristãos, ainda assim, estão longe de seguir o exemplo de Jesus Cristo. Eles estão satisfeitos em viver segundo as regras e leis do sistema religioso, ignorando os ensinamentos de Jesus e o seu amor incondicional. Eles passam a maior parte do tempo seguindo dogmas e rituais, ignorando a exortação de Jesus para amar e servir uns aos outros. Desprezam as suas últimas palavras e instruções, que foram dirigidas a toda a humanidade, para que vivam em consonância com os seus ensinamentos. Assim, ao invés de aproximarem-se de Jesus, eles se afastam cada vez mais, tornando-se diferentes e distantes da Conquista de Cristo.

## **CONCLUSÃO**

A discussão desse artigo sugere que a morte de Deus na obra de Nietzsche é um dos mais estudados e debatidos tópicos por filósofos e pensadores. De acordo com Nietzsche, o cristianismo é um sintoma de decadência, pois propõe uma grande "impotência moral" ao contrário do paganismo antigo, que estimulava as "forças da vida". Ao descartar a autoridade e o legitimismo dos antigos valores cristãos, Nietzsche propõe uma "Gaia Ciência" para encorajar a humanidade a construir seu próprio caminho.

O conceito de "Gaia Ciência" é entendido como uma forma de filosofia inovadora e radicalmente orientada para o futuro humano, relacionada à reativação de um senso moral mais forte. Gaia Ciência de Nietzsche afirma a ideia de que os humanos devem “superar” a moralidade tradicional cristã,

propomos uma atitude individualista e humanista ante a vida, valorizando os sentidos divinos internos, o que possibilitaria a criação de um novo sentido para o mundo.

Assim, Nietzsche acredita ser essencial para a humanidade aceitar e praticar essa nova “Gaia Ciência” para confiantemente definir os seus valores e direcionar as suas ações. A análise deste artigo também abordou outras perspectivas que surgem sobre a morte de Deus. Assim, Nietzsche afirma que a morte do Deus Cristão não pode ser uma simples negação de Deus, mas algo que vai muito além disso. Ao negar Deus, Nietzsche pretende libertar o homem do medo e preconceito religiosos, e assim permitir que o homem descubra o que seria necessário para ser considerado moralmente bom, justo e correto.

Portanto, a Gaia Ciência proposta por Nietzsche é destinada a auxiliar o homem a se emancipar de sua prisão dogmática, para assumir o controle de sua própria moral e construir seu próprio caminho. Por meio de sua visão sobre a morte de Deus, Nietzsche ofereceu um modelo importante de moralidade humanista que valoriza o indivíduo, incentivando-o a redefinir os ideais da personalidade, vida e justiça e a reafirmar os valores de liberdade, independência e criatividade.

Conclui-se, assim, que esta análise demonstra que a “Gaia Ciência” de Nietzsche possui grande importância, visto que os seus argumentos centrados na natureza democrática da humanidade ainda são pertinentes para os dias de hoje. Apesar dos diversos pontos controversos a serem considerados, estes fundamentos são importantes para a manutenção dos direitos humanos e do desenvolvimento da democracia e da paz. Conclui-se, então, que o artigo trouxe uma consulta aprofundada e significativa aos argumentos de Nietzsche.

Ao discutir e interpretar a visão de Nietzsche em relação à morte de Deus, bem como à sua Gaia Ciência, o artigo forneceu um entendimento e avaliação inovadores da filosofia nietzschiana. Por fim, para aprimorar ainda mais esses estudos e desenvolver outras perspectivas de discussão, é importante o envolvimento de outros pensadores contemporâneos e a investigação posterior desses assuntos para que se obtenha uma compreensão mais profunda do tema da morte de Deus e da filosofia de Nietzsche.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACH, Augusto; MARTINS, João Vitor Gomes. Nietzsche e a Gaia Ciência: o prelúdio de uma filosofia trágica. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 32, n. 1, p. 59-80, 2016.

BOLLMANN, Guilherme. A crítica de Nietzsche à compaixão nas obras Aurora e Gaia Ciência. **Revista DIAPHONÍA**, v. 4, n. 2, p. 74-86.

DA SILVA, Leonardo Camargo; SUEIRO, André Luiz. A IDEIA DE DEUS ENTRE NIETZSCHE E PLATÃO. **Revista Contemplação**, n. 13, 2016.

DE MENDONÇA, Adriany Ferreira. Nietzsche e a arte: gaia ciência como possível antídoto contra o niilismo. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 34, n. 62, p. 4-21, 2022.

HEINE, Heinrich. Contribuição à História da Religião e Filosofia na Alemanha, São Paulo: Iluminuras, 1991, p.135

HEINE, J. G. (1841). Nova poesia e outros ensaios. Leipzig: Verlag Wilhelm Gerstenberg. Nietzsche, F. (1914). Assim falou Zaratustra. São Paulo: Abril Cultural.

LOPEZ, Jesus Manuel. Que Deus morreu?. **UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 3, n. 1, p. 78-91, 2015.

SOUZA, Mauro Lúcio Ribeiro de. O réquiem divino: a morte de Deus em A gaia ciência de Nietzsche. 2007.

STEGMAIER, Werner. O pessimismo dionisíaco de Nietzsche: interpretação contextual do aforismo 370 d'A Gaia Ciência. **Estudos Nietzsche**, v. 1, n. 1, 2010.

VOLF, M. (1998). After our Likeness: The Church as the Image of the Trinity. Grand Rapids, MI: Eerdmans.

## CAPÍTULO 7

# O USO DAS TECNOLOGIAS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS NA MUSICOTERAPIA PARA TRANSTORNOS DE NEURODESENVOLVIMENTO

**Valéria de Souza da Cunha Prates**

Master of science in emergent technologies in education  
Must University, Florida-USA.

---

### RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de uma revisão bibliográfica que aborda as tecnologias emergentes na educação como agente propulsor de melhoria do desenvolvimento infantil. Como matéria desse desenvolvimento está a musicoterapia, que tem sido bastante utilizada e estudada por diversos autores quando se trata do tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), terapia esta que tem mostrado resultados satisfatório quanto ao desenvolvimento de capacidades que se encontram praticamente inoperantes na criança autista, tais como o desenvolvimento afetivo, social, despertar da musicalidade e diminuição no comportamento repetitivo estereotipado bem comum nas crianças com autismo. O objetivo da pesquisa foi apresentar a musicoterapia como meio de tratamento de transtornos de neurodesenvolvimento. Os objetivos específicos são: discorrer sobre tecnologias emergentes na educação; As ferramentas tecnológicas como Edmusical, Gen Virtual, Magic Piano e Music Spectrum atualmente existentes são catalisadores da efetividade e aplicabilidade da musicoterapia A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos foram 10 referencias incluindo artigos, monografias e dissertações que falavam sobre a eficiência da musicoterapia no tratamento de crianças autistas. A pesquisa concluiu que a musicoterapia é um dos mecanismos mais pacíficos e confortáveis para a criança autista se desenvolver naquilo que é desafiador e até mesmo para despertar capacidades musicais na criança.

**Palavras-chave:** Musicoterapia, Transtorno do Espectro Autista, Tecnologias Emergentes, Ferramentas tecnológicas, Psicomotricidade.

## **INTRODUÇÃO**

A música provoca diversos efeitos àquele que a escuta, como a nostalgia, ânimo, tristeza, energia, raiva etc., são manifestações emocionais e muitas vezes comportamentais que podem fazer o indivíduo mudar até mesmo seu modo de se vestir e de falar. A música então atua como alguém que dialoga com as emoções e pensamentos mais íntimos do ser humano assim como diversas vezes traduz em melodia e harmonia o sentimento que o indivíduo não consegue manifestar por medo de ser incompreendido (Barcellos & Santos, 1995)

A musicoterapia então, se trata de um ramo da ciência no qual é estudado o ser humano em suas manifestações sonoras seguidos de seus fenômenos decorrentes da interação do indivíduo com a música, o som e seus demais elementos, tais como o timbre, a altura, intensidade, duração etc., sendo a musicoterapia detentora de uma teoria sistemática que vem ganhando cada vez mais atenção, tais como a atribuição sentimental e significativa de emoções a partir de melodias e notas executadas (Cunha & Volpi, 2008).

Na área de saúde, atualmente existem muitos estudos sobre o que viria a ser um cuidado integral que abranja o ser humano como um todo e não apenas no seu aspecto clínico e fisiológico, daí a importância de se falar em atendimento humanizado, equoterapia etc., tendo-se também como um campo desse cuidado integral a musicoterapia como uma intervenção de baixo custo não-farmacológica e não-invasiva que promove um desenvolvimento visando a saúde da criança, da família e dos trabalhadores (Oliveira, Oselame, Neves, & Oliveira, 2014).

Atualmente as novas gerações impuseram um significado na música que se assemelha a um atendimento psicológico, onde a música traduz o que ela sente e atua como se o compositor a entendesse, e algumas vezes essas músicas são estímulos à coisas negativas e coisas positivas, podendo a música ser eficaz em tratamentos de transtornos de neurodesenvolvimento ou outros quadros clínicos, mediante tecnologias emergentes na educação. Assim, a pergunta de pesquisa deste trabalho é: Como a musicoterapia pode contribuir com a estimulação nas terapias e tratamentos de crianças com transtorno do espectro do autismo?

O objetivo geral dessa pesquisa é: apresentar a musicoterapia como meio de estimulação e tratamento para crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. Os objetivos específicos são: discorrer sobre tecnologias emergentes em educação; abordar sobre os vários transtornos

do neurodesenvolvimento; mostrar a importância e eficácia da musicoterapia para este público.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa terá abordagem qualitativa que busca compreender e descrever fenômenos complexos a partir de perspectivas subjetivas e contextuais. Ela se baseia em dados qualitativos, como entrevistas, observações participantes, análise de documentos e diários, buscando captar nuances, interpretações e significados atribuídos pelos participantes. Essa metodologia é adequada para explorar questões complexas, investigar experiências humanas, compreender processos sociais e culturais e explorar as relações entre diferentes variáveis. A coleta e análise de dados qualitativos são realizadas de forma iterativa e flexível, permitindo a emergência de temas e conceitos durante o processo de pesquisa (Marconi & Lakatos, 2012).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é um método que consiste em buscar e analisar fontes de informação já publicadas e disponíveis, como livros, artigos científicos, teses, relatórios e outros documentos. Essa abordagem tem como objetivo revisar a literatura existente sobre o tema de pesquisa, identificar as principais teorias, conceitos e argumentos já discutidos e estabelecer um embasamento teórico consistente. A pesquisa bibliográfica também permite identificar lacunas no conhecimento, fornece referências relevantes para o desenvolvimento do estudo e embasar a fundamentação teórica do trabalho. Além disso, ela contribui para a contextualização do problema de pesquisa, fornecendo um panorama histórico e conceitual sobre o tema investigado (Marconi & Lakatos, 2015).

Ao combinar a metodologia qualitativa e a pesquisa bibliográfica, é possível obter uma abordagem mais rica e abrangente em sua dissertação. A utilização da metodologia qualitativa permite uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno em estudo, enquanto a pesquisa bibliográfica oferece suporte teórico e crítico, ampliando o embasamento conceitual. Essas abordagens se complementam, proporcionando uma análise aprofundada dos dados coletados e uma fundamentação sólida para as discussões realizadas ao longo da pesquisa.

## **Tecnologias Emergentes na Educação**

O avanço das sociedades em seu âmbito econômico, social, político, cultural e educacional geralmente acompanham o avanço da tecnologia e

seus mecanismos que facilitam o que anteriormente levava muito tempo para se realizar, dando espaço para implementação de novas estratégias e novas técnicas que possam contribuir para a evolução da educação em diversos âmbitos e, no caso da saúde não é diferente.

Atualmente existem diversos tratamentos para diversos tipos de doenças ou transtornos, cuja variedade é demasiadamente redundante elencar uma por uma, porém, vale destacar dentre elas a musicoterapia para tratamento de pessoas com transtornos de neurodesenvolvimento, pois é um tipo de terapia que exige sim da tecnologia, mas sim o que há de natural: o som.

A forte irrupção dos dispositivos móveis e dos meios de comunicação social na nossa vida cotidiana transformou não só o modo como nos comunicamos e relacionamos, como também o modo como aprendemos e ensinamos. As tecnologias móveis mudaram a própria natureza do conhecimento, a forma como ele se distribui e como se lhe acede. O amplo uso de telemóveis por parte dos jovens (segundo dados do ano de 2010 do Instituto da Juventude, 93% dos jovens espanhóis dispõem de um telemóvel), de *tablets*, de consolas e de todo o tipo de dispositivos móveis, cria um panorama no qual é possível criar e aceder a novas formas de conhecimento e põe, por sua vez, em evidência a necessidade de garantir uma base conceptual sólida sobre a qual fundamentar o seu desenvolvimento (Camacho, 2012, p. 21).

Todas as transformações mundiais decorrentes do avanço científico e tecnológico tendem a constantemente obrigar a sociedade a analisá-las em suas políticas sociais existentes de modo que se adequem às exigências impostas a nós, sendo o setor educativo aquele que tem por responsabilidade de formar o capital humano nacional, e por conta disso não há como ficar de fora de tais mudanças e, por isso, passam por revisões e atualizações constantes (Sousa, Kwexila, 2015).

A educação então não é algo “morto” ou “estático”, mas vivo e dinâmico, passando por diversas mudanças e adaptações de acordo com o seu tempo, tanto no seu conceito quanto na sua prática, a saber: por séculos a educação só era possível de modo presencial, mas hoje ela é possível de modo virtual, e em alguns casos é a única maneira, como as pessoas que se matriculam em universidades EAD (Educação a Distância) de fora do país em busca de algo que não existe em sua própria nação ou para conseguir mais autoridade.

As tecnologias em si mesma são boas para a educação, assim como também para a área da saúde, que em alguns casos não deixa de ser um tipo de educação, tanto no regram da alimentação ou estilo de vida. A musicoterapia surge nesse caso como uma educadora não apenas do sentido da audição, mas também, quando praticada, na coordenação motora e harmônica entre a visão, audição e tato e, um quarto elemento tão fundamental quanto os outros, que fazem da musicalização algo humano e não robótico: o sentimento.

Nesse caso, a musicoterapia pode ser eficaz para o tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), haja vista que se trata de um transtorno cuja criança se vê limitada de realizar uma tarefa sincronizada utilizando livremente todos os sentidos (Pelin, 2014).

O diagnóstico de autismo é um processo complexo que envolve a avaliação cuidadosa de diversas características e comportamentos específicos. O autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Suas características podem variar amplamente de indivíduo para indivíduo, o que torna o diagnóstico desafiador. Profissionais de saúde especializados, como psicólogos, psiquiatras e pediatras, geralmente conduzem uma avaliação detalhada que envolve observação direta, entrevistas com os pais ou cuidadores e a utilização de instrumentos de triagem específicos. O diagnóstico precoce é fundamental para a implementação de intervenções adequadas e suporte para ajudar pessoas com autismo a alcançarem seu máximo potencial e melhorar sua qualidade de vida.

#### **Quadro 1 - Características do diagnóstico de TEA**

A. para que se dê um diagnóstico de autismo, devem cumprir-se seis ou mais manifestações do conjunto de transtornos: (1) da relação, (2) da comunicação e (3) da flexibilidade. Cumprindo-se no mínimo dois elementos de (1), um de (2) e um de (3).
1. Transtorno qualitativo da relação, expressando no mínimo em duas das seguintes manifestações: <ul style="list-style-type: none"><li>a. Transtorno importante em muitas condutas de relação não verbal, como o olhar nos olhos, a expressão facial, as posturas corporais e os gestos para regular a interação social.</li><li>b. Incapacidade para desenvolver relações com iguais adequadas ao nível evolutivo.</li><li>c. Ausência de condutas espontâneas voltadas a compartilhar prazeres, interesses ou êxitos com outras pessoas (por exemplo, de condutas de apontar ou mostrar objetos de interesse).</li><li>d. Falta de reciprocidade social ou emocional.</li></ul>

2. Transtornos qualitativos da comunicação, expressados no mínimo em uma das seguintes manifestações.
  - a. Atraso ou ausência completa de desenvolvimento da linguagem oral (que não se procura compensar com meios alternativos de comunicação, como os gestos ou a mímica).
  - b. Em pessoas com fala adequada, transtorno importante na capacidade de iniciar ou de manter conversas.
  - c. Emprego estereotipado ou repetitivo da fala ou uso de uma fala idiossincrática.
  - d. Falta de um jogo de ficção espontâneo e variado, ou de jogo de imitação social adequado ao nível evolutivo.
3. Padrões de conduta, interesse ou atividade restritivos, repetidos e estereotipados, expressados no mínimo em uma das seguintes manifestações:
  - a. Preocupação excessiva com um foco de interesse (ou vários) restrito e estereotipado, anormal por sua intensidade ou por seu conteúdo.
  - b. Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais.
  - c. Estereotípias motoras repetitivas (por exemplo, sacudir as mãos, retorcer os dedos, movimentos complexos de todo o corpo, etc.).
  - d. Preocupação persistente com partes de objetos.

Fonte: Pelin (2014)

A musicoterapia, como abordagem terapêutica baseada no uso da música, tem mostrado resultados promissores no auxílio ao desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Ao envolver elementos musicais como ritmo, melodia e harmonia, essa prática proporciona estímulos sensoriais e cognitivos que contribuem para aprimorar habilidades motoras, sensoriais, emocionais e sociais das crianças. Além disso, a música proporciona um ambiente lúdico e prazeroso, tornando-se uma forma de recreação que estimula o engajamento ativo da criança. Diante desses benefícios, a musicoterapia emerge como uma proposta valiosa para promover o desenvolvimento neuro e psicomotor de crianças com TEA.

Nota-se então que a musicoterapia pode ser uma proposta que leve a criança com TEA ao desenvolvimento neuro e psicomotor, haja vista que visa não somente a educação das capacidades motoras, mas também sensitivas, psíquicas e até mesmo lúdicas, visto que a música pode ser considerada mesmo como um lazer (Kohlrausch e Doll, 2022).

Haja vista que a música é um lazer, vale ressaltar que a mesma está presente no cotidiano das crianças, seja em desenhos animados, mídias sociais ou filmes, escolas etc., sendo a música um expoente que pode contribuir na terapia de crianças com TEA:

Sabe-se que a música permeia toda a vida do ser humano e está presente no seu cotidiano, através das mídias, cinema, escolas e entre outros. Por essa razão, a mesma deve estar presente diariamente e a todo momento na vida da criança, isto é, no momento do acolhimento, na hora do lanche. A interdisciplinaridade e os desafios contemporâneos nas brincadeiras, e em sala de aula. É importante destacar, que a criança traz desde

a sua infância a música, por isso é importante que tenha essa continuidade dentro da escola. Quando a música é inserida no âmbito escolar, a mesma traz e desenvolve inúmeras habilidades nos alunos como a convivência, o brincar, a exploração de ideias, e a criação, ou seja, são habilidades importantes que se faz presente juntamente com a música na Educação Infantil. Entretanto, tem-se na musicalização uma riqueza que deve ser explorada em sua totalidade, por esse motivo é primordial que a música esteja presente na escola como um dos elementos formadores do indivíduo (Teles, Neri, & Silva, 2022, p. 38-39).

Geralmente o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se dá em meninos, sendo os sinais em meninas geralmente mais intensos, tratando-se de um transtorno que acompanha desde o nascimento e que constantemente se apresenta aos três anos de idade, mas isso pode se diferenciar de uma criança para outra, podendo se tornar até mais complexo, caracterizando um perfil singular de transtorno como o autismo (Pelin, 2014).

Alguns transtornos psicopatológicos e deficiências na infância e adolescência pode ser exposto de maneira muito sutil, diversas vezes mostrando dificuldades para o avaliador durante a formulação do diagnóstico e para o profissional em educação especial. Nesse tempo é possível notar que o alcance de uma sequência de habilidades, sejam de ordem psicomotora e/ou social, pode ser comprometido o que leva a vida dessas pessoas ter sérios danos (Pelin, 2014, p. 18-19).

As crianças autistas podem apresentar dificuldades no desenvolvimento da capacidade lúdica e afetiva devido a uma série de fatores relacionados ao funcionamento atípico do seu cérebro e às características do transtorno do espectro autista (TEA).

A musicoterapia é uma boa oportunidade de estimular ou desenvolver na criança autista habilidades sociais e de aprendizagem afetiva e lúdica, por exemplo:

Compreende-se que além das habilidades, a música contribui também com alguns desenvolvimentos na Educação Infantil, sendo eles: o desenvolvimento cognitivo e linguístico, isto é, nesse desenvolvimento a música traz a estimulação, e a ampliação do vocabulário a partir do cantar. A criança passa a fazer rimas, instante em que o educador pode se apropriar desse momento para trabalhar a oralidade, a escrita, o alfabeto, as vogais,



ou seja, a Língua Portuguesa de uma forma geral, tudo isso de forma lúdica (Teles, Neri, & Silva, 2022, p. 39).

Para compreendermos como a musicalização pode contribuir com o desenvolvimento de crianças autistas, cabe explicar sobre cada transtorno de neurodesenvolvimento e a importância do desenvolvimento psicomotor e a musicoterapia em si mesma.

## **Ferramentas tecnológicas para musicalização de crianças com TEA**

A musicalização é uma forma poderosa de estimular o desenvolvimento das crianças em diversas áreas, e isso inclui também aquelas que têm Transtorno do Espectro Autista (TEA). As ferramentas tecnológicas têm desempenhado um papel cada vez mais importante no contexto educacional, e quando adaptadas para atender às necessidades específicas das crianças com TEA, podem ser ferramentas valiosas para o processo de musicalização (ABREU, 2023).

Um dos principais benefícios das ferramentas tecnológicas é sua acessibilidade e capacidade de individualização. Cada criança com TEA é única, e as ferramentas tecnológicas podem ser personalizadas para atender aos diferentes estilos de aprendizado, preferências e níveis de compreensão de cada uma delas. Essa flexibilidade é especialmente benéfica em uma sala de aula inclusiva, onde as crianças com TEA podem ter estilos de aprendizado variados (ALVES et al., 2023).

Além disso, as ferramentas tecnológicas podem servir como uma ponte para a comunicação e interação social para muitas crianças com TEA, que frequentemente enfrentam desafios nesses aspectos. Programas e aplicativos podem encorajar a comunicação através da música, seja por meio da produção musical, interfaces sensoriais ou jogos musicais interativos. Essas atividades podem ser realizadas de forma não ameaçadora e envolvente, facilitando a interação com o ambiente, professores e colegas (MAIA; JACOMELLI, 2020).

Outro ponto importante é a estimulação sensorial. Muitas crianças com TEA têm sensibilidades sensoriais específicas, o que pode tornar a experiência musical tradicional desconfortável ou aversiva para elas. As ferramentas tecnológicas oferecem a vantagem de permitir um controle mais preciso sobre a intensidade dos estímulos musicais, possibilitando ajustar a experiência musical de acordo com as necessidades individuais de cada criança. Isso pode tornar o processo de aprendizado mais agradável e menos avassalador (AIRES FILHO et al., 2020).

No entanto, é fundamental reconhecer que as ferramentas tecnológicas não são uma solução única e definitiva. Elas devem ser usadas em conjunto com outras abordagens terapêuticas e educacionais para proporcionar uma experiência musical completa e enriquecedora para as crianças com TEA. O envolvimento dos pais e dos profissionais de educação e saúde também é crucial para garantir que as ferramentas tecnológicas sejam utilizadas de forma adequada e alinhadas aos objetivos de cada criança.

Além dos benefícios mencionados, as ferramentas tecnológicas também podem oferecer uma variedade de recursos interativos que tornam o processo de aprendizado musical mais lúdico e envolvente para as crianças com TEA. Jogos musicais interativos, por exemplo, podem ajudar a desenvolver habilidades motoras e cognitivas, ao mesmo tempo em que estimulam o interesse e a curiosidade das crianças (SOUZA; SAMPAIO, 2019).

Outro ponto positivo é a disponibilidade de uma ampla gama de aplicativos e programas voltados especificamente para o ensino musical adaptado a crianças com TEA. Essas ferramentas foram desenvolvidas por profissionais especializados e pesquisadores, levando em consideração as características e necessidades únicas das crianças no espectro. Essa abordagem específica pode oferecer estratégias e atividades mais eficazes para o aprendizado musical (ALVES et al., 2023).

Ademais, as ferramentas tecnológicas podem proporcionar um ambiente seguro e livre de julgamentos para a exploração musical. As crianças com TEA muitas vezes enfrentam ansiedade em relação ao aprendizado e podem se sentir inibidas para expressar-se musicalmente. No entanto, as ferramentas tecnológicas permitem que elas pratiquem e experimentem em seu próprio ritmo, sem a pressão de se apresentarem em público. Isso pode contribuir para aumentar sua autoconfiança e autoestima, incentivando-as a explorar e desenvolver suas habilidades musicais (MAIA; JACOMELLI, 2020).

No entanto, é importante salientar que o uso de ferramentas tecnológicas na musicalização de crianças com TEA deve ser orientado por profissionais qualificados, como professores de música especializados em educação inclusiva e terapeutas ocupacionais. Esses profissionais podem garantir que as atividades e a abordagem sejam adequadas às necessidades específicas de cada criança e que a tecnologia seja integrada de forma harmoniosa ao processo de ensino-aprendizagem (AIRES FILHO et al., 2020).

É necessário considerar que cada criança com TEA é única e pode ter diferentes preferências e habilidades musicais. Portanto, as ferramentas tecnológicas devem ser utilizadas de forma flexível e adaptável, para atender às necessidades individuais e promover uma experiência musical personalizada e enriquecedora para cada aluno (SILVA, 2022).

## **EduMusical**

O EduMusical é um portal interativo projetado para oferecer uma experiência educacional envolvente e lúdica relacionada à música. Esse portal é especialmente direcionado ao público infantil e adolescente, visando estimular o desenvolvimento da audição e percepção musical de forma interativa e divertida (ABREU, 2023).

Com o EduMusical, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes instrumentos musicais e aprender a identificar suas características sonoras únicas. Essa abordagem ajuda a desenvolver a sensibilidade auditiva das crianças, permitindo-lhes discernir e diferenciar os sons produzidos por cada instrumento (ALVES et al., 2023).

Através de uma interface amigável e intuitiva, o EduMusical oferece uma ampla variedade de atividades interativas. As crianças podem ouvir trechos musicais tocados por diferentes instrumentos musicais, e, em seguida, são desafiadas a identificar qual instrumento está tocando em cada momento. Essa atividade de reconhecimento auditivo ajuda a treinar seus ouvidos para discernir as nuances de som de cada instrumento, contribuindo para o desenvolvimento da percepção musical (MAIA; JACOMELLI, 2020).

Além disso, o portal EduMusical pode oferecer jogos musicais e quizzes relacionados à música, que incentivam as crianças a aplicarem seus conhecimentos recém-adquiridos sobre os instrumentos musicais de maneira prática e divertida. Essas atividades interativas podem estimular o interesse das crianças pela música e proporcionar uma experiência de aprendizado dinâmica e motivadora (RIBEIRO, 2023).

O EduMusical também pode ser um recurso valioso para educadores e pais que desejam introduzir conceitos musicais de maneira mais interativa e envolvente. O portal pode ser usado em sala de aula ou em casa, permitindo que as crianças explorem e pratiquem seus conhecimentos musicais de forma independente ou com o auxílio de um adulto (MAIA; JACOMELLI, 2020).

Combinando o aprendizado através da audição, jogos interativos e exploração musical, o EduMusical pode desempenhar um papel significativo

no desenvolvimento das habilidades musicais, no estímulo à criatividade e no aprimoramento da apreciação musical em crianças e adolescentes. Ao tornar a música mais acessível e atrativa para esse público, o portal contribui para a formação de uma geração mais conectada e apaixonada pela música (SILVA, 2022).

## **GenVirtual**

O GenVirtual é uma inovadora ferramenta de Realidade Aumentada (RA) projetada para oferecer uma experiência musical interativa e inclusiva. Essa plataforma utiliza objetos reais, mapeados em um ambiente virtual, para proporcionar uma experiência de jogo musical única. O principal público-alvo do GenVirtual são pessoas com deficiência física e cognitiva, visando estimular sua atenção, concentração e memorização, além de promover uma abordagem inclusiva no aprendizado musical (ABREU, 2023).

O funcionamento do GenVirtual é simples e acessível. Para jogar, o usuário precisa de uma webcam e cartas impressas, que representam notas e instrumentos musicais. As cartas são colocadas em um espaço onde a webcam pode detectá-las. Ao visualizar as cartas por meio da webcam, os objetos reais são mapeados em um ambiente virtual, criando uma experiência de Realidade Aumentada envolvente (ALVES et al., 2023).

Através dessa experiência imersiva, o jogador é convidado a interagir com as cartas e os elementos virtuais gerados pelo GenVirtual. As cartas podem representar diferentes notas musicais ou instrumentos, e o objetivo do jogo pode ser identificar e associar as notas corretas aos instrumentos correspondentes. Isso requer atenção e concentração, bem como o desenvolvimento da memória para lembrar quais cartas representam quais sons ou cores (MAIA; JACOMELLI, 2020).

O GenVirtual oferece uma abordagem inclusiva, permitindo que pessoas com deficiência física e cognitiva participem plenamente da experiência musical. Através de recursos interativos e adaptados, a plataforma visa tornar o aprendizado musical mais acessível e atrativo para esse público, incentivando a participação e a exploração criativa (AIRES FILHO et al., 2020).

A experiência de Realidade Aumentada proporcionada pelo GenVirtual pode ter um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo e motor das pessoas com deficiência, oferecendo uma oportunidade única para o aprendizado musical e a expressão criativa. Além disso, a abordagem sensorial e interativa do GenVirtual pode tornar o processo de aprendizagem

mais estimulante e significativo, auxiliando no desenvolvimento das habilidades musicais e na apreciação da música (SILVA, 2022).

Ao utilizar a tecnologia de Realidade Aumentada, o GenVirtual demonstra o potencial da tecnologia para promover a inclusão e a acessibilidade em diversas áreas, incluindo a educação musical. Essa ferramenta inovadora pode se tornar um recurso valioso para educadores, terapeutas e familiares que desejam proporcionar experiências musicais enriquecedoras e inclusivas para pessoas com deficiência física e cognitiva (SOUZA; SAMPAIO, 2019).

## **Magic Piano**

O Magic Piano é um aplicativo disponível para dispositivos móveis, incluindo sistemas IOS e Android, que oferece uma experiência musical envolvente e interativa. Trata-se de um piano virtual, projetado para permitir que usuários de todas as idades e níveis de habilidade se divirtam tocando e aprendendo música de forma fácil e acessível (ABREU, 2023).

A interface do Magic Piano é projetada com simplicidade e intuitividade em mente. Em vez das teclas tradicionais de um piano, o aplicativo utiliza bolinhas brilhantes para representar as notas musicais. Essas bolinhas se movem na tela, e o usuário precisa tocá-las no momento certo para criar melodias e harmonias. A interface visual e interativa torna o aprendizado musical uma experiência lúdica e cativante, incentivando os usuários a se envolverem e experimentarem livremente com a música (MAIA; JACOMELLI, 2020).

O aplicativo oferece uma variedade de músicas em diferentes estilos e níveis de dificuldade. Os usuários podem escolher entre clássicos populares, músicas modernas, trilhas sonoras de filmes e muito mais. Isso permite que os iniciantes se divirtam tocando músicas conhecidas, enquanto os músicos mais experientes têm a oportunidade de desafiar suas habilidades com peças mais complexas (ALVES et al., 2023).

Uma das principais características do Magic Piano é sua capacidade de ajudar os usuários a assimilarem conceitos musicais fundamentais, como Tempo, Ritmo e Acordes. Ao seguir o ritmo das bolinhas brilhantes e tocar as notas certas no momento exato, os usuários desenvolvem sua percepção rítmica e auditiva, aprimorando sua habilidade de manter o tempo e o fluxo musical (RIBEIRO, 2023).

Ao tocar acordes, os usuários podem explorar e entender a estrutura harmoniosa das músicas. Essa abordagem prática de tocar acordes em um

contexto musical ajuda a construir a compreensão teórica de como as notas se combinam para criar harmonias agradáveis (SILVA, 2022).

Outra vantagem do Magic Piano é sua versatilidade. Ele pode ser apreciado por amadores que desejam se divertir tocando músicas favoritas sem exigir experiência musical prévia. Ao mesmo tempo, músicos mais experientes podem usar o aplicativo como uma ferramenta para aprimorar suas habilidades musicais e treinar sua precisão rítmica (MAIA; JACOMELLI, 2020).

## **Music Spectrum**

O Music Spectrum é uma aplicação inovadora que oferece aos usuários uma experiência musical rica e envolvente. Trata-se de um piano virtual que permite que as crianças, com idades entre cinco e quatorze anos, explorem o mundo da música de maneira interativa e lúdica. Além disso, o aplicativo oferece atividades previamente cadastradas, possibilitando a intervenção musical com foco em examinar a contribuição de diversos aspectos de cognição, como interação e participação (ALVES et al., 2023).

Através do Music Spectrum, as crianças têm a oportunidade de tocar um piano virtual, experimentando sons e notas musicais, sem a necessidade de um piano físico. A interface do aplicativo é projetada para ser amigável e intuitiva, permitindo que as crianças se familiarizem rapidamente com as funcionalidades e comecem a tocar músicas em pouco tempo. Essa abordagem simples e interativa torna a experiência musical mais acessível e atrativa para o público infantil (ABREU, 2023).

O Music Spectrum também oferece atividades musicais cadastradas, que podem ser personalizadas para atender às necessidades específicas das crianças. Essas atividades são cuidadosamente projetadas para abordar diferentes aspectos cognitivos, como interação e participação. O aplicativo permite que os terapeutas ou educadores registrem e analisem o desempenho das crianças durante essas atividades, auxiliando na avaliação de seus progressos e no planejamento de intervenções musicais mais personalizadas (RIBEIRO, 2023).

A intervenção musical oferecida pelo Music Spectrum pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento das habilidades cognitivas e musicais das crianças. Ao explorar o piano virtual e participar das atividades cadastradas, as crianças podem aprimorar sua coordenação motora fina, sua compreensão auditiva e sua capacidade de concentração e atenção. Além disso, a música tem o poder de estimular a criatividade e a

expressão, proporcionando uma forma única de comunicação e interação para as crianças (SILVA, 2022).

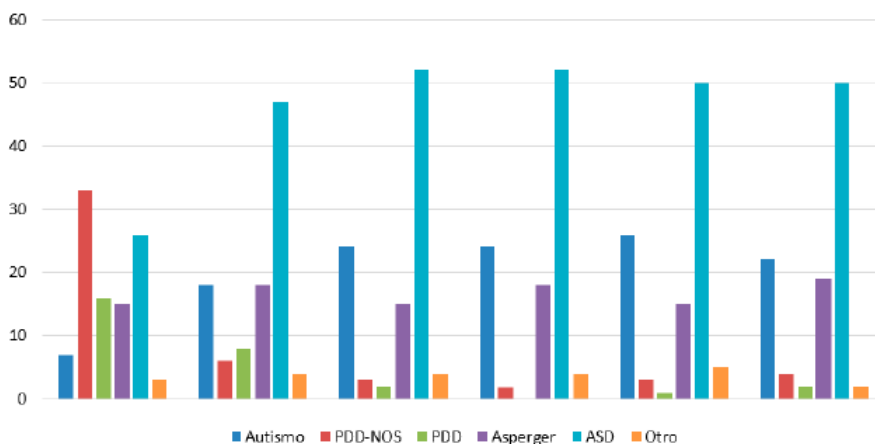
O público-alvo do Music Spectrum, crianças entre cinco e quatorze anos, é uma fase crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional. O aplicativo pode ser uma ferramenta valiosa para complementar a educação musical em escolas e também para auxiliar em terapias musicais para crianças com necessidades especiais, bem como para aquelas que desejam explorar e aprofundar seu interesse pela música (MAIA; JACOMELLI, 2020).

## Os Transtornos de Neurodesenvolvimento

Quanto a epidemiologia do autismo, na América Latina existem estudos escassos e isso dificulta uma certeza acerca do perfil epidemiológico de todo o continente, porém um estudo feito por Farjado, Álvarez e Zambrano (2021) indica que a cada 160 crianças, uma tem TEA, sendo a prevalência maior em homens do que em mulheres, sendo a prevalência de 25 a cada 10.000 habitantes.

No gráfico 1 é possível notar um pouco do perfil epidemiológico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na América Latina:

**Gráfico 1** - Perfil epidemiológico na América Latina

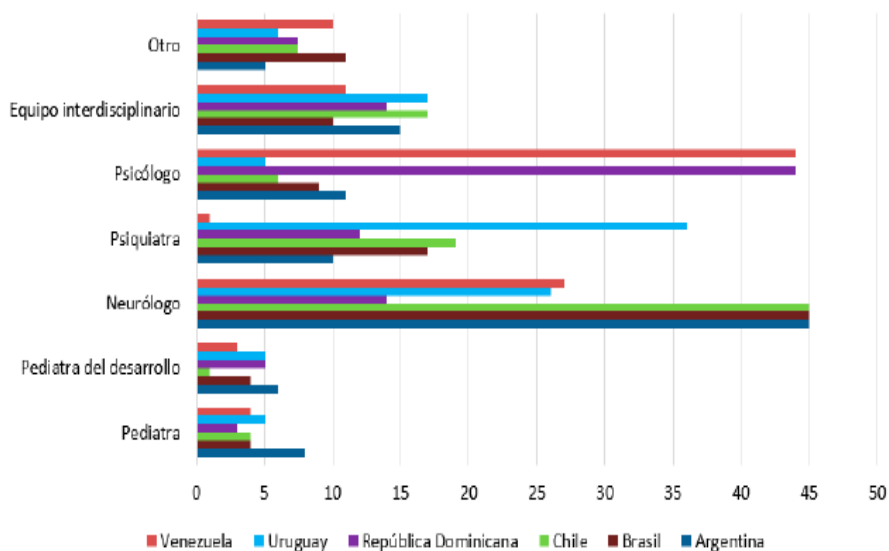


Fonte - Farjado, Álvarez e Zambrano (2021)

Quanto à frequência do TEA em outros países, o gráfico 2 mostra a quantidade de profissionais que atendem os autistas, tais como os

neurologistas, equipes interdisciplinares, psicólogos, psiquiatras, pediatras etc.

**Gráfico 2 - Profissionais que diagnosticam o autismo em cada país**

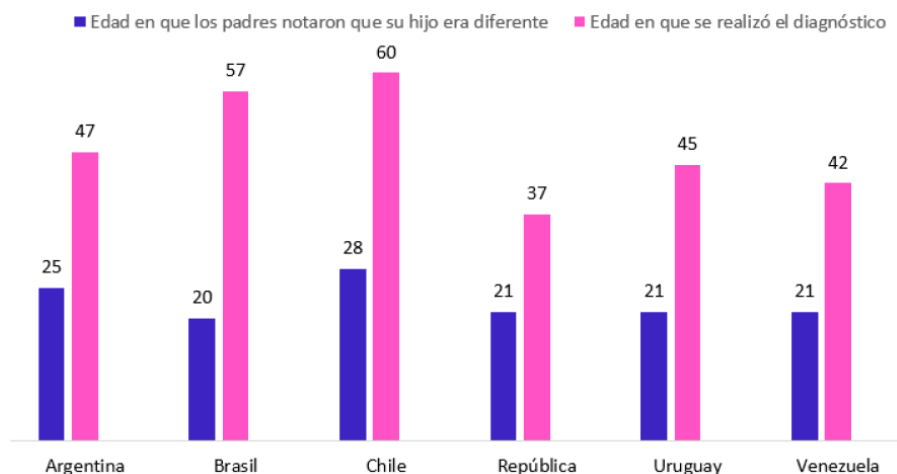


Fonte - Farjado, Álvarez e Zambrano (2021)

No gráfico 3 é mostrado em qual idade os pais notaram que seus filhos possuem alguma peculiaridade que remetesse ao autismo e em que idade foi realizado o diagnóstico de TEA com o respectivo profissional:



**Gráfico 3 - Idade do diagnóstico e idade em que surgiram as primeiras preocupações dos pais**



Fonte - Farjado, Álvarez e Zambrano (2021)

Dentre os Transtornos de Neurodesenvolvimento existentes, o presente trabalho destaca o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que pode apresentar desde a mais tenra idade especificidades nas habilidades de comunicação, socialização e comportamento, não havendo um marcador biológico para a identificação do TEA, sendo o seu diagnóstico possível apenas por observação clínica (Freire, 2014).

O transtorno pode ser identificado desde o desenvolvimento da criança na primeira infância quando já se podem observar déficits que prejudicam o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional do indivíduo. Entre os critérios diagnósticos do TEA pode-se citar: prejuízo persistente na comunicação social recíproca, e na interação social; comportamento restritivo e repetitivo em interesses ou atividades que estão presentes desde a infância e que prejudicam no funcionamento diário. Entretanto o desinteresse pelas relações sociais é uma das principais características do TEA (Nogueira e De Souza, 2020, p. 124).

De acordo com o estudo de Nogueira e De Souza (2020, p. 123) “o Transtorno de Espectro Autista (TEA) faz parte da categoria de transtornos do neurodesenvolvimento e tem como principais características, prejuízo

persistente na comunicação social recíproca e na interação interpessoal”, sendo suas características e os graus de comprometimento bastante variados, destaca-se, entretanto, o atraso da fala, a agressividade, estereotípias e a dificuldade de manter e sustentar relacionamentos (André & Loureiro, 2017).

De acordo com Spode (2019), a habilidade social comprometida das pessoas com autismo é clinicamente identificada até o terceiro ano de vida e manifesta-se por meio de sintomas como isolamento social, conduta social inadequada, falta de contato visual e falta de afeto e emoção, entre outros. Embora essas características possam ser bem trabalhadas, em geral persistem até a vida adulta e apresentam diferentes graus de gravidade, podendo estar associados a dificuldades quanto a vida intelectual e epilepsia, nos casos mais graves.

O autismo é um transtorno de etiologia multifatorial, sendo diversos os transtornos que têm potencial efeito causal, incluindo condições congênitas, adquiridas, genéticas e decorrentes de fatores ambientais, como a exposição a substâncias tóxicas, teratógenos e infecções nos períodos pré e perinatais (Spode, 2019, p. 10).

Existem dois pilares que caracterizam uma criança com TEA, tais como: déficit na interação e na comunicação social, padrões de comportamento restritos e repetitivos do comportamento e de interesses, sendo o primeiro pilar manifestado pelas limitações da comunicação não verbal, imitação e capacidade criativa no que toca a imaginação, contato visual, empatia (ou reciprocidade socioemocional) assim como também no desenvolvimento de relacionamentos e seu mantimento, e o segundo pilar apresenta sinais como o uso estereotipado do corpo ou de algum objeto, aversão às mudanças, interesses fixos além de uma elevada ou baixa sensibilidade a estímulos sensoriais, além de que, algumas crianças com TEA podem apresentar dificuldades intelectuais que conseqüentemente atrasa o desenvolvimento da sua linguagem (Freire, 2014).

Posteriormente, ver-se-á que a psicomotricidade não é de menor importância quanto ao desenvolvimento dos autistas através da musicoterapia, podendo ser uma chave para vários estímulos sensoriais.

## **A importância do desenvolvimento psicomotor**

Historicamente a psicomotricidade em sua prática científica data do séc. XVII-XVIII, porém, há controvérsias que firmam sua origem em meados do séc. XIX, sendo nomeada pela primeira vez em 1870 com o intuito de tentar explicar as disfunções cuja lesão não era claramente localizada no cérebro ou de disfunções cuja causa não eram lesões no cérebro (De Castro Silva e De Souza, 2018).

Atualmente, a psicomotricidade tem sido útil como uma forma de linguagem que faz parte da rotina educacional infantil, pois é vista como uma educação integral e fundamental para o desenvolvimento da comunicação e da linguagem em cada movimento natural, consciente e espontâneo das crianças autistas, tendo como fim a normalização e aperfeiçoamento da conduta humana (Ferreira *et al.*, 2020).

No ambiente escolar a psicomotricidade é uma ferramenta que “poderá contribuir muito para o desenvolvimento social, psicológico e pedagógico da criança, dando a ela oportunidade de interagir com o outro, treinar habilidades e divertir-se de forma lúdica e prazerosa” (Ferreira *et al.*, 2020, p. 54632-54633), o que é fundamental para a sociabilidade da criança com autismo, pois uma das capacidades naturais do ser humano que são mais prejudicadas é a da comunicação.

Dessa forma, as pesquisas apontam que os benefícios da educação psicomotricista e de atividades envolvendo a psicomotricidade são visíveis, incluindo as crianças com dificuldades de aprendizagem, de comunicação e com comprometimentos sociais, incluindo aquelas que se encontram dentro do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Nessa perspectiva de entendimento sobre a Psicomotricidade como ferramenta para inclusão de crianças com deficiência é que consideramos relevante o estudo de metodologias e experiências consideradas como Práticas de inclusão na Educação Infantil com alunos com Transtorno Espectro Autismo – TEA (Ferreira *et al.*, 2020, p. 54633).

De acordo com Da Silva e Silva *et al.* (2020) a psicomotricidade trata-se de um campo transdisciplinar cujo objeto de estudo é a relação entre a psiquê e a motricidade, ou seja, o estudo da comunicação mediante a movimentação não verbal, tratando-se, enfim, de uma interação com situações afetivas e cognitivas do indivíduo.

A criança autista é capaz de evoluir algumas habilidades de modo intenso quando possui acompanhamento psicomotor, do que quando não auxiliada. Embora não haja cura para o autismo, a psicomotricidade promove nessas crianças ganho nas áreas psicomotoras como na coordenação motora grossa e fina, lateralidade e organização temporal e espacial (Silva & Silva *et al.*, 2020, p. 30).

O trabalho psicomotor remete à maneira do indivíduo se expressar por meio do movimento, comunicando-se de maneira não verbal sobre as experiências vividas, frustrações etc., ajudando-o a comunicar aquilo que era árduo expressar se não fora pelo movimento, sendo a psicomotricidade então uma interação com o ambiente social de modo afetivo cognitivo do indivíduo (Castro Silva & Souza, 2018).

O nosso corpo está em constante desenvolvimento, desde que nascemos até a nossa morte. Sendo assim, é importante entender como esse corpo se desenvolve e quais os conceitos utilizados na Psicomotricidade, para ajudar a entender esse processo de mudança. Ao longo do percurso histórico da Psicomotricidade, alguns conceitos foram elaborados para melhor entender esse corpo. Entre esses conceitos, podem-se destacar o desenvolvimento motor, esquema corporal, tonicidade, imagem corporal, linguagem e noção espaço-temporal (Castro Silva & Souza, 2018, p. 502).

A psicomotricidade contribui para que a criança autista se relacione antes consigo mesmo para que possa então se relacionar com o próximo, estabelecendo assim relações significativas de entendimento em meio simbólico para que possa elaborar sua conduta no meio real (Cordeiro & Silva, 2018).

Trata-se de uma decodificação dos comportamentos evidenciando suas significações simbólicas e as necessidades que cada um expressa, pois os comportamentos e a comunicação, tanto verbal quanto não verbal, são provocados e desencadeados por imagens de relação inscritas no corpo. Tomando a criança em fase de desenvolvimento e aquisições, a psicomotricidade relacional permite a esta relacionar-se com quem convive e experimentar os efeitos disto (Cordeiro & Silva, 2018, p. 73).

Essa metodologia pedagógica permite também que as crianças autistas fortaleçam a sua interiorização ao se movimentar, melhorando assim o seu desenvolvimento psíquico e motor, abrangendo não apenas a realidade física, mas também afetiva e espiritual (Oliveira *et al.*, 2019).

## **A Musicoterapia**

Ainda hoje não há uma explicação satisfatória, científica e consensual para o fenômeno da musicoterapia ser um grande foco de interesse para com o tratamento do autismo, mas o fato é de que em muitos casos há pessoas com TEA que até mesmo desenvolvem grandes dotes musicais, algo que pode estar associado tanto à emotividade como também o estímulo neural que a música incute nas pessoas: há pessoas que escutam variados estilos de música de acordo com o que estão sentindo ou de acordo com a atividade que estão desempenhando, tal como a música eletrônica para fazer atividades físicas, música clássica para leitura, rock para jogar vídeo games etc., não havendo uma explicação que possa dar o veredito sobre o porquê desse fenômeno ocorrer (Santiago & Louro, 2021).

A musicalização busca desenvolver a musicalidade e expressão musical, enquanto a musicoterapia utiliza a música para atingir resultados terapêuticos e melhorar a qualidade de vida. Ambas são abordagens valiosas e complementares:

Dentro da abordagem educacional, a musicalização é o desenvolvimento da musicalidade com intuito de apreciar e criar música, além de se expressar através dela. Já a musicoterapia utiliza os elementos musicais de forma a atingir resultados predeterminados para desenvolver ou restaurar funções no indivíduo, para que ele obtenha uma melhor qualidade de vida (Santiago e Louro, 2021, p. 7).

A música é um tipo de linguagem, ela comunica não apenas a letra, mas, na maioria das vezes, o sentimento através da melodia e harmonia da mesma, sendo possível entendê-la sem compreender a sua letra (quando a música possui um artista estrangeiro, por exemplo), o que pode até mesmo servir como um instrumento de estímulo para as crianças com autismo, devido a sua diversidade fenomenológica e comportamental, sendo suas possíveis causas alvo de discussões com diferentes propostas de tratamento que motivam pesquisas em vários ramos do conhecimento (Freire, 2014).

A música associada ao tratamento de crianças autistas é conhecida como musicoterapia, que de acordo com Freire (2014) é uso prático dos seus

sons e movimentos que visam obter efeitos terapêuticos, tendo seu surgimento durante a II Guerra Mundial no contexto onde os profissionais da saúde usavam da música para a recuperação e reabilitação de soldados e vítimas feridas nos Estados Unidos da América (EUA), tendo como base a interação positiva com os outros, aumento da autoestima e utilizando o ritmo musical para desencadear a energia e ordem.

A estimulação para a comunicação é de extrema importância para o desenvolvimento de crianças com TEA, melhorando o aprendizado, relações interpessoais e atividades cotidianas. Essa estimulação para comunicar-se, pode estar ainda atrelada a interação com a música que pode colaborar nesse processo, fazendo com que as crianças com TEA reajam a ela de forma positiva, possibilitando alívio de tensão e colaborando na superação das dificuldades na fala e linguagem (Freire, 2014, p. 127).

A musicoterapia é comumente considerada como uma comunicação não verbal e também uma fonte de comunicação verbal que promove a autoexpressão e formação de identidade mediante o prazer gratificante de se escutar música, desenvolver as capacidades de intimidade interpessoal e competências de grupo, além de estimular a criatividade e liberdade de expressão, e tudo isso antes mesmo da interpretação das emoções que a música evoca (Nogueira & Souza, 2020).

Em linhas gerais, pode-se definir musicoterapia como o uso dos sons e seus elementos para se obter ganhos terapêuticos de modo mais fácil, tendo seus procedimentos metodológicos um uso variável de acordo com a linha, abordagem, objetivos da terapia e necessidades individuais ou grupais dos que são atendidos, sendo as experiências musicais tanto a audição, recriação, improvisação e composição que são aplicadas de modo separado ou conjunto (Freire, 2014).

A Musicoterapia neurológica se baseia no Modelo de Design Transformacional, no qual o musicoterapeuta utiliza diagnósticos para estabelecer metas, criar exercícios musicais funcionais e ajudar o paciente a transferir essas habilidades para a vida diária:

A prática da Musicoterapia neurológica é baseada no Modelo de Design Transformacional, que determina que o musicoterapeuta deve saber o diagnóstico do paciente, desenvolver metas, realizar o design funcional de exercícios não musicais, traduzir esses exercícios em experiências musicais funcionais e ajudar o paciente a

transferir esse aprendizado para atividades de vida diária (André e Loureiro, 2017, p. 34).

A musicoterapia é então um possível ascendente no tratamento da população autista, sendo as técnicas de improvisação musical clínica as utilizadas de modo específico na Musicoterapia improvisada, que nada mais é do que uma forma de terapia musical bem recorrente no estímulo de crianças autistas, pois nela o musicoterapeuta espelha, sustenta, reforça, provoca ou completa a expressão sonora das crianças autistas, visando o seu envolvimento na música, estabelecendo um contato e comunicação (Freire e Parizzi, 2015).

Em suma, a Musicoterapia auxiliaria na estimulação de pessoas com TEA por meio de atividades prazerosas e motivacionais, que atraem o interesse e a atenção, facilitando o alcance dos objetivos terapêuticos traçados. Já existem pesquisas experimentais que vêm confirmar essas hipóteses. Nos últimos cinco anos há um número crescente de estudos tanto que investigam a relação neurofisiológica entre música e TEA, como estudos que investigam a música no tratamento do TEA na área da saúde. Nas Neurociências, investiga-se principalmente o processamento auditivo-musical, comparando pessoas com TEA e pessoas com desenvolvimento típico (Freire, 2014, p. 12-13).

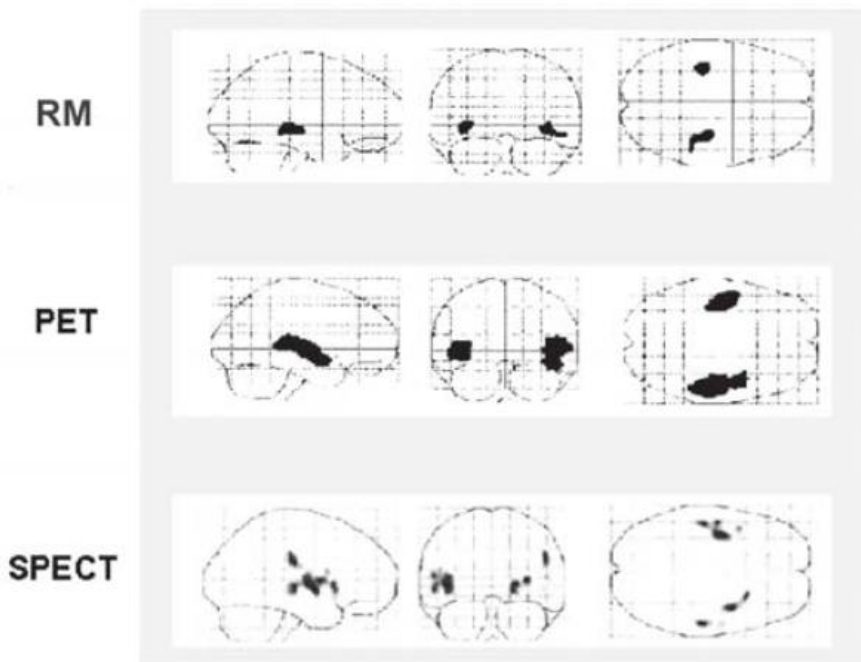
Segundo o estudo de Nogueira e Souza (2020), elementos musicais como a melodia, harmonia, ritmo e pulsação musical são favoráveis para uma boa experiência, haja vista que a variação de timbre e de articulação tornam possível ir para além dos comportamentos que estão previstos em uma criança autista, mesmo os inflexíveis e estereotipados e, constatou-se no mesmo estudo que 100% das crianças escutam música em casa ou na escola, sendo uma grande ajuda na vocalização quando a criança busca reproduzi-la, o que estimula o seu processo mental e aspectos de conceptualização, simbolismo e compreensão.

Ocorre atualmente na área da musicoterapia, em proporção mundial, um importante movimento que busca práticas baseadas em evidências e instrumentos que avaliem a eficácia da música no processo terapêutico de modo mais generalizável, portanto, com um caráter menos subjetivo. A investigação nesta área, apesar de ainda relativamente recente, representa foco de interesse dos pesquisadores de diferentes formações. Graças ao

avanço das neurociências e da introdução de novas técnicas de neuroimagem tem-se discutido sobre os efeitos neuroplásticos resultantes do exercício musical (Perogaro, 2017, p. 21).

Em geral as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) mostram peculiaridades em toda a sua massa cerebral, tanto na simetria quanto na integração entre a região responsável pela fala assim como nas regiões auditivas e motoras (Freire, 2014). Atualmente existem técnicas de imagem cerebral funcionais como a tomografia por emissão de pósitrons (PET), tomografia por emissão de foto único (SPECT) e RM funcional (RMf) ilustrados na Figura 1, o que abriu um novo marco promissor em encaminhar o estudo da disfunção cerebral no autismo infantil novos progressos, (Zilbovicius, Meresse e Boddaert, 2006).

**Figura 1 - Anormalidades temporais no autismo**



Fonte - Zilbovicius, Meresse e Boddaer (2006)



Através destes tipos de exame poder-se-á analisar como o cérebro dos autistas reagem a diferentes tipos de estímulos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de uma Revisão Bibliográfica da Literatura, priorizando-se a busca de artigos publicados nos últimos dez anos em bases de dados como o *Google Academy* e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO).

Nas bases de dados foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Musicoterapia, Transtorno do Espectro Autista, Tecnologias Emergentes, Psicomotricidade.

Os critérios de inclusão foram: artigos e trabalhos científicos que abordassem sobre o referido tema. Os excluídos foram monografias, teses, dissertações e artigos que não correspondem à temática estudada, ou que não estavam disponíveis gratuitamente.

**Quadro 2 - Resultados**

Literatura utilizada para discussão			
Título	Objetivos	Autor	Ano
Crianças com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor: musicoterapia promovendo qualidade de vida.	Identificar a influência da musicoterapia no comportamento e qualidade de vida de crianças portadoras de retardo do desenvolvimento neuropsicomotor.	Santos Mendes <i>et al.</i> ,	2015
Musicoterapia e autismo em uma perspectiva comportamental	Identificar como a musicoterapia pode beneficiar, em uma perspectiva comportamental, o tratamento do autismo.	Silva.	2021
Eficácia da musicoterapia improvisacional musicocentrada no tratamento de crianças pré-escolares no espectro do autismo: um estudo controlado.	Investigar os efeitos da musicoterapia improvisacional musicocentrada no tratamento de crianças pré-escolares com TEA, 45 crianças autistas, de 2 a 6 anos, foram alocadas nas condições Controle (n = 19) e Intervenção (n = 26).	Freire, André, Sampaio e Kummer,	2021
Musicoterapia como estratégia de intervenção psicológica com crianças: uma revisão da literatura.	Levantar e avaliar, na produção nacional e internacional, como a musicoterapia tem sido utilizada em intervenções psicológicas com crianças.	Anjos <i>et al.</i> ,	2017
Protocolo de atendimento de musicoterapia improvisacional músico-centrada para crianças com autismo.	Auxiliar musicoterapeutas no decorrer das sessões a verificar o desenvolvimento do paciente e a propor intervenções assertivas.	Freire, Moreira e Kummer,	2015

Musicoterapia para a socialização de crianças com transtorno do espectro do autista.	Investigar das contribuições oferecidas pela musicoterapia às crianças com TEA que frequentam uma instituição da cidade de Manaus.	Nogueira, Souza,	2020
Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática.	Identificar as especialidades do setor da saúde em que a musicoterapia vem sendo aplicada como ferramenta terapêutica e seus benefícios.	Oliveira, Oselame, Neves, Oliveira,	2014
Efeitos da musicoterapia improvisacional no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo.	O presente estudo visa investigar os efeitos da musicoterapia improvisacional no tratamento de crianças pré-escolares com TEA.	Freire,	2014

**Fonte** - Autora da pesquisa (2023)

Conforme os autores, a música é de suma importância para a manifestação e desenvolvimento do afeto no ser humano, pois a melodia, harmonia e as notas musicais despertam no ser humano algo interior que se exterioriza através das reações à música, e por isso a música pode ser eficaz para o tratamento de alguns transtornos assim como fazer parte de tecnologias emergentes para o aprendizado infantil, tal como já é feito através de músicas com teor didático.

Nesse sentido, conforme Mendes (2015), a musicoterapia pode servir para o tratamento do retardo psicomotor, o que pode se tornar útil para a prevenção ou uma provável recuperação das faculdades motoras do paciente, tais como nos casos em que o paciente sofre de alterações físicas e funcionais do cérebro, a saber: Transtorno do Espectro Autista (TEA), distúrbios de natureza global ou qualquer outra deficiência de caráter cognitivo e motor. O estudo de Mendes (2015) possui um caráter quase-experimental com crianças antes e depois da musicoterapia, sendo 17 crianças participantes com idades entre 5 e 12 anos, meninos e meninas, que estivessem cadastradas na Instituição e que possuam atraso do desenvolvimento psicomotor.

Os resultados foram, conforme a capacidade física, uma avaliação que obteve um valor de 81,5 antes da musicoterapia, e de 80,6 ( $p = 0,748$ ) após a musicoterapia, demonstrando que não houve uma melhoria significativa. Entretanto, na capacidade emocional, social e principalmente escolar, houve melhorias significativas após a inserção da musicoterapia em seus tratamentos (Dos Santos Mendes, 2015).

Tudo isso comprova que a influência da musicoterapia em crianças com transtornos de atraso psicomotor é eficiente para a melhoria de suas

capacidades psíquicas, sociais, cognitivas e afetivas (Dos Santos Mendes, 2015).

No estudo de Freire, Moreira e Kummer (2015) a Musicoterapia Improvisacional é proposta como uma provável ascendente forma de tratamento para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujo objetivo é motivar o engajamento mediante a experiência musical conjunta, o que estimula o manuseio de instrumentos, uso do corpo e da voz assim como o diálogo musical, sendo este um estudo onde participaram 10 crianças diagnosticadas com TEA com idade entre 03 e 06 anos, sendo cada uma submetida a 15 sessões individuais e semanais de Musicoterapia Improvisacional.

Os resultados obtidos pelo estudo de Freire, Moreia e Kummer (2015) revelaram que as crianças precisam ser submetidas mais vezes a esse tipo de terapia, pois poucas avançaram em todas as 4 Etapas, mas ainda assim evoluíram na comunicação através da interação musical com o musicoterapeuta (Freire, 2014).

No estudo de Anjos *et al.* (2017), foi constatado que a musicoterapia pode ser realizada de forma direta e indireta, sendo a direta a fase em que o terapeuta definirá as atividades da sessão, assim como os momentos de cada atividade, e na indireta ele espera o paciente tomar iniciativa para que possa analisar e saber quando intervir em suas ações, sendo este um estudo de revisão de literatura de caráter exploratório, donde se obtiveram os resultados de que a maioria das sessões de musicoterapia são com crianças de 0 a 9 anos de idade e com crianças com TEA, o que denota a viabilidade deste método para o tratamento deste tipo de transtorno do neurodesenvolvimento no desenvolvimento de suas capacidades afetivas, cognitivas e sociais.

Na pesquisa de abordagem quantitativa com caráter descritivo e de campo realizada por Nogueira e Souza (2020), o grande foco foi no reestabelecimento nos prejuízos causados pelas dificuldades que as crianças com TEA possuem em exercer sua sociabilidade, manifestar sua afetividade, desenvolver suas capacidades motoras e cognitivas concernente ao aprendizado e interação com o mundo ao seu redor, sendo utilizado nessa pesquisa um questionário e observação assistemática, cujos resultados foram satisfatórios no desenvolvimento da comunicação dos professores e pais para com as crianças.

Quanto aos movimentos repetitivos e estereotipados, comum nas crianças com TEA, a pesquisa de Nogueira e Souza (2020) demonstrou que estes movimentos podem ser corrigidos ou eliminados através das melodias e harmonias musicais e auxílio de um terapeuta, além de ajudar na

vocalização da criança, favorecendo uma melhoria na sua comunicação, além de sempre acalmarem as crianças com TEA, eliminando sua agitação aos poucos.

O estudo de Teles, Neri e Silva (2022) também reafirmam o que foi constatado nas pesquisas de Nogueira e Souza (2020) quando ao desenvolvimento socioafetivo e cognitivo das crianças com TEA, e também contribuem para seu ensino e aprendizagem.

No estudo de Oliveira, Oselame, Neves e Oliveira (2014) houve uma importante constatação de que a musicoterapia transmite a sensação de calma, alegria e satisfação às crianças com TEA, fazendo com que os sintomas do transtorno em questão sejam amenizados e facilitando a interação com a criança.

Em pacientes com outras doenças mentais como os que sofrem com Alzheimer, a musicoterapia eleva-a à um estado de reflexão, nostalgia e lembranças repentinas que ajudam também no seu tratamento e no foco dos pacientes para o que o cerca (Silva Soares *et al.*, 2022).

Na pesquisa realizada por Freire, André, Sampaio, Melo e Kummer (2021) foi feito um estudo tentando aplicar a Musicoterapia Improvisacional para o tratamento de crianças autistas, obtendo resultados semelhantes aos de Dos Santos Mendes (2015), sugerindo mais estudos sobre esta abordagem de grande potencial.

No estudo de Silva e Reis Moura (2021) foi constatado o mesmo que os estudos que obtiveram a conclusão de que a musicoterapia é eficiente no desenvolvimento afetivo, psicomotor, social e cognitivo das crianças autistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da presente revisão bibliográfica foram constatados que a musicoterapia pode contribuir como instrumento para a aprendizagem de modo integral, de crianças como o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Através dos resultados obtidos por meio de 10 pesquisas de estudos quantitativos, qualitativos e de revisão de literatura que focaram o instrumento para a terapia de crianças autistas, a musicoterapia e a musicoterapia improvisacional, identificou-se que a musicoterapia é um método eficiente para o desenvolvimento psicomotor, afetivo e social das crianças, e o improvisacional ajuda a eliminar os movimentos estereotipados comuns em crianças autistas.

Portanto, a musicoterapia, tanto a normal como a improvisacional são eficientes para o tratamento de crianças com TEA, fazendo com que se

aproximem cada vez mais de uma qualidade de vida satisfatória onde possam aprender, socializar, interagir, se acalmar e se sentirem mais alegres.

A busca pelo conhecimento deve ser constante na vida de cada profissional e como professora e musicista, a pesquisadora, futuramente, espera se especializar na área de musicoterapia para ajudar pessoas com esses transtornos para uma vida saudável e feliz com equidade na educação.

## **REFERÊNCIAS**

Carvalho, A. A. A. (2012). *Aprender na era digital: Jogos e Mobile-Learning*. De Facto editores.

Sombrio, G., & Ulbricht, V. R. (2015). Tecnologias emergentes como possibilidades de inovação na educação. *Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção*, 3(4), 63-74.

Camacho, M. (2012). Tecnologias emergentes para a aprendizagem no âmbito da educação superior. *TIC na educação: Perspectivas de inovação*, 21-32.

Oliveira, M. F., Oselame, G. B., Neves, E. B., & de Oliveira, E. M. (2014). Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. *Revista da universidade vale do rio verde*, 12(2), 871-879.

Gattino, G. S. (2015). *Musicoterapia e Autismo: teoria e prática*. São Paulo: Memnon.

Barcellos, L. R., & Santos, M. A. (1996). A Natureza Polissêmica da Musica e Musicoterapia. *Brazilian Journal of Music Therapy*.

Oliveira, M. F., Oselame, G. B., Neves, E. B., & de Oliveira, E. M. (2014). Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. *Revista da universidade vale do rio verde*, 12(2), 871-879.

Freire, M. H. (2014). Efeitos da Musicoterapia Improvisacional no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo.

Nogueira, T. P., & de Souza, J. C. P. (2020). A musicoterapia para a socialização de crianças com transtorno do espectro do autista. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, 4(2), 123-134.

Freire, M. H., & Fonseca, M. B. P. (2015). As relações dos efeitos terapêuticos da Musicoterapia Improvisacional e o desenvolvimento musical de crianças com autismo. *Revista Nupeart*, 14(2), 46-55.

André, A. M. B., & Loureiro, C. M. V. (2017). Musicoterapia, autismo e Escala de Comunicabilidade Musical: um estudo de caso. *Brazilian Journal of Music Therapy*.

Spode, G. D. (2019). Perfil epidemiológico de pacientes diagnosticados com transtorno do espectro autista.

Silva, M., & Souza, I. C. B. M. (2020). A contribuição da psicomotricidade no desenvolvimento de crianças autistas: uma revisão integrativa. *Revista Ciência (In) Cena*, 1(12).

Bezerra, O. V., da Silva, M. C., de Sousa Lôbo, A. M. R., Cidrão, S. C., da Silva, B. C. R., dos Santos, S. Q., de Sousa Belém, L. R. (2020). A Psicomotricidade Como Ferramenta Inclusiva da Criança Autista na Educação Infantil. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 54631-54640.

Silva, M., & Souza, I. C. (2020). A Contribuição Da Psicomotricidade No Desenvolvimento De Crianças Autistas: Uma Revisão Integrativa. *Revista Ciência (In) Cena*, (12), 28-38.

Silva, F., & Souza, M. F. S. (2018). Psicomotricidade: um caminho para intervenção com crianças autistas. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(5), 500-519.

Cordeiro, L. C., & Silva, D. (2018). A contribuição da psicomotricidade relacional no desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista. *Faculdade Sant'Ana em Revista*, 2(1).

Oliveira, É. M., Gonçalves, F. T. D., Magalhães, M. M., Do Nascimento, H. M. S., de Carvalho, I. C. V., Lemos, A. V. L., Carneiro, M. S. (2019). O impacto da psicomotricidade no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (34), e1369-e1369.

Fajardo, K. A. M., Álvarez, D. E. S., & Zambrano, V. P. P. (2021). Perfil epidemiológico del autismo en Latinoamérica. *Salud & Ciencias Médicas*, 1(2), 14-25.

Pegoraro, L. D. C. (2017). A música como intervenção neuropsicológica no tratamento do transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão crítica da literatura.

Zilbovicius, M., Meresse, I., & Boddart, N. (2006). Autismo: neuroimagem. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 28, s21-s28.

Santiago, M., & Louro, V. (2021). Música, Neurociências e Autismo: levantamento dos artigos nacionais e internacionais em 4 bancos de dados. *Revista Música*, 21(2), 1-30.

Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2012). Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. In *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados* (pp. 277-277).

Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2015). Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. In *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica* (pp. 314-314).

Abreu, E. J. S. de M., et al. (2023). Autismo, inclusão e musicalização de crianças: um estudo introdutório.

Aires Filho, S. A. de A., et al. (2020). Educação musical e autismo: um estudo sobre o desenvolvimento de crianças autistas na musicalização infantil.

Alves, K. C. V., et al. (2023). A apreciação de gêneros musicais brasileiros por alunos com necessidades educacionais especiais: percepção e ampliação de repertório. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Maia, M. S. D., & Jacomelli, M. K. (2020). A aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC. *Revista Psicologia & Saberes*, 9(18), 16-31.

Ribeiro, C. A. de A. (2023). Educação musical inclusiva: integração das contribuições das áreas de educação musical e musicoterapia para pessoas com transtorno espectro autista.

Silva, L. V. G. da. (2022). Digital-TEA: proposta de uma rota educacional dinâmica para aplicação em softwares de ensino com foco na alfabetização de crianças autistas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

Souza, L. C., & Sampaio, R. T. (2019). A educação musical inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, 7(2), 113-128.

## CAPÍTULO 8

### DESAFIOS DO ENFERMEIRO NA EXECUÇÃO DA LIDERANÇA NO ÂMBITO HOSPITALAR

**Aline Farias Figueiredo**

Discente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos,  
Curso de Enfermagem - UNIFEOB

**Anna Gabriela Souza de Carvalho**

Discente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos,  
Curso de Enfermagem - UNIFEOB

**Leila Barroso da Silva Oliveira**

Docente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos,  
Curso de Enfermagem - UNIFEOB

---

#### RESUMO

A liderança é uma competência do profissional enfermeiro de suma importância para o desempenho do gerenciamento de enfermagem nas instituições hospitalares. Vale salientar os múltiplos desafios enfrentados por esses profissionais para que ocorra a liderança de maneira eficaz. **Objetivos:** Apresentar os desafios que acometem o enfermeiro e as estratégias para que este profissional execute a competência liderança no âmbito hospitalar. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados GOOGLE ACADÊMICO, BVS e periódicos CAPES, utilizando os descritores enfermeiro, competência, liderança e hospital. No período compreendido de 2017 a 2022, foram identificados 90 artigos, e desses, 35 foram selecionados para leitura. Dos 35 estudos selecionados, somente 24 traziam as competências, desafios e estratégias para o enfermeiro na execução da liderança. A revisão contou com a leitura e análise do conteúdo sob as seguintes questões: Qual o papel da liderança e quais são as competências do processo de gerenciamento de enfermagem? Quais os desafios na liderança do enfermeiro no âmbito hospitalar? Quais são as estratégias para que o enfermeiro exerça a liderança? **Discussão:** Fez-se notório a existência de vários desafios e dificuldades que os enfermeiros enfrentam para atingir sucesso no gerenciamento de sua equipe. **Considerações:** Há uma lacuna a respeito do conhecimento sobre a temática liderança gerando um grande empecilho no trabalho do enfermeiro na instituição hospitalar, assim foi percorrido estratégias para essas problemáticas. Portanto, o profissional



carece em estar sempre buscando por conhecimentos, através de estudos, para oferecer uma assistência qualificada e humanizada.

**Palavras-chave:** competência; enfermeiro; hospital; liderança.

## **INTRODUÇÃO**

Há vários significados para a palavra liderança, mas para a enfermagem ela está relacionada com ações que o enfermeiro desenvolve sobre sua equipe responsável, suprimindo as carências de saúde apresentadas pelos seus clientes e familiares, com o cuidado apropriado. A liderança no gerenciamento do processo de enfermagem é concernente a questões culturais dentro da região que o profissional está inserido (SILVA et al., 2022).

Atualmente, liderar é guiar uma equipe em busca dos resultados esperados. Tal habilidade está relacionada a influenciar e motivar o grupo. Há vários tipos de liderança, como a transformacional, onde o líder procura satisfazer as principais demandas da equipe. Podendo citar também a liderança democrática, onde todos participam da tomada de decisões. Já no estilo autocrático, o líder é autoritário, impondo suas escolhas. O líder liberal, permite a autonomia de toda a equipe, porém muitas das vezes deixa de ter controle sobre as ações dos colaboradores. No estilo situacional, o enfermeiro adapta a liderança de acordo com a necessidade apresentada em cada situação (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

As Competências do processo de gerenciamento de enfermagem, de acordo com a Lei nº 7.498/1986 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), incluem: tomada de decisões, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de enfermagem, comunicação, educação permanente, gerenciamento, resolução de conflitos, administração e liderança (FERREIRA et al., 2019).

O enfermeiro no âmbito hospitalar está inserido na funcionalidade da gestão e liderança na unidade e nos serviços prestados, encontrando diversos desafios nos processos gerencial/assistencial, recursos humanos e capitais envolvidos em cada setor e departamento inerente (SILVA et al., 2019).

Alguns dos principais desafios enfrentados pelos enfermeiros são: ausência de trabalho em equipe, escassez de materiais, estrutura física desapropriada, carência de conhecimento, sobrecarga de trabalho, a falta do quantitativo necessários de profissionais, dificuldades em fazer escalas de trabalhos, o enfermeiro não ser reconhecido como o líder da equipe e realizar a divisão entre assistência e gerência, quando esses processos deveriam se completar em benefício do cuidado (MORAES et al., 2022).

O modelo de trabalho atual ainda é muito preso no ponto tradicional de execução de tarefas apenas, voltado a realizar procedimentos, escalas e controle de arsenal. Não ocorrendo a envoltura dos profissionais enfermeiros na parte efetiva do gerenciamento hospitalar (SILVA et al., 2019).

Algumas estratégias para auxiliar o enfermeiro no desenvolvimento da liderança se constituem em boa comunicação e habilidades comportamentais para facilitar a resolução de conflitos, motivação para que toda a equipe tenha um olhar holístico para com o paciente e também haja uma cooperação e aprendizado mútuo, transparência no trabalho e delegação de funções, incentivo a educação permanente, reconhecimento institucional voltado para valor e autonomia desse profissional e amplificar o aprendizado na formação acadêmica de liderança na enfermagem (SILVA et al., 2022).

No conceito de pesquisa se faz necessário que o profissional enfermeiro esteja em constante busca por conhecimentos, por meio de estudos, para gerir o cuidado. A educação se trata de qualificar as práticas sociais a fim de um objetivo em comum (FERREIRA et al., 2019).

Diante disso, este estudo teve como objetivo, entender e apresentar os desafios que o enfermeiro enfrenta e relatar estratégias para que este exerça uma correta liderança dentro do âmbito hospitalar, procurando distinguir a liderança e as competências do processo de gerenciamento de enfermagem dentro do âmbito hospitalar; levantar os desafios na liderança do enfermeiro dentro do âmbito hospitalar; e relatar estratégias para que o enfermeiro exerça a liderança que lhe cabe no âmbito hospitalar.

Logo, este estudo se torna relevante por existir uma dificuldade na execução da liderança e gerência do enfermeiro, frente às suas funções no âmbito hospitalar, em decorrência da carência de compreensão sobre o tema.

Através desta revisão serão abordadas algumas estratégias, no qual beneficiará os profissionais enfermeiros e sua equipe respectivamente, apresentando conhecimento científico atualizado e fidedigno, pois o enfermeiro contemporâneo precisa da liderança para a sua atuação.

Assim, quando o enfermeiro entende a liderança como sua competência, consequentemente oferecerá um cuidado humanizado e de excelência ao paciente, além de beneficiar sua instituição.

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, a partir do levantamento de artigos científicos nas bases de dados periódicos CAPES, Google ACADÊMICO, Biblioteca Virtual em Saúde - BRASIL (BVS), utilizando os descritores enfermeiro, liderança, estratégia e gerenciamento. No período compreendido de 2017 a 2022, foram identificados 90 artigos, e desses, 35 foram selecionados para leitura, onde somente 24 traziam as competências, desafios e estratégias para o enfermeiro na execução da liderança. A revisão contou com leitura e análise do conteúdo sob as seguintes questões: Qual o papel da liderança e quais são as competências do processo de gerenciamento de enfermagem? Quais os desafios na liderança do enfermeiro no âmbito hospitalar? Quais são as estratégias para que o enfermeiro exerça a liderança?

## **DISCUSSÃO**

### **A liderança e as principais competências do processo de gerenciamento de enfermagem**

Com as mudanças políticas, sociais e econômicas, o mercado de trabalho se adapta a novos moldes, que exigem dos profissionais competências inovadoras e mais aprimoradas, sendo a liderança imposta em vários ambientes de trabalho (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

A definição de competência se refere a um agrupamento de habilidades, conhecimentos e ações que são necessárias para o profissional realizar o processo de trabalho na área de enfermagem e especificamente no gerenciamento. Pode se relacionar ao comprometimento, educação permanente, atenção, liderança, ética, relacionamento harmônico, comunicação eficaz e gestão de materiais e equipamentos, logo este é o referencial teórico para o trabalho de enfermagem (LEAL et al., 2022).

A tomada de decisão e a liderança são competências gerenciais estabelecidas nas ações de enfermagem, sendo indispensáveis no ambiente de trabalho. A comunicação é outra competência imprescindível no dia a dia de trabalho do enfermeiro hospitalar, sobretudo quando esta é associada com a equipe multidisciplinar. O trabalho em equipe e o relacionamento interpessoal se evidenciam como competências cruciais no ambiente hospitalar, para garantir a qualidade da assistência, sendo introduzidas na graduação e implementadas somente na prática assistencial (LEAL et al., 2017).

A capacidade de resiliência, compreendida como um conjunto de processos intrapsíquicos e sociais, também se faz essencial, já que permite aos enfermeiros se fortalecerem perante as adversidades, participando de forma crítica e ativa diante das várias situações vividas no âmbito hospitalar (MÖLLER; FROELICH, 2021).

A competência autonomia também deve ser trabalhada, pois está diretamente conectada com o conhecimento especializado da área determinada. Desta forma os enfermeiros que frequentemente buscam adquirir novos conhecimentos, aprimoram técnicas e procedimentos, dominando o seu trabalho, ocasionando uma assistência de qualidade e oportunizando a autonomia profissional (BONFADA et al., 2018).

A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, da Constituição Federal de 1988, estabelece que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) é procedente da distribuição de competências nas esferas de gestão, assim, o estado é encarregado de promover a saúde escolhendo mecanismos de controle apropriados para promover uma saúde de qualidade e integralizada (MORAES et al., 2022).

No âmbito hospitalar existem várias situações complexas que requerem dos profissionais a inclusão de competências. Com isso, é responsabilidade do enfermeiro exercer a função de gerente do cuidado e

também da equipe de enfermagem. Sua atuação se dá no processo coletivo, com a articulação e cooperação deste profissional juntamente com a equipe de enfermagem e saúde, objetivando um relacionamento saudável e eficaz, se fazendo imprescindível as competências gerenciais, que deverão ser desenvolvidas ainda na graduação (LEAL et al., 2022).

O trabalho do profissional enfermeiro é oferecer a assistência de enfermagem, mas para que esse objetivo seja alcançado, é necessário o planejamento do cuidado, a execução dos mais complexos procedimentos, o desempenho das atividades burocráticas e administrativas, a coordenação e supervisão da equipe, sendo as duas últimas funções citadas, destaques do trabalho do enfermeiro, pois mostram o comprometimento e efetividade do líder, vinculado à organização da unidade e educação permanente (SILVA et al., 2019).

O processo trabalho em enfermagem organiza-se nas dimensões assistir, administrar, pesquisar, ensinar e participar politicamente, cada qual com objetos, meios, instrumentos e atividades específicos, coexistindo temporal e institucionalmente, em uma composição heterogênea e hierarquizada de seus agentes. (FERREIRA et al., 2019, p. 2)

É de responsabilidade do enfermeiro todas as atividades voltadas para o gerenciamento de recursos, assistência, pesquisa, ensino e integração entre os serviços. Na visão assistencialista, atualmente, ainda é apresentado um olhar dicotômico entre os profissionais enfermeiros assistenciais (forma direta do cuidado) e gerenciais (forma indireta). As atividades gerenciais do enfermeiro dispõem de muitas ações, dentre elas o gerenciamento do cuidado, dos recursos e dos conhecimentos, e também na articulação com os vários serviços fundamentais para a assistência correta e qualificada (MORAES et al., 2022).

O COFEN também determina que este profissional é responsável pela tomada de decisão sobre a assistência de enfermagem, como líder e norteador de seu conjunto (técnicos e auxiliares de enfermagem), onde essa equipe deve cumprir e contribuir para que, juntamente com o líder, alcancem os objetivos da instituição e dos pacientes, sendo necessário planejamento e sistematização da assistência (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

O enfermeiro tem destaque dentro do âmbito hospitalar, servindo de ponte entre os “superiores” e os “subordinados” e na organização das atividades, orientando e supervisionando os colaboradores do seu setor. Seu trabalho tem maior predomínio, pois é exigido dele o bom funcionamento da unidade, voltado para as demandas dos profissionais e as condições de trabalho (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Não é ocasional que grande parte dos cargos de direção hospitalar sejam preenchidos pelos enfermeiros, haja visto que tal profissional desenvolve em sua formação acadêmica, competências como a liderança e

aprendem a lidar com situações que exigem a tomada de decisões e compreensão do processo de trabalho (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

Mesmo que o cuidado em si seja o foco central da profissão, o gerenciamento afirma a importância do conjunto de estratégias, em forma de ações objetivas e subjetivas, que vão potencializar melhores condições de assistência do cuidado e do trabalho de enfermagem, auxiliando em alcançar as metas institucionais (FERREIRA et al., 2019).

O gerenciamento de enfermagem passou por um processo histórico impulsionado pela divisão técnica e social de trabalho, onde se estabeleceu como privativo do enfermeiro a gerência e liderança, autenticando seu status (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

O gerenciamento de enfermagem se baseia nas finalidades do trabalho que será executado, servindo como utensílio de auxílio para o planejamento, coordenação e desenvolvimento das tarefas de enfermagem. Portanto, o enfermeiro gerencial, atua como administrador do cuidado e tem como meta designar a sua equipe para suas funções, com o intuito de evitar conflitos, realizar escalas de trabalho que vão agregar para a adequação da ambiência e propiciar condições harmônicas para a execução das atividades, com a finalidade de atingir o objetivo assistencial e garantir a segurança do cliente (SILVA et al., 2019).

Segundo o COFEN no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, no Artigo 66, destaca que é direito do enfermeiro “exercer cargos de direção, gestão e coordenação na área de seu exercício profissional e do setor saúde”, com isso o enfermeiro precisa da prática gerencial, o que pode ser um desafio (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Em uma pesquisa realizada com enfermeiros quanto às suas percepções do gerenciamento do cuidado, alegaram que seriam as ações de prestar assistência direta, atender as intercorrências clínicas, identificar e avaliar o paciente diariamente, realizar procedimentos complexos, priorizar os pacientes de maior necessidade, supervisionar, implementar protocolos e acompanhar o seu desenvolvimento e atualizar os instrumentos de acompanhamento diário do paciente (MORAES et al., 2022).

O enfermeiro pode considerar o gerenciamento como algo prazeroso, quando há reconhecimento e crescimento profissional e pessoal e quando traz satisfação. Pode vir a se tornar angustiante em ocasiões que se apresenta dificuldades no relacionamento interpessoal e sobrecarga de trabalho, a depender do momento (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

A equipe de enfermagem compõe o maior número de profissionais dentro da unidade hospitalar atuando diretamente na assistência ao cliente, em todos os momentos do seu ciclo de vida, nas 24 horas diárias e em todas as especialidades. Os enfermeiros têm formação, política, científica, crítica, clínica, reflexiva e social, ou seja, são capacitados para liderar o gerenciamento dos serviços, valorizando e aprimorando a assistência

hospitalar, garantindo a qualidade do serviço prestado, sustentabilidade financeira e segurança ao cliente (SILVA et al., 2019).

Atualmente, a enfermagem, no setor de saúde, é a categoria profissional que melhor gera líderes sagazes e capazes, através da tomada de decisões certeiras, a favor do contentamento individual e coletivo, estabelecendo relações positivas entre a equipe, que conseqüentemente concilia as necessidades individuais com as da organização (GUIMARÃES; SOUSA, 2018).

A conquista de um objetivo organizacional pode se dar através da liderança, onde é esperado do enfermeiro a condução e direcionamento da sua equipe, fazendo com que ela confie em suas falas, gerando motivação, inspiração e instigando a reflexão. Assim, acarretando mudanças, desafiando o processo, articulando colaboração e apoio para otimizar práticas e reconhecer o trabalho das equipes (CARLOS et al., 2019).

A compreensão da definição de liderança não é clara, pois existem várias definições com contraste nos conceitos. Ela pode ser identificada entre a influência, o processo, as metas e o contexto grupal. A liderança está intimamente conectada à eficaz produção, com finalidade de atingir os resultados organizacionais (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

A liderança é uma competência importantíssima para o sucesso geral das organizações e individual dos seus colaboradores, logo, é crucial a sua mensuração por meio de instrumentos (GUIMARÃES; SOUSA, 2018).

A liderança pode ser definida como uma maneira de influenciar comportamentos e ações dos seus funcionários, compreendendo e delegando tarefas à equipe (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

A liderança é entendida também como aptidão de influenciar trabalhadores, motivando de maneira positiva e ética, de acordo a experiências e habilidades vivenciadas do líder, buscando alcançar os resultados desejados da instituição (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

A liderança em enfermagem está sendo associada com: satisfazer os clientes através da assistência realizada pela equipe de enfermagem, trazer segurança ao paciente e estar satisfeito com o seu emprego e também no seu ambiente de trabalho. Conceituando a área de trabalho de acordo com os elementos: controle e autonomia, ou seja, a desenvoltura do enfermeiro de solucionar problemáticas relacionadas ao cuidado do paciente; ligação entre enfermeiros e médicos, atingindo os objetivos comuns de ambos os profissionais consolidando uma boa comunicação; e obtenção de um alicerce organizacional para amparar as práticas do enfermeiro. Assim é possível identificar a liderança como provedora de resultados positivos ou negativos, a partir de como é executada (BALSANELLI; DAVID; FERRARI, 2018).

Para desenvolver a liderança são necessárias competências, como: determinação, humildade, convencimento, flexibilidade, credibilidade, responsabilidade, conhecimento organizacional, integridade, senso de humor, entre outros (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

É importante que o líder seja entendido como profissional que gere, capaz de representar, conduzir e influenciar através da comunicação interpessoal, os comportamentos, valores e atitudes da sua equipe (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

O líder deve propor a confiança, cooperação e comunicação franca de ideias; utilizar da crítica construtiva; solucionar conflitos da melhor forma possível; compreender os interesses pessoais, identificando os pontos fracos e fortes da sua equipe (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

O enfermeiro-líder assume responsabilidades técnicas e processos administrativos como controladoria e direção, que exigem conhecimentos e habilidades, desenvolvidas por toda a extensão de sua carreira (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

O enfermeiro líder, assumindo um papel de gerência e assistência no âmbito hospitalar, deve atender os serviços com qualidade e produtividade, é de suma importância possuir a autonomia, gerando aprendizagem diariamente, troca de conhecimentos, desenvolvimento de ações em meio às situações apresentadas, solucionando os conflitos e cumprindo com as exigências da unidade. É realizada interações entre enfermeiro-profissionais de saúde e enfermeiro-paciente, exigindo organização, autonomia e a atuação de cada profissional adequadamente no ambiente hospitalar. O profissional enfermeiro é qualificado para organizar, controlar, administrar e cuidar (BONFADA et al., 2018).

Alguns tipos de liderança são a tradicional ou transacional, no qual se preocupa com processos cotidianos e com o bom relacionamento entre o líder e liderados, satisfazendo o interesse de ambos, esse líder se baseia em regras e normas estabelecidas pelos seus superiores, com o intuito de cumprir as tarefas estabelecidas (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Na forma autocrática o líder é autoritário, com isso seu trabalho se baseia apenas em dar ordens, sem criar vínculos ou mesmo escutar sugestões da sua equipe. Esse estilo de liderança não funciona em novas organizações, em que as responsabilidades devem ser compartilhadas (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

O líder transformacional se apresenta como comprometido e visionário, delegados de responsabilidade, buscando inspirar moralmente seus liderados, para assim estimular a autorrealização, os interesses coletivos e individuais e o comprometimento, criando motivação para que os indivíduos entendam os objetivos organizacionais como seus próprios objetivos, superando os resultados esperados (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

A liderança transformacional, predominante em relação aos outros modelos, sendo uma das mais populares atualmente, ela representa um líder inspirador e carismático, que procura olhar para sua equipe, buscando seus principais pontos motivacionais, para satisfazê-los em suas necessidades (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

Na liderança democrática, o líder e os seus liderados discutem as técnicas, diretrizes e processos do cuidado, ou seja, todos fazem parte da tomada de decisões, dividindo o trabalho e as tarefas, sem deixar de apoiar o líder (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

O contingencial não adota um modelo de liderança específica. Há também a falta de liderança onde não existe a troca entre o líder e subordinado, pois ele é irresponsável, não assume os objetivos, adia a tomada de decisão, sem dar suporte e desenvolvimento à equipe (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

No estilo liberal, há liberdade para os subordinados, possibilitando o protagonismo e crescimento da equipe, mas o líder em alguns momentos pode perder a autonomia e deixar de compartilhar informações. A equipe deve ter uma boa experiência e autonomia para poder ser colocada em prática (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

Já na liderança situacional o líder adapta seu comportamento de acordo com a situação, para que as necessidades dos funcionários sejam atendidas da melhor maneira possível. O líder situacional utiliza de vários tipos de lideranças para cada tarefa, a depender da dificuldade e maturidade da equipe, podendo influenciá-los (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

Pesquisadores de liderança nas organizações consideram os modelos transacionais e transformacionais como os mais significativos dentre as "novas lideranças" em contraponto a contingencial. Salientando que a liderança deve ser flexível e objetiva (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

De acordo com um estudo, nos hospitais privados a liderança é mais intensificada do que no âmbito hospitalar público, onde pode haver também a junção entre as lideranças transacional e transformacional, a depender da situação apresentada (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

Os deveres delegados pelo enfermeiro influenciam diretamente na liderança, demonstrando alguns estilos e conceitos comportamentais, o que gera seu destaque, em busca dos objetivos planejados. A liderança é estabelecida também como um ambiente seguro para desempenhar o cuidado com qualidade (MORAES et al., 2022).

Assim, o enfermeiro se apresenta com a função de fomentador da operacionalização do sistema de saúde e da assistência e dos serviços de saúde. Neste quesito se torna pertinente considerar uma reorganização da graduação de enfermagem, garantindo o desenvolvimento de competências específicas para o gerenciamento de enfermagem, ainda mais no âmbito hospitalar (SILVA et al., 2019).

De acordo com o filósofo Kant, a autonomia é o início da dignidade de toda a população, portanto, se trata da vontade de querer e ser entendido. Assim, ela se torna uma competência fundamental para o desenvolvimento da competência profissional (BONFADA et al., 2018).

A autonomia, no ramo da enfermagem, está vinculada a organização e estruturação dos serviços, gestão e gerenciamento de pessoas,



implementação e criação de protocolos, conceitos éticos, processos de trabalho e Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), ou seja, a normatização dos serviços de enfermagem. É determinada pela tomada de decisão rápida e obrigatória, realizada pelo enfermeiro para alcançar as metas, juntamente à equipe multiprofissional (BONFADA et al., 2018).

As teorias da administração dão enfoque no aperfeiçoamento dos processos de trabalho, por meio do planejamento, execução, padronização dos serviços e aptidão técnica (MORAES et al., 2022).

Na teoria das relações humanas o enfermeiro deve gerar o desenvolvimento das pessoas, às influenciando internamente para atingir os objetivos, através da liderança. Dar suporte sempre que solicitado e opinar sobre algo são atividades do líder, que deverá ser integrativo, estimulando o crescimento, as potencialidades e criatividade da equipe (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Na teoria de Taylor (Taylorismo), a meta é otimizar o custo/benefício dos sistemas produtivos. No campo de trabalho da enfermagem, no âmbito hospitalar, é achado uma elevada demanda de serviços que buscam por profissionais, equipamentos e estruturas físicas para o aperfeiçoamento de tarefas (MORAES et al., 2022).

Na realidade do SUS, o colaborador trabalha inversamente a teoria, pois exige que o enfermeiro gestor de saúde, ofereça uma assistência de qualidade com o mínimo de subsídios (MORAES et al., 2022).

Logo, os enfermeiros líderes são capacitados para motivar seus seguidores, inspirando e reconhecendo o papel importante de cada membro, promovendo uma boa comunicação e a iniciativa para mudanças, gerando um equilíbrio entre a equipe e gerenciando as tecnologias e informações. Evidenciando que a liderança é dependente de outras competências e questões referentes à administração no ambiente de trabalho (GUIGUER; LUIZ; PINTO, 2020).

Atualmente se espera do enfermeiro a execução de várias atividades e competências, como o gerenciamento, atuando como colaborador, realizando a assistência direta e indireta. Para gerenciar sua equipe, o enfermeiro necessita de algumas qualidades que serão verdadeiros alicerces para alcançar o sucesso, sendo elas: responsabilidade, engajamento, foco em seus resultados e um bom vínculo interpessoal. Cabe ao profissional sempre buscar por técnicas e estratégias, para estimular potenciais habilidades, assim desenvolvendo competências e experiências junto aos seus colaboradores e em acordo com as normas institucionais (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

É essencial o desenvolvimento e estudo das competências gerenciais, pois facilitam o processo articulador do profissional enfermeiro na sua supervisão cotidiana laboral. Contribuindo para basear e direcionar processos de educação permanente, para desenvolver as habilidades fundamentais à tomada de decisão, liderança, planejamento, organização e comunicação (FERRACIOLI et al., 2020).

A atuação do enfermeiro, além dos pilares gerenciais e de competências, usa de instrumentos. No âmbito hospitalar há maior complexidade e dependência do cuidado, desta forma o enfermeiro vem se mostrando parte fundamental na organização e delegação da equipe de saúde e na busca por ações táticas voltadas às melhorias para o cliente (FERREIRA et al., 2019).

### **Os desafios do enfermeiro na liderança dentro do âmbito hospitalar**

Existem vários desafios a serem enfrentados em nosso país na área da saúde, mesmo fazendo mais de 20 anos da criação do SUS. É claro a evolução na ampliação do acesso da sociedade aos serviços públicos de forma geral, mas ainda ocorrem insatisfações por parte da população, decorrente do desempenho do sistema e da assistência prestada (CUNHA, 2018).

O mercado de trabalho é definido pela competitividade, aumento do ritmo de trabalho, a busca de enormes níveis de produtividade, baixo custo de produção e descaso com a satisfação do trabalhador (FERREIRA et al., 2019).

Ser um profissional gerenciador requer muitas exigências, pois o cargo solicita várias competências, como gerenciar pessoas para controlar e diminuir conflitos provenientes da extensa diversidade de perfis dos trabalhadores da equipe. É também muito cobrado a parte de tomada de decisões, tanto pelos superiores, como pelos subordinados (CUNHA, 2018).

Os servidores estão sofrendo cada vez mais pressão para atingir os elevados padrões de produtividade com qualidade. Os enfermeiros gerentes declaram que há um uma problemática relacionada com a jornada de trabalho disponível e sua utilização. O profissional deve sempre equilibrar as demandas do setor público e privado. Atualmente o gestor não tem domínio acerca das suas atividades diárias e tempo, pois é dependente de fatores externos (CUNHA, 2018).

Em relação aos desafios do trabalho gerencial de enfermagem, encontra-se à formação profissional, satisfação, manutenção da qualidade dos serviços, sobrecarga de trabalho, resolução de conflitos, execução de inúmeras tarefas e trabalho em equipe. Onde todas essas questões podem vir a se tornar problemáticas no exercício profissional. Outras dificuldades no trabalho dos enfermeiros estão relacionadas, sobretudo, às demandas excessivas, dimensionamento incorreto de colaboradores e estrutura de trabalho irregular, o que propicia a desorganização do serviço, a desvalorização do profissional e dificulta o desenvolvimento do gerenciamento (FERREIRA et al., 2019).

É relatado pelos enfermeiros problemáticas relacionadas com as escalas de trabalho, como conferir folgas para não aumentar a carga horária de trabalho sobrecarregando a equipe, entre várias outras dificuldades. A falta de insumos e materiais também vem implicando no gerenciamento da

assistência. Quando falamos sobre a prestação do cuidado com qualidade, é impossível a equipe de enfermagem realizar este ato sem que tenha as ferramentas necessárias e adequadas. (MORAES et al., 2022).

Os enfermeiros vêm apontando dificuldades em lidar com as variadas personalidades e maneiras de pensar de seus membros de equipe, como crenças, valores e experiências prévias. Logo, o líder precisa ser flexível, aberto a ouvir e atender as necessidades dos seus colaboradores, sempre que possível, para que o desfecho do trabalho seja positivo (AMESTOY et al., 2017).

Onde os trabalhadores de enfermagem, acabam improvisando em diversas situações para prestar uma assistência que atinja qualidade (MORAES et al., 2022).

Falta apoio da gestão hospitalar, em relação a garantir a educação permanente, em busca de sanar os desafios encontrados. Outro ponto é a ausência de definição clara sobre a estrutura organizacional dos serviços de saúde e das atribuições do enfermeiro (FERREIRA et al., 2019).

Em alguns momentos se confunde ou se converge o gerenciamento administrativo e o gerenciamento do cuidado. Uma parte dos profissionais enfermeiros levantam que a estrutura física deficiente e inadequada dos ambientes de trabalho, atestados médicos, o número reduzido de materiais, respeito mútuo, recursos humanos escassos e déficit de conhecimento, são dificuldades encontradas no cenário profissional (MORAES et al., 2022).

No contexto organizacional, os trabalhadores demandam de um período de tempo para aprender e desempenhar suas atribuições dentro da equipe, desta forma é essencial que o profissional se mantenha em uma determinada função por certo tempo, pois a rotatividade desses trabalhadores acaba sendo um desafio para o pleno exercício da liderança e para bom desempenho do processo de trabalho. Visto que o profissional ao ingressar em uma equipe, cria vínculos, levando a relações harmoniosas entre os profissionais, no qual propicia engajamento na rotina laboral, já que os trabalhadores saberão o seu papel na equipe (AMESTOY et al., 2017).

Há também momentos que influenciam no sofrimento e no prazer do enfermeiro, tais como ser reconhecido, sentir-se útil, sobrecarga de trabalho e desgaste no âmbito hospitalar, conflitos gerenciais sobre a falta de autonomia, carência de diálogo com os colegas e o convívio diário com o sofrimento e o óbito (BONFADA et al., 2018).

Várias instituições não têm estratégias sistematizadas para inserir programas de educação permanente, no qual contribuiria para o desenvolvimento da competência, assim sendo, isso se torna um aspecto dificultoso para o desempenho da liderança gerando preocupação de como o enfermeiro aplicaria os planos de cuidado com relação a assistência para pacientes de alta complexidade. Outra problemática são as normas que limitam o trabalho dentro das instituições (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

De modo geral, os obstáculos que o enfermeiro acaba enfrentando se apresentam muitas vezes pelas lacunas em sua formação acadêmica a respeito do gerenciamento, ainda que a graduação de enfermagem siga diretrizes curriculares próprias, envoltas à gestão. Enfermeiros recém-graduados apresentam mais experiências conceituais, do que a iniciativa de tomada de atitudes em si, onde os embasamentos teóricos acabam não sendo suficientes para se aprender e executar o gerenciamento no dia a dia, ficando para ser entendida na prática. Porém é muito importante que se chegue ao mundo do trabalho embasado nesse conjunto de habilidades e conhecimentos (FERREIRA et al., 2019).

Ao finalizar a graduação, o profissional enfermeiro se depara com o desafio de liderar uma equipe, que na maioria das vezes é mais experiente, assim é necessário que o enfermeiro se revista de conhecimento para gerir a assistência e criar um bom vínculo com seus subordinados, gerando um trabalho seguro e com qualidade (BALSANELLI et al., 2018).

É evidenciado que a inexperiência é causa do despreparo do enfermeiro em decorrência das situações de liderança (AMESTOY et al., 2017).

A liderança é uma construção profissional e pessoal que requer do líder a capacidade de lidar com as muitas adversidades que o campo de trabalho impõe. Todavia, nessa realidade os enfermeiros são expostos a situações desafiadoras, o que ocasiona um trabalho estressante e desencoraja os profissionais a assumirem cargos gerenciais (CARLOS et al., 2019).

Apesar de o enfermeiro reconhecer a notoriedade do desenvolvimento de habilidades ligadas à liderança, em algumas situações como entraves organizacionais, as grandes demandas e a falta de apoio dos seus superiores geram uma desestimulação nessas práticas (CARLOS et al., 2019).

É evidente que o profissional enfermeiro segue regras impostas por superiores, o que limita o seu poder gerencial (CUNHA, 2018).

A hierarquia é entendida como a relação entre líderes e liderados, ou seja, problemáticas voltadas às ações, orientações, delegações e também o saber ouvir os participantes da coletividade (AMESTOY et al., 2017).

Alguns empecilhos para uma boa atuação como líder, muita das vezes se dá pelo sistema no qual o enfermeiro trabalha, na sobrecarga do mesmo e as fragilidades no planejamento das atividades (SCOFANO et al., 2019).

Os principais elementos citados como barreiras do desenvolvimento da liderança foram questões de gênero, perspectivas restritas, empecilhos profissionais e contratuais, estrutura organizacional e organograma, constantes alterações no ambiente de trabalho, ritmo acelerado, falta de apoio institucional e jovialidade, que na maioria das vezes se associa com a inexperiência profissional (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

Se ressalta o desprovimento de investimentos no desenvolvimento da liderança na enfermagem (AMESTOY et al., 2017).

Há pouco investimento na capacitação dos trabalhadores, com isso não se atinge uma boa qualidade no cuidado (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Outra problemática é entre o processo de integração, gestão e assistência. Onde se aponta a necessidade de modificar a assistência gerencial do enfermeiro direcionando a gestão para modelos mais democráticos e humanizados, levando em conta as primícias da administração atual, pois os princípios do modelo de gestão clássico não suprem mais as exigências das instituições de saúde, no entanto ainda permanecem em uso, podendo causar mais conflitos entre os trabalhadores (CUNHA, 2018).

Vários enfermeiros exercem muitas funções e desta forma se vêm sobrecarregados, o qual provoca cobranças da gestão, interferindo na aplicação da liderança transformacional (MORAES et al., 2022).

A insatisfação desses profissionais está associada à dimensão política que os envolve, relacionada principalmente à limitações na autonomia e liderança (CARLOS et al., 2019).

A autonomia foi abordada como um grande desafio, relacionada com o trabalho em equipe e conceitos de gênero. Questões políticas e de governabilidade limitadas também são apresentadas como influenciadoras da autonomia e tomada de decisões (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

A falta de autonomia também está conectada com a falta de conhecimento no campo de atuação, exaustão de trabalho, déficit de serviços de apoio à assistência, iniciativas de educação continuada ineficientes, escassez de tempo, carência de atualização constante e ausência de oportunidades para debater com os profissionais as problemáticas e cuidados essenciais para o cliente, como também o pouco envolvimento em decisões administrativas. (BONFADA et al., 2018).

A autonomia e demais relações positivas otimizam o trabalho em equipe. No entanto, a maior dificuldade do desenvolvimento da liderança é a autonomia na tomada de decisões, e a falta da mesma é um quesito que dificulta a criação de laços, por conseguinte, o trabalho em equipe, que está diretamente relacionado com desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores que por consequência se concretiza na assistência do cuidado ao paciente (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

O enfermeiro gestor, no âmbito hospitalar, além da parte gerencial, também executa práticas assistenciais, porém muita das vezes ele não consegue a autonomia, seja por conflitos interpessoais, rotatividade da equipe, fatores políticos e falta de insumos (CUNHA, 2018).

A rotatividade é capaz de afetar os vínculos no trabalho e consequentemente as atividades em si, também pode contribuir para a geração de conflitos, dado que o remanejamento constante dos colaboradores interfere nas relações dos profissionais, pois o trabalho em

equipe se ancora na união e em objetivos comuns e claros (AMESTOY et al., 2017).

O trabalho em equipe se relaciona com as dificuldades que as enfermeiras possuem em posições estratégicas de liderança no desempenho de ações empreendedoras, sendo uma associação entre fatores de gênero e falta de autonomia. É exigido elevados níveis de desempenho institucional destas trabalhadoras que ocupam cargos estratégicos de liderança, no qual antagonicamente desfrutam da pouca credibilidade e autonomia, impedindo o desenvolvimento de atividades empreendedoras. É apontado outro desafio para os enfermeiros que é o desenvolvimento da inteligência emocional, pois é uma ferramenta eficiente para alcançar uma gestão satisfatória (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

Sofrimentos psíquicos e algumas fragilidades no trabalho do enfermeiro interferem diretamente no desenvolvimento da sua autonomia, onde essas debilidades estão associadas a sobrecarga de trabalho, a organização e estrutura administrativa e déficit de funcionários (BONFADA et al., 2018).

O estresse ocupacional é uma dificuldade enfrentada pelos trabalhadores, assim, se torna um desafio gerencial para as unidades; esse problema está conectado às reações dos colaboradores frente às pressões e exigências do trabalho e que muitas das vezes esses profissionais não têm conhecimento suficiente para lidar com as situações, diante disso é gerado estresse (CUNHA, 2018).

A inteligência emocional é uma dificuldade para os enfermeiros com relação a pressão exercida, escassez de tempo e pessoal insuficiente, impedindo que esses profissionais se tornem líderes hábeis (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

Há convergências entre a descrição dos entendimentos de como gerenciar a assistência, de como relatam as ações que desenvolvem, de como é feito o cuidado direto ao cliente, a avaliação da assistência, os procedimentos realizados pelo profissional enfermeiro e as adequações necessárias para a prestação dos serviços e protocolos da instituição. A assistência ao cliente, como modo de gerenciamento da assistência, é destaque no relato de enfermeiros (MORAES et al., 2022).

Outro grande desafio é a diferente percepção dos enfermeiros sobre a dicotomia assistência e gerência. Com várias interpretações sobre a temática, uma parte dos profissionais entende que o cuidado e o gerenciamento são inseparáveis, já o outro grupo enxerga o gerenciamento como um distanciamento do cuidado direto (FERREIRA et al., 2019).

É apresentado um relacionamento dialético entre o cuidado e a gerência. Logo a equipe de enfermagem tem a obrigação de se dispor de competências, garantindo o rigor técnico-científico ao cuidado e tendo o enfermeiro como líder (MORAES et al., 2022).

Essa divisão do trabalho (assistencial e gerencial) é reforçada quando as instituições restringem as atividades gerenciais apenas a

dimensão administrativa, onde o cuidado direto acaba não conseguindo ocupar espaço cêntrico no exercício profissional do enfermeiro, pois mesmo que esse trabalhador queira, com metas e interesses em executar a clínica do cuidado, são incapazes de dispor o tempo adequado para as questões administrativas. Assim, a função administrativa acaba se perdendo e não buscando a finalidade, que é o cuidado ser realizado com qualidade (FERREIRA et al., 2019).

A profissão de enfermagem envolve múltiplos processos na visão do cuidado, educação e pesquisa, gerenciamento, todavia os profissionais fragmentalizam o trabalho, ora assistência e ora gerência. Gerenciar e assistir são atos corriqueiros para os bacharelados em enfermagem, principalmente no ambiente hospitalar. O cuidar e o gerenciar devem ser unificados, mas ainda existe dificuldade em entender esse conceito, com isso há a compartimentalização das ações pelos profissionais (MORAES et al., 2022).

Historicamente, essa separação procede do processo formativo, que enfatiza a valorização da destreza manual e das habilidades técnicas, com a divisão das atividades teóricas das práticas nos cursos de graduação, desprezando o conhecimento psicossocial (CARVALHO et al., 2021).

Grande parte dos enfermeiros compreende que o gerenciamento e o cuidado estão interligados, visto que um completa o outro, atuando no planejamento da assistência com o intuito de otimizar o cuidado ofertado para o paciente. Alguns não reconhecem essa relação (MORAES et al., 2022).

Um conceito apresentado que se torna desfavorável para os enfermeiros assistenciais é a falta de aproximação com os diretores de enfermagem para a resolução de problemáticas, diferentemente dos enfermeiros gerenciais que tem uma acessibilidade maior com os superiores para solucionar problemas. Isso influencia o envolvimento dos enfermeiros assistenciais na tomada de decisão em processos determinantes, voltados para a assistência direta, gerando uma desestimulação para esses líderes assistenciais que almejam assumir posições gerenciais (CARLOS et al., 2019).

Nos dias atuais os profissionais são expostos constantemente à realização de tarefas nas quais não foram treinados, exigindo destes estar sempre em adaptação ao trabalho, pois há uma alta competitividade nas organizações, o que traz diminuição de produtividade e insatisfações (BONFADA et al., 2018).

Onde todos esses pontos devem ser superados pelo enfermeiro enquanto líder e gerenciador do exercício da enfermagem no âmbito hospitalar, sendo essa desenvoltura profissional um processo árduo e de construção contínua (FERREIRA et al., 2019).

## **Soluções para que o enfermeiro exerça a liderança**

Entender e gerir um sistema de saúde que abrange mais de 200 milhões de brasileiros é algo desafiador que requer determinação e

comprometimento. O enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem precisa adquirir conhecimento teórico e vivências práticas para gerenciar o cuidado juntamente com sua equipe. O enfermeiro como gerente da assistência, deve ter a capacidade de analisar, identificar e conduzir as relações interpessoais de trabalho que afetam positivamente na assistência prestada à população (CUNHA, 2018).

Uma forma de enfrentar a complexidade dos muitos desafios do ambiente de trabalho é empreender a integração dos profissionais da equipe, em busca de melhores resultados (FERREIRA et al., 2019).

“O futuro da profissão está associado à busca por qualificação científica, teórica e prática, para que se supere lacunas gerenciais nas organizações hospitalares.” (FERREIRA et al., 2019, p. 10).

A ligação entre prazer/sofrimento no trabalho pode ser minimizada ao se levar motivação e reconhecimento a cada um dos profissionais, propiciando o prazer de trabalhar e assistir os pacientes (BONFADA et al., 2018).

É orientado a alocar tempo e recursos regulares para aumentar o engajamento do pessoal de enfermagem, assim potencializar e aplicar a inteligência emocional nesses trabalhadores (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

Existem vários instrumentos para medir o Índice de Satisfação Profissional (ISP) voltados para a equipe de enfermagem no ambiente de trabalho, alguns deles são: Requisitos do Trabalho, Remuneração, Normas Organizacionais, Autonomia, Status Profissional e Interação. O contentamento no ambiente de trabalho se dá também pelas ações desenvolvidas, recompensa financeira e tomada de decisão. Todavia, o déficit de reconhecimento do profissional e a dificuldade na relação interpessoal influenciam para a sua insatisfação (BONFADA et al., 2018).

O prazer em gerenciar só é possível em ambientes onde usar a potencialidade, harmonia, competência, individualidade, habilidade, solidariedade, crenças e diálogo são viáveis. Onde o gerenciamento da assistência em enfermagem está ligado às finalidades do cuidar, sendo um instrumento auxiliador no desenvolvimento do planejamento de tarefas. (FERREIRA et al., 2019).

É ressaltado o desenvolvimento de atividades nas instituições hospitalares voltadas para a educação continuada, valorização profissional e a autonomia, para elevar a satisfação no ambiente de trabalho dos profissionais enfermeiros (BONFADA et al., 2018).

Em relação ainda, aos fatores de sofrimento e prazer do enfermeiro gerencial, é proposto uma maior atenção na graduação em enfermagem, visando reforçar o desenvolvimento de atividades de gerenciamento, principalmente em detrimento ao trabalho em equipe e resolução de conflitos. Foi considerado que a formação de enfermagem, através de visões integradoras, deve levar mais em conta as competências de gestão (principalmente a liderança, o trabalho em equipe e a comunicação efetiva) e



as competências específicas (gestão dos cuidados e qualidade), considerando também o domínio tecnológico e científico (FERREIRA et al., 2019).

É indispensável a atualização do ensino acadêmico de enfermagem, enfatizando a abordagem de inovações no gerenciamento do cuidado, trabalho em equipe, educação e promoção em saúde, liderança e demais habilidades exigidas no campo de trabalho profissional, distanciando a visão assistencial da prestação de cuidados rígidos e centrados somente na doença (CARVALHO et al., 2021).

É necessário esforço coletivo na averiguação de ferramentas teóricas e práticas que possam aprimorar a graduação/pós-graduação de enfermagem capazes de assegurar esse enfermeiro em sua prática diária, envolvendo a capacidade de torná-lo gerente em seu contexto profissional, sem deixar de contemplar a abundância de atitudes e habilidades que serão desenvolvidas no desempenho cotidiano. Sendo interessante que os cursos de graduação em enfermagem se atentem ao desenvolvimento de tarefas gerenciais, relacionadas principalmente ao trabalho em equipe, gerenciamento de conflitos, conceituação e desenvolvimento de competências, liderança e compromisso ético, com visões integradoras (FERREIRA et al., 2019).

Na graduação de enfermagem é preciso maior estímulo em relação a aproximação entre os participantes das equipes e a criação de vínculos, buscando facilitar o processo de comunicação e aumentar o sentimento de valorização (AMESTOY ET AL., 2017).

Os enfermeiros recém-formados acabam desenvolvendo mais abordagens referentes a desenvolver habilidades e conhecimentos, do que atividades gerenciais. Assim, é essencial que as instituições de graduação proporcionem situações de ensino-aprendizagem que levem a obtenção de conhecimentos que possam fundamentar as atitudes necessárias para implantação no mercado de trabalho (FERREIRA et al., 2019).

Na formação de enfermagem e na pós-graduação, é importante ter clareza a respeito dos tipos de lideranças. Desta forma os docentes têm uma percepção sobre o possível desenvolvimento dos discentes como futuros líderes. (BALSANELLI et al., 2017).

A satisfação no trabalho varia em relação a liderança desempenhada e aplicada. A escolha correta do tipo de liderança influencia diretamente na relação entre os liderados e os seus líderes (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

É imprescindível que os profissionais gestores assumam um modelo compatível com a unidade e suas práticas. A liderança autêntica e a liderança transformacional fornecem possibilidades de escolha. Os estudos apresentam instrumentos de medidas, que possibilitam otimizar o mapeamento dos tipos de liderança dos enfermeiros e adquirir estratégias de desenvolvimento individual (BALSANELLI et al., 2017).

A autenticidade da liderança pelos coordenadores de enfermagem gera uma maior autoconsciência, onde os subordinados notam mudanças positivas com esse tipo de comportamento dos coordenadores (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

É fundamental que estimule os pesquisadores em liderança em enfermagem, para testar, propor e validar modelos que se ajustem às variadas realidades mundiais e desenvolver metodologias de pesquisa que norteiam os coordenadores sobre a mais benéfica opção a ser utilizada nos serviços. Essas evoluções são necessárias para operacionalizar a gestão, aplicando as pesquisas nos ambientes de trabalho. (BALSANELLI et al., 2017).

Para que aconteça o desenvolvimento da liderança, é requerido mais investimentos em estudos e pesquisas sobre essa temática, aliando a reflexão e o ensino científico à prática na graduação de enfermagem, haja visto que as instituições também devem apoiar profissionais de enfermagem, apresentando estratégias para estimular constante reflexão e aprimoramento da competência liderança, como oferecer educação continuada e permanente (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

O uso de instrumentos de medida são potenciais para melhorar o mapeamento dos tipos de liderança dos profissionais enfermeiros, assim como adotar estratégias de desenvolvimento individual, com objetivos a serem alcançados. Logo, estimulando o desenvolvimento da competência liderança (ASSONI; LOURENÇO; SILVA, 2021).

A educação e o desenvolvimento de comportamentos de liderança enfocam o aumento do conhecimento, conscientização e as técnicas dos indivíduos (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

Profissionais qualificados, ambientes de trabalho com adequada infraestrutura e equipe com integração multiprofissional favorecem a apresentação de líderes capacitados para a articulação de aspectos externos e internos ao serviço, de maneira coerente com as situações complexas apresentadas no âmbito hospitalar (CARLOS et al., 2019).

É necessário que o enfermeiro líder desenvolva ações de liderança que estimule diretamente a atividade do liderado, como: demonstrar sentimentos bons e motivar positivamente as pessoas; prestar apoio permitindo que o grupo se desenvolva; falar o que os colaboradores devem fazer, dando exemplos dos princípios que acreditam; motivar e mostrar o valor da equipe para que cada um se responsabilize, buscando crescimento; desafiar as práticas convencionais e estimular mudanças e inovação (GUIGUER; PINTO; LUIZ, 2020).

Cabendo às instituições a estimulação de programas de formação da liderança, buscando integrar o ensino ao serviço, que alavanca melhorias na prática profissional e na cultura organizacional (AMESTOY et al., 2017).

Em seu dia a dia o enfermeiro encontra diversos obstáculos, que podem ser amenizados com o uso de ferramentas estratégicas. Entre alguns meios que os enfermeiros líderes usam está a comunicação, onde

estabelecer relações baseadas no diálogo pode ajudar o enfermeiro a gerenciar os conflitos nos serviços de saúde de maneira mais produtiva, refletindo no trabalho em equipe (AMESTOY et al., 2017).

A comunicação é primordial para a execução das tarefas do líder, sendo uma ação de capacitação que propicia a transformação de ideias em execução, é necessário que seja constante, sistemática e integrada à organização, por meio de atributos verbais e não verbais. A não presença dos liderados no processo decisivo da estrutura organizacional formal pode influenciar a comunicação, onde o líder tem que ter exímia influência e articulação sobre os mesmos (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

“[...] o processo de comunicação horizontalizado aproxima os profissionais de saúde dos pacientes e familiares, facilitando a construção de relações terapêuticas” (AMESTOY et al., 2017, p. 2).

A comunicação no âmbito hospitalar apresenta complexidade de informações técnicas, em atividades como a evolução de enfermagem e na troca de plantão, é imprescindível que esta seja passada de forma nítida e clara, para que a assistência seja realizada com total qualidade (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

O diálogo é uma estratégia que pode facilitar o exercício da liderança e a prática profissional do enfermeiro em sua multiplicidade de deveres, ações e responsabilidades. A autenticidade do diálogo auxilia nas relações interpessoais, levando a consciência da relevância de seu papel social e favorecendo o sentimento de valorização (AMESTOY et al., 2017).

Todas as habilidades desenvolvidas são relevantes, no entanto o dar e receber feedback e a comunicação estão diretamente relacionados; na qual uma boa comunicação na realização de feedback pode trazer resultados certos, já que a comunicação é essencial e faz parte do dia a dia de todos que vivem em sociedade (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Enfermeiros maduros e preparados para exercer a liderança conseguem conduzir os relacionamentos interpessoais. É importante que a liderança seja pautada pelo diálogo, onde a autonomia é potencializada, as relações são horizontalizadas e há a valorização dos integrantes da equipe, ajudando na implementação da assistência do cuidado e na tomada de decisão (AMESTOY et al., 2017).

O profissional enfermeiro tem como responsabilidade desempenhar o papel de líder da sua equipe, sendo flexível, crítico e reflexivo, estando aberto à comunicação. Para gerenciar a assistência de enfermagem é requerido um olhar holístico que integre a tudo e todos, buscando as singularidades e articulação entre as partes, estando ciente do processo de gerenciamento do cuidado como ser vivo dinâmico, com contradições e incertezas. (MORAES et al., 2022).

O processo de trabalho é baseado em normas e rotinas próprias das unidades hospitalares nas áreas de assistência e gerência, objetivando a autonomia do profissional (BONFADA et al., 2018).

O uso de protocolos pela equipe de enfermagem em seu processo de trabalho assegura confiança aos trabalhadores por normatizar os procedimentos, no qual são elaborados sistematicamente para fornecer auxílio no manejo de uma problemática de saúde, assim como em outros tipos de intercorrências que possam acontecer com os clientes (BONFADA et al., 2018).

É esperado do enfermeiro atitudes, habilidades e conhecimentos, para que a liderança seja desempenhada prontamente (GUIGUER; PINTO; LUIZ, 2020).

Outra ferramenta que é apresentada como recurso técnico são os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), que auxiliam para uma prática de enfermagem segura e de qualidade dispondo de informações fidedignas para a continuidade da assistência. O desenvolvimento de capacitações e protocolos são respaldos legais para os enfermeiros e trazem visibilidade da autonomia do profissional. (BONFADA et al., 2018).

O líder contemporâneo deve ter como princípios, encorajar o apoderamento dos valores da organização, estando em constante sincronia com a instituição, incentivando o autogerenciamento, tendo agilidade e iniciativa para tomada de decisões complexas, e assumindo as atribuições no desenvolvimento do trabalho. Esses fatores colaboram na tomada de decisão, algo que na organização tradicional é realizado somente pelos diretores (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Muitos enfermeiros gestores gostariam de executar atividades assistenciais, porém devido a falta de tempo, muitas das vezes, não é possível realizar essas ações, portanto alguns pontos a serem refletidos são as atividades rotineiras e quais devem ser as prioridades (FERREIRA et al., 2019).

Quando se rompe a dicotomia assistencial surgem novas oportunidades de administração, oferecendo um cuidado mais qualificado. Para tal feito, se torna indispensável esclarecer os conflitos que existem no ser humano juntamente com seu cargo de gerência, voltados à reflexão e realização da gestão do cuidado (CARVALHO et al., 2021).

Os enfermeiros apresentam alguns fatores que são favoráveis para o gerenciamento do cuidado como quantidade adequada de materiais disponíveis, recursos humanos, união e comprometimento entre os enfermeiros e equipe, assistência prestada de forma correta, humanizada e dedicada (MORAES et al., 2022).

O correto seria encontrar o equilíbrio no desenvolvimento das funções, buscando oferecer uma gestão democrática e eficiente, exercendo um cuidado humanizado, holístico e individualizado ao cliente. Esse equilíbrio é apresentado como um paradigma de enfermagem que vem sendo estruturado e chamado de gerenciamento do cuidado (CARVALHO et al., 2021).

É necessário refletir quanto às ações gerenciais administrativas e burocráticas na relação com o cuidado de enfermagem, para que o

enfermeiro não se distancie do cliente e do alicerce do cuidado, para não se tornar apenas administrador de processos, ferramentas e recursos humanos (FERREIRA et al., 2019).

Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, cabe aos gestores, de acordo com a determinação da legislação brasileira, a elaboração da política de equipamentos, medicamentos, imunobiológicos e demais insumos de utilidade para a saúde. (MORAES et al., 2022).

Os enfermeiros, quanto líderes, sempre que requisitados pelos liderados, apresentam disposição em desenvolver e auxiliá-los, seja para ajuda em atividades, dicas ou mudanças em processos operacionais (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Os profissionais enfermeiros vêm sinalizando a necessidade de alteração no fluxo de atendimento dos pacientes, reorganização do sistema de saúde no atendimento às urgências hospitalares, ampliação da estrutura física e elaboração de capacitações sobre gerenciamento (FERREIRA et al., 2019).

As tarefas que incorporam valor fazem com que o serviço seja mais valioso para o paciente, por exemplo, quando a equipe de enfermagem administra o medicamento no paciente. As atividades que são essenciais, mas não acrescentam valor, onde o paciente não contempla a atividade, contudo elas são necessárias, por exemplo, o preparo de uma medicação pelo serviço de enfermagem para somente depois ser administrado. Os afazeres que não incorporam valor, como a má gestão de estoques ou quando os medicamentos não estão dentro da sua data de validade (SILVA et al., 2019).

O valor do líder está diretamente relacionado aos resultados, ao compartilhamento das concepções com os subordinados que proporciona lealdade com a instituição e sentimentos interpessoais, se tornando um agente que favorece o entendimento sobre a execução da sua função, espírito de equipe e trabalho, sendo facilitador no consenso em detrimento às metas, incentivando a ética e diminuindo o desgaste e a tensão mediante às situações adversas (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Utilizar estratégias no processo de gerenciamento como, estabelecer indicadores de qualidade na assistência, usufruir de reuniões para discussões e explanações, dimensionar corretamente os profissionais de enfermagem e desenvolver um sistema de informações sobre os temas de necessidade otimizam os serviços. (MORAES et al., 2022).

Os enfermeiros carecem de acompanhar os avanços sociais, se esforçando em busca de saberes e conhecimentos, possibilitando novas trajetórias e buscando fazer com que atributos, competências e conhecimentos usados no trabalho, sejam capazes de gerar valor econômico. Onde reformular os conceitos poderiam mudar atitudes e comportamentos, para desenvolver uma forma de pensar nova, a fim de que a sabedoria individual resulte em conhecimento coletivo, promovendo ações integradas (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

As atividades gerenciais diversificam conforme a unidade, objetivando assegurar a qualidade da assistência e sendo responsável pelo cuidado do enfermeiro. Para que ocorra a efetividade do processo de trabalho com qualidade no cuidado e nos serviços, o enfermeiro tem que assegurar a educação da equipe, a organização da unidade e o planejamento das atividades (FERREIRA et al., 2019).

Os enfermeiros não conseguem uma atenção individualizada para cada liderado, porém o compartilhamento das responsabilidades e decisões já é um fator muito importante para que as metas e objetivos sejam alcançados (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

Estratégias de treinamentos e workshops são ótimas ferramentas de treinamento multifacetado interativo, que otimizam o desenvolvimento da competência liderança dos enfermeiros. Para diminuir o estresse e ações que provocam conflitos no trabalho com os seus superiores, os supervisores devem efetuar treinamentos de gerência em conflitos, pois essas divergências prejudicam o bem-estar interpessoal e as atividades no trabalho ficam menos positivas e produtivas (LANZILLOTTI; SCOFANO; VALENTE, 2019).

O exercício gerencial nos hospitais acaba sendo influenciado pelos conflitos manifestados nas relações interpessoais. Dirigir os conflitos vêm se mostrando o principal movimento dos enfermeiros gerentes. Sendo, o melhor a se fazer observar os movimentos dos participantes, ponderar, ter ciência e articular sustentação. A equipe precisa se sentir coparticipante dos processos, a integração com as atividades do enfermeiro gerente tem potencial para levar a sustentação e solidariedade de atuação desses profissionais (FERREIRA et al., 2019).

As equipes trabalham de forma mais acertada quando se tem o compartilhamento da utilização das habilidades complementares e dos encargos de liderança, o que gera maior desempenho coletivo, estimulado pelo líder (AHRENS; FRANCISCO; MOCELIM, 2020).

As informações clínicas sobre o paciente são essenciais para realizar a avaliação do estado de saúde do mesmo, assim efetuando também a tomada de decisão a respeito de qual plano de cuidado utilizar. Para isso se faz necessário o aumento do acesso aos registros efetuados, por meio da partilha e integração dos mesmos. A interoperabilidade dos registros de saúde nos sistemas eletrônicos deve levar à melhora na qualidade e na segurança da assistência prestada, tal como promover informações atualizadas e pertinentes aos usuários e profissionais, garantindo o respeito através das normas de proteção da confidencialidade e dos dados pessoais (MONTEIRO et al., 2022).

A carreira gerencial vem trazendo ascensão ao enfermeiro nas organizações de saúde, vista como uma forma de bonificação, ou reconhecimento da contribuição da pessoa para com a organização. Hoje, para sobreviver ao mercado de trabalho é necessário garantir o trabalho em equipe, que vem se mostrando demasiadamente importante, já que promove

a integração da equipe em busca de melhores resultados (FERREIRA et al., 2019).

O uso de um sistema de informações compartilhadas promove vantagens para o profissional, cuidador e cliente, pois gera a boa comunicação entre eles sobre o estado de saúde, aumenta a adesão ao plano de tratamento e comportamentos saudáveis. Logo é incontornável e desejável que as informações clínicas estejam disponíveis ao próprio cliente e ao profissional de saúde de maneira adequada e em todos os momentos e locais de prestação de cuidados de enfermagem. O compartilhamento do sistema de informações deve ter o acesso em tempo útil e ser seguro, oferecendo proteção e privacidade dos dados, aumentando a confiança do paciente (MONTEIRO et al., 2022).

O enfermeiro, que é líder da equipe de enfermagem, precisa trabalhar suas competências, em prol da potencialização de suas habilidades, necessárias para administrar a comunicação, desempenhar a liderança e desenvolver uma atmosfera de apoio favorável à liderança no trabalho (GUIGUER; PINTO; LUIZ, 2020).

Com o intuito de diminuir desperdícios, mas atender as carências dos pacientes, a equipe de enfermagem e o hospital necessitam definir as tarefas que agregam valor, as que são importantes, mas não agregam valor e as atividades que não acrescentam valor (SILVA et al., 2019).

Houve um estudo que revelou que para os profissionais enfermeiros é mais satisfatório ter a remuneração, já a autonomia é considerada a condição de menor importância. Mas em outros estudos é notório a satisfação em relação à autonomia, apontada pelos enfermeiros. Vale ressaltar que individualmente cada profissional gosta de realizar uma atividade, produzindo a sensação de sentir-se útil quando presta o cuidado/assistência que gosta no ambiente de trabalho (BONFADA et al., 2018).

A vários princípios para uma produção enxuta, ou seja, sem desperdícios, dentre eles está definir o que é valor para o paciente e reconhecer o fluxo de valor, que se trata de identificar na sequência de atividades e operações quais agregam valor e quais não agregam valor à produção de serviços; estabelecer um fluxo contínuo e produzir apenas quando for requerido pelo cliente, para não gerar paradas (SILVA et al., 2019).

É preciso acontecer a correção da parte financeira juntamente com outras irregularidades para ter progresso na área da saúde pública, e para que isso aconteça se faz necessário a abordagem dos problemas para detalhar os cenários, averiguar as possibilidades mais concretas e viáveis para otimizar o sistema de saúde e apresentar subsídios para que o enfermeiro gerenciador consiga desenvolver seu trabalho de uma melhor maneira. (CUNHA, 2018).

É apresentaram sete tipos de desperdícios exemplificados na área de saúde: esperas (aguardar o médico realizar o diagnóstico), superprodução (monitorizar o cliente além do que foi prescrito), movimentação e transporte

excessivo (de medicamentos ou pacientes decorrente ao layout do hospital insatisfatório), defeitos (fazer a errônea administração de medicamentos), processamento inapropriado (como prescrever antibacterianos para inflamações) e inventários desnecessários (esperar longos períodos para obter os resultados de exames). Existem dois novos tipos de desperdícios, a re-priorização, que se refere a iniciar uma nova atividade sem que tenha finalizado a anterior, e a inutilização das virtudes dos trabalhadores, usando as pessoas como operadoras ao invés de especialistas em processos (SILVA et al., 2019).

O apoio e suporte psicossocial na saúde mental dos profissionais promove a prevenção, promoção e a reabilitação dos transtornos mentais, logo é importante que ocorra com toda a instituição e equipe. O suporte psicossocial contribui com o sentimento de pertencer a um contexto, envolvendo a reciprocidade, gerando também, o bem-estar psíquico, a valorização do eu e elevando os níveis de autoestima (MOREIRA, LUCCA, 2020).

Um avanço importante na área de saúde mental é o teleatendimento, com a psicoterapia e os serviços de Telessaúde e Telemedicina. O suporte psicossocial para a enfermagem é importante pois preserva saúde desses profissionais a curto e longo prazo, nos momentos e situações estressantes (MOREIRA, LUCCA, 2020).

Um exemplo de ação implantada foi um canal de apoio ininterrupto, através de um chat on-line, gerido por enfermeiros especialistas em saúde mental, para todos os profissionais de Enfermagem que precisassem de ajuda emocional, disponibilizado em março de 2020, pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Outros serviços de suporte psicológico são ações psicoeducativas, por meio de plataformas com guias informativos, áudios, vídeos (aulas), cartilhas virtuais, manuais, ebooks, softwares, contas de WhatsApp e Instagram, proporcionados por conselhos e grupos de psicólogos voluntários, além de plantões psicológicos feitos em hospitais universitários (TOESCHER et al., 2020).

Assim, o enfermeiro tem que usar da criatividade e competência para trabalhar e desta forma oferecer aos pacientes um bom atendimento (MORAES et al., 2022).

O futuro da enfermagem está na qualificação teórica, prática e científica, para preencher os vácuos administrativos nos hospitais (FERREIRA et al., 2019).

Buscando sempre por melhorias, em compromisso com a perfeição, assim permitindo infinitas possibilidades aos ambientes hospitalares (SILVA et al., 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que este estudo contribui para o desenvolvimento e exercício da competência de liderança exigida aos enfermeiros, no



gerenciamento de enfermagem, nas unidades hospitalares. Visto que há diversos desafios e dificuldades enfrentados pelo enfermeiro para alcançar êxito no gerenciamento de sua equipe, sendo a falta de conhecimento sobre o exercício e desempenho da liderança uma grande barreira no trabalho diário.

Nos artigos revisados foram encontrados os desafios e estratégias voltados à falta de conhecimento e dominância sobre o liderar na enfermagem que mais se destacam na atualidade.

Contudo, este estudo ampara os enfermeiros que exercem sua profissão no âmbito hospitalar a desempenhar seu papel de líder de uma maneira assertiva e coerente, mediante estratégias apresentadas, suprimindo as necessidades dos seus colaboradores e pacientes, na assistência direta e indireta.

É proposto que as pesquisas sobre liderança na enfermagem, que são voltadas para as competências que envolvem o processo de trabalho do enfermeiro e os desafios encontrados, sejam mais difundidas, principalmente relacionadas a aplicação de estratégias reais que possam ser implantadas no campo hospitalar. Onde se faz necessário desenvolver também a prática da liderança mais ativamente na graduação. Buscando alcançar os resultados profissionais e pessoais, além de conscientizar sobre a importância de ser um enfermeiro líder.

## **REFERÊNCIAS**

AMESTOY, Simone Coelho; OLIVEIRA, Anelise Freitas Lins de; THOFEHRN, Maira Buss; et al. Contribuições freirianas para entender o exercício da liderança dialógica dos enfermeiros no ambiente hospitalar. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 38, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rngen/a/ShGyppdxmhChVHJKDcCdw9r/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

BALSANELLI, Alexandre Pazetto; DAVID, Daiane Rossi; FERRARI, Thais Guglielminetti. Liderança do enfermeiro e sua relação com o ambiente de trabalho hospitalar. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 31, n. 2, p. 187–193, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/WswySK8LwH64cd5Sp6kmJWD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 out. 2022.

BALSANELLI, Alexandre Pazetto. Liderança em enfermagem: Desafios e possibilidades. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 30, n. 1, p. 3–4, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/QSS3bWHftZg4dvrwm79Gzpm/?lang=pt#:~:text=O%20mercado%20de%20trabalho%20tem,no%20contexto%20do%20s%C3%A9culo%20XXI.>>. Acesso em: 12 set. 2022.

BONFADA, Mônica Strapazzon; MOURA, Lenize Nunes; SOARES, Sabrina Gonçalves Aguiar; et al. Autonomia do enfermeiro no ambiente hospitalar. *Enfermagem Brasil*, v. 17, n. 5, p. 527, 2018. Disponível em: <<https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/1503>>. Acesso em: 23 out. 2022.

CARLOS, Ana Maria Martins; KUIAVA, Isabel Berns; NOGUEIRA, Marcello Maciel; et al. Liderança no ambiente hospitalar: diferenças entre enfermeiros assistenciais e enfermeiros gerentes. *Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 6, 2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2900>>. Acesso em: 07 set. 2022.

CARVALHO, Gyl Dayara Alves de; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; ESTRELA DE ALBUQUERQUE, Saemmy Grasiely; et al. Gerenciamento do cuidado de enfermagem na assistência hospitalar. *Teoria e Prática em Administração*, v. 11, n. especial, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/57277>>. Acesso em: 19 out. 2022.

CUNHA, Giselly de Holanda. Gerenciamento e liderança na prática dos enfermeiros como gestores hospitalares. 2018. 25f. Monografia (Graduação) - Curso de Especialização em Gestão em Saúde, Instituto de Ciências da Saúde - ICS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2424>>. Acesso em: 07 set. 2022.

FERRACIOLI, Gabriela Varela; DE OLIVEIRA, Rosana Rosseto; DE SOUZA, Verusca Soares; et al. Competências gerenciais na perspectiva de enfermeiros do contexto hospitalar. *Enfermagem em Foco*, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2254>>. Acesso em: 13 out. 2022.

FERREIRA, Victor Hugo Souto; TEIXEIRA, Veronica Modolo; GIACOMINI, Márcia Aparecida; et al. Contribuições e desafios do gerenciamento de enfermagem hospitalar: evidências científicas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 40, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/bNCNmx8B8fZFYwZfCG9WLm/?lang=pt>>. Acesso em: 02 set. 2022.

GOMES, Rafael; BELARMINO, Adriano da Costa; PINHO, Cleiton Machado; et al. Liderança em enfermagem hospitalar: Percepção de enfermeiros gestores. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, p. e35410917890,

2021. Disponível em:  
<<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17890>>. Acesso em: 28 set.  
2022.

GUIGUER, Guilherme Pepe; PINTO, Mary Cristina Ribeiro Lacôrte Ramos; LUIZ, Marcela Tavares. Liderança do enfermeiro: múltiplos olhares sobre o tema. *J Health Sci Inst.* 2020; 38(3):226-31. Disponível em:  
<[https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2021/05/09V38\\_n3\\_2020\\_p226a231.pdf](https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2021/05/09V38_n3_2020_p226a231.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2022.

LEAL, Laura Andrian; SILVA, Aline Teixeira; IGNÁCIO, Daniela Sarreta; et al. Competências gerenciais e estratégias de ensino para estudantes de graduação em enfermagem: visão de docentes. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 12, p. e34, 2022. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/67133>>. Acesso em: 13 out. 2022.

LEAL, Laura Andrian; SOARES, Mirelle Inácio; BEATRIZ, Silva; et al. Competências clínicas e gerenciais para enfermeiros hospitalares: visão de egressos de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn*, v. 71, p. 1514–1421, 2018. Disponível em:  
<<https://repositorio.usp.br/item/002961486>>. Acesso em: 31 out. 2022.

MOCELIM, Davi Deschk; FRANCISCO, Antônio Carlos de; AHRENS, Rudy de Barros. Gerenciamento de Pessoas no Hospital João Vargas de Oliveira: estudo de caso sobre o papel dos Enfermeiros na Liderança. Congresso Acadêmico da Faculdade Sagrada Família, 2020. Disponível em:  
<[http://conafasf.fasf.com.br/anais2020/arquivos/10142020\\_151053\\_5f873d4d4720e.pdf](http://conafasf.fasf.com.br/anais2020/arquivos/10142020_151053_5f873d4d4720e.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2022.

MÖLLER, Bianca Eugenia ; FROEHLICH, Cristiane. A capacidade de resiliência de enfermeiros de instituições da área da saúde. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, p. 9–24, 2021. Disponível em:  
<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7597>>. Acesso em: 06 set. 2022.

MONTEIRO, Ana; COSTA, Filipa; SOARES, Helena; et al. Vantagens de um sistema de informação compartilhado em enfermagem : revisão da literatura. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, v. 2, n. 10e, p. 141–149, 2021. Disponível em:  
<<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/25290>>. Acesso em: 14 set. 2022.

MORAES, Cladis Loren Kiefer de; LOPES, Vitor Henrik; SILVEIRA, Marília

Diniz da; et al. Assistência de enfermagem em unidades de internação. *Global Academic Nursing Journal*, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200216>>. Acesso em: 21 out. 2022.

MOREIRA, Amanda Sorce ; DE LUCCA, Sergio Roberto. Apoio psicossocial e saúde mental dos profissionais de enfermagem no combate ao covid-19. *Enfermagem em Foco*, v. 11, n. 1.ESP, 2020. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3590>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

O'NEIL DE OLIVEIRA SOUZA LOURENÇO, Aryadne; ALMEIDA DA SILVA, Luciene ; DA SILVEIRA ASSONI, Maria Aurélia. Os principais desafios dos enfermeiros na liderança em enfermagem. *Saúde Coletiva (Barueri)*, v. 11, n. 67, p. 6705–6718, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1728>>. Acesso em: 07 set. 2022.

RAMOS-TOESCHER, Aline Marcelino; TOMASCHEWISK-BARLEM, Jamila Geri; BARLEM, Edison Luiz Devos; et al. Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio. *Escola Anna Nery*, v. 24, n. spe, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/HwhCLFJwBRv9MdDqWCw6kmy/?lang=pt>>. Acesso em: 31 out. 2022.

SCOFANO, Bruna dos Santos; VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti; LANZILLOTTI, Regina Serrão. Atuação do enfermeiro enquanto líder de equipe na área hospitalar: uma revisão integrativa. *Nursing (São Paulo)*, p. 2943–2948, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1025548>>. Acesso em: 07 set. 2022.

SILVA, Gilberto Tadeu Reis da; VARANDA, Patrícia Alves Galhardo; SANTOS, Nívia Vanessa Carneiro dos; et al. Gestão e liderança na percepção de enfermeiros: um caminhar à luz da burocracia profissional. *Escola Anna Nery*, v. 26, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/vWSnBFg6kNhy3Dyr4hDWrYL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, Thaís Oliveira da; VIEIRA, Livia Minuzzi; LEMOS, Tamires Souza; et al. Gestão hospitalar e gerenciamento em enfermagem à luz da filosofia lean healthcare. *Cogitare Enfermagem*, v. 24, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/60003>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SOUSA, Teófilo; GUIMARÃES, Ana Paula Vasconcelos. Instrumento de

avaliação das competências de liderança nas chefias de enfermagem: estudo das propriedades psicométricas. Portuguese Journal of Public Health, v. 36, n. 1, p. 50–58, 2018. Disponível em: <<https://www.karger.com/Article/Fulltext/486471>>. Acesso em: 06 set. 2022.

## CAPÍTULO 9

# PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO E HUMANIZAÇÃO NA HORA DO DIAGNÓSTICO DE MALFORMAÇÃO CONGÊNITA

**Juanuz da Cruz Wanderley**

Graduada em Psicologia - Faculdade Cathedral, Boa Vista RR,  
Formação Plena em Gestalt-terapia, pelo IGTRR  
Instituto de Gestalt-terapia de RR  
Pós- Gestalt Ampliada e Transdisciplinaridade, pela ECOVIE  
Escola da Vida, de Macaé RJ  
Docente do curso de Psicologia da Faculdade Faceten -  
Boa Vista RR

**Rômulo Terminelis da Silva**

Doutor em Psicologia Clínica – FACISA / UPE, Doutor em Psicologia da Saúde -  
UNIVERSITÉ DES SCIENCES DE L'HOMME DE PARIS/FRANÇA (ULSHP) Ph.D.

---

## RESUMO

Este estudo visa elucidar e coletar dados sobre o: Pré-Natal Psicológico e Humanização na Hora do Diagnóstico de Malformação Congênita. A Investigação aqui exposto propõe esclarecer qual a melhor forma que os profissionais da saúde podem utilizar para transmitir o diagnóstico de malformação congênita, sem causar revolta nem algum tipo de transtorno emocional para a gestante e seus familiares, e sim de uma forma mais acolhedora e humanizada. Uma vez que estudos anteriores a este sobre Pré-Natal Psicológico, apontam a necessidade de um olhar empático e acolhedor dentro desse contexto, mostrando a importância de uma comunicação não violenta, na hora de um diagnóstico dessa magnitude. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva, hipotético-dedutiva e não experimental. Entendendo, que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Então, dessa forma, esse estudo, aponta que, os resultados contextualizados neste trabalho, podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente.

**Palavras-chave:** Humanização-cuidado. Malformação Congênita. Saúde Emocional.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho objetiva a dar visibilidade a questões que envolvem a malformação congênita, sobre ter um olhar minucioso, empático, acolhedor e humanizado, para a gestante, que recebe ainda na gestação o diagnóstico que o bebê tem algum tipo de malformação congênita. Falar sobre esta temática, tanto incomoda, quanto inspira, o incomodo se dá, pois esse tema, trás à tona, capítulos de experiência de vida, reviver esta historicidade agora por outro prisma, além do incomodo é inspirador, por poder contribuir com este estudo. Dessa forma o objetivo geral presente no mesmo, pautou-se por buscar: enfatizar a importância do cuidado, como transmitir o diagnóstico de malformação congênita ou síndrome, para uma gestante, seu cônjuge e os familiares. Tendo o Pré-Natal Psicológico, como pedra angular de todo este estudo. Sendo toda esta prerrogativa entendida como um ponto de partida crucial para uma melhor compreensão dessa temática, e, por conseguinte ser bem compreendida.

Em se tratando dos objetivos específicos propostos, tem-se que estes versaram por buscar-se: verificar a importância do trabalho do profissional de Psicologia, dentro do contexto Perinatal, conhecer a metodologia dessa abordagem psicológica e filosofia de trabalho e nichos de atuações, desses profissionais, que suscitará na saúde emocional da gestante bem como de toda a família.

Verificar os resultados alcançados durante esse processo de desenvolvimento, na construção desse estudo: como transmitir esse diagnóstico, de maneira a diminuir o impacto do sofrimento emocional, de forma mais humanizada e empática e acolhedora. Este trabalho buscou evidenciar que o período gestacional é muito crítico e suscetível ao adoecimento psíquico em situações normais, quanto mais diante do rigor de um diagnóstico de malformação congênita. O presente trabalho versa sobre dar importância, ao cuidar da dor da mulher que tem o seu bebê ainda na gestação diagnosticado. Sabe-se que a gestação é um fenômeno natural na vida da mulher, que trás uma série de transformações, tanto hormonais quanto emocionais, e dependendo de como elas são elaboradas no decorrer da gestação, vão ocasionar ou não, algum tipo de transtorno Psíquico.

O que se espera com a implementação desta pesquisa e, seus posteriores resultados, é mesmo, enaltecer a importância da atuação do Psicólogo(a) no contexto Perinatal, e especificamente nesse estudo sobre a malformação congênita. Propiciando melhor compreensão de toda essa

temática. E assim buscar de certo modo alcançar e sensibilizar não só os Psicólogos(as), mas também toda uma equipe multidisciplinar que esteja a serviço da gestante. Pois, é desta forma que este estudo se justifica quanto a sua abordagem. O objeto da pesquisa e situação problema está em: Como transmitir essa informação diagnóstica, sem gerar tanta dor ou transtorno e sim de uma forma mais humanizada. E verificar toda essa temática e seus vieses.

Segundo Tauffer 2019, a gestação é um fenômeno que conota alterações, transpassando através de padrões, e conceitos que se instituem como integrais, na realidade, são várias as transformações que retratam a gestante nos contextos psicológicos, familiares, físicos, sociais e culturais no período gestacional. É comum e perfeitamente compreensivo querer um filho perfeito, e na verdade é o que toda mãe espera, ao imaginar seu filho, é que ele venha lindo, saudável e perfeito, o bebê ideal, nunca é imaginado para essa gestação, tons escuros e sombrios. E em alguns casos a realidade é outra bem diferente, e mesmo o bebê sendo saudável, pela simples condição de ser um recém-nascido demanda muitos cuidados, e às vezes bem diferente do que se esperava (ARRAIS, 2005).

E quando a gestante é atravessada pela notícia de um diagnóstico, indicando algum tipo de síndrome ou malformação, a mesma vai precisar de um cuidado especial, e uma boa rede de apoio para que ela possa fazer uma reconfiguração e se blindar contra o sofrimento psíquico.

## **METODOLOGIA APLICADA**

De tal modo cabe salientar que quanto a metodologia aqui aplicada, tem-se que esta se pauta sob o aspecto qualitativo, que segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 13) dispõe-se que: “pressupõe a superioridade da razão dialética sobre a analítica e busca a interpretação dos significados culturais”.

Tendo-se, para tanto, a este ponto que a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

De acordo com Gil (2002):

Sua estrutura é determinada da pelo tipo de problema a ser pesquisado e também pelo estilo de seus autores. É necessário que o projeto esclareça como se processará



a pesquisa, quais as etapas que serão desenvolvidas e quais os recursos que devem ser alocados para atingir seus objetivos. É necessário, também, que o projeto seja suficientemente detalhado para proporcionar a avaliação do processo de pesquisa. Os elementos habitualmente requeridos num projeto são os seguintes: a) formulação do problema; b) construção de hipóteses ou especificação dos objetivos; c) identificação do tipo de pesquisa; d) operacionalização das variáveis; e) seleção da amostra; f) elaboração dos instrumentos e determinação da estratégia de coleta de dados; g) determinação do plano de análise dos dados; h) previsão da forma de apresentação dos resultados; i) cronograma da execução da pesquisa; j) definição dos recursos humanos, materiais e financeiros a serem alocados. (GIL, 2002, p.20 )<sup>1</sup>

As AC detectáveis ao nascimento devem ser informadas na Declaração de Nascido Vivo (DNV). Essa declaração é composta de três vias e dividida em oito blocos. No campo 6 do bloco I deve ser preenchido “sim”, indicando a presença de anomalias. No campo 41 do bloco VI devem ser descritas todas as anomalias congênitas visíveis. Quanto mais bem descritas, melhor será a codificação. Cada diagnóstico, considerando uma ou mais anomalias, deve ser informado na DNV e no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). É papel do médico descrever as anomalias congênitas na DNV. Devem ser registradas todas as anomalias observadas, sem hierarquia ou tentativa de agrupá-las em síndromes. A codificação qualificada das anomalias descritas de acordo com a décima versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) deverá ser realizada preferencialmente em um segundo momento por pessoas capacitadas para esta função. Portanto, quanto melhor descrita a AC, melhor será o trabalho de codificação.

Logo é importante considerar que o diagnóstico de materna, podendo trazer consequências para o casal, ao longo da malformação congênita é um fator de risco a saúde mental da mulher na gestação e repercutir mesmo depois do nascimento da criança indicando necessidade de intervenções voltadas tanto a gestante quanto para a sua rede de apoio, companheiro e demais familiares (CUNHA et al, 2016).

---

<sup>1</sup> Gil, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

Cunha, 2016, pontua ainda que, se a notícia for dada de forma eficaz, acolhedora, numa linguagem clara e acessível, a aceitação da notícia poderá ter seus impactos minimizados, prevalecendo à confiança no tratamento e no acompanhamento médico.

Petrelle, 2007, apud Chaim, et al, 2020, preconizam a maternidade como um fenômeno criador de saúde e quando esse aspecto é dissolvido por um diagnóstico, faz-se essencial o entendimento existencial que esta mulher proporciona a si mesma, diante dessa real situação.

O ato do bebê sonhado e idealizado ser transformado por uma qualificação de malformação congênita gera excessivo sentimento de angústia e sofrimento emocional. A competência de lidar com um diagnóstico dessa proporção depende de aspectos de sua gravidade, a estrutura emocional da gestante, do seu companheiro, e de toda a família, e também da atenção, acolhimento e cuidados de saúde qualificados e do amparo psicológico sólido (SETÚBAL et al., 2004, apud ATUNES & PATROCÍNIO, 2007).

Logo, segundo Cunha et, al 2016, é considerável que o diagnóstico de mal- formação é um elemento de perigo ao bem-estar psicológico da gestante, sendo capaz de levar repercussões para a vida conjugal, durante a gestação e ressoará também após o nascimento do bebê.

De acordo Brasil (2020/2021, p.21) do Ministério da Saúde do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis as anomalias congênicas prioritárias para a vigilância ao nascimento:

O ato de notificar uma AC na declaração de nascimento é capaz de propiciar uma cadeia de eventos que impactarão diretamente o indivíduo, sua família e o sistema de saúde. Nos âmbitos individual e familiar, o conhecimento de que a criança possui uma ou mais anomalias, levará a um diagnóstico adequado e o encaminhamento a serviços de referência para tratamento, acompanhamento, aconselhamento genético e reabilitação. Além disso, possibilitará à família realizar escolhas para uma futura gestação com base em informações e evidências informadas pela equipe de saúde. Ainda, pode propiciar o chamado alerta, com a identificação de incidência acima do esperado para a população de uma determinada área geográfica (por exemplo, nos casos de síndrome da talidomida fetal nos anos 1960 e da síndrome congênita do ZIKV, ocorrida recentemente), o quê, por sua vez, possibilita a

implementação de diferentes medidas de manejo, de cuidado e de prevenção. No âmbito da saúde pública, o registro de AC permite conhecer a real prevalência de tais agravos e pode identificar a necessidade de estratégias ou políticas de prevenção primária, secundária e terciária. Embora tal tema seja abordado em detalhes neste volume, um exemplo interessante é a recomendação do uso de ácido fólico no período periconcepcional, uma estratégia de prevenção primária bem-sucedida mundialmente.

Ter um filho perfeito é desejo dos casais. Desse modo, quando o bebê apresenta algum tipo de má-formação, ocorre a perda de um grande sonho e, quanto mais a imagem do bebê real for diferente do imaginário dos pais, mais complicada poderá ser a aceitação destes ao seu nascimento. Assim percebe-se que a maternidade tanto pode assumir uma conotação “mágica”, como, dependendo das condições do feto, pode transformar-se em uma vivência trágica. (Taufer, 2019)

O confronto da circunstância move um sistema de adequação que vai precisar de uma série de aspectos, os quais influenciarão na habilidade de utilização desse diagnóstico. E também da intensidade da investigação, da estrutura afetiva dos cônjuges, da atividade da família, e da flexibilidade de conhecimento e de uma concentração experiente da rede de saúde e bem-estar. É importantíssimo para o casal e seus familiares se remodelarem perante a revelação do diagnóstico de malformação (Setúbal et al, 2004. apud Cunha et al 2016).

Logo um diagnóstico bem executado e esclarecidamente comunicado podem servir para que o casal e toda a família possam enfrentar de forma mais resiliente a situação, a partir da prática de um cuidado humanizado por toda a equipe de saúde (CUNHA et AL, 2016).

Através do desenvolvimento da gestação, mesmo depois das indicações da investigação que denota a realidade da malformação, ainda assim algumas mulheres insistem em acreditar que pode ter ocorrido algum erro e sustentam a esperança de que seu filho(a) nascerá perfeito, assim o momento do nascimento bebê é o momento do enfrentamento da verdade ROECKER et,al. 2016.

Assim, pode-se dizer que o bebê idealizado quando confrontado com um diagnóstico de malformação fetal no pré-natal, provoca nos pais intenso sofrimento e angústia, podendo estes sofrimentos serem elaborados de modo mais rápido ou lento de acordo com as características de

personalidade relacionada à perda e ao luto (BENUTE & GOLLP 2002.apud, MACHADO 2012).

A análise pré-natal se monta conseqüentemente em disposição de imensa ansiedade, e de acordo como expõe perspectivas e confrontos de uma notícia que jamais se institui em um procedimento simples. Vários casais expressam emoções, como, recusa; temor; culpabilidade e negação da complicação, questões que são capazes de afetarem a conexão materno-fetal. Em inúmeras mulheres essa alteração é mais dolorida por conta da forte afeição da gestante ao bebê que está gerando ou mesmo depois do nascimento (BORGES, PINTO & VAZ, 2015).

As gestantes se queixam muito com a forma que as más notícias são dadas pelos profissionais. Os termos técnicos, a frieza do profissional, sua distância, a falta de preparo para acolher o paciente nessa hora são recorrentes (MOURA, GUIMARÃES & LUZ, 2013).

Vê-se, como extremamente imprescindível a conveniência de uma colaboração multidisciplinar ao cuidado a gestante, nesse período crítico de intensas emoções no cotidiano dessa mãe, assim como, da sua família.

Desse modo Antunes & Patrocínio 2007, pontuam que em face de uma hipótese nociva - exemplificando, no momento em que sucedem malformação congênita, antagônicas a vida, ou produzem sérias sequelas, algumas mães alegam não alcançarem tranquilidade, optando por viver a vida um dia de cada vez, sem formar expectativa para o amanhã dessa criança. Visando esse cuidado com a dor dessa mãe que chega ao consultório às vezes no momento de fragilidades e angústias, com sentimento de culpa, medo e às vezes, sem grandes expectativas sobre o futuro de seu filho(a). Muitas apresentam ainda ansiedade, pânico e depressão, por não darem conta de digerir a triste notícia por trás de um diagnóstico tão sério, transmitido muitas vezes de forma violenta e tão banal, é que este estudo foi pensado.

Logo um diagnóstico bem executado e esclarecidamente comunicado pode servir para que o casal e toda a família possam enfrentar de forma mais resiliente a situação, a partir da prática de um cuidado humanizado por toda a equipe de saúde (CUNHA et AL, 2016).

ARRAIS 2005 considera o Pré-Natal Psicológico como sendo uma vacina psíquica. Que vai além de uma sessão psicoterápica, é na verdade um atendimento diferenciado, pautado no cuidado com o emocional, da gestante, visando o conforto psicológico e uma melhor saúde psíquica para a gestante, o cônjuge e toda a família.

O Diagnóstico ao Nascimento de Malformação Congênita, de acordo com Brasil (2020/2021, p.59) do Ministério da Saúde do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis as anomalias congênitas prioritárias para a vigilância ao nascimento:

As cardiopatias críticas e graves são possíveis de serem detectadas nas primeiras 48h de vida por meio do teste do coraçãozinho e do exame clínico. O exame físico do recém-nascido deve ser realizado ao nascimento e na alta hospitalar em busca de sopro cardíaco. Devemos também atentar para sinais de defeitos do lado direito do coração como cianose, hepatomegalia, edema de membros inferiores, sofrimento respiratório e gemência; bem como sinais de defeitos do lado esquerdo, como taquipneia, precórdio hiperdinâmico, ritmo de galope, terceira bulha, diferencial de pulsos e pressão e choque. Além do exame físico, deve ser feito o teste do coraçãozinho, que, no Brasil, foi tornado obrigatório em todas as maternidades. Como ele se presta majoritariamente para detecção de cardiopatias críticas, ou seja, cujos defeitos dependem da permeabilidade do canal arterial para manter o fluxo pulmonar ou sistêmico, quanto mais perto da alta hospitalar, maior a chance de que seja captada alguma alteração. É um teste que avalia a diferença da oximetria de pulso entre o membro superior direito e o membro inferior, e também se a oxigenação global do recém-nascido está fora do normal. Existem situações clínicas que alteram esse teste, levando a resultados falsos-positivos, tais como sepse neonatal e insuficiência respiratória. Desse modo, sendo o teste positivo deve-se realizar uma ecocardiografia com doppler confirmatória.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A exemplo de ARRAIS 2005 que preconiza que o pré-natal psicológico prepara os pais para as possíveis surpresas de forma gradual, em pequenas doses para não traumatizar. Vale ressaltar a importância da aplicabilidade de uma comunicação mais humanizada, como uma preparação prévia e de forma acolhedora, para que se transmita a notícia do diagnóstico de malformação, pois quando uma mulher fica gestante, ela inevitavelmente vai idealizar um bebê lindo e perfeito. Assim um diagnóstico de malformação congênita, vai jogar por terra essa idealização, causando dor e sofrimento a essa gestante bem como toda a família.

MOURA, GUIMARÃES & LUZ, 2013. Reforçam esse raciocínio quando trazem que: As gestantes se queixam muito com a forma que as más notícias, são dadas pelos profissionais. Os termos técnicos, a frieza do profissional, sua distância, a falta de preparo para acolher a paciente nessa hora são recorrentes.

Assim, entende-se que valorizar uma boa comunicação, de forma humanizada e cuidadosa, nesse momento crucial é um ato de extrema relevância, para que haja preservação da saúde emocional da mulher. E nesse ínterim esses autores corroboram, dizendo que: Logo um diagnóstico bem executado e esclarecidamente comunicado podem servir para que o casal e toda a família possam enfrentar de forma mais resiliente a situação, a partir da prática de um cuidado humanizado por toda a equipe de saúde (CUNHA et AL, 2016),

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estima-se a este passo, que os frutos colhidos da concretização desse vigente trabalho foram sim aceitáveis, foi viável compreender um pouco mais no tocante a forma de comunicar o diagnóstico de malformação congênita, bem como a importância do pré-natal psicológico e a aplicabilidade de uma comunicação mais humanizada dentro desse contexto. Sabendo-se, entretanto que precisamos de mais estudos que enfatizem a importância, desse atendimento mais humanizado a gestante em todos os aspectos e com isso também evidenciando a inegável importância do pré-natal psicológico.

Ao término deste estudo observou-se, portanto, a importância que tem, a equipe multidisciplinar ter uma forma mais humanizada, no seu manejo junto a gestante, principalmente, frente a notícia de um diagnóstico de tamanha seriedade quanto o de malformação congênita, esse cuidado e empatia, com toda certeza dará uma melhor compreensão e aceitação para o mesmo. E assim pode-se perceber diante do exposto neste trabalho a eficácia do pré-natal psicológico, trazendo uma psicoeducação e um atendimento diferenciado.

Cabe, para tanto, destacar que este estudo foi sim consideravelmente proveitoso e enriquecedor e que os objetivos específicos foram alcançados, em Identificar a importância tanto do Pré-natal psicológico, quando do cuidado no, como dar a notícia do diagnóstico de malformação congênita a uma gestante e seus familiares; em verificar os resultados obtidos durante o desenvolvimento desse trabalho, percebe-se que o Pré-natal Psicológico – PNP, é um programa em ascensão e, por conseguinte muito

promissor. E que ainda há muito que conhecer, sobre a malformação congênita e suas implicações. Contudo viu-se que este estudo poderá sim, servir de aporte a futuras pesquisas, percebendo aqui as hipóteses confirmadas. Tal veracidade caracterizou-se respectivamente pela disponibilidade de querer conhecer mais sobre essa temática, que é indispensável seu conhecimento e ampliação, não só no campo acadêmico, mas na comunidade como um todo.

## **REFERÊNCIAS**

Alberto, M.V.L., Galdos, A.C.R., Miglino, M.A. e dos Santos, J.M. 2010. Anencefalia: Causas de uma malformação congênita. *Revista Neurociências*. 18, 2 (jun. 2010), 244–248. DOI:<https://doi.org/10.34024/rnc.2010.v18.8487>.  
ARRAIS. - AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: para além da padronização patologizante. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília

ACB. CUNHA, JP PEREIRA, CLV CALDEIRA - Diagnóstico de Malformações Congênicas: Impacto sobre a saúde mental das gestantes *Estudos de Psicologia...*, 2016- SciELO Brasil

A.C. R, MEDEIROS.; B.L.C. VITORINO.; I. C. SPOLADORI.; J.C. MAROCO.; V.L.M. SILVA.; M.J. S. SALLES - Sentimento Materno ao Receber um Diagnóstico de Malformação Congênita Artigo- *Psicol. Estud.* 25.2021 <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.4501>

Do Couto Antunes, Mônica Sofia, Patrocínio. Carla- A Mal formação do Bebê: VIVÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO CASAL. *Psicologia, Saúde e Doenças* [en linea]. 2007,8(2)

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Saúde Brasil 2020/2021: anomalias congênitas prioritárias para a vigilância ao nascimento / – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 414 p.: il. Modo de acesso: World Wide Web: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_brasil\\_anomalias\\_congenitas\\_prioritarias.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_anomalias_congenitas_prioritarias.pdf) ISBN 978-65-5993-076-0 1. Saúde pública. 2. SUS (BR). 3. Anomalias congênitas. I. Título.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O Professor pesquisador:** Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Carvalho, Q.C.M.; Cardoso, M.V.L.M.L.; Oliveira M. M.C; Lúcio, I.M.L Malformação Congênita: significado da experiência para os pais

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa:** Tipos Fundamentais. Professora do Departamento de Educação da UNESP, Rio Claro. Revista de Administração de empresas. São Paulo. v. 35, n3, p. 20-39 - Mai/Jun. 1995.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para trabalhos Científicos:** Explicação das Normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre: s. n., 2014. A. R,

L. M. VASCONCELOS, EBEI PETEAN - O Impacto da Malformação Fetal: indicadores afetivos e estratégias de enfrentamento das gestantes. -Psicologia, saúde e doença, 2009- redalyc .org

M E C Machado - Casais que Recebem um Diagnóstico de Malformação Fetal no Pré-Natal: uma reflexão sobre a atuação do psicólogo hospitalar RV. SBPH VOL.15 no. 2 Rio de Janeiro dez, 2012

M M Borges; M J C Pinto; D C M Vaz - Apego materno-fetal e enfrentamento de gestantes frente ao diagnóstico de malformação Arq. Ciênc. Saúde. 2015 abr-jun; 22(2)27-32

M.M. D. MOURA.; M.B.L, GUIMARÃES.; M.LUZ- Tocar: atenção ao vínculo no ambiente hospitalar. hospital setting. Interface (Botucatu),v.17,n45,p.393-404,abr./jun.2013



S Roecker, J C Mazzola, L D Mai, S S Marcon, S C Baggio - A Vivência de Mães de Bebê com Malformação. Esc Anna Nery (impr.) 2012 jan-mar; 16 (10): 17-26

Taufer, Elisa - Diagnóstico de Malformação Congênita Fetal: implicações nas mães, nos pais, e nos irmãos do bebê gestado / Elisa Taufer . 2019. 66 f.

## CAPÍTULO 10

# EVASÃO NOS CURSOS DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

### **Nataliana da Souza Paiva**

Professora da Universidade do Estado do Amazonas-UEA.  
Doutoranda em Ensino Tecnológico pelo IFAM e  
Mestre em Educação pela UFAM

### **Kelly Christiane Silva de Souza**

Professora da Universidade do Estado do Amazonas -UEA.  
Doutora em Educação pela UFMG.  
Mestre em Educação pela UFAM. Especialista em Psicopedagogia pela UFAM e  
pedagoga pela UFAM.

### **Felicien Gonçalves Vasquez**

Professor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.  
Doutorando em Ensino Tecnológico pelo IFAM  
Mestre em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia pela UFAM

---

## RESUMO

O presente artigo discute a problemática da evasão nos cursos de Engenharia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e propõe estratégias para enfrentar esse desafio. A evasão nos cursos de Engenharia é uma questão preocupante, pois compromete a eficiência do sistema educacional e a disponibilidade de profissionais qualificados na região da Amazônia. Diversos fatores contribuem para a evasão, tanto internos à instituição quanto externos aos estudantes. A falta de base nas disciplinas fundamentais, como matemática, química e física, e os problemas financeiros e familiares são alguns dos motivos que levam os estudantes a abandonarem o curso. A pandemia do COVID-19 agravou essa situação, prejudicando o acesso à educação básica e dificultando o acompanhamento do ritmo do curso. Para enfrentar a evasão, são sugeridas algumas estratégias. Em primeiro lugar, é necessário repensar as metodologias de ensino, adotando abordagens mais ativas e participativas, como as Metodologias STEM. Além disso, é importante oferecer apoio psicopedagógico aos estudantes, com programas de nivelamento e acolhimento, acompanhamento psicopedagógico. A infraestrutura também deve ser melhorada, com laboratórios bem equipados, bibliotecas atualizadas e acesso à internet de qualidade. Estabelecer parcerias com o setor produtivo, como empresas do

polo industrial, pode proporcionar oportunidades de estágio e projetos práticos aos estudantes. Por fim, é fundamental realizar um monitoramento e acompanhamento dos estudantes, identificando aqueles com maior risco de evasão, oferecendo suporte individualizado. Essas estratégias visam melhorar a qualidade do ensino, promover a motivação dos estudantes e aumentar sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo para reduzir a evasão nos cursos de Engenharia da UEA.

**Palavras-chave:** Evasão; Engenharia; Universidade.

## **INTRODUÇÃO**

A história da Escola Superior de Tecnologia – EST, antecede a criação da Universidade do Estado do Amazonas, em 2001. Sua história é marcada pela criação da Universidade de Tecnologia da Amazônia - UTAM, criada pelo Decreto Estadual n.º 2.540, de 18 de janeiro de 1973, nos termos da Lei Estadual n.º 1.060, de 14 de dezembro de 1972, mantida pela Fundação Educacional do Amazonas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL/UEA, 2017). Foi criada para atender a demanda advinda da instalação do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus em 1967 pelo Decreto-Lei 288, que em seu Art. 1º destaca ser uma área de livre comércio com incentivos fiscais, visando um centro industrial, comercial e agropecuário que permita o desenvolvimento local no interior da Amazônia.

A EST, atualmente, tem formado engenheiros para automação industrial, produção, robótica, mecânica, elétrica, eletrônica, computação, entre outras áreas, colaborando para a modernização e competitividade das empresas instaladas na região, integrando conhecimentos, como tecnologia, engenharia, gestão e sustentabilidade. Contudo, assim como outras instituições no Brasil que oferecem cursos de engenharia, tem enfrentado dificuldades com a evasão.

No ano de 2020, conforme dados extraídos dos relatórios institucionais do sistema acadêmico na EST/UEA, do total de 586 alunos matriculados nas disciplinas do Ciclo Básico de Engenharia, observou-se que 14% evadiram um ano depois (LYCEUM, 2021).

Essa problemática ganhou mais destaque, em tempos de pandemia do COVID - 19, onde, em meio as dificuldades de acesso à internet, problemas financeiros, na família e problemas pessoais, acaba sendo um desafio manter a concentração e engajamento dos discentes nos estudos, acarretando assim a retenção e futura evasão das atividades acadêmicas (CAMPOS e PAIVA, 2020).

O alto índice de evasão de discentes nos cursos de nível superior, é um dado que afeta negativamente a eficiência do sistema educacional brasileiro. Nos cursos de engenharia, o prejuízo é ainda maior, não só pelo fato de não conseguirem finalizar o curso ou pelo desperdício econômico que a evasão acarreta, mas também, pela carência desses profissionais no mercado de trabalho, principalmente em lugar como a Amazônia.

O alto índice de abandono apresentado desde a matrícula e os primeiros anos nos cursos de engenharia da EST/UEA serviram de motivação desta investigação que respondeu a seguinte questão: quais os possíveis fatores determinantes de evasão discente e como se relacionam com o sucesso dos estudantes de engenharia que fazem parte do Projeto Academia STEM e os demais cursos de engenharia da EST/UEA?

Diante do contexto e suas problemáticas, o objetivo geral da investigação foi compreender a partir de estudo comparativo os cursos de Engenharia da Escola Superior de Tecnologia - EST com o uso de Metodologias STEM e os demais curso de engenharia Metodologias tradicionais, relacionando-os aos fatores de evasão.

A metodologia centra-se em estudo de abordagem mista Creswell (2010), que visa compreender por meio de dados estatísticos e qualitativos visando refletir sobre a evasão dos discentes dos cursos de engenharia da EST/UEA a partir de pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de questionários.

Os dados qualitativos forma realizado por meio de um levantamento bibliográfico e aplicação de questionário com análise dos dados apresentada por gráficos e descrição dos dados.

O artigo está organizado em duas partes, a primeira é sobre a evasão no ensino superior e os desafios da engenharia e a segunda apresenta os dados sobre a evasão, destacando contextos e alternativas.

## **Evasão no ensino superior e os desafios na engenharia amanhã do trabalho**

O ensino superior brasileiro foi marcado nas duas últimas décadas pela expansão, tanto no que diz respeito ao número de instituições, cursos, novos estudantes e concluintes (RISTOFF, 2014). O crescimento das Instituições brasileiras, foi alavancado por programas federais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, também, do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Em Manaus podemos destacar o programa Bolsa

Universidade (BU), criado e mantido pela prefeitura do Município, que expandiu o acesso às instituições privadas e sobretudo a criação em 2002 da Universidade do Estado do Amazonas- UEA que chegou aos mais longínquos municípios do estado por meio de cursos presenciais regulares, modulares e presenciais mediados por tecnologia.

Se faz necessário destacar que o aumento no número de vagas e de instituições não foi suficiente para diminuir os índices de evasão no ensino superior, segundo dados do Instituto Anísio Teixeira (INEP) no período que compreende de 2012 a 2019, o índice de evasão nos cursos de graduação em engenharia alcançou 68,74%. O ensino superior, independentemente de ser do sistema público ou do privado, frente ao processo de expansão, depara-se também com a questão da evasão.

A evasão no ensino superior pode ser definida como a entrada (matrícula) de um estudante em um curso de graduação e a não conclusão, decorrente de ter desistido ou abandonado. (FRISTSCH, ROCHA e VITELLI, 2015). A evasão se constitui em um dos problemas mais preocupantes da área educacional desde a educação básica, e vem sendo objeto de diferentes pesquisas, como na busca de compreender os motivos que ocasionam a evasão e como resolver, ou pelo menos minimizar.

Nos estudos de Morosini et al (2012) algumas das principais razões da evasão incluem dificuldades financeiras; falta de motivação ou interesse no curso escolhido; questões interpessoais com colegas e professores; baixo desempenho em alguns componentes curriculares; baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; falta de preparação acadêmica; problemas pessoais e familiares; e dificuldades em conciliar trabalho e estudos.

De acordo com Lobo et al (2012, p. 642)

[...] é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais". As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Para o setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno, já para o setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

No processo de compreensão da evasão, podemos fazer um agrupamento em dois fatores:

- a) Internos: fatores ligados a Instituição de Ensino Superior, como a insatisfação com os percursos metodológicos utilizados pelos docentes ou com a infraestrutura disponibilizada pelos cursos (laboratórios, bibliotecas entre outros) e pela IES (internet, restaurante universitário, serviços diversos).
- b) Externos: fatores diretamente relacionados ao próprio estudante como os problemas de ordem financeira, problemas familiares, falta de identificação com o curso ou de adaptação ao ensino superior, junto a isso ainda encontramos os estudantes que se evadem porque não conseguem acompanhar o ritmo do curso e terminam entrando em um ciclo de reprovações.

Para Honorato e Borges (2023) as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes na educação superior brasileira incluem a chegada à universidade, destacando as dificuldades enfrentadas nos primeiros semestres, o processo de escolha do curso, a falta de recursos financeiros, as dificuldades em conciliar trabalho e estudos, a falta de apoio acadêmico e psicopedagógico, questões voltadas para ao ensino.

Especificamente quando nos debruçamos sobre os cursos de engenharia, podemos constatar que as causas da evasão não são muito diferentes das que levam alunos de outras áreas a evadirem, estando relacionadas a dificuldade que os estudantes encontram no processo de ensino-aprendizagem dos conceitos do primeiro ano, em função das “lacunas” que eles trazem da educação básica, e este fator especificamente tem se agravado após a pandemia causada pelo COVID, a “lacuna” causada pela ausência desses conhecimentos, termina por comprometer as novas aprendizagens, pois no processo de construção de uma aprendizagem significativa, segundo Ausubel (1960) o aspecto considerado fundamental é o conhecimento que o sujeito já tem, ou seja, o que o estudante já sabe. Assim, se o estudante não aprendeu os conceitos básicos da matemática, da química ou da física na educação básica, isso irá interferir diretamente na sua aprendizagem na Universidade, pois ele não terá onde ancorar essas novas aprendizagens.

Podemos dizer que as dificuldades decorrentes da chamada “falta de base” terminam por originar um conjunto de problemas, como: dificuldade em entender as aulas, queda da motivação inicial, desempenho insuficiente, reprovações, queda da autoestima e abandono do curso, que terminam por levar o estudante a evadir-se do curso (BUNGÃO, POP, BORZA, 2017). A “falta de base” com que os estudantes chegam à universidade, são

associadas a outros fatores, é de alguma maneira, um dos principais aspectos determinantes das reprovações e evasões nos cursos de Engenharia.

No Art. 7º da DCNs do CNE/CES n.º 02/2019 dos cursos de engenharia prevê que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) precisa apresentar formas de acolhimento e nivelamento, para diminuir a retenção e a evasão, destacando atividades de conhecimentos básicos pré-requisitos, acompanhamento psicopedagógico e preparação pedagógica, orientações ao ingressante.

Destacamos que entre as causas da evasão, encontramos a motivação, pois quanto mais os alunos se sentem pertencentes e valorizados, mais motivados estão para se engajarem social, acadêmica e cognitivamente (TINTO, 2017). Mas, tanto do estudante, quanto do professor é um fator importante na determinação do sucesso na aprendizagem, portanto, a universidade, o docente, o estudante e seu ambiente externo, são fatores que podem interferir, em maior ou menor grau, no desempenho acadêmico.

Quando trazemos a questão da motivação ao cerne da discussão, é importante percebermos que falamos dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, a saber, o professor e o estudante, em uma perspectiva de que não há aprendizagem se o sujeito não aprendeu, bem como que, em função da singularidade que é inerente ao ser humano, falaremos sempre de aprendizagem no plural, considerando assim, que cada sujeito terá uma forma diferente de aprender, o que exigirá do professor a busca constante por novos caminhos que provoquem o desejo de aprender.

Assim, é necessário que o professor esteja motivado a ensinar e o estudante a aprender, em um processo dialético, dialógico e construtivo. Superando a lógica das “obrigações”, e abraçando um compromisso com a qualidade dos resultados, visto que a questão não é apenas evitar que o estudante se evada, mas que ele conclua o curso com qualidade, para poder ocupar lugar no mercado de trabalho.

Destarte, é possível afirmar que a evasão pode ser compreendida como um fenômeno que possui múltiplas causas, podendo ser originado entre estudantes de diferentes níveis sociais, culturais e econômicos e em tanto no ensino presencial como a distância, sendo, portanto, necessário compreendê-lo, para que se possa buscar alternativas que estimulem os estudantes a permanecerem e a lograrem êxito acadêmico.

## **Evasão nos cursos de engenharia na UEA: cenários, desafios e alternativas**

Este artigo traz resultados parciais do projeto de pesquisa “Estudo comparativo entre os cursos de Engenharia da Escola Superior de Tecnologia com o uso de Metodologias STEM e Metodologias Tradicionais na Universidade do Estado do Amazonas” com o CAEE: 67204322.0.0000.5016. Neste estudo, entende-se como Metodologias Tradicionais Institucionais o incentivo participação em projeto como: iniciação científica, monitoria, atividades de extensão, semanas acadêmicas, estágios não obrigatórios, P&D, projetos individuais e/ou coletivos de professores e Metodologias STEM são um conjunto de ações, atividades, iniciativas e programas de formação voltados aos cursos de engenharia participantes do Projeto Academia STEM com a adoção de estratégias que potencializam e disseminam conhecimentos a partir de demandas do polo industrial de Manaus. O Projeto Academia STEM é um projeto de Pesquisa & Desenvolvimento, realizado na UEA, que visa potencializar a formação e capacitação nas áreas da engenharia, ciência, matemática e tecnologia incentivado pela Samsung da Amazônia conforme a lei 8.837/91.

Trata-se de um estudo de abordagem mista Creswell (2010), com a utilização bibliográfica e de campo com aplicação de questionários que tem em vista comparar por meio de dados estatísticos e qualitativos a partir das ações desenvolvidas no grupo de cursos de Engenharia da EST/UEA que participam do projeto Academia STEM e o grupo de cursos da Engenharia que usam metodologias tradicionais utilizadas institucionalmente.

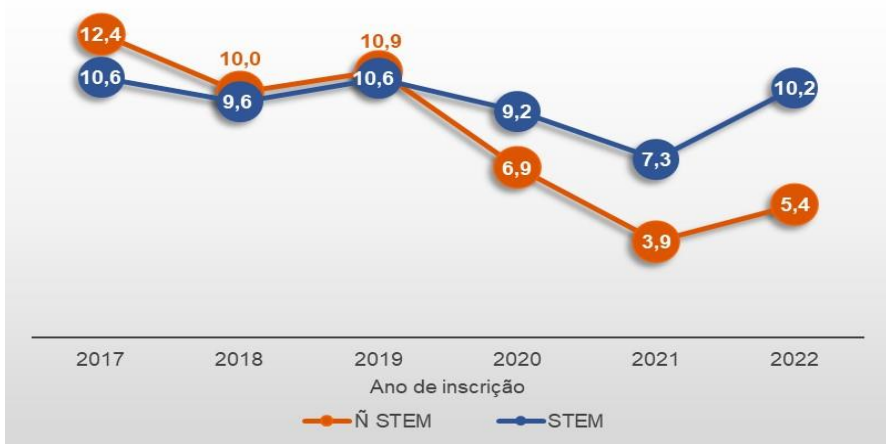
O público-alvo desta etapa do estudo foram estudantes ingressantes em 2020 e 2021 dos cursos de Engenharia Eletrônica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção e Engenharia da Computação que fazem parte do projeto academia STEM, assim como os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval e Engenharia de Materiais que utilizam metodologias institucionais tradicionais ao que tange a evasão.

Assim, diante dos dados analisados, no ano de 2017 se inscreveram nos cursos STEM e não STEM 2.514 e 2.959 estudantes respectivamente, com relação candidato/vaga de 12,4 e 10,6 estudantes. Quando se compara em relação a 2022, o número de inscritos nos cursos não STEM foi de 1.165, caindo para 60,6%, com relação candidato/vaga de 5,4 estudantes. Vale mencionar que esse número foi maior do que o observado em 2021, mesmo não havendo diferença significativa no número



de vagas ofertadas, com média de 240 vagas para os cinco cursos. No caso dos estudantes STEM, o número de inscritos em 2022 caiu para 2.290 (8,9%), com relação candidato/vaga de 10,2 estudantes, resultado bem maior que o observado nos cursos não STEM, demonstrando um interesse maior por parte dos estudantes em relação a esses cursos, principalmente a partir de 2020 quando iniciou o projeto (Gráfico 1).

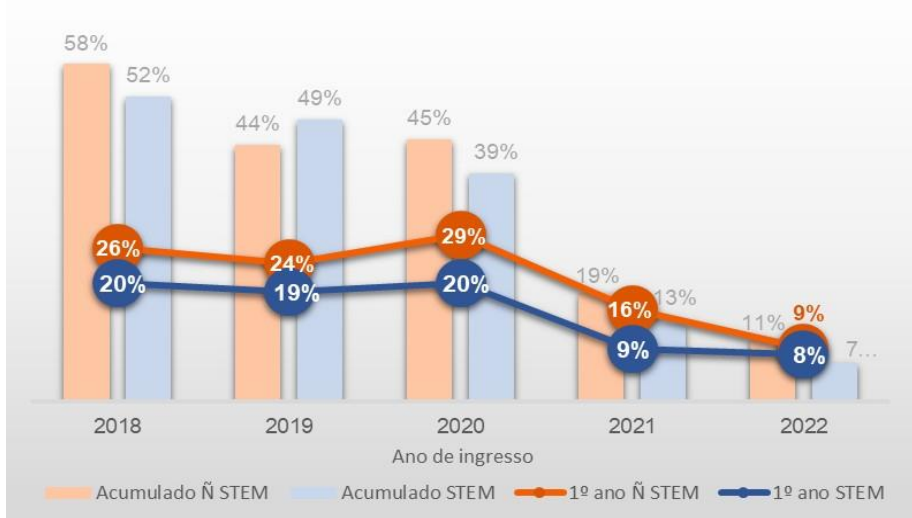
Gráfico 1. Relação candidato/vaga de estudantes Inscritos no Vestibular/SIS da UEA nos cursos STEM e não STEM da EST/UEA, no período de 2017 e 2022.



Fonte: CTIC/UEA, 2023.

Na análise do acumulado entre 2018 e 2022, o percentual de evadidos nos cursos STEM e não STEM foi de 45% e 42%, respectivamente. Quando analisados em relação à evasão no primeiro ano de ingresso, observou-se queda significativa entre os estudantes dos cursos STEM, passando de 25% para 6%, com queda mais acentuada nos anos de 2021 e 2022. Também se observou queda significativa entre as evasões dos cursos não STEM, passando de 33% em 2018 para 7% em 2022. No entanto, observando os últimos dois anos da série, em particular o ano de 2021, a diferença entre os cursos STEM e não STEM foi de 7%, demonstrando o impacto do projeto nos cursos STEM, levantando a hipótese de que as ações do projeto já podem também estar influenciando os alunos dos outros cursos de Engenharia da EST/UEA (Gráfico 2).

Gráfico 2. Percentual de estudantes evadidos no 1º ano e acumulado até o fim de 2022 nos cinco cursos STEM e não STEM na EST/UEA, conforme ano de ingresso no período de 2018 a 2022.



Fonte: CTIC/UEA, 2023.

No questionário aplicado junto aos estudantes os dados foram apresentados por meio de gráficos e tabelas, onde foram calculados a “média e o desvio-padrão” para idade - uma vez que foi aceita a hipótese de normalidade por meio do teste de Shapiro Wilk. Na comparação dos dados categorizados em relação aos cursos STEM e Não STEM foi aplicado o teste do qui-quadrado de Pearson, sendo que na comparação das médias foi aplicado o teste t-student. O nível de significância fixado nos testes estatísticos foi de 5% (CASELLA, G.; BERGER, R, L, 2010).

Em levantamento realizado entre 2020 e 2021, observou-se que do total de 61 alunos que evadiram, a maioria (75,4%) foi em decorrência de ter passado em concurso para outra instituição, sendo que 13,1% foram para cursos na própria UEA. Na comparação em relação aos cursos STEM e Não STEM, não foi constada diferença estatística ao nível de 5% de significância ( $p = 0,449$ ). Também não foi observada diferença estatística tanto em relação ao sexo ( $p = 0,274$ ), quanto em relação a idade ( $p = 0,353$ ) - (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição em relação à frequência do sexo, média de idade e motivo da evasão em relação aos estudantes dos cursos STEM e Não STEM da EST/UEA no período de 2022 a 2021. Manaus – AM.

Variáveis	Cursos						p
	STEM		Não STEM		Total		
	f <sub>i</sub>	%	f <sub>i</sub>	%	f <sub>i</sub>	%	
<b>Sexo</b>							0,274*
Feminino	7	28,0	15	41,7	22	36,1	
Masculino	18	72,0	21	58,3	39	63,9	
<b>Idade (anos)</b>							0,353**
Média ± Dp	20,0 ± 2,9		19,4 ± 0,9		19,7 ± 2,3		
<b>Motivo da evasão</b>							0,449*
Outra instituição	27	75,0	19	76,0	46	75,4	
Outro curso na UEA	6	16,7	2	8,0	8	13,1	
Desistiu	3	8,3	4	16,0	7	11,5	

f<sub>i</sub> = frequência absoluta simples; Dp = desvio-padrão; \* Teste do qui-quadrado; \*\* Teste t-student.

Fonte: Elaboração própria.

No geral, os motivos da evasão nesse grupo pesquisados, centraram-se na baixa perspectiva em relação ao mercado de trabalho, dificuldades acadêmicas (incompreensão dos conteúdos, reprovações sucessivas, etc.), dificuldades financeiras, falta de orientação vocacional, ficou descontente com o curso, já possuía um curso universitário, não conseguiu conciliar o estudo com o trabalho, não era o curso que queria, passou em outra Universidade Pública, passou para outro curso, perda de interesse pelo curso escolhido e problemas pessoais.

Existem algumas ações apontados como fatores para reduzir a evasão e aumentar a taxa de permanência dos estudantes, a gestão universitária as instituições de ensino podem adotar diversas estratégias, como: oferecer programas de assistência estudantil; como bolsas de estudo e moradia estudantil; fornecer orientação acadêmica e profissional aos alunos; oferecer atividades extracurriculares para aumentar o engajamento dos alunos; melhorar o campo de ensino com formações aos professores; e criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.

Na EST/UEA além das atividades que aqui chamamos de Metodologias Tradicionais (monitoria, extensão, iniciação científica, entre outras) a oportunidade de poder captar recurso por projeto de P&D com

empresas do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus que oportunizar dinamizar aulas, construir espaços, oferecer cursos de formação e apoio financeiro (bolsas) aos estudantes.

Outro ponto relevante, é pensar no engajamento como alternativa de combater a evasão para Smith e Tinto (2022), os autores apontam a importância da criação de um ambiente acadêmico favorável à integração dos estudantes e oferecer suporte para que eles superem as dificuldades encontradas ao longo do curso, elegendo o engajamento como multidimensional e relacional associado à persistência dos alunos nos cursos.

Para os mesmos autores, engajamentos é preciso ser positivo, pois ações positivas tendem a promover engajamentos subsequentes e aumentar a motivação e persistência dos estudantes, mas experiências negativas de interações e climas pouco acolhedores no primeiro ano de universidade podem produzir resultado oposto.

Neste sentido, o Projeto Academia STEM tem como um foco ações de incentivo logo no primeiro semestre com acolhimento de pelo menos um ano, apresentando-se como multidimensional e relacional com medidas comportamentais sistemáticas das atividades desenvolvidas.

O Projeto conta com espaço moderno e específico para o desenvolvimento de suas atividades, desde visitas e oficinas formativas com abordagem maker e robótica para estudantes do ensino médio antes de entrarem na universidade. Também, todos os estudantes são engajados em iniciação científica e tecnológico logo nos primeiros semestres de cursos, proporcionando aproximações com o campo da engenharia, apoio psicopedagógico aos estudantes e orientações aos professores destes cursos, oferecimento de oficinas de aprendizagens ativas e didático-pedagógico e contato direto com os profissionais do Polo Industrial de Manaus por meio formação e integração em talks sobre inovação, tecnologia, engenharia, gestão e sustentabilidade.

Os demais cursos também oferecem ações Institucionais como Iniciação, Monitoria, atividades de extensão, semanas de curso, articulações com P&D, entre outras atividades, apoio psicopedagógico e outros encaminhamentos, mas por adesão e efetivamente em semestres posteriores, quando já aconteceu o maior impacto da evasão entre os estudantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se trata de evasão no ensino superior, pesquisas enfatizam orientação acadêmica na universidade, possibilitando a integração social dos estudantes na vida universitária, também, a necessidade de apoio psicopedagógico, investir em programas de apoio aos estudantes, tutorias e monitorias, adequação do currículo, metodologias de ensino inovadoras e apoio e infraestrutura institucional.

Nos cursos de engenharia não é muito diferente, além do que foi mencionado é importante ressaltar questões voltadas para as dificuldades apresentadas há de se fazer investimentos em nivelamentos (cursos básicos em cálculo, física, linguagem de computação, entre outros). Também na formação didático- pedagógica dos professores para atender o Art 3º para formação de visão holística do estudante para a pesquisa desenvolvimento, adaptação e utilização de novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora; com capacidade de reconhecer as exigências do mercado, formulando, analisando questões e resolvendo criativamente problemas de engenharia com perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática, o que não é uma tarefa fácil.

A EST/UEA além das estratégias institucionais, como monitoria, iniciação científica, palestras, projetos entre outras atividades, conseguiu firmar parceria por P&D com investimento para ousar e colocar em prática o Projeto Academia STEM que promove ações no campo da recepção, acolhimento, formação de estudantes com temáticas e metodologias de aprendizagem ativa e professores no campo didático-pedagógico com oficinas de aprendizagem ativa, apoio psicopedagógico aos estudantes e apoio aos professores no processo de inclusão. Essas ações têm possibilitado melhorar os resultados da diminuição da evasão e retenção dos cinco cursos que recebem esse apoio.

Percebe-se, que dentro do possível, Instituições Públicas de Ensino Superior, como a EST/UEA, tem buscado outras alternativas além das tradicionais já ofertadas, para oferecer à sociedade engenheiros mais qualificados para atuar no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, no Amazonas, com visão ampla e sistêmica, capaz de integrar diferentes áreas do conhecimento para solucionar problemas complexos da região.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n. 2/2019**. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=112681-rces002-19&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=112681-rces002-19&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192).

Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805-norma-atualizada-pe.html> Acesso em: 04 mai. 2023.

BUNGĂU, C., POP, A. P., BORZA, A. Dropout of first year undergraduate students: case study of engineering students. Balkan Region Conference on Engineering and Business Education, v. 2, n. 1, p. 349-356, out, 2017.

CAMPOS, R.S.S; PAIVA, N.S. A potencialidade da educação em saúde na escola em tempos de pandemia da covid-19: uma reflexão necessária (3439 a 3449). In: EYNG, Ana Maria; COSTA, Reginaldo Rodrigues (Orgs). **Anais do XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**: Inspirações, espaços e tempos da educação, Curitiba: 2021. 13.181 p.

CASELLA, G.; BERGER, R. L. Inferência Estatística. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo emisto. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

FRITSCH, Rosangela; ROCHA, Cleonice; VITELLI, Ricardo Ferreira. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. Revista Educação em Questão, Natal, RN, v. 52, n. 38, p. 81-108. 2015.

HONORATO, G. de S.; BORGES, E. H. N. Permanência na educação superior brasileira: contribuições de Vincent Tinto. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 29, p. e46400, 2023. DOI: 10.26512/lc29202346400. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/46400>.

Acesso em: 16 maio. 2023.

LOBO, Maria Beatriz Carvalho de Mello. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, Brasília, DF, v. 25, 2012.

MOROSINI, M. C.; CASARTELLI, A. O.; SILVA, A. C. B.; SANTOS, B. S.; SCHMITT, R. E.; GESSINGER, R. M. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000- 2011. In: Jesús Arriaga García de Andoain y otros. (Org.). **ICLABES**. Primera Conferencia Latinoamericana sobre el abandono en la Educación Superior. Madri- ES: E.U.I.T. de Telecomunicación, 2012, v. 1, p. 65-73.

RESOLUÇÃO nº 53/2017 - CONSUNIV. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) Quinquênio 2017 a 20221. Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br/categoria.php?area=A01>. Acesso em: 2 maio. 2023.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1065> » Acesso em: 10 mai. 2023.

Smith, R. A., & Tinto, V. Unraveling Student Engagement: Exploring its Relational and Longitudinal Character. **Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice**, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/15210251221098172> Acesso em: 02 mai. 2023.

Tinto, V. Through the eyes of students. **Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice**, 2017. p, 254–269. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1521025115621917>. Acesso em: 02 mai.2023.

## CAPÍTULO 11

# LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE AS FAKE NEWS E O HATE SPEECH

### Rafael Martins Santos

Advogado OAB/DF. Mestrando em Direito e Políticas Públicas.  
Especialista em Direito Constitucional e em Direito Público.  
Residente Jurídico no Tribunal de Contas Estadual do Paraná – TCE-PR.  
Membro de Comissão de Direito Previdenciário - OAB/DF.  
Secretário-Geral da Comissão de Valorização e  
Apoio da Jovem Advocacia - OAB/DF.  
E-mail: rafaelmsantos.adv@gmail.com.

---

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os pontos gerais a respeito da relativização de direitos fundamentais constantes na Constituição de 1988. O debate acerca da liberdade de expressão se torna necessário quando a disseminação de *fake news* e o *hate speech* (discurso de ódio) se espalham com facilidade na sociedade atual, lembrada por sua amplitude de meios para disseminar notícias. Objetivando ampliar os horizontes alcançados pelo tema, serão apresentados posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários.

**Palavras-chave:** fake news; hate speech; liberdade de expressão; direitos fundamentais.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é uma forte lembrança acerca dos momentos de tensão no território brasileiro. Seu conteúdo, com intensa influência histórica, traz um recado nas “entrelinhas”: o receio de que os horrores ocorridos no período ditatorial se repitam. E, dessa maneira, a Constituição Cidadã foi promulgada com mecanismos de “auto-defesa”, sendo alguns deles a incorporação de “cláusulas pétreas” e direitos fundamentais em seu corpo constitucional que visam dificultar qualquer ataque às prerrogativas que uma vez foram tão violadas.

Os direitos acabam por criar um vínculo causal responsável pelo cumprimento de sua própria função. Em outras palavras: existem direitos que funcionam como condição ou instrumento para o exercício dos outros, agindo



como ferramentas para alcançar seu objetivo final. E, nesse sentido, o Estado consagrou a manifestação de pensamento, ou melhor, a livre expressão de ideias, como um direito fundamental com consequências para além do próprio indivíduo que o exerce.

Na verdade, trata-se de uma ferramenta de exercício participativo político com um forte poder de disseminação de conhecimento, significando importância para toda a sociedade. E, por esse motivo, a Carta Magna deu tanta importância ao seu resguardo. Existem motivos históricos que justificam maior proteção a este direito fundamental, destacando-se o receio de repressões, de censura, assim como ocorrera no período ditatorial. Afinal, não existe nada mais perigoso do que a pretensão de um Estado de regular a liberdade de expressão, pois o pensamento há de ser livre (FAVERO e CRUZ, 2021, p. 13).

Originalmente, a liberdade só cumpre seu objetivo em sociedades que incentivam o discurso livre e igualitário, guiados pela convicção ou persuasão, não pela coerção (MILL, 2011). Embora já seja consolidada a inexistência de direitos absolutos, uma coisa é certa: o âmbito de proteção à liberdade de expressão é o de maior amplitude. É inegável que a CF de 88 deu grande importância à proteção da liberdade de manifestação, haja vista que ela funciona como condição de exercício de tantos outros direitos e, principalmente, o devido funcionamento do regime democrático de direito.

A Constituição aborda o tema em vários sentidos. Primeiramente, faz menção à “liberdade de expressão em sentido estrito” (*stricto sensu*), com previsão no art. 5º, IV. Seu foco é a manifestação de pensamento, vedado o anonimato. Sendo assim, o compromisso com a verdade não é uma questão relevante (nesse momento), mas a identidade sim.

Mais adiante, a “informação ou comunicação” disposta no art. 5º, XIX, também da CF, dará atenção à garantia de acesso à informação e o resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Basicamente, é a ideia de informar, ser informado e informar-se (FAVERO e CRUZ, 2021, p. 6). Dessa maneira, cobra-se a veracidade.

A liberdade de imprensa, presente no art. 220, CF, versa sobre a liberdade de manifestação perante os meios de comunicação. Adentrando-se à questão da Imprensa, há de ser lembrado que ela exerce função relevante para o Estado democrático de direito, pois ela tem o dever de zelar pelas informações que geram modulação de ideias das massas, já que muitas vezes são o primeiro contato do cidadão com os fatos ocorridos na sociedade.

A Constituição é até redundante quando o assunto é liberdade de expressão, afinal, trata-se de um tema que aparece nos seus mais diversos

dispositivos. É uma preocupação compreensível dado ao histórico nacional, com um regime militar que praticara aberta censura política e artística, bases para a construção de uma sociedade livre e democrática (SARMENTO, 2011, p. 45).

Tendo como premissa a narrativa anteriormente exposta, esse direito tão essencial tornou-se (infelizmente) ferramenta para justificar a disseminação de discursos de ódio e desinformações. A modernidade constitucional faz um debate acerca dos riscos deste “super-poder” constitucional, tão relevante para o exercício de cidadania num Estado Democrático de Direito, quando usado para justificar práticas reprováveis. A proposta, a partir daqui, é dar foco aos dois grandes antagonistas do direito fundamental à liberdade de expressão: as *fakes news* e o *hate speech*.

## **FAKE NEWS E O HATE SPEECH**

É imperiosa a abordagem do tema “*fake News*” quando o assunto é liberdade de expressão e direitos constitucionais. Para tanto, antes de adentrar na temática sugerida, é preciso traçar um parâmetro entre contexto brasileiro e o tratamento de manifestações junto com a mídia.

A liberdade de expressão, na realidade brasileira, surge como justificativa para a busca da verdade. Para além de um mero direito político que confere ao cidadão, a capacidade de participação na democracia é uma ferramenta de realização pessoal. E nesse contexto, sua manifestação será, via de regra, preservada (ainda que nociva). Dessa forma, em detrimento de sua qualidade principiológica, seu “controle” se dará somente em momento posterior.

Ora, se é mencionada uma proteção *posteriori*, objetivando preservar os preceitos democráticos de direito, é lógico que a liberdade de expressão não sofrerá restrição que inexista na Carta Magna (art. 220). E nesse contexto, conforme entendimento do Exto. ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa:

“A liberdade de expressão é um direito fundamental de primeiríssima grandeza, de magna importância para a consolidação da democracia, mas não basta uma imprensa inteiramente livre, é preciso que seja diversa e plural e que impeça concentração, por isso, nem sempre o Estado exerce influência nociva sobre a imprensa”. (STF-DF - ADPF 130-DF, Relator: Min. Carlos Britto, data de julgamento: 30/04/2009, Tribunal Pleno, publicado em 06/11/2009).

Sem sombra de dúvidas, a mídia possui influência acentuada na formação de opiniões da sociedade. Sua atuação, a fim de garantir o conhecimento da verdade, é um de seus objetivos principais, sendo este um aspecto de seu “código de honra”. Em detrimento dessa responsabilidade, o Estado não deverá interferir na atividade dos jornalistas ou atores equivalentes.

A liberdade de imprensa não compactua com uma lei que a restrinja ou que seja responsável por criar obstáculos ao livre exercício do direito à liberdade de expressão de jornalistas. Para tanto, se porventura existir lei que regule a imprensa, seu caráter repressivo deverá ocorrer por intermédio de controle posterior. Para que exista harmonia entre os direitos (tendo como pressuposto que o direito de um começa quando o de outro termina), não há de se falar em censuras prévias e abstratas, basta que o abuso de direito seja reprimido posteriormente. Trata-se de um princípio concebido para assegurar a dignidade da pessoa humana, sendo inadmissível sua interpretação como garantia acima dos demais (TAVARES, 2009, p. 602).

A liberdade de expressão necessita de proteção, visto que é o meio de se alcançar a verdade (MILL, 2011). A grande preocupação está nas censuras feitas pelo Governo. Afinal, ainda que a serviço das minorias, acabará por suprir questões impopulares ou controvertidas. A defesa desta prerrogativa tão importante vai além da percepção de quem a expressa. Na realidade, se estende a toda sociedade (ainda que sejam percepções errôneas). O controle posterior funciona como um tipo de justificativa para dar preferências ao sistema de responsabilidades ulteriores, porquanto a verdade surgiria com o debate e a escolha política do “menor perigo”, uma vez que a censura prévia é entendida como um inconveniente (TOLLER, 2010, p. 26-28)

A opinião jornalística, ainda que elaborada com tom irônico, em nenhuma hipótese estará isenta de eventuais responsabilidades por meio do controle posterior. Em outras palavras, como bem colocou o atual Ministro do STF, Ricardo Lewandowski (RE 652330), “a crítica jornalística não transborda dos limites constitucionais da liberdade de imprensa”.

Embora todo o discurso apresentado tenha sido valoroso, no sentido de ampliar a proteção dos direitos fundamentais (numa constituição outorgada em momento pós-ditadura), o atual Ministro do STF, Gilmar Mendes, trouxe argumentos significativos para o debate acerca da temática:

“O constituinte de 1988 não conferiu à liberdade de expressão um caráter absoluto, insuscetível de restrição, pelo contrário, ela deve ser exercida de modo compatível

com outros direitos, como imagem, honra e vida privada. No entanto, a reserva legal de restrição é qualificada, pois autorizada para preservar os direitos individuais”. (STF-DF - ADPF 130-DF, Relator: Min. Carlos Britto, data de julgamento: 30/04/2009, Tribunal Pleno, publicado em 06/11/2009).

Partindo-se do pressuposto já mencionado, é inteligível que a vedação à censura prévia, bem como a existência de parâmetros de limitações explícitas no texto constitucional, justificam o ônus argumentativo para eventuais restrições. Assim, os problemas conflitantes relacionados com a liberdade de expressão, com os demais direitos, deverão ser resolvidos por meio da ponderação.

A dinâmica dos discursos, capazes de formar opinião pública, deverá ser explorada de acordo com a legislação vigente, sobretudo de maneira a viabilizar a expressão das minorias. Ao passo que se torna garantida a participação pública aos cidadãos, eles se aproximam da igualdade de oportunidades comunicativas, antes vivenciada apenas por democracias avançadas. O conhecimento de grupos minoritários, os quais tipicamente carecem de participação em debates argumentativos, poderá proporcionar uma “revolução” de cunho social.

A atividade democrática não se limita ao esporádico envolvimento em eleições. Ela se estende à capacidade dos cidadãos poderem divulgar e influenciar com suas próprias opiniões a vontade coletiva. Assim, as “*fake news*” em associação com o “*hate speech*” são antagonistas dos discursos apresentados por integrantes de grupos tipicamente estigmatizados (negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pobres, dentre outros), prejudicando a sua participação plenamente ativa na sociedade. E nesse sentido, menciona Jürgen Habermas (Habermas, 2003):

“Somente com informação advinda de fontes diversificadas e livremente veiculadas é que se poderá garantir uma base cognitiva capaz de permitir ao cidadão ser incluído no debate político, para que possa participar das decisões ativamente e não como mero espectador, mas como coautor das transformações normativas da sua realidade individual e coletiva. Afirmar que um homem é livre exige reconhecer seu domínio ou controle sobre inputs de outputs de informação”

Todo esse poder de expressão que a mídia possui, também poderá ser nocivo. A título de exemplo, tem-se o caso da publicação da charge de

Maomé no Jornal Dinamarquês Jyllands-Posten. Para alguns, foi o legítimo exercício da liberdade de expressão sobre questão de máximo interesse público: fundamentalismo religioso. Para os demais a manifestação do Jornal foi entendida como uma gratuita ofensa ao Islanismo (o qual prega a vedação da imagem de seu profeta), bem como a incitação ao preconceito contra árabes por meio de estereótipos (SARMENTO, 2010, p.2).

Sendo assim, infere-se que a liberdade de expressão não tem que proteger apenas a difusão de conhecimentos com os quais nos simpatizamos, mas também aqueles que deprezamos ou odiamos. E nesse sentido, existem dois pontos importantes: o primeiro é de que o remédio contra más ideias deve ser a divulgação de boas percepções e a promoção de debate, porém, em relação ao segundo posicionamento, é sustentado que as manifestações de intolerância não serão admitidas, pois violam princípios fundamentais da convivência social como os da igualdade e da dignidade humana, e atingem direitos fundamentais das vítimas (SARMENTO, 2010, p. 03).

Ora, se esse princípio tão importante poderá proteger até mesmo as opiniões que se chocam e agridem, até que ponto poderiam ser aceitos os comentários nocivos? É a partir daí que um grande problema ganha proporção nos diversos meios de comunicação: as “fake news”. E o que esse termo quer dizer? Buscando uma conceituação objetiva (FAKE NEWS, 2022), são informações noticiosas que não representam a realidade, mas que são compartilhadas na internet como se fossem verídicas, principalmente através das redes sociais. Normalmente, o objetivo de uma fake news é criar uma polêmica em torno de uma situação ou pessoa, contribuindo para o denegrimiento da sua imagem.

A “era” em que vivemos é definida por muitos como um momento de “pós-verdade”. Ou seja, trata-se de um momento em que notícias inverídicas são difundidas, em especial por meios digitais como a internet, dando foco maior às crenças do que a própria veracidade dos fatos em si. O dicionário Oxford (POST-TRUTH, 2023) conceitua a expressão “pós-verdade” como “relativo ou referente às circunstâncias nas quais os fatos objetivos tem menos influência a moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais”. Melhor dizendo, trata-se de uma diminuição do peso dado para a verdade factual e valorização de versões não oficiais para, simplesmente, sustentar opiniões e ideologias.

É imprescindível ressaltar que a criação e compartilhamento de “fake news” é um ato reprovável e poderá ter efeitos judiciais. A liberdade de expressão constantemente é invocada como argumento para justificar a

propagação de inveracidades. Por mais devastadoras que sejam as consequências de uma mentira proposital, elas deverão ser observadas em cada caso específico, somente em momento posterior.

O que se sabe é que o ambiente fortemente polarizado politicamente, a crise de instituições tradicionais e o avanço de mudanças socioeconômicas trazidas pela globalização (de cunho individualista e imediatista), bem como as propagandas de ideologia, são os grandes contribuintes para a difusão de notícias falsas como argumentos para sustentar crenças ideológicas (POUBEL, 2017).

Nas palavras do autor Chequer (2011, p. 45), é perceptível que:

“Para a teoria interna, a Constituição impõe, de forma prévia e definitiva, o conteúdo e os limites dos direitos fundamentais, não podendo disposições legislativas e medidas de outros poderes públicos estabelecer restrições. Assim, segundo essa teoria, como o conteúdo dos direitos fundamentais já está estabelecido de forma definitiva pela Constituição, não pode haver conflito entre essas espécies normativas, porque um direito não interfere no campo de outro. Na teoria, externa, ao contrário, o âmbito de proteção de um direito fundamental passa por duas fases: na primeira, estabelece-se um conteúdo inicial, mas não definitivo de proteção, chamado *prima facie*; na segunda, harmoniza-se esse conteúdo prévio com outros direitos fundamentais ou bens constitucionalmente protegidos para se chegar, então, ao seu conteúdo definitivo. A teoria externa utiliza o princípio da proporcionalidade para atingir esse conteúdo definitivo”.

É possível inferir que a propagação de notícia inverídica, “impossível” de verificação (naquele momento), não só deverá ser considerada como uma informação inconfiável, ela é tão grave que ataca a própria liberdade de informação, proporcionando a extensão de um dano não individual que se propagando com reflexos de grande proporção coletiva. A liberdade de manifestação deve ser e continuará sendo respeitada pelo Estado. Porém seu excesso e abuso resultará em sua limitação e/ou censura, ainda que posterior. E esse ato não representa puramente uma intervenção do Estado às funções jornalísticas ou midiáticas. Trata-se de uma alternativa para exigir cautela àquele que espalha informações veiculadas e aptas a formar opinião.

A disseminação de informações baseadas em ideais vagos e ambíguos ferem a liberdade de expressão. O melhor caminho para reduzir o impacto desses discursos inverídicos é o combate à desinformação com a

disseminação de informações reais antecipadas, sendo de responsabilidade do Ente Governamental a obrigação de promover a maior diversidade de meios de comunicação onde a população possa se informar (OLIVEIRA, 2013, p. 12).

Não é coincidência que as publicações do *instagram* (AJUDANDO AS PESSOAS A SE MANTER SEGURAS E INFORMADAS SOBRE AS VACINAS CONTRA A COVID-19, 2021) que versem sobre coronavírus possuem *links* direcionando para o site do Ministério da Saúde. Trata-se de uma ação feita pelo Estado com objetivo de conscientizar os seus cidadãos a buscarem informações diretamente na fonte, reduzindo a possibilidade do compartilhamento de *fake news*. Outra rede social que se manifesta com autoridade contra a divulgação de fatos inverídicos é o *Facebook* com seu novo recurso que se apresenta nas publicações de páginas e revela dados sobre o veículo responsável por estas informações (NOVA FUNÇÃO DO FACEBOOK COMBATE FAKE NEWS, 2018). Essa rede constantemente derruba conteúdos de gestão duvidosa e com critérios inteligentes e práticos, sem dúvidas é uma forte ferramenta aliada ao compartilhamento de informações reais nas redes.

Não demorou até que o tema chegasse à Suprema Corte por meio da “ADI nº 4815”. O Ministro Luís Roberto Barroso sustentou em seu voto que a liberdade de expressão deverá ser entendida como um direito preferencial (*preferred position*). Ou seja, dentre suas características, será observada a seguinte ordem: função essencial à democracia; justificação da dignidade humana; busca da verdade; liberdade instrumental para outros direitos e, finalmente; a vedação da censura.

Melhor dizendo, o ideal por trás da posição privilegiada (*preferred position*) pressupõe que no atual sistema jurídico brasileiro, é necessária a existência de limitações. Elas precisam estar em sincronia com os demais valores constitucionais. Por ser um direito tão essencial ao exercício de democracia, não deverá ser facilmente limitado. Para que seja evadido, é necessário motivo razoável e proporcional, objetivando a proteção das demais garantias, igualmente importantes para a convivência na sociedade.

O que se concluiu com o julgamento do tema no STF é que a liberdade de expressão será assegurada sim aos meios de comunicação. A censura de publicações deverá ocorrer de forma excepcional. Essa prerrogativa até pode ser entendida como uma forma preferencial para o exercício de demais direitos, no entanto, o eventual uso abusivo do poder de manifestação deverá ser reparado por meio de retificação, direito de resposta

ou indenização. (STF, Primeira Turma. Reclamação 22.328/RJ, Rel.: Ministro Roberto Barroso, de 06.03.2018)

O reflexo de todo esse movimento da “era” da pós-verdade, individualista e globalizada, é ascensão do “*hate speech*” nos debates. Tendo como base a tradução literal, o discurso de ódio é uma prática que consiste em fazer, através da liberdade de expressão, o uso abusivo desse direito, valendo-se de conduta prejudicial para aqueles que figuram como vítimas de suas falas. Serão entendidas como vítimas as minorias (mulheres, negros, homossexuais, dentre outros) que são constantemente discriminadas e subjugadas (POUBEL, 2017).

Em decisão histórica, ao julgar o caso Ellwanger (HC nº 82.424/RS, Plenário, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento concluído em 19 de setembro de 2003), o STF entendeu que a liberdade de expressão não poderia proteger discursos de ódio (anti-semitas) e que sua prática pode ser objeto de persecução penal em razão do crime de racismo. O resultado foram elogios por parte da sociedade, deixando claro o repúdio às manifestações racistas. Sendo assim, entende-se que a Suprema Corte se posicionou de maneira a proteger os brasileiros de manifestações de intolerância racial (por meio do “*hate speech*”).

O primeiro grande caso da temática se deu em território Norte-Americano, julgamento “*Beauhanais v. Illinois*” (343 U.S. 250, 1952). O processo foi apreciado pela Suprema Corte Americana, no ano de 1952. Nos autos, discutia-se a configuração de crime de ódio em razão da distribuição de panfletos que pregavam a supremacia da raça branca, convocando uma união contra os negros, objetivando a miscigenação racial (inclusive, responsabilizavam os negros por crimes graves como roubos e estupros). A decisão foi fundamentada com base em lei estadual que vedava qualquer tipo de publicação racista (contra grupos identificados pela raça, cor ou religião) que depreciasse os integrantes de grupos específicos, podendo resultar em desprezo, desordem ou tumultos. A condenação se manteve, ainda que a tese de defesa tenha sido a de liberdade de expressão, considerando que a ideia consistia em um tipo de difamação coletiva.

A Suprema Corte Americana trouxe argumentos pertinentes para a criação de precedentes em seu território, que foram aproveitados até mesmo para analogias com o direito brasileiro. A linha apresentada pela Corte, basicamente, separa a defesa de ideais racistas (até então protegidos pela liberdade de expressão) do incentivo à prática de atos violentos (que não serão protegidos). Em síntese, o Tribunal decidiu o que segue:



“As garantias constitucionais da liberdade de expressão e liberdade de imprensa não permitem que o Estado proíba a defesa do uso da força ou da violação da lei, exceto quando esta defesa seja direcionada a incitar ou promover ação ilegal, e seja adequada ao incitamento ou à produção desta ação”. (SHIFFRIN Steven H, e CHOPPER, Jessé H, 2015, p. 43-46):

A ideia de proporcionalidade na censura da liberdade de expressão deverá ser igualmente aproveitada na hipótese do “*hate speech*”. O Estado, para manter sua posição de neutralidade perante questões políticas (e aqui se fala em política como ideal a ser seguido), embora os cidadãos apresentem pensamentos antidemocráticos, racistas, desprezíveis, perigosos e/ou intolerantes, serão respeitados todos os posicionamentos, assim como os ideais a favor de direitos humanos e da igualdade. Como exceção, estão os casos em que constituem crimes, o quais demandam imediata reação para evitar “violência da audiência” (SARMENTO, 2011, p. 09).

A doutrina chamada “*fighting words*” (elaborada pela Suprema Corte americana no caso *Chaplinsky vs. New Hampshire*, 315 U.S. 568, 1942) pela primeira vez apresentada no direito Norte-americano, não buscava somente proteger a vítima, ela objetivava manter o equilíbrio da paz pública. Em outras palavras, aqueles termos referentes a raça, cor, gênero ou religião, usados sem depreciar qualquer grupo, poderiam ser usados sem graves sanções. Nada impede que as expressões sejam invocadas de forma positiva, pregando tolerância ou igualdade, sem que resulte em ofensa punível com censura. Em contrapartida, àqueles que se valessem dos termos de maneira negativa, deveriam sofrer sanções por seus ataques ao grupo ofendido.

O que se pode concluir, observando o estudo de caso da América do Norte, é que inevitavelmente surgirão brechas para argumentos de defesa. Atualmente, existem muitos meios de informação que são veículos de propagação de discursos de ódio, tais como *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. Nem sempre a sua fiscalização será eficiente. É compreensível que a restrição ao “*hate speech*” de fato implica numa limitação à liberdade de expressão, mas é uma limitação legitimamente constitucional que busca evitar comprometer direitos alheios de classes culturalmente estigmatizadas.

A melhor forma dos gestores das redes sociais se resguardarem é realizar a adoção de políticas claras e pré-determinadas no seu exercício de deletamento de informações inverídicas divulgadas, encerrando sua disseminação imediatamente, mas prezando pela transparência e objetividade no “banimento” daquele conteúdo. Esse seria um meio de

combater, principalmente, os *trolls* (robôs criados para ampliar o alcance da desinformação) que exploram a vulnerabilidade da rede e de seus usuários, criando uma ilusão de que várias pessoas “compram” aquela ideia. (WARDLE e DERAKHSAN, 2017).

Ao levar o debate para os Tribunais Canadenses e Alemães, é observada uma tendência que se aproximaria dos argumentos atualmente adotados pelo STF, principalmente em razão de questões históricas e sociológicas em comum. A jurisprudência canadense acolhe com firmeza a restrição ao “*hate speech*”, porém igualmente não descarta a defesa das garantias constitucionais ligadas à liberdade de expressão, ainda que em conexão com ideais discriminatórios. E nessa hipótese, será realizada a averiguação do ocorrido caso a caso, sem desprezar o princípio da proporcionalidade (SARMENTO, 2011, p. 19).

Observado os posicionamentos de direito alemão, é perceptível como a maior preocupação está na proteção da dignidade da pessoa humana, e não na liberdade de expressão. A lei fundamental alemã estabelece em seu art. 1º: “a dignidade humana é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é dever de todas as autoridades estatais”. Não é por acaso que o Estado Alemão tem tanta preocupação com a violação dessas prerrogativas, afinal, a literalidade da lei exterioriza, ainda que de maneira tácita, o receio com os fatos ocorridos durante a 2ª Guerra Mundial, a qual deixa vestígios negativos em toda a memória de seus nacionais (EBERLE, 2003, p. 253).

O mal da discriminação é, de fato, muito reprovado no panorama internacional. O Estado Alemão, por meio da lei infraconstitucional, trouxe uma série de instrumentos para combater os discursos de ódio, e nas palavras do Prof. Daniel Sarmento (2011, p. 23):

“a criminalização, pelo Código Penal alemão, da incitação ao ódio, insulto ou ataque à dignidade humana de partes da população ou de grupos identificados pela nacionalidade, raça, etnia ou religião; a penalização, ainda, da participação em organizações neonazistas, e da exibição de símbolos, bandeiras, uniformes e saudações nazistas; a proibição, pela legislação administrativa, de reuniões ou manifestações em que seja praticado o *hate speech*, com possibilidade de dissolução imediata pelas autoridades públicas; a colocação dos livros e publicações que incitem ao ódio racial em lista própria, que impossibilita a sua propaganda e aquisição por crianças e adolescentes; a vedação de programas de rádio e televisão que promovam a discriminação, incitem ao ódio, difamem ou

ridicularizem grupos raciais, religiosos, étnicos ou nacionais; e as ações injuntivas e de reparação de danos morais no Direito Civil”

O problema do “*hate speech*” também poderá ser resolvido por vias alternativas. Uma delas é a política de ações “afirmativas” do Estado para garantir os direitos das minorias estigmatizadas. Esse contexto agirá como uma ação estatal que visa, de maneira cristalina, fomentar a igualdade e o respeito aos direitos (de todos). O que, logicamente, não deveria ser nenhuma novidade, já que estes preceitos estão objetivados nos mais diversos meios de garantias (desde a Constituição Federal até mesmo na Carta de direitos humanos).

Tendo como base os fundamentos anteriormente apresentados, é feita a seguinte ponderação: seria o direito à liberdade de expressão absoluto? Por óbvio, a resposta é negativa. A Suprema Corte brasileira se mostrou certa com algumas decisões nesse sentido, tais como: os casos de transfobia e homofobia (STF, ADO 26); ofensas contra o povo judeu (STF, HC 82.424); racismo e apologia ao nazismo (Lei nº 7.716) e; crimes contra a honra previstos no Código penal e na legislação extravagante.

Em suma, a liberalidade na manifestação de ideias é consagrada pelo texto constitucional brasileiro de maneira tão significativa que aparece em diversos dispositivos constitucionais, como por exemplo: “artigo 5º, IV – liberdade de manifestação do pensamento”; “artigo 5º, X – liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; artigo 5º, XIV – direito à informação e garantia do sigilo da fonte jornalística”; “artigo 220, caput – garantia da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e informação, sob qualquer forma e veículo”; “artigo 220, §1º - liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”; “artigo 220, §2º - proibição de qualquer censura de natureza política, artística ou ideológica”.

A insistência do texto constitucional em lembrar a importância da liberdade de manifestação é um meio de evitar que os horrores ocorridos no período ditatorial se repitam, especialmente aqueles resultados de censuras cruéis e desumanas. O objetivo principal é assegurar a construção de uma sociedade livre e democrática, ainda que existam alguns males persistam (como as *fake news* e o *hate speech*). Em verdade, uma coisa é certa: a limitação ao direito de liberdade de expressão (mediante controle posterior) é um preço que vale a pena se pagar para proteger os demais direitos

constitucionais, em especial “o princípio da dignidade humana” que é o “princípio dos princípios”.

## CONCLUSÃO

O debate acerca do tema diante da modernidade constitucional é de extrema pertinência para a convivência de todos os cidadãos brasileiros, não só para aqueles que fazem parte do seleto grupo jurista. Tendo como pressuposto todas as informações anteriormente dispostas em tela, é perceptível que essa liberdade de manifestação não será absoluta, assim como lembrou a Prof. Wellington Magalhães (2013, p. 90): “*o direito à liberdade de expressão não é absoluto e como tal deve se compatibilizar com os demais direitos, liberdades e garantias fundamentais contemplados pela ordem constitucional e internacional*”.

Por força de seu impossível critério absoluto, existirão certos limites que, uma vez ultrapassados, poderão ter resultados proporcionais aos atos. Afinal, como bem colocou Miguel Reale Júnior (2010, p. 398):

“Não compartilho do sonho iluminista de que a liberdade de expressão, como quer Ayres Brito, tenha uma precedência constitucional que se impõe em toda e qualquer situação concreta, nem que a liberdade leve naturalmente à responsabilidade. A própria Constituição, em seu art. 220, estatui ser plena a liberdade de expressão, observado o disposto na própria Constituição, ou seja, a submete à composição ou à sujeição a outros valores, em especial, a meu ver, à dignidade da pessoa humana, que constitui um valor fonte, nuclear, cujo desrespeito impede a fruição de qualquer outro direito fundamental”

A simples sobreposição do direito fundamental da liberdade de manifestação sobre os demais poderá, facilmente, resultar na distorção de sua própria finalidade. Se ocorresse desta maneira, seria um tipo de “maquiagem” para atos oriundos de injustiças (tal qual o hate speech e a disseminação das fake news), multiplicando os problemas jurídico-sociais presentes no Brasil.

E nesse contexto, o Estado nem sempre continuará inerte. Afinal, a liberdade de expressão como prerrogativa fundamental não mais se destaca como um mero instrumento de emancipação dos grupos mais desfavorecidos. Agora, ela também é arditamente usada como ferramenta dos opositores (tipicamente responsáveis pelos atos de *hate speech* e

divulgação de *fake news*) como um “escudo” em favor da opressão de grupos estigmatizados (SARMENTO, 2011, p. 13).

E com base nesses argumentos, entendeu-se como priorizado o respeito à dignidade da pessoa humana, destacando-se dos discursos de liberdade de expressão sem restrições. Esse posicionamento em prol dos Direitos Humanos surgiu, inicialmente, por meio de dispositivos internacionais como instrumentos para representar o repúdio das práticas que podem ser consideradas formas de ódio ou discriminação. Como por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial (ONU, 1966), devidamente promulgada pelo Decreto nº 65.810.

A tendência é igualmente invocada na Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Por meio de seu artigo 13.5, é mencionado que qualquer propaganda de guerra ou defesa de ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à violência ilegal ou qualquer outra ação similar contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas por qualquer razão, incluindo raça, cor, religião, linguagem ou origem nacional, deve ser considerada como crime. Seu texto influenciou as legislações de vários países, incluindo a brasileira.

A Carta Magna de 1988 se consagrou como “Constituição Cidadã”, e não é a toa. Além de trazer um extensivo artigo 5º com direitos e garantias fundamentais, a proposta do documento constitucional, em sua totalidade, se traduz com fundamento na ideia da construção de uma sociedade justa, igualitária e que luta contra todo tipo de preconceito.

O princípio da dignidade da pessoa humana é consagrado como uma “carta coringa” no Direito Brasileiro. Além de trazer uma perspectiva internacional, seu reflexo alcança não só o texto constitucional, mas vários outros dispositivos infraconstitucionais. Esse princípio tão respeitável não existe apenas para conter os excessos estatais, na verdade, é um termo principiológico que causa forte influência nos direitos e deveres positivados. Ademais, será a ferramenta mais importante para estabelecer nortes de interpretação (para ponderação) de interesses conflitantes.

Nas palavras do autor Wellington Magalhães (2013, p. 90), a liberdade de manifestação assume importante papel na promoção da paz e da segurança internacional. Em contrapartida, observando o plano constitucional, busca-se a igual dignidade e liberdade de todos os cidadãos num ambiente de “coexistência pacífica” de todos os grupos.

Uma das consequências ao ataque dos direitos influenciados pela dignidade da pessoa humana é a repercussão penal. Se em algum momento aquele discurso de ódio ou notícias falsas espalhadas dolosamente atingirem

a honra de alguém, nada mais justo que a incidência de representações penais, tais como: crime de calúnia (“Art. 138: Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”); crime de difamação (“Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”); crime de injúria (“Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”).

Ademais, tem-se como igualmente relevante o crime de injúria racial, presente no art. 140, §3º do Código Penal. Essa conduta, tão revoltante, pressupõe a ofensa à dignidade utilizando-se elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Na maioria dos casos, é configurada essa conduta quando são validados termos depreciativos para atingir raça ou cor do indivíduo, com o objetivo de ofender a honra da vítima. E nessas condições, a pena é de reclusão e pode chegar até 3 anos.

Igualmente repudiante, existe o crime de racismo. Trata-se de uma conduta discriminante que se dirige a grupo ou coletividade. E aqui, estamos falando sobre um crime hediondo com uma lei própria (Lei nº 7.716/89) que dispõe extensivamente sobre a mencionada conduta. Serão enquadradas situações como por exemplo: recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador, vide art. 5º; impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, vide art. 7º; impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público, vide art. 7º.

A injúria racial (art. 140, §3º, Código Penal) e o crime de racismo propriamente dito (presente na Lei nº 7.716/89), embora muito confundidos, possuem algumas distinções relevantes. O primeiro trará ofensa para uma específica, o segundo, com pena superior, ofende grupo ou classe. Ademais, o crime é de ação civil pública incondicionada, poderá ter a participação do Ministério Público como legitimado da ação.

Inclusive, nada impede que o impulso por notícias falsas ou discursos de ódio “evolua”, por exemplo, para crime de ameaça que consiste em “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave” (vide art. 174, caput, Código Penal). Vale lembrar que os exemplos demonstrado anteriormente são apenas sugestões de casos previsíveis, mas nada impede que as condutas resultem em crimes ainda mais graves como homicídio, a depender da situação e do comportamento do autor/vítima.

A doutrina manifesta que esses discursos criminais tendem a sofrer um “efeito resfriador” (*chilling effect*). O Tribunal Canadense, pioneiro no uso

do referido termo em casos práticos, dita que leis excessivamente amplas não necessariamente se relacionam diretamente com o combate à intolerância. De fato, os possíveis autores de condutas reprováveis se sentiriam intimidados, com receio da repercussão penal e da condenação, e como consequência, deixariam de expor e defender seus ideais. (SARMENTO, 2011, p. 18). Algo semelhante ao “direito penal simbólico”, ao utilizar arbitrária e simbolicamente o Direito Criminal para causar a sensação de “satisfação” à população e, aparentemente, apresentar soluções imediatas e eficazes ao problema da segurança e da criminalidade (BITENCOURT, 2018, p. 446).

Nada impede que os efeitos dos atos também reflitam na esfera civil. A eventual violação da honra e dignidade de pessoa, em detrimento de discursos de ódio ou propagação de notícias inverídicas, poderão resultar em indenização por danos morais. Assim como bem colocou Gonçalves (2015, p. 388-389), o dano moral será aquele que ofendeu a pessoa, não seu patrimônio. Lesa bens que envolvem direitos de personalidade, como a honra, e acarreta dor e sofrimento. O sofrimento é uma consequência do dano.

Essa ideia de ofensa moral está presente no contexto de responsabilidade civil, no art. 186 do Código Civil, estabelecendo que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Esse argumento se baseia na ideia de que, mais uma vez, a prática de um excesso que, uma vez comprovado o abuso, resultará numa obrigação de reparação, vide art. 927 do Código Civil. Nesse contexto, lembraram os autores Sabrina Favero e Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz:

“Os direitos de personalidade podem ser concebidos, assim, como tutela conferida, no nível das relações privadas, à dignidade humana, representada pela proteção ao corpo, ao nome, à privacidade; enfim, tutela conferida àquela esfera individual do ser humano. Por essa razão, o rol previsto na lei civil não é exaustivo, mas meramente exemplificativo”. (FAVERO e CRUZ, 2021, p. 71).

É certo que a jurisprudência e a doutrina divergem quando o assunto é liberdade de expressão. Por isso, é essencial buscar o meio termo nos casos em que esse direito tão essencial colide com demais prerrogativas, tal qual a dignidade da pessoa humana. E nesse sentido, o caminho do “meio” tem sido utilizado para solucionar esse tipo de problema.

Tendo com fundamento a proporcionalidade, as decisões deverão encontrar a justa medida para melhor acomodar os direitos constitucionais em jogo, sem prejuízo de reconhecer, desde o primeiro contato, a relevância da liberdade de expressão, principalmente para divulgação de ideias entendidas como absurdas ou imorais. É certo que muitas certezas morais de hoje são resultadas de questionamentos e desafios aos consensos do passado que não teriam sido possíveis se não fosse o exercício corajoso da liberdade de expressão (SARMENTO, 2011, p. 53).

E tendo como pressuposto a ideia de paridade, o melhor âmbito de proteção para um direito fundamental, é aquele que passará por vários tipos de controles. Como bem colocou o Prof. Steinmetz (2001, p. 148-153), a utilização do princípio da proporcionalidade, inserido no contexto de ponderação, será composto por três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade.

O primeiro pressupõe um questionamento acerca da restrição, se ela é apta a atingir ao objetivo desejado. Já no segundo subprincípio, buscando a intervenção mínima do Estado nos direitos fundamentais, é necessário justificar a real necessidade e indisponibilidade do recurso utilizado. Por fim, acerca do terceiro, a proporcionalidade em sentido estrito – a ponderação propriamente dita, trará o debate acerca do meio empregado e o fim a ser atingido possuem uma conexão de razoabilidade (uma justa medida).

Assim como tudo que engloba o direito, a resposta é: “depende”. É necessário fazer uma análise de cada caso, em especial se existiu exercício regular de um direito pautado nos padrões da razoabilidade. Buscando se aproximar de um posicionamento plausível (juridicamente falando), a proposta do Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, no julgamento da reclamação nº 22.328/RJ, é de que deverão ser considerados os seguintes fatores para análise dos casos de excessos ao uso da liberdade de expressão: i) a veracidade do fato; ii) a licitude da forma de obtenção da informação; iii) personalidade pública ou privada da pessoa; iv) local do fato; v) natureza do fato; vi) interesse público na divulgação da tese; vii) interesse público na divulgação de fatos relacionados a atuação de órgão públicos; viii) preferência a restrições posteriores. (STF, Primeira Turma, Reclamação 22.328/RJ, Relator: Ministro Luís Roberto Barroso, de 06.03.2018).

Em suma, por mais que a liberdade de expressão seja um direito extremamente importante para que outras prerrogativas possam ser exercidas (existindo como um direito meio), seus excessos não serão impuníveis. Através da ponderação, que ocorrerá em momento posterior, será decidido qual direito pesará mais na “balança”. O que se pode concluir



com o discurso apresentado pela jurisprudência atual, é que a dignidade da pessoa humana tem maior peso na decisão final. Embora as “fake news” e o “hate speech” representem um “dilema” quando o assunto é liberdade de manifestação de ideias, caberá ao Estado agir ativamente para reprimir tais condutas e preservar não só a dignidade humana, mas todo o prestígio principiológico da liberdade de expressão em meio a tantos casos de “excessos” no Brasil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

343 U.S. 250 (1952).

*AJUDANDO AS PESSOAS A SE MANTER SEGURAS E INFORMADAS SOBRE AS VACINAS CONTRA A COVID-19*. Instagram. 2021. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/continuing-to-keep-people-safe-and-informed-about-covid-19>. último acesso em 25 de janeiro de 2023.

BEAUHARNAIS V. ILLINOIS, 343 U.S. 250 (1952). Justia US Supreme Court. 1952. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/343/250/>. Último acesso em 25 de janeiro de 2023.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. Parte Especial. Vol. 4. Editora Saraiva. 12º ed.2018.

BRASIL, *Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969*. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de tôdas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, 8 de dezembro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html). Último acesso em 25 de janeiro de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Dec. n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969: Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de tôdas as Formas de Discriminação Racial*. Acesso em: 05/06/2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D65810.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html)

BRASIL. Decreto n.65.810, de 8 de Dezembro de 1969: Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília. 1969.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de Dezembro de 1940: Código Penal. Brasília. 1940.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de Janeiro de 1989: define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Acesso em 05/06/2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de Arguição de Preceito Fundamental n. 130. Rel. Min. Carlos Britto. Brasília, 06/11/2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26. Rel. Min. Celso De Mello. Brasília. 13/06/2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4815. Rel. Min. Carmen Lúcia. Brasília, 10/06/2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 82.424/RS. Rel. Min. Maurício Corrêa. Brasília. 19/09/03.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 82424/RS. Rel. Min. Maurício Corrêa. Brasília. 19/09/2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reclamação n. 22.328/RJ. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília. 06/03/2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 652330. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília. 25/06/2014.

CHEQUER, Cláudio. *A liberdade de expressão como direito fundamental preferencial prima facie: (análise crítica e proposta de revisão do padrão jurisprudencial brasileiro)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL. UNESCO - DIGITAL LIBRARY. 1966.

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139390>. último acesso em 25 de janeiro de 2023.

EBERLE, Edward. *Dignity and Liberty: Constitutional Visions in Germany and the United States*. 2003.

FAKE NEWS. Vade Mecum Brasil. 2023. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/fake-news>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

FAVERO, Sabrina e CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha. *A Liberdade de Expressão tem uma posição preferencial?*. Red-IDD - Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 2021. Acesso em: 05/06/2022. Disponível em: [https://red-idd.com/files/2021/2021GT06\\_005.pdf](https://red-idd.com/files/2021/2021GT06_005.pdf)

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 4.v. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.  
<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1954>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MILL, John Stuart. *On Liberty*. American State Papers, Federalist – Great Books of the Western World. Chicago: Encyclopaedia Britannica. 1978. P. 275-276

NOVA FUNÇÃO DO FACEBOOK COMBATE FAKE NEWS. Espiral Interativa. 2018. Disponível em: <https://espiralinterativa.com/botao-de-contexto-do-facebook-combate-fake-news/>. Último acesso em 25 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, André Soares e GOMES, Patrícia Oliveira. *Os Limites da Liberdade de Expressão: Fake news como ameaça a democracia*. R. Dir. Gar. Fund., Vitória, v. 20, n. 2, maio/agosto, 2019. p. 93-118

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, *Convenção Americana de Direitos Humanos* (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969.

OXFORD, Languages. *Word of the Year 2016*. Oxford University Press. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em 22 out. 2020.

*POST-TRUTH*. Oxford Learner's Dictionaries. disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

POUBEL, Mayra. *Fake News e pós-verdade*. InfoEscola, Navegando e Aprendendo. Sociologia. Publicado em 2017. Data de acesso: 05/06/2022. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/fake-news/>

REALE JÚNIOR, Miguel. *Limites à liberdade de expressão*. Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], [S. l.], v. 11, n. 2, p. 374–401, 2011. Disponível em: São Paulo: Malheiros, 2004

SARMENTO, Daniel. *A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”*. In: SARMENTO, Daniel. *Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SHIFFRIN, Steven H.; CHOPER, Jesse H. e outros. *The First Amendment: cases, coments, quentions*. American Casebook Series. 6th edition. 2015

STEINMETZ, Wilson Antônio. *A vinculação dos particulares a direitos fundamentais*.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

TOLLER, Fernando M. *O formalismo na liberdade de expressão: discussão da diferenciação entre restrições prévias e responsabilidades ulteriores*. Tradução Frederico Bonaldo. São Paulo: Saraiva, 2010.

WARDLE, Claire, HOSSEIN, Derakhshan. *Information Disorder: Toward na interdisciplinary framework for research and policy making*. Concil of Europe: Strasbourg, 2017.

## Sobre a Organizadora

### Prof<sup>a</sup> MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

**Link do Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

## **Publicação em capítulo de livro**


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


## **Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro**


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

[contato@epitaya.com.br](mailto:contato@epitaya.com.br) 

[www.epitaya.com.br](http://www.epitaya.com.br) 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



CONHECIMENTO ALÉM DAS  
FRONTEIRAS: DIÁLOGOS  
INTERDISCIPLINARES PARA O  
SÉCULO XXI

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

  
Editora

ISBN: 978-65-87806-89-2



9 786587 809892